

Gestão comunitária, visitação e educação ambiental após o conflito ambiental

Após o início do conflito ambiental que se instaurou na localidade, os moradores (usuários comunitários) passaram a manifestar-se de forma a pedir auxílio na constituição de um processo pedagógico que lhes permitissem aprimorar a relação com a natureza na construção de um outro modo de ocupação territorial. Procuraram inserir-se nas discussões da Agenda 21 de Florianópolis e viabilizar uma organização em rede, passando a integrar fóruns de discussão do movimento ambientalista.

A comunidade de Naufragados pretende ter sua legitimidade reconhecida pelo Poder Público e ser considerada parceira na preservação do ecossistema, optando por uma ocupação sustentável do território. Assim, frisa-se mais uma vez que um processo de formação pedagógica da comunidade é essencial e talvez seja o único meio capaz de propiciar a inclusão daqueles cidadãos no grupo daqueles que querem a preservação daquele ecossistema: tornar-se-iam parceiros e não adversários.

A Amopran propôs e realizou uma série de encontros comunitários temáticos com o intuito de capacitar a comunidade na construção de uma consciência ambiental superando o analfabetismo ecológico que conduz à degradação daquele ecossistema em vez de conduzir a sustentabilidade. A simples exclusão da comunidade não solucionará a questão da degradação ambiental. Ao contrário, incluir as comunidades existentes significa conseguir aliados na luta pela preservação ambiental, ao passo que excluir estas mesmas comunidades além de criar um grave conflito social também significa perder aliados nesta causa.

Após o ocorrido a comunidade que estava a deriva vem tentando reorganizar-se e construir um novo modo de habitar este território. A associação de moradores vem se capacitando, constituindo grupos de estudos, investindo na formação de recursos humanos. Os barqueiros, que antes do conflito ambiental brigavam pelo preço e disputavam passageiros, atualmente estão constituídos em associação civil. Agora possuem regras e preço padronizado para levar os visitantes: segundo o “Seu Manoel”, barqueiro que nos trouxe da praia até a Caieira,

a gente se organizou igual a táxi, os barcos ficam na fila esperando para sair, agora não tem mais briga e o preço é único, R\$ 10,00 por pessoa, mas o barco não sai por menos de R\$ 40,00 assim se tiver menos de quatro pessoas para sair o barco custa R\$ 40,00 (quarenta reais), mesmo que seja só pra levar um.

O trajeto de barco leva cerca de vinte minutos e é garantia de observação de belas paisagens e diversas espécies de pássaros que acompanham os visitantes aos bandos. Gralhas azuis, tucanos e gaivotas foram os mais facilmente identificados em nosso percurso. A passagem

pelo canal depende do vento e as águas do costão leste são mais tranquilas onde o barco deixa e pega os visitantes. No caminho encontra-se pequenas embarcações com pescadores.

Apenas um restaurante continua funcionando e o proprietário, um dos mais antigos moradores da comunidade, vive sob a ameaça de fechamento e imposição de multas diárias por insistir em abrir o estabelecimento. “Seu João”, proprietário do restaurante informou-nos que no ano passado “levou vinte mil reais de multa porque o promotor pediu a interdição do local”. Mas ainda assim, ele continua abrindo, os visitantes continuam indo à praia e os campistas continuam aparecendo. Não são tantos. Agora levam o lixo embora. Muitos deixaram de ir com medo da fiscalização. A população persiste, insiste. Lutam bravamente contra a sua “expulsão do paraíso”.

Os recursos naturais passaram a ser geridos de forma comum. Os pescadores associam-se na compra das redes. Cada um tem uma função para a realização da empreitada e, em maio, a pesca artesanal da tainha é mais lucrativa. O “vigia” da tainha pode ficar por dias olhando o mar até que aviste um cardume. Novas formas de organização vão surgindo em função das adversidades sofridas.

3.2 O perfil dos atuais visitantes da Praia de Naufragados

Durante vários dias percorremos a trilha tentando traçar o perfil dos visitantes que vão à Praia de Naufragados. Foram realizadas um total de cento e vinte entrevistas⁸⁴⁵ entre dezembro de 2010 e abril de 2011, através de questionários estruturados com perguntas abertas e fechadas, realizadas nos dias 18 e 19/12, 15 e 16/01, 5 e 6/02, 10/03 e 30/04. As entrevistas tinham por objetivo principal saber de onde vinha o visitante a Praia de Naufragados, em busca de que ele vem, se já é conhecedor da praia e se tinha consciência que a praia integrava uma unidade de conservação.

Nesta abordagem buscamos em um primeiro momento separar os visitantes que estavam tendo um primeiro contato com o local daqueles que já visitaram o local outras vezes. Os dados foram coletados no caminho terrestre, então ficaram de fora da pesquisa os visitantes que chegaram e partiram através da rota marítima.

Do total de visitantes pesquisados, verificou-se que 34% estavam tendo o primeiro contato com a localidade, sendo que destes, a maioria (88%) eram turistas oriundos de outras

⁸⁴⁵ Em virtude de não termos trabalhado com um número muito grande de entrevistas optamos por realizar o arredondamento dos percentuais para números inteiros.

localidades que estavam hospedados em Florianópolis e aproveitaram para conhecer a localidade. Os visitantes que chegam a primeira vez em Naufragados vem motivados por convite de amigos (27%) ou em busca de aventura e de um turismo não-convencional (24%). Os demais buscaram a praia motivados pela prática de esportes, especialmente do surf (17%) ou estavam em busca de uma praia deserta, totalmente preservada (19%). Alguns, ainda relataram que se empolgaram com as belezas naturais da região a partir de fotos em sítios da Internet (13%). Com exceção dos que chegaram a praia em virtude de convite de amigos, todas as outras respostas possuem alguma relação com o desejo de estar próximo a natureza.

Chamou a atenção o percentual de visitantes que se mostraram decepcionados, pois esperavam um mínimo de estrutura e informação, principalmente por se tratar de uma unidade de conservação. Como exemplo, foi citada a ausência de condutores ambientais e infraestrutura, como *decks* de observação, algum tipo de informação sobre o lugar, seja por meio de guias ou através de *folderes*, placas mais precisas indicando o caminho até o farol na bifurcação da trilha e informações sobre a fauna e a flora da região.

Pode-se assim, afirmar que a região tem um imenso potencial turístico e as práticas de visitação encontradas na Praia de Naufragados coadunam-se com o que se costuma chamar de ecoturismo, ou seja um turismo de lazer, voltado à prática de esportes ou para fins educacionais, em áreas naturais. Através dessa prática busca-se uma utilização sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentivando a sua conservação. Nesta modalidade de turismo, as pessoas participam de forma ativa da experiência de estar em contato com a natureza. Entretanto, o ecoturismo só faz sentido se o visitante receber informações relacionadas com o ambiente, os costumes e a história local o que acaba possibilitando uma integração mais educativa e envolvente com a região, de forma que se consiga romper o potencial de degradação destes usuários, que convencionamos chamar de Usuários Sazonais Relâmpago.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação sazonal em áreas extremamente sensíveis como as unidades de conservação situadas na zona costeira são muito mais predatórias do que a manutenção das comunidades tradicionais, pois estes usuários não possuem qualquer espécie de vínculo ou de compromisso com o ambiente natural daqueles territórios. Fazem fogueiras, raramente levam consigo o lixo produzido durante sua permanência e muitas vezes, como ocorre no cenário pesquisado,

quando pernoitam no local, deixam para a comunidade uma quantia de dinheiro irrisória a mais do que aqueles que apenas visitam a localidade durante o dia.

Os danos causados ao ambiente pelos usuários que pernoitam na região são muito mais significativos, pois como não há luz elétrica na região, a retirada de madeira da mata nativa para fazer fogueiras e os riscos que estas causam ao ambiente são frequentes. Este tipo de turismo deve portanto, ser regulado com mais eficiência, atribuição que pertence ao comitê gestor da APA. Não se defende aqui que este turismo não deva ser incentivado, ele deve sim e pode ser muito benéfico para o desenvolvimento territorial sustentável. Entretanto, algumas medidas de precaução e um mínimo de infra-estrutura deve existir para se possa conceder ao visitante o tão almejado convívio com a natureza, com o mínimo de danos.

Não podemos afirmar que a comunidade conseguirá manter-se no território tradicionalmente ocupado, mas com a recategorização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro abre-se uma nova possibilidade para a aquela população tradicional, que precisará mobilizar-se e seguir resistindo, de forma que consiga tornar-se parte do comitê que fará a gestão desta área.

ABSTRACT

This research means investigate the impact of tourism in ambiental conservation units located in the coast areas, more specifically in areas traditionally occupied by community of fishermen and analyze the possible strategies to avoid the predatory tourism and reconcile this practice with the sustainable territorial development of these areas.

Key-words: ecotourism, environmental education, community management of natural resources

**O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO ENQUANTO INSTRUMENTO
VIABILIZADOR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE
AÇÕES PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NA FAZENDA QUINTA DA
ESTÂNCIA GRANDE – VIAMÃO (RS)**

Ângela Klein, Pedagoga (UFSM), especialista em Educação Ambiental (UFSM), Mestranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: angelaklain@yahoo.com.br

Alessandra Troian, Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS), Mestre em Extensão Rural (UFSM), Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: xatroian@gmail.com

Marcelino de Souza, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil. E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

Resumo: O presente artigo objetiva discutir as contribuições do turismo rural pedagógico no processo de educação ambiental infantil por meio das ações pedagógicas desenvolvidas na Fazenda Quinta da Estância Grande, em Viamão (RS). Constatou-se que as atividades pedagógicas desenvolvidas na Fazenda representam estratégias de ensino eficazes para a educação ambiental.

Palavras-chave: Turismo Rural Pedagógico, Educação Ambiental, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O turismo rural pedagógico é uma modalidade do turismo relativamente recente no cenário brasileiro, sobretudo, no que concerne a pesquisas de caráter científico. Trata-se, pois, de um conjunto de atividades práticas realizadas no âmbito da propriedade rural, que utiliza como recurso didático as atividades agropecuárias, bem como, os recursos naturais e culturais ali existentes e outros espaços correlacionados, com o intuito de facilitar o processo de aprendizagem e favorecer a construção de novos conhecimentos.

Nesse sentido, esta atividade não surge apenas como uma maneira diferente de explorar o turismo rural, mas também, como uma ferramenta pedagógica capaz de promover a

articulação entre os saberes adquiridos em sala de aula com as diferentes realidades ambiental e cultural vivenciadas no meio rural⁸⁴⁶.

Ao mesmo tempo, o turismo rural pedagógico emerge como um instrumento promotor da educação ambiental, na medida em que permite aos sujeitos envolvidos um contato mais próximo com os elementos da natureza, a partir de experiências concretas, despertando novas sensações e emoções, associados a um sentido de conexão, e que vem a contribuir na elaboração de concepções acerca do meio ambiente.

Tais aspectos contemplam uma característica importante relacionada ao trabalho de educação ambiental, qual seja, a experiência prática. Conforme ressalta Legan (2009, p. 11)⁸⁴⁷, “a verdadeira educação ambiental só acontece na vivência prática, com o ambiente, descobrindo nosso impacto e nosso potencial de restauração”.

Estas vivências, que representam o âmago do turismo rural pedagógico, embora sejam constantemente enfatizadas nos documentos oficiais vigentes, nem sempre estão presentes nas práticas educacionais desenvolvidas nas escolas. Em muitas instituições de ensino, a temática do meio ambiente restringe-se a ações isoladas, sendo abordada em disciplinas específicas como Geografia, Biologia, ou em datas comemorativas (dia da árvore, dia do meio ambiente, dia do índio), a exemplo de determinadas turmas da educação infantil.

Em relação à educação infantil especificamente, destaca-se uma outra problemática associada ao conteúdo trabalhado, o qual não raras vezes, limita-se exclusivamente à transmissão de certas noções sobre os seres vivos e o corpo humano, desconsiderando o conhecimento e as idéias que as crianças já possuem⁸⁴⁸.

Ressalta-se, no entanto, que tais práticas pouco contribuem para a formação de uma consciência ambiental, uma vez que a educação ambiental não se restringe unicamente aos aspectos biofísicos, mas também às relações, inter-relações e interdependências dos seres que dividem um mesmo espaço.

A ineficácia desse modelo de ensino tem causado preocupações nas mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo, em virtude dos inúmeros problemas ambientais e sociais

⁸⁴⁶ TEIXEIRA, A. R. ; WANDSCHEER, E. A. R. ; SOUZA, M. A Multifuncionalidade da Agricultura e a Contribuição Pedagógica do Turismo Rural. *Revista de Extensão Rural*, (Santa Maria), v. 12, p. 129-140, 2005.

⁸⁴⁷ LEGAN, L. *A escola Sustentável: eco alfabetização pelo ambiente*. São Paulo: imprensa oficial, 2009.

⁸⁴⁸ BRASIL, MEC/SEF. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*: introdução, v. 1, Brasília, 1998.

que têm aumentado gradativamente, afetando a qualidade de vida das pessoas e causando a destruição dos recursos naturais.

Nesse contexto, reforça-se a importância e necessidade de desenvolver junto às turmas de educação básica atividades práticas como as do turismo rural pedagógico, que permitem aos sujeitos envolvidos vivenciar e perceber um mundo que nem sempre é mostrado em sala de aula, criando nesses um sentido de pertencimento, de conexão, de inter-relação com o meio ambiente.

Partindo desses pressupostos, o presente artigo busca discutir as contribuições do turismo rural pedagógico no processo de educação ambiental infantil, tendo como fonte de análise os resultados de um estudo⁸⁴⁹ realizado na Fazenda Quinta da Estância Grande, localizada no município de Viamão (RS), o qual teve como objetivo principal analisar as ações pedagógicas desenvolvidas em Educação Ambiental para a Educação Infantil.

A opção pela Educação Infantil como objeto de estudo justifica-se pelo fato desta se constituir em uma etapa de fundamental importância na vida das pessoas, uma vez que é nesse período em que acontece a construção das estruturas básicas do pensamento humano e onde se iniciam os processos de interação com o ambiente e a sociedade. Logo, quanto mais cedo a criança vivenciar experiências e situações que estimulem relações de respeito e harmonia com o meio ambiente, maiores serão as chances da mesma perceber-se como parte integrante da natureza⁸⁵⁰.

Para tanto, antes de apresentar o referido estudo, busca-se discutir alguns aspectos considerados relevantes relacionados ao turismo pedagógico e à educação ambiental no contexto da educação infantil.

2. TURISMO RURAL PEDAGÓGICO E A DIMENSÃO EDUCACIONAL E AMBIENTAL

⁸⁴⁹ Estudo investigativo que resultou na elaboração da monografia intitulada “educação ambiental na educação infantil: um Estudo de caso na Fazenda Quinta da Estância Grande - Viamão/RS”, apresentada ao curso de especialização do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), no ano de 2007.

⁸⁵⁰ MULLER, J. *Educação Ambiental: diretrizes para a prática pedagógica*. Porto Alegre: FAMURS, 2000.

O turismo rural pedagógico pode ser considerado um tema relativamente recente no contexto brasileiro, especialmente no que concerne a pesquisas de caráter científico. Contrariamente, no cenário europeu esta atividade já é conhecida e desenvolvida há mais tempo, inclusive, constam nas leis e diretrizes educacionais de alguns países, a exemplo da Noruega e da França.

Nesses países, as ‘fazendas pedagógicas’, como são chamadas as propriedades rurais que desenvolvem atividades práticas com crianças em idade escolar, têm se tornado um importante recurso pedagógico, colocando a agricultura numa outra perspectiva, que vai muito além da função tradicional de produção primária de alimentos.

Para fins de exemplificação, na Noruega, desde o ano de 1995 vem sendo desenvolvidos projetos de cooperação entre escolas e propriedades rurais, sob a assistência da Universidade Norueguesa de Ciências da Vida (UMB). A cooperação promove cursos de formação para os participantes e assessora os na elaboração de suas propostas. Ela também estabelece os contatos entre entidades governamentais em âmbito local, regional e nacional, a fim de conseguir recursos financeiros. A experiência norueguesa “a Fazenda como recurso pedagógico” é percebida de maneira positiva e em detrimento disso ela se tornou referência para outros países que aspiram realizar um trabalho semelhante⁸⁵¹.

É o caso, por exemplo, da Finlândia, que no ano de 2008 lançou o projeto “A escola vai à fazenda”, com a realização de atividades voltadas para a promoção da uma educação para o desenvolvimento sustentável, tendo como foco a interação entre sociedade e escola local buscando a valorização das áreas rurais e da agricultura⁸⁵².

Na Itália, de acordo com Napoli (2006)⁸⁵³, no ano de 2000 foram constatadas 273 quintas pedagógicas⁸⁵⁴, com destaque para região de Emilia- Romagna, que na época já tinha 115 propriedades rurais pedagógicas. Os projetos desenvolvidos nesta região visam, dentre outros aspectos, promover a sensibilização e a consciência da origem de produtos alimentares

⁸⁵¹ KROGH, E., VERSTAD, B., NERGARD, T., JOLLY, L., PAROW, K. *The Farm as a Pedagogical Resource: an evaluation of the co-operation between agriculture and primary school in the county of Nord-Trondelag, Norway*. 6th European Symposium on Farming and Rural Systems Research and Extension. Vila Real, Portugal, Ap. 2004. www.evendelaering.umb.no/.../The_Farm_as_a_Pedagogical_Resource_Portugal.pdf.

⁸⁵² RISKU-NORJA, H.; KORPELA, E. *School goes to the farm: conceptualisation of rural-based sustainability education*. European Science Education Research Association (ESERA), 2009. Conference Istanbul, Turquia. https://portal.mtt.fi/.../FarmsSchools/.../ESERA_31.8-4.9.09.pdf.

⁸⁵³ NAPOLI, L. *A new reality for italian rural areas: Educational farms*. University of Salerno, Italy, 2006. www.openstarts.units.it/dspace/bitstream/10077/865/1/f4napoli.pdf.

⁸⁵⁴ Quinta pedagógica é o termo utilizado na Europa para designar as propriedades rurais que desenvolvem atividades pedagógicas voltadas para as escolas.

típicos da região e propor programas de educação ambiental baseado em um processo de cooperação de caráter contínuo entre escolas e propriedades rurais.

A importância desse tipo de atividade envolvendo as propriedades rurais e as escolas, também é notória na França. No ano de 2001, uma comissão interministerial envolvendo os ministérios da Educação, Agricultura e Pesca, Planejamento e Meio Ambiente, da Juventude e Desportos e, mais recentemente, da Justiça, instituiu uma circular sobre as fazendas pedagógicas, com o intuito de conceituar as explorações educacionais a partir da sua estrutura, definindo também os objetivos e o público alvo ⁸⁵⁵.

De acordo com Caffarelli *et all* (2010)⁸⁵⁶, as fazendas pedagógicas existentes no meio rural francês têm se revelado como uma atividade de caráter exemplar no quadro de um desenvolvimento durável, uma vez que atende a um conjunto de objetivos que vão desde aspectos econômicos, possibilitando rendas complementares, ecológicos, por meio da educação ambiental, patrimoniais, através da preservação do patrimônio histórico e paisagístico, e sociais, com a promoção de um intercâmbio entre o urbano e o rural, favorecendo assim o reconhecimento do papel do agricultor e conseqüentemente, da agricultura no processo de aprendizagem e valorização do meio ambiente.

Tais exemplos existentes na Europa evidenciam a relevância de atividades práticas realizadas nas propriedades rurais em um processo de cooperação junto às escolas, especialmente com crianças do ensino fundamental e educação infantil. No Brasil, essa compreensão acerca do importante papel exercido pelo turismo rural pedagógico no contexto educacional ainda está na fase embrionária e constitui-se, pode-se dizer, num campo do conhecimento em construção.

A respeito disso, no ano de 2005, a Associação Brasileira de Turismo Rural – ABRATURR⁸⁵⁷, juntamente com a Agência de Comunicações ECA Jr- USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo), durante a realização de um projeto piloto que resultou na elaboração do ‘Roteiro de Fazendas Rurais Pedagógicas de São Paulo’, definem o turismo rural pedagógico como sendo:

⁸⁵⁵ MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE. *Circulaire interministérielle du 5 avril 2001 sur les fermes pédagogiques.* França, 2001.
www.media.education.gouv.fr/file/EEDD/21/.../CFERMPED_115217.pdf

⁸⁵⁶ CAFFARELLI, J.; COQUILLAUD, M.-S.; DANIEL, V.; THOU, M. *Créer une ferme pédagogique: de l'idée à la réalisation.* França: Educagri Editions, 2010.

⁸⁵⁷ ABRATURR / ECA Jr. *Roteiro do Turismo Rural do Estado de São Paulo.* 2005.
www.idestur.org.br/.../F_ROTUIRO_PEDAGOGICO_TURISMO_RURAL.pdf

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com o meio ambiente e a produção agropecuária e/ou com os valores históricos de produção no universo rural, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade que fundamentalmente tem um acompanhamento didático pedagógico com o objetivo de aquisição de conhecimento (2005, p.6).

Embora seja um conceito bastante abrangente e de certo modo, generalista, a definição proposta pela ABRATURR se constitui em um marco importante, na medida em que favorece o seu posterior reconhecimento diante da comunidade acadêmica. Além disso, é uma definição que, em certa medida, possibilita a compreensão de que o turismo rural pedagógico contempla diferentes dimensões, a saber: dimensão social, cultural, econômica, educacional e ambiental.

Em relação às duas últimas, a prática do turismo rural pedagógico assume o papel de facilitador do processo de ensino-aprendizagem, utilizando as atividades agropastoris e os recursos naturais como instrumentos de mediação do conhecimento, por meio da articulação teoria “*versus*” prática. Essa característica permite aos sujeitos envolvidos uma construção mais evidente e profunda das relações entre o conhecimento e o mundo, favorecendo o respeito à diversidade cultural e ao meio ambiente, a partir das diferentes experiências vivenciadas em uma realidade sócio-espacial distinta da sua de origem.

Para Hora e Cavalcanti (2003)⁸⁵⁸, as atividades relacionadas ao turismo pedagógico são de grande importância para a formação do senso de processo, pois possibilita a compreensão de diferentes aspectos intervenientes na história da comunidade a ser visitada e o entendimento das várias etapas necessárias para a composição de produtos e de serviços.

Do mesmo modo, Teixeira et all (2005, p. 137)⁸⁵⁹, enfatizam que o turismo rural pedagógico é um “instrumento de ensino eficaz, quando bem aproveitado. Este propicia o encontro de pessoas do meio urbano com o espaço rural, com a natureza, as atividades agrícolas e, é claro, com outras pessoas, e por si só já se constitui em um ato pedagógico”.

Nesse contexto, o espaço rural, antes pouco valorizado pela concepção tradicional, passa a configurar-se em um verdadeiro “laboratório de aprendizagens”, que possibilita um encontro dos viveres da ruralidade com a sociedade urbana. Do mesmo modo, a agricultura assume um “novo papel” que vai muito além do aspecto produtivo: a produção de alimentos e

⁸⁵⁸ HORA, A.S.S.; CAVALCANTI, K.B. Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar. In: REJOWSKI, M.; COSTA, B.K. (Orgs.). *Turismo Contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Atlas, 2003.

⁸⁵⁹ [TEIXEIRA, A. R.](#) ; [WANDSCHEER, E. A. R.](#) ; SOUZA, M. A Multifuncionalidade da Agricultura e a Contribuição Pedagógica do Turismo Rural. *Revista de Extensão Rural*, (Santa Maria), v. 12, p. 129-140, 2005.

as condições onde ela se realiza tornam-se um instrumento de aprendizado, favorecendo o conhecimento e a compreensão das formas de produção e de processamento, da culinária tradicional e dos costumes até aspectos relacionados à diversidade cultural e questões envolvendo a fauna, a flora, os recursos hídricos e a relação sociedade-natureza.

Partindo dessa análise, o turismo rural pedagógico pode ser entendido como uma prática pedagógica que contribui não apenas para o reconhecimento e valorização da agricultura e do espaço rural enquanto importante recurso de ensino que facilita o processo de aprendizagem. Mas também, para a valorização da cultura rural, do homem do campo, dos seus costumes e saberes, favorecendo uma relação de proximidade e coerência entre homem e natureza, entre rural e urbano, entre conhecimento teórico (codificado) e conhecimento empírico (tácito), entre teoria e prática.

3. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme estabelecido na Lei n. 9.795/99⁸⁶⁰, por Educação Ambiental entende-se “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (art.1º, Lei Federal nº 9.795/99). Nesse sentido, torna-se imprescindível sua incorporação em todos os níveis de ensino, a começar pela Educação Infantil, caracterizada como a primeira etapa da educação básica.

Contudo, pesquisas bibliográficas evidenciam uma carência de subsídios teóricos abordando esses dois temas de modo integrado. O termo Educação Ambiental é raramente citado nos livros voltados especificamente para a Educação Infantil, apesar de já contemplarem documentos importantes como é o caso do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1998.

O referido documento faz críticas as práticas escolares que priorizam trabalhos partindo da idéia de que discutir sobre diversidade cultural, social, geográfica e histórica significa ir muito além da capacidade de compreensão das crianças⁸⁶¹ (RCNEI, 1998).

⁸⁶⁰ BRASIL, Lei nº 9597, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

⁸⁶¹ BRASIL, MEC/SEF. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*: introdução, v. 1, Brasília, 1998.

Tal situação, comum em muitas escolas de educação infantil, não leva em conta que é justamente nesta fase da vida que acontece o desenvolvimento integral das crianças, a formação de valores e hábitos considerados essenciais na vida de uma pessoa. Segundo Muller (2000, p. 9)⁸⁶², “uma estimulação que possibilite o acompanhamento da criança desde cedo a vivências ambientais, favorecerá seu interesse pela natureza, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento infantil em seus aspectos físicos, emocionais, intelectuais e sociais.

Também, segundo Nicolau (1987, p.191)⁸⁶³, “atividades como fazer o plantio, envolvendo a preparação da terra, a sementeira, a observação do crescimento da planta, a necessidade de água e luz que o vegetal apresenta é de fundamental importância para as crianças pequenas”. Por meio dessas experiências elas poderão compreender com maior clareza o ciclo de vida de um ser vivo (seu nascimento, crescimento e desenvolvimento) e também, de sua interdependência com os demais elementos da natureza.

Nesse sentido, promover a educação ambiental na educação infantil adquire significância a partir do momento em que esse trabalho seja diferenciado em relação ao que se constata nas práticas escolares de muitas instituições, o qual se limita a ser esporádico e superficial, desconsiderando a capacidade da criança enquanto um ser que não conseguirá entender conceitos mais elaborados, negando dessa forma, o próprio diálogo em torno de informações que possibilitariam a reflexão das mesmas sobre as questões ambientais e a relação homem – natureza⁸⁶⁴.

Tal como destaca Barcelos⁸⁶⁵:

O que se espera da escola é que contribua para que as crianças cresçam na vivência de valores e não apenas na sua aceitação e/ou aprendizagem, até porque não se ensinam valores. Há que vivê-los e, de preferência, em comunidade. E é esse viver em comunidade que faz da criança um ser integrante e construtor de mundos (1999, p. 41).

Sob essa lógica, destaca-se mais uma vez, a importância das atividades práticas, das experiências vivenciadas junto ao meio rural, em contato direto com os elementos da natureza, com outras culturas, outros contextos sociais. Isso porque quanto mais

⁸⁶² MULLER, J. *Educação Ambiental: diretrizes para a prática pedagógica*. Porto Alegre: FAMURS, 2000.

⁸⁶³ NICOLAU, M. L. M. *Educação Pré-Escolar: fundamentos e didática*. São Paulo: Ática, 1987.

⁸⁶⁴ HENN, R.; BASTOS, F. P. Desafios ambientais na educação infantil. *Revista eletrônica de mestrado em educação ambiental*, FURG/RS. v. 20, janeiro a junho de 2008. <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol20/art22v20.pdf>

⁸⁶⁵ BARCELOS, V. Educação Ambiental, infância e imaginação. In: *QUAESTIO. Revista de Estudos da Educação*. v.1, n°1. Sorocaba, SP: Uneso, 1999.

oportunidades as crianças tiverem para experimentar, tocar, sentir, maiores serão as chances de perceber-se como um ser integrante de um mundo que pertence a todos e desta forma, todos devem respeitar e cuidar.

4. FAZENDA QUINTA DA ESTÂNCIA GRANDE: CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO E METODOLOGIA UTILIZADA NA COLETA DE DADOS

A Fazenda Quinta da Estância Grande, localizada no Município de Viamão (RS), distante 28 km de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, foi criada no ano de 1992. Desde sua criação, ela vem desenvolvendo uma série de programas e projetos pedagógicos, com atividades práticas relacionadas aos conteúdos escolares oferecidos para grupos de alunos de diferentes faixas etárias, procedentes de escolas municipais, estaduais e principalmente, particulares da região de Viamão e de outros municípios do estado e do país.

Diferentemente do perfil das propriedades pedagógicas descritas nas experiências européias, que apresentam um caráter mais familiar, sendo de pequena extensão, com áreas em média de 15 hectares⁸⁶⁶. A fazenda Quinta da Estância Grande possui uma área total de 42.000 m². Ela possui uma estrutura física bastante diversificada e com um amplo quadro de profissionais com diferentes formações (Professor de Educação Física, Pedagogos, Veterinários, Biólogos, Zootecnistas, Agrônomos, dentre outros) atuando como monitores nas atividades desenvolvidas.

A propriedade contempla inúmeros espaços utilizados para as atividades de turismo rural pedagógico, tais como, estábulo, ordenha, horta orgânica, minhocário, estufas agrícolas, ranário (criação de rãs), pracinhas de brinquedos, pomar, viveiro de aves exóticas, pavilhões dos répteis e matas para realização de trilhas.

Além desses espaços, existem ainda um Centro de Tratamento Biológico de Água Servida (esgoto), montada na própria Fazenda e um Criatório Conservacionista, onde são criados, reproduzidos e recuperados animais e aves silvestres brasileiras, que são apreendidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

⁸⁶⁶ KROGH, E., VERSTAD, B., NERGARD, T., JOLLY, L., PAROW, K. (2004). *The Farm as a Pedagogical Resource: an evaluation of the co-operation between agriculture and primary school in the county of Nord-Trondelag, Norway. 6th European Symposium on Farming and Rural Systems Research and Extension.* Vila Real, Portugal, Ap. 2004. Disponível em: <WWW.evendelaering.umb.no/.../The_Farm_as_a_Pedagogical_Resource_Portugal.pdf>. Acesso em abril de 2011.

No que concerne aos programas e projetos desenvolvidos no contexto dessa propriedade, é feita uma adequação dos assuntos tratados com o intuito de atender o nível de desenvolvimento dos grupos envolvidos, de acordo com a faixa etária.

Nesse sentido, tendo como principal objetivo analisar as ações pedagógicas desenvolvidas em educação ambiental para a educação infantil na Fazenda Quinta da Estância Grande, realizou-se no ano de 2006 uma pesquisa que teve como foco a análise de dois projetos desenvolvidos com turmas da Educação Infantil. Para tal, foram observadas três turmas de crianças entre 4 e 6 anos de idade que visitaram a Fazenda no mês de agosto de 2006, totalizando 65 crianças, com a coleta de dados (fotografias das atividades desenvolvidas, gravação das falas das crianças) e registro das observações no decorrer das atividades. Realizaram-se também, entrevistas de caráter semi-estruturado com cinco monitores, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades com turmas da Educação Infantil.

Os projetos analisados foram:

- **Projeto Animais:** Com o intuito de promover um entendimento mais aprofundado acerca das características dos animais (habitat, alimentação, reprodução, modo de locomoção, importância para o meio ambiente, cuidados necessários) a partir da observação e do contato direto com muitos deles, esse projeto compreende visitas em ambientes diversificados tais como: Viveiro de aves exóticas, onde se encontram várias aves como pavões, galinhas de raça, marrecos, cisnes negros, gansos e patos; Ordenha, com demonstrações práticas de como tirar leite e posterior degustação; Trilha dos bugios, um caminho de cerca de 200 metros, até um pequeno bosque onde vivem três macacos bugios; Mini-trilha ecológica, por uma mata com pequenos córregos e árvores de diferentes espécies e tamanho; ranário (local onde são criadas rãs); aquário terrestre, com tartarugas e jabutis; “casa” dos coelhos; “Pavilhão dos répteis”, Passeio a cavalo; Passeio de trator, até o criatório conservacionista, distante a 1 km da área central da fazenda. Neste local são criados animais silvestres do Brasil, sobretudo, espécies em extinção como a jacutinga, a harpia real, o papagaio charão, arara azul, jacarés, javalis, emas, tucanos.

- **Projeto Alimentação saudável:** o projeto contempla explicações sobre as características, cuidados e importância para a saúde humana de hortaliças, verduras, frutas, ovos, leite, realiza visitas: ao minhocário, onde discute-se o papel da minhoca no processo de decomposição da matéria orgânica, o processo de transformação de restos de comida e matéria orgânica; a horta orgânica; estufa agrícola, com uma variedade de sementeiras com várias mudas de alface,

beterraba, couve e cenoura; Visita ao aviário, com o apanhado dos ovos das galinhas, os quais são utilizados, posteriormente, na fabricação do pão; Fabricação de pães, com a participação das crianças, que realizada no refeitório da propriedade; Ordenha.

Todas as atividades realizadas na fazenda são orientadas pelo monitor responsável que conduz os grupos de crianças, atuando como um mediador no processo de aprendizagem. No decorrer dessas visitas, os monitores fazem vários questionamentos às crianças acerca do que sabem, do que pensam, do que estão observando.

Além disso, o grupo é incentivado, na maior parte do tempo, a vivenciar o que está sendo observado e demonstrado, a partir do contato direto com a terra, com os animais e com as plantas ali existentes. Assim, atividades como segurar e/ou tocar determinados animais (coelhos, tartarugas, rãs, etc), o plantio de mudas, a colheita de algumas hortaliças e frutas, tirar leite da vaca, pegar os ovos no galinheiro, ‘confeccionar’ pãezinhos, são ações que puderam ser constatadas nas três turmas observadas.

Concomitante às atividades relacionadas a cada projeto, outras atividades de caráter mais recreativo também são desenvolvidas durante a visita das crianças à fazenda, tais como o *Pêndulo humano* (uma espécie de balanço, com dois extremos, onde é necessário embalar-se e alcançar a outra extremidade); *Pracinha* (com brinquedos de tora rústica, onde há uma casa na árvore e pontes suspensas); *Passeio no bosque* (realizam travessias nas *pontes suspensas*; brincam de pega-pega).

Para as crianças que permanecem o dia todo na propriedade, é oferecido almoço e dois lanches (10h da manhã e 15h tarde). No cardápio constam alimentos produzidos, em sua grande maioria, na própria Fazenda.

5. AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AMBIENTAL DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme foi possível constatar nas análises realizadas, os projetos desenvolvidos na Fazenda contemplam atividades que geralmente não fazem parte do cotidiano das crianças, sobretudo daquelas cujos pais residem em grandes cidades.

A metodologia utilizada nos projetos desenvolvidos apresenta um caráter diferenciado, na medida em que relaciona teoria e prática num contexto que não é a sala de aula, permitindo às crianças uma interação maior com o meio rural, caracterizado por uma grande diversidade

ambiental e social. Este fator é essencial na construção do conhecimento, ainda mais por se tratar de crianças nessa faixa etária (quatro a seis anos de idade).

Em relação a tal aspecto, Medina e Santos (1999, p.40)⁸⁶⁷ ressaltam que “uma aprendizagem significativa se produz quando existe uma relação substancial, e não arbitrária, entre os novos conhecimentos e o que o aluno já sabe”, por isso a importância de estabelecer relações entre o que se pretende ensinar e o que a criança já tem conhecimento.

A legitimidade destas ações pedagógicas foram constatadas também nas entrevistas com os monitores que atuam no parque-fazenda. Conforme destacado pelos mesmos, este tipo de atividade é um modo muito eficiente das crianças estarem aprendendo sobre as questões ambientais, sobre a necessidade de conexão existente entre homem e natureza e isso faz com que se sintam muito mais motivados a trabalhar com educação ambiental.

No que diz respeito às especificidades de cada projeto analisado, o projeto Alimentação Saudável foi o que apresentou resultados mais visíveis, por possibilitar às crianças o envolvimento com o processo seguido de inúmeras experiências concretas. Como destaque aponta-se a horta orgânica que é um local onde ocorre um contato direto com a terra, com o objeto, servindo como um laboratório vivo de diferentes aprendizagens.

De acordo com Capra⁸⁶⁸, fundador do Centro para Alfabetização Ecológica, na Califórnia (2003, p.27), “na horta, aprendemos sobre os ciclos alimentares e integramos os ciclos naturais dos alimentos aos nossos ciclos de plantio, cultivo, colheita, compostagem e reciclagem”. O autor destaca a importância dessa atividade para as crianças pequenas, sobretudo, por se tratar de uma experiência concreta, que exige movimento, ação e contato direto com o solo e com as coisas que crescem.

Em relação ao segundo projeto, o contato direto com os animais é outra atividade bastante interessante, do ponto de vista pedagógico, uma vez que permite uma experiência que muitas crianças jamais tiveram. Tal análise vai ao encontro do que propõe Muller (2000)⁸⁶⁹, quando sugere que ao se trabalhar os conhecimentos sobre os animais com as crianças pequenas, a abordagem seja feita a partir de um determinado espaço, de modo a permitir que a criança observe e perceba as relações de interdependência entre o homem, os outros seres vivos e o meio ambiente.

⁸⁶⁷ MEDINA, N. M.; SANTOS, E. *Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

⁸⁶⁸ CAPRA, F. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In. TRIGUEIRO, A. *Meio Ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

⁸⁶⁹ MULLER, J. *Educação Ambiental: diretrizes para a prática pedagógica*. Porto Alegre: FAMURS, 2000.

Ainda, de acordo com Nicolau (1987)⁸⁷⁰, as atividades que possibilitam às crianças agir sobre os objetos, podendo pegá-los, compará-los e estabelecer relações são essenciais para o desenvolvimento de determinadas habilidades futuras que serão muito importantes à sua vida e às aprendizagens subseqüentes.

O estudo realizado, portanto, evidenciou um aspecto que em termos de teoria já foi reconhecido e comprovado. Isto é, as experiências práticas vivências e realizadas junto à natureza e ao meio rural são essenciais na realização de um trabalho que vise despertar nas crianças a sua sensibilidade e senso de responsabilidade social de cada um diante dos problemas ambientais atuais.

Porém, é importante ressaltar que para essas ações alcançarem resultados efetivos a longo prazo, é indispensável que os professores de Educação Infantil, responsáveis pelas turmas que visitam espaços como a Fazenda Quinta da Estância Grande, participem ativamente durante o passeio, no sentido de incentivar as crianças a questionarem e a expressarem suas opiniões. Para que depois disso, dêem continuidade ao trabalho iniciado pelos monitores da Fazenda.

A realização desse tipo de atividades é de suma importância, contudo se não existir uma posterior intervenção, com o objetivo de promover uma reflexão sobre o que foi vivenciado, esta experiência torna-se insuficiente para promover mudanças de determinados valores e atitudes relacionados ao ambiente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das análises apresentadas, é plausível dizer que o turismo rural pedagógico desenvolvido no âmbito das propriedades rurais, a exemplo da Fazenda Quinta da Estância Grande, pode se constituir em um recurso eficaz na promoção da educação ambiental no contexto da Educação infantil. Tendo em vista que ele (turismo rural pedagógico) permite às crianças observar, experimentar, elaborar hipóteses e refletir a respeito de suas próprias atitudes frente aos problemas ambientais da atualidade.

Entretanto, para que essas atividades possam se tornar aprendizagens indeléveis, favorecendo a formação de novos valores e uma mudança nos hábitos e atitudes dos sujeitos

⁸⁷⁰ NICOLAU, M. L. M. **Educação Pré-Escolar**: fundamentos e didática. São Paulo: Ática, 1987.

envolvidos, o ideal seria a realização de um projeto de cooperação entre escolas e a Fazenda. O projeto deveria realizar-se de forma contínua, tal como já é proposto em países Europeus, por exemplo, onde as propriedades rurais cada vez mais têm se destacado como um importante recurso pedagógico, que contribui não apenas a aprendizagem das crianças, mas também, para a melhoria da saúde infantil a partir da introdução de hábitos alimentares mais saudáveis.

Por fim, sublinha-se que as potencialidades presentes na modalidade do turismo rural são diversas e englobam aspectos relacionados não apenas à educação e ao meio ambiente, mas também, à integração social e à valorização da cultura do homem do campo. O turismo rural pedagógico caracteriza-se como uma alternativa de desenvolvimento que, além de ensinar, de incentivar o cuidado e a preservação dos recursos naturais, contribui para a ampliação do universo de conhecimento de crianças e adolescentes. Ele também possibilita o contato com diferentes culturas e costumes, aproximando pessoas, integrando campo e cidade e valorizando espaços antes configurados como lugares atrasados e sem perspectivas de desenvolvimento.

Resumo: O presente artigo objetiva discutir as contribuições do turismo rural pedagógico no processo de educação ambiental infantil por meio das ações pedagógicas desenvolvidas na Fazenda Quinta da Estância Grande, em Viamão (RS). Constatou-se que as atividades pedagógicas desenvolvidas na Fazenda representam estratégias de ensino eficazes para a educação ambiental.

Palavras-chave: Turismo Rural Pedagógico, Educação Ambiental, Educação Infantil.

Abstract: This article discusses the contributions of rural tourism in the educational process of children's environmental education through the educational actions developed in the Quinta da Fazenda Estancia Grande, Viamão (RS). It was found that the educational activities developed on the Farm represent effective teaching strategies for environmental education.

Keywords: Tourism Rural Teaching, Environmental Education, Early Childhood Education.

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DO VERÃO AMBIENTAL, EM OSÓRIO/RS.

Bianca Pugen⁸⁷¹

O trabalho consiste em um relato do projeto Verão Ambiental, realizado pela Prefeitura Municipal de Osório/RS. O projeto consistiu em proporcionar atividades desportivas, de lazer e ecoturísticas aos veranistas e à comunidade local que visitaram a orla das praias de Atlântida Sul e Mariápolis entre janeiro e março de 2008. As atividades foram oferecidas gratuitamente, tendo como pré-requisito a participação em intervenções pedagógicas em educação ambiental, ministradas por técnicos envolvidos no projeto.

Palavras-chave: turismo, meio ambiente, sensibilização, comunidade, veranistas.

⁸⁷¹ Mestre em Turismo. Professora de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Osório. bianca.pugen@osorio.ifrs.edu.br.

INTRODUÇÃO

O município de Osório, localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, possui diversos atrativos naturais, como a Serra Geral com suas encostas, planícies, lagoas e orla marítima, que juntos caracterizam a floresta litorânea que compõe o bioma Mata Atlântica.

A cidade possui um complexo de 23 lagos e lagoas, uma Área de Proteção Ambiental e o maior Parque Eólico da América Latina, com 75 aerogeradores que produzem energia limpa (VENTOS DO SUL, 2011). Além destes atrativos o município contempla as praias de Atlântida Sul e Mariápolis, que recebem anualmente muitos veranistas, atraídos, no verão, pelas águas salgadas do Oceano Atlântico.

Osório, com suas praias, possui cerca de 40 mil moradores, e no verão, a população flutuante aumenta consideravelmente. Estas características evidenciam a existência da sazonalidade deixando claro o perigo da utilização insustentável dos diversos ecossistemas existentes. Isto aponta para a necessidade de preservação dos ambientes naturais da cidade.

No caso de municípios que apresentam oscilação no fluxo de visitantes, a preocupação com o desenvolvimento de projetos que visem à educação ambiental deve ser constante, a fim de minimizar os impactos negativos decorrentes do turismo massivo. Neste sentido, atividades que sensibilizem as comunidades se tornam fundamentais. As atividades de ecoturismo e lazer podem ser condutoras desta sensibilização. Estas atividades, quando bem desenvolvidas, são capazes de gerar desenvolvimento socioeconômico e valorização local.

Por esta razão, a Prefeitura Municipal de Osório, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, realiza anualmente o projeto Verão Ambiental que consiste em proporcionar atividades de lazer e de ecoturismo à comunidade e aos veranistas que visitam a cidade, buscando sensibilizá-los sobre as questões ambientais.

Neste ensaio, relata-se o projeto Verão Ambiental do ano de 2008.

1 A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO FENÔMENO TURÍSTICO

A problemática ambiental vem ganhando cada vez mais enfoque no cenário mundial. Diversos estudos têm sido realizados procurando entender e analisar os efeitos das ações humanas sobre o ambiente natural, bem como esta influencia na vida humana (GUHA, 2000; GRIFFITHS & ROBIN, 2001; HUGHES, 2001). Atualmente é fato que os usos e as atividades produtivas que ocorrem em determinado local, juntamente com suas dinâmicas, ocasionam, de alguma forma e com diferentes intensidades, interferências no ambiente.

Esta preocupação vem ganhando enfoque também no setor turístico. O turismo, enquanto fenômeno que ocorre durante a movimentação de pessoas a destinos fora de sua residência em busca das mais variadas motivações obteve grande expansão nas últimas décadas. É um grande vetor de desenvolvimento econômico de países e regiões (BENI, 1997).

Apesar de sua importância para o desenvolvimento econômico de municípios, estados e países, a atividade passou a ser questionada sobre os impactos negativos que pode ocasionar nos espaços onde acontece. Com a emergência dos debates sobre as questões ambientais a partir dos anos 80, passou-se a perceber com maior clareza que o turismo não é somente portador de benefícios e vantagens, mas também de interferências negativas que pode causar no meio, quando não é antecedido por planejamentos que contemplem as questões ambientais e socioculturais (BARRETTO, 2005; RUSCHMANN, 2000).

A atividade turística é realizada por diversos atores que participam de alguma forma e com alguma intensidade no cenário turístico e que possuem diferentes percepções ambientais, formando, desta forma, opiniões e atitudes diversas quanto ao desenvolvimento do turismo, nos âmbitos ambientais e sócioeconômico. Estas diferentes percepções devem ser levadas em conta no planejamento de atividades para o turismo.

Neste contexto, um dos grandes desafios para governos, instituições privadas, estudiosos e planejadores, passou a ser como promover o desenvolvimento do turismo de maneira menos prejudicial para o ambiente e que contemple as diferentes percepções ambientais das comunidades envolvidas com a atividade (SILVEIRA, 2002).

Alguns autores (BARRETTO, 2005; BENI, 1997; RUSCHMANN, 2000) assinalam que o desenvolvimento turístico em bases sustentáveis é uma exigência da qual não há como escapar no futuro próximo, pois além da questão ambiental, que interfere no cotidiano de todos, disto dependerá a continuidade da própria atividade turística.

Em termos práticos, no entanto, os princípios básicos do turismo sustentável ainda estão longe de serem aplicados no planejamento e no desenvolvimento da atividade turística. Isso se deve há vários entraves que têm dificultado uma melhor compreensão do verdadeiro significado do que se entende como “turismo sustentável” e, conseqüentemente, bloqueado sua implementação na prática de modo mais efetivo (SILVEIRA, 2002).

Neste sentido, tanto os gestores públicos quanto os grupos sociais das comunidades receptoras necessitam refletir sobre seu papel no contexto ambiental, percebendo quais ações podem realizar para que a atividade ocorra de uma maneira ambientalmente correta, minimizando impactos negativos.

Também os visitantes, ou os turistas, devem estar sensibilizados sobre as condições ambientais da localidade que visitam, a fim de minimizar as interferências negativas no meio.

2 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A superação dos problemas ambientais, ou a minimização destes, pode acontecer a partir da Educação Ambiental das comunidades (LEFF, 2001; LOUREIRO, 2004; SORRENTINO *et al.*, 2005). Através da educação o ser humano reflete sobre seus atos, sobre as conseqüências destes sobre o meio e sobre possíveis ações para melhorá-los.

Loureiro (2004) entende a educação como uma possibilidade para a transformação da sociedade:

Educação como elemento de transformação social (movimento integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática e reestruturação das relações econômicas), inspirada no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania, para a superação das formas de dominação capitalistas, compreendendo o mundo em sua complexidade como totalidade (Loureiro, 2004).

Para o autor, a educação faz exercitar a cidadania, ampliando os horizontes dos envolvidos e podendo gerar o desenvolvimento na sua totalidade.

O fato de a maior parte da população brasileira viver em grandes centros urbanos faz aumentar a degradação das condições econômicas e sociais de vida, refletindo uma crise ambiental. Isto aponta a necessidade de uma séria reflexão sobre os desafios para

transformar os modos de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea.

Leff (2001) trata desta questão quando fala da impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e de minimizar suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, baseada no aspecto econômico do desenvolvimento.

A postura de desresponsabilização por parte das comunidades e das más práticas comunitárias decorre principalmente da desinformação e a falta de consciência ambiental, fatores que podem ser reduzidos com a sensibilização sobre as questões ambientais.

É necessário, portanto, incrementar os meios de informação e as maneiras de acessá-lo, repensando as formas de induzir as comunidades ao pensamento sobre as questões socioambientais, refletindo e modificando as atitudes. Trata-se de promover o crescimento da consciência, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental (SORRENTINO *et al.*, 2005).

Neste contexto, surge o papel do educador, como mediador entre o sujeito e o tema, para que este construa referenciais ambientais, sabendo como aplicá-los no cotidiano, criando uma prática social centrada no conceito de sustentabilidade (REIGOTA, 1998),

As comunidades locais que residem em áreas naturais, bem como seus visitantes, muitas vezes não possuem uma relação positiva com esses ecossistemas. Algumas vezes desconhecem a biodiversidade e, por esta razão, desprezam e degradam o ambiente e suas proximidades. Neste sentido, evidencia-se a necessidade de participação, por parte da comunidade e dos visitantes, em ações sociais que sensibilizem sobre respeito ao ambiente, e que promovam a sustentabilidade ambiental (COSTA, 2007).

3 O CASO DO VERÃO AMBIENTAL, EM OSÓRIO/RS

O município de Osório localiza-se no Litoral Norte Gaúcho e possui um conjunto formado por orla marítima, paisagens lacustres e encosta da Serra Geral, esta por sua vez formada pela Mata Atlântica. Apesar de possuir diversos atrativos e estar localizada

próximo à Capital e ao Estado de Santa Catarina e possibilitar o acesso rápido e fácil de países vizinhos, como Uruguai e Argentina, a região não desenvolve o turismo de forma equilibrada durante todo o ano. Nos meses de verão, o fluxo de visitas aumenta, já no inverno, os atrativos turísticos ficam ociosos, sem visitação constante, o que caracteriza a sazonalidade.

Estes fatores evidenciam que deve haver uma preocupação constante com o desenvolvimento de projetos sociais que visem à sensibilização da comunidade local em relação às questões ambientais, culturais e sociais, minimizando os impactos negativos decorrentes do turismo sazonal e promovendo a conscientização de diversas comunidades, bem como do aumento do sentido de pertencimento em relação ao local que habitam.

Percebendo esta problemática, a Prefeitura Municipal de Osório realizou, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, um diagnóstico que constatou que a cidade tem potencial para o desenvolvimento de modalidades de lazer e de ecoturismo que podem ser associadas a intervenções em educação ambiental (COSTA, 2007). Esta união do lazer e do ecoturismo a projetos de educação ambiental pode ser um importante elemento de preservação e conservação do meio ambiente.

Foi constituído então, um projeto de intervenção pedagógica em educação ambiental associada às atividades de lazer, implantadas nas praias de Atlântida Sul e Mariápolis, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro da Borússia e no Parque Eólico do Município.

As atividades integraram-se ao Programa Verão Ambiental já oferecido pela Prefeitura Municipal há 3 anos.

A ação incluiu as seguintes atividades:

beach rafting na praia de Atlântida Sul;

escalada na praia de Atlântida Sul;

trekking na Área de Proteção Ambiental do Morro da Borússia;

tours nos diferentes ecossistemas do município de Osório.

Estas atividades foram oferecidas de forma gratuita aos veranistas e à comunidade local como atividades recreativas e de lazer, utilizando-as como ferramentas de educação ambiental. Para realizar as atividades, os visitantes deveriam participar de intervenções pedagógicas que eram ministradas por técnicos envolvidos no projeto. Os temas abordados nestas intervenções buscavam a sensibilização sobre a preservação dos

ecossistemas marinhos e das dunas; sobre o direcionamento do lixo; a preservação das lagoas; e os cuidados necessários para a preservação da Mata Atlântica.

Todos os participantes do projeto foram cadastrados, preencheram um termo de responsabilidade e fizeram uma avaliação estruturada com 5 questões, que abordavam, respectivamente: satisfação no atendimento, beleza cênica (do local), potencial turístico, potencial educacional, e potencial desportivo e de lazer.

Os resultados indicaram um total de 2233 pessoas atendidas nas atividades. O item de interesse deste estudo, *potencial educacional*, teve a seguinte avaliação:

Atividade	Ótimo	Muito bom	Bom	Regular	Ruim
Trekking	88%	5%	8%	0%	0%
Tours	73%	0%	21%	6%	0%
Beach rafting	58%	22%	18%	2%	0%
Escalada	42%	38%	18%	2%	0%

Quadro 1

Fonte: COSTA, 2007.

Esta avaliação (Quadro 1) mostra o potencial educativo do projeto, já que a maioria das avaliações foi “ótimo”, “muito bom” e “bom”, para todas as atividades.

O Projeto Verão Ambiental possuiu caráter interdisciplinar, visando superar a excessiva compartimentação científica, proporcionando assim uma maior interação entre os integrantes do projeto. O método utilizado foi o denominado Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento (PROPACC), que se fundamenta em uma concepção construtivista, que leva em conta os conceitos prévios das pessoas para a construção do conhecimento a partir de suas experiências, e em uma concepção de ensino como transformação e evolução gradativa. Este método procura construir aprendizagens significativas para a compreensão dos conteúdos, procedimentos e valores (MEDINA; SANTOS, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação das comunidades locais com o ambiente em que vivem é peça fundamental para o quebra-cabeça do desenvolvimento. Sensibilizá-la é contribuir com a fixação da cidadania, fazendo com que a comunidade se sinta parte integrante do meio ambiente, conhecendo-o, respeitando-o e protegendo-o.

Em relação ao turismo, não só a comunidade precisa ser sensibilizada, mas também os visitantes que chegam às localidades com seus diferentes hábitos e olhares, podendo, quando não trazem alguma bagagem de conhecimentos, prejudicar o desenvolvimento local e causar transtornos, tanto sociais quanto ambientais. Neste sentido, ações como as do projeto Verão Ambiental, ocorrido em Osório/RS contribuem de forma significativa para que as atividades de veraneio, tão intensas em poucos meses do ano, se tornem promotoras de respeito e valorização do meio ambiente.

Ainda, nota-se, com a avaliação feita pelos participantes do projeto, que ações como estas tem a possibilidade de serem educativas, já que o item “*potencialidade educativa*” foi percebido como “ótimo” e “muito bom” na maioria dos casos.

Incitar a educação ambiental torna-se uma premissa básica para o desenvolvimento local, atingindo efetivamente parcelas significativas da sociedade que podem tornar-se multiplicadoras em seu meio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETTO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2005.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. Ed. Senac: São Paulo, 1997.

COSTA, A.V. Projeto de desenvolvimento socioambiental e ecoturístico no município de Osório. SMPMA, Prefeitura Municipal de Osório: 2007.

GRIFFITHS, T.; ROBIN, L. **Ecology and Empire**. Pietermaritzburg: Keele University Press, 2001.

GUHA, R. **Environmentalism: A Global History**. New York: Longman, 2000.

HUGHES, J. D. **An Environmental History of the World**. London: Routledge, 2001.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora**. Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: 2004.

MEDINA, M. N.; SANTOS, E. C. **Educação Ambiental: Uma metodologia participativa de formação**. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ: 2000.

REIGOTA, M. **Desafios à educação ambiental escolar**. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papyrus, 2000.

SILVEIRA, M. A. T. **Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento: Um Foco no Estado do Paraná no Contexto Regional**. Paraná: UFP, 2002.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO, L.A. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo: maio/ago. 2005.

VENTOS DO SUL. **O projeto**. Site institucional. Disponível em <<http://www.ventosdosulenergia.com.br/highres.php>>. Acesso em 28 de mar.2011.

**PEDAGOGICAL INTERVENTION IN ENVIRONMENTAL EDUCATION: THE
CASE OF VERÃO AMBIENTAL, OSÓRIO/RS.**

This work consists of an account of the Verão Ambiental project, conducted by the city of Osório/RS. The project consisted of providing sporting activities, leisure and touristic to vacationers who visited the city between January and March 2008. The activities were offered free of charge to vacationers and the local community, having as a prerequisite for participation in educational interventions, taught by technicians involved in the Project.

Keywords: tourism, environment, awareness, community, vacationers.

REFLEXÕES FILOSÓFICAS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Claudia Battestin⁸⁷²

Resumo

O presente artigo visa apresentar reflexões filosóficas para que nós enquanto educadores e educandos, possamos pensar a educação ambiental no cenário contemporâneo. A crise ambiental se agravou de forma avassaladora a partir do século XXI, e os escritos e reflexões de autores contemporâneos, nos ajudam e possibilitam analisar as alternativas que remanescem ao ser humano. Precisamos multiplicar e socializar experiências e teorias que possam dar um sentido real à vida, educando para a vida futura e presente.

Palavras - Chave: Educação, Meio Ambiente, Filosofia.

Pensamento Contemporâneo para Reflexões Contemporâneas no Cenário Ambiental

Nesta primeira década do século XXI, o ser humano tem vivenciado constantes impactos ambientais, mudanças sociais, educacionais, políticas e econômicas. Mas apontaremos aqui, a crise ambiental, como sendo a mais preocupante e agravante no atual cenário mundial. E para que nós possamos refletir e debater sobre a problemática ambiental, será necessário analisar a importância do processo histórico na relação do Homem com o Meio em que habita. Nessa relação, o ser humano deverá reconhecer-se enquanto sujeito histórico na sociedade em que vive, podendo exercer o seu papel de cidadão crítico, com representações adequadas e atuantes na vida social.

Paulo Freire enfatizou em suas falas e escritos, o quanto é necessário ter determinação para abraçar qualquer causa que venha a ser abordada em favor da vida. Para Freire, “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (FREIRE, 1992, p.77).

A educação, tanto no ensino formal como informal, é um meio fundamental para despertar e transformar para a emancipação e para o compromisso com a vida. Educar é preciso, pois visa um processo de reflexão dentro de uma sociedade que está em constantes

⁸⁷² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas(UFPel) com apoio bolsa Capes. Integrante do Grupo de Pesquisa FEPráxiS (Educação e Práxis Social) Email: ⁸⁷²

transformações. A educação, além de ensinar o conhecimento científico, tem implícito o dever de assumir um compromisso, preparando os sujeitos para o exercício da cidadania.

Paulo Freire contribuiu muito com a reflexão acerca do Ser Humano e do seu compromisso com a sociedade, e um dos caminhos viáveis nesse processo de mudanças, ainda, é a educação. Sobre esses aspectos, Paulo Freire enfatiza que:

A prática político-pedagógica dos educadores progressistas ocorre numa sociedade desafiada pela globalização da economia, pela fome, pela pobreza, pelo tradicionalismo, pela modernidade e até pós-modernidade, pelo autoritarismo, pela democracia, pela violência, pela impunidade, pelo cinismo, pela apatia, pela desesperança, mas também pela esperança (FREIRE, 2006, p.59).

Para Freire (2006), toda prática educativa precisa fazer uma leitura de mundo, da palavra, e trabalhar a partir de temas geradores para familiarizar os educandos com o seu mundo. Um exemplo, e que muito pode contribuir, é a possibilidade de abordar o tema (emergente) da problemática ambiental, nas diversas disciplinas curriculares, mas é preciso que o educador tenha criatividade, interesse e competência para colaborar com a possibilidade de termos um mundo melhor. Freire defende a idéia de que precisamos de uma “educação que proponha ou aproveite situações em que os educandos experimentem a força e o valor da unidade na diversidade” (FREIRE, 2006, p.72). O desafio está em poder repensar a educação numa perspectiva emancipatória, enfrentando a fragmentação do conhecimento e a conservação de estruturas sociais injustas, fundamentadas em heranças autoritárias. Freire argumenta que precisamos de mudanças, principalmente no Brasil:

Precisamos hoje no Brasil, talvez mais do que ontem, de uma prática educativa exemplarmente democrática. Precisamos de campanhas realizadas, por exemplo, através de semanas de estudos da democracia em escolas públicas, privadas, universidades, escolas técnicas, sindicatos. Campanhas que encharcassem as cidades de democracia. Semanas em que se apresentasse a história da democracia, em que se debatesse a relação entre democracia e ética, e classes populares, e economia. Eleições, direitos e deveres que elas implicam. Inexperiência democrática brasileira. Democracia e tolerância. Gosto da liberdade e democracia; forças inconciliavelmente contraditórias; forças conciliavelmente diferentes; unidade da diversidade (FREIRE, 2006, p.73).

Precisamos de mudanças que abranjam diversos setores públicos, assim teremos um Brasil mais democrático e com menos problemas, inclusive na educação. Paulo Freire demonstra profunda indignação em relação aos acontecimentos que ocorreram no final do século XX, demonstrando intensa inquietação frente aos acontecimentos.

O fato em si de mais esta trágica transgressão de ética nos adverte de como urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito á vida dos seres humanos, á vida dos outros animais, á vida dos pássaros, á vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos se não nos tornamos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer pratica educativa de caráter radical, critico ou libertador (FREIRE, 2000, p.31).

Paulo Freire sempre ressaltou a importância em participar das lutas e dos movimentos sociais, pois essa experiência ajudaria a mudar a compreensão dos fatos e a leitura do mundo. No entanto, dependemos de uma educação responsável, que desempenhe o seu papel na sociedade, abrindo espaços para discussões onde sejam explicitadas e analisadas as concepções presentes na sociedade acerca do mundo que vivemos. “ Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção” (FREIRE, 2000, p.31)

É necessário empreendermos uma reflexão sobre a crise ambiental e sobre a sua relação com o conhecimento científico, considerando as divergências em torno do atual debate que cerca o tema da ética. Neste contexto percebemos a importância da modernidade nas atuais discussões acerca dos rumos da civilização contemporânea. E uma das razões é apontar a importância do entendimento aprofundado da modernidade no contexto das questões ambientais que se manifestam na relação clara e direta entre a crise ambiental.

A Responsabilidade no Âmbito Contemporâneo

Vivemos grandes mudanças e conflitos nesta primeira década do século XXI e Hans Jonas pode ser considerado um dos alicerces do pensamento ético ambiental do nosso tempo. Sua contribuição teórica busca responder aos inúmeros desafios trazidos pela modernidade tecnológica de forma direcionada e específica às questões conferidas pela atual Crise Ambiental.

Hans Jonas determinou *O Princípio Responsabilidade* como sendo uma ética em que o mundo animal, vegetal, mineral, biosfera e estratosfera passam a fazer parte da esfera da responsabilidade. A reflexão sobre a incerteza da vida futura é um sinal de que houve um equívoco cometido ao isolar o ser humano do restante da natureza (sendo o homem a própria Natureza). Somente uma ética fundamentada na magnitude do ser poderia ter um significado real e verdadeiro das coisas. Para “Ser é necessário existir, e para existir é necessário viver e

ter deveres, porém, (...) somente uma ética fundada na amplitude do Ser pode ter significado” (JONAS, 2006, p. 17).

Desta forma, entendemos que somos seres com capacidades de entendimento, tendo liberdade para agir com responsabilidade frente aos nossos atos. “O mais importante que devemos reconhecer, é a realidade transformadora do homem e seu trato com o mundo, incluindo a ameaça de sua existência futura” (JONAS, 2005, p. 349).

Hans Jonas percebeu a ameaça da existência futura frente à destruição da biosfera. Entretanto, Jonas aponta que:

O enorme impacto do Princípio Responsabilidade não se deve somente a sua fundamentação filosófica, mas ao sentimento geral, que até então os mais atentos observadores poderão permitir cada vez menos, de que algo poderia ir mal para a humanidade, inclusive o tempo poderia estar em posição no marco de crescimento exagerado e crescente das interferências técnicas sobre a natureza, de pôr em jogo a própria existência. Entretanto, se havia comentado que era evidente a vinda da chuva ácida, o efeito estufa, a poluição dos rios e muitos outros efeitos perigosos, fomos pegos de cheio na destruição de nossa biosfera (JONAS, 2005, p. 352-353).

Esse enorme impacto ambiental é decorrente do crescimento e da interferência que a técnica moderna causou. É necessário agir eticamente e com responsabilidade para com a biosfera. Para Hans Jonas (1995), o período Contemporâneo está imerso de tecnologia, porém afastado da responsabilidade, voltado à criação dos objetos de desejos projetados para o consumo humano. Sabemos que o consumo e o desejo das criações tecnológicas são muitas vezes necessidades supérfluas e não necessárias para a sobrevivência humana. Jonas deixa claro na citação a seguir sobre as suas inquietações no sentido do ser humano ter a opção de fazer escolhas.

A natureza como uma responsabilidade humana é seguramente um *novum* sobre o qual uma nova teoria ética deve ser pensada. Que tipo de deveres ela exigirá? Haverá algo mais do que o interesse utilitário? É simplesmente a prudência que recomenda que não se mate a galinha dos ovos de ouro, ou que não se serre o galho sobre o qual se está sentado? Mas este que aqui se senta e que talvez caia no precipício quem é? E qual é no meu interesse no seu sentar ou cair? (JONAS, 2006, p. 39).

O dever com as gerações futuras é um dever da humanidade em sua existência, independentemente se os seres são ou não nossos descendentes.

A responsabilidade, seja ela por vias individuais ou coletivas, deverá ocupar-se com a vida, com o hoje e o amanhã. “Mas essa óbvia inclusão do amanhã no hoje, que tem a ver com a temporalidade como tal, adquire uma dimensão e uma qualidade totalmente nova no contexto da responsabilidade total” (JONAS, 2006, p. 186).

A responsabilidade total inclui a existência da vida futura, ao contrário dos exemplos anteriores, em que o médico e o capitão do barco não têm como princípio preocupações com o que não envolve as suas responsabilidades momentâneas (responsabilidade parcial).

A Responsabilidade Paterna tem como fim pré-determinado educar para tornar o filho adulto e responsável. A Responsabilidade Paterna tem inclusa uma das grandes tarefas da vida, que é cuidar da vida. Nem uma criança pede para nascer em determinadas situações privilegiadas. Porém, é a partir do nascimento de uma criança que a humanidade recomeça, abrindo um caminho para o recomeçar e para continuar a vida. Neste caso, o que fica em evidência é a responsabilidade diante de um Ser.

A Responsabilidade Política é ampla, pois trabalha com espaços maiores em direções históricas. Já a Responsabilidade Paterna é centrada no desenvolvimento individual do ser. A Responsabilidade Política e Paterna tem o poder de decisões em relação à vida na continuidade no presente e futuro. No entanto, a responsabilidade não pode deixar de estar presente e nem ser interrompida.

As assistências paterna e governamental não podem tirar férias, pois a vida do seu objeto segue em frente, renovando as demandas ininterruptamente. Mais importante é a continuidade dessa existência assistida como uma preocupação, que ambas as responsabilidades aqui analisadas necessitam considerar em cada oportunidade de atuação. As responsabilidades particulares não se limitam apenas a um aspecto, mas também a um período determinado de uma existência (JONAS, 2006, p. 185).

Nesse aspecto, percebemos o quanto a Responsabilidade Política tem uma dimensão ampla na dimensão histórica. A preocupação fundamental neste momento está voltada ao futuro, pois implica a continuidade de uma identidade a qual integra diretamente a responsabilidade coletiva. Entretanto, na Responsabilidade Paterna existe uma preocupação voltada ao indivíduo, como, por exemplo, a criança adquire uma identidade histórica a partir de sua historicidade individual. É essa identidade histórica sobre o tempo que, para Jonas (2006), pode ser desenvolvida e garantida pela Educação, pois ocorre uma passagem da Responsabilidade Paterna para o mundo histórico. O processo de responsabilidade total via educação deverá ser da forma individual ao social, sem correr o risco de perder a identidade histórica.

Desta forma, Jonas entende que:

Todo educador sabe disso. Mas, além disso, e de forma inseparável encontra-se a comunicação da tradição coletiva, com o seu primeiro som articulado e a preparação para a vida em sociedade. Com isso, o horizonte da continuidade amplia-se no mundo histórico; uma se sobrepõe à outra, e assim é impossível à responsabilidade educativa deixar de ser “política”, mesmo no mais privado dos âmbitos (JONAS, 2006, p. 186).

A responsabilidade, seja ela por vias individuais ou coletivas, deverá ocupar-se com a vida, com o hoje e o amanhã. “Mas essa óbvia inclusão do amanhã no hoje, que tem a ver com a temporalidade como tal, adquire uma dimensão e uma qualidade totalmente nova no contexto da responsabilidade total” (JONAS, 2006, p. 186).

Considerações Finais

Para finalizar, enfatizamos a importância em aprofundar cada vez mais o diálogo acerca de temas emergentes e necessários, para um mundo justo de ser vivido. Um novo desafio se impõe para as gerações atuais pensar em como rearticular as escolhas do cotidiano é uma delas.

Necessitamos de uma educação articulada com base reflexiva, solidária e com muita determinação para trabalhar com temas tão preocupantes e emergentes, que já fazem parte de rotinas noticiosas. Para exigirmos mudanças, precisaremos realizar nossa própria mudança, e isso será definido no dia a dia, a partir das escolhas, dos nossos hábitos e das nossas necessidades.

Paulo Freire almejou um espaço de encontro de pessoas movidas pelo sonho de um mundo mais justo e humano. Lutava para que os educadores de todas as áreas pudessem se reunir e contribuir para a construção de uma educação como prática libertadora e solidária. Estamos vivendo um momento único no nosso Planeta, um momento de muitas invenções e produções em série e em massa, causando danos irreversíveis a meio ambiente, pela ação do homem com o meio. E mais uma vez a educação pode contribuir de forma significativa para a sobrevivência e garantia de um futuro mais digno, em que seja digno viver. Os educadores terão que ser responsáveis ao multiplicar ideias de responsabilidade, esperança, ante novos problemas que decorrem do avanço da própria ciência. E nesse sentido há que se introduzir no debate acadêmico questões emergentes e necessárias para a pesquisa, afim de que se possa desenvolver competências e habilidades que possam visar uma orientação para o conhecimento constante e permanente no centro das investigações ético-filosóficas e educacionais.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 10 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos.**

Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. **A sombra desta Mangueira.** 8 ed. São Paulo: Olho d'água, 2006.

JONAS, Hans. **Memórias.** Madrid: Losada, 2005.

_____. **O Princípio Responsabilidade:** ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

_____. **El principio del resposabilidad:** ensayo de una ética para la civilizacion tecnologica. Barcelona: Herder, 1995.

GESTÃO AMBIENTAL: Mineração de Argila em Monte Carmelo/MG/BRAZIL e seus IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS.

Cristiano Quirino Britto
Doutorando da Universidade Federal de Uberlândia
email: crisquirinobritto@hotmail.com

Samuel do Carmo Lima
Prof. Dr. do Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia/Minas Gerais
Email: samuel@ufu.br

Doutorando em Geografia Médica e Saúde Ambiental pela Universidade Federal de Uberlândia (2011); Mestre em Geografia e Zoneamento Ambiental pela Universidade Federal de Uberlândia (2004); Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999); Pesquisador Assistente em Políticas Públicas da Universidade de Massachusetts/Boston/EUA (2007-2008); Professor Palestrante da Universidade de Harvard/EUA (2008); Coordenador de Pesquisas do Centro de Imigrantes Brasileiros/ALLSTON/EUA(2007-2008); Pesquisador da Prefeitura de Boston/Massachusetts/EUA(2007-2008); Voluntário da Massachusetts Alliance of Portuguese Speakers/MAPS/ Allston/ EUA(2007-2008). Professor da Pós-Graduação do Curso de Gestão e Produção no Setor Sucroalcooleiro e Biodiesel e do Curso de Educação Ambiental/Faculdade Católica de Uberlândia (2010).

RESUMO

Essa pesquisa analisou os impactos ambientais e elucidou questões referentes à mineração do município de Monte Carmelo/Minas Gerais, com o objetivo de apresentar a caracterização dos problemas do setor mineral de extração de argila e propor medidas para melhorar seu processo de gestão ambiental. Este trabalho também ofereceu propostas para um gerenciamento integrado das questões ambientais e sociais através de medidas simples de integração da informação junto com a comunidade.

Palavras Chave: Mineração, Impactos Sócio-Ambientais

INTRODUÇÃO

Segundo CORREA (2003, PÁG.15), no Brasil, a atividade minerária de argila representa uma contribuição sócio-econômica decisiva e fundamental para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e de seu desenvolvimento igualitário, desde que seja realizada com responsabilidade social, tendo como base os princípios do desenvolvimento sustentável. O setor mineral no ano de 2000 representou 8,5% do PIB, ou seja, US\$ 50,5 bilhões de dólares, gerando cerca de 500.000 empregos diretos⁸⁷³. Segundo os Arranjos Produtivos de Base Mineral de setembro de 2002, no município de Monte Carmelo – MG o segmento representou 95,96% do emprego. Contudo, a atividade de mineração de argila causa impactos no meio ambiente e enfrenta hoje grandes impasses para sua regularização.

Conforme RESENDE (1997, PÁ.18), a extração de recursos naturais faz parte da história humana. De forma que seria impensável nosso dia-a-dia sem eles. Contudo, muito

⁸⁷³ Arranjos Produtivos de Base Mineral - Setembro de 2002.

tem se discutido sobre como conciliar a crescente necessidade humana de obter recursos, com a possibilidade de esgotamento dos mesmos. Esta situação não é diferente em Monte Carmelo/MG. A disponibilidade de matéria-prima mineral, sua relativa abundância, proximidade dos locais de consumo e, em alguns casos, a necessidade de sobrevivência faz com que essa atividade de extração alcance níveis diferenciados, ou seja, há áreas que são exploradas em escala industrial e áreas que são exploradas em pequena escala, responsável por conservar os que ainda trabalham de forma artesanal de acordo com o BANCO DE DADOS da -PREFEITURA DE MONTE CARMELO, 2009.

Dentre as áreas onde há extração de argila em Monte Carmelo, as olarias da zona norte se destacam por serem exploradas há mais de 50 anos por moradores do lugar, os quais acabaram assumindo a profissão de oleiros (fabrica tijolos) ou ceramistas (produzem artefatos cerâmicos). Ademais, a localização no entorno urbano de Monte Carmelo, a diversidade de paisagens naturais, o terraço fluvial explorado para a extração de argila, a planície lacustre-aluvial formada por uma série de lagoas e vegetação ciliar, os aspectos urbanos, a ocupação e uso do solo, a migração populacional e as vilas com área característica de periferia urbana fazem dessa área um lugar estratégico. O aproveitamento econômico dos recursos naturais produz conseqüências ambientais em várias interfaces que exigem soluções integradas com vários campos do conhecimento, ou seja, a gestão ambiental integrada. Por essa razão, o problema da pesquisa é quais os efeitos da extração de argila nas condições ambientais. Desta forma, é importante promover uma discussão que contemple os aspectos relacionados à mineração de argila, tais como as características do setor e de produtos relacionados à sua exploração, as questões sociais envolvidas, especialmente os componentes ambientais. (BANCO DE DADOS -PREFEITURA DE MONTE CARMELO, 2009).

Essa pesquisa analisou os impactos ambientais, bem como elucidou questões referentes à mineração do município. Sua finalidade foi apresentar a caracterização da problemática do setor mineral de extração de argila no município de Monte Carmelo no Estado de Minas Gerais e propôs algumas medidas para melhorar seu processo de gestão ambiental. Uma vez que este alicerça a base econômica do município. Este trabalho também ofereceu propostas para um gerenciamento integrado das questões ambientais e sociais através de medidas simples de integração da informação junto com a comunidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada baseou-se primeiramente em um referencial teórico através de um levantamento bibliográfico pertinente ao tema pesquisado; obtenção da percepção de funcionários, moradores e sócios das indústrias de cerâmica⁸⁷⁴, através de entrevistas e questionários.

Estas atividades foi realizada a partir de um levantamento das principais literaturas sobre o tema. Foram realizadas três visitas à campo e em duas indústrias de fabricação de telhas, para coleta de dados e da percepção social das questões ambientais. Posteriormente realizou-se a tabulação dos dados e as considerações finais.

Monte Carmelo é um município brasileiro do estado de Minas Gerais. Sua população estimada em 2006 foi de 50.694 habitantes⁸⁷⁵. De acordo com o Arquivo Patrimonial da Prefeitura de Monte Carmelo (2009), a principal atividade econômica da cidade é a produção de telhas, tijolos, artefatos cerâmicos e também é destaque na produção de curtume e de embalagens e ainda na produção de café, onde há grãos de altíssima qualidade servindo o Brasil com o café do cerrado carmelitano. O município possui hoje, cerca de 18 empresas, empregando mais de duas mil pessoas. Emprega 6.000 pessoas diretamente e cerca de 20.000 indiretamente. A diminuição das jazidas próximas às unidades de produção expandiu os locais de coleta para os municípios de Coromandel e Guarda-Mor. Essas duas atividades foram desenvolvidas até pouco tempo sem nenhuma atividade remediadora de impactos. O setor primário presente na história do município têm sido aquele que tem alavancado a sua economia. Primeiramente a pecuária e o extrativismo de diamante foram o carro-chefe, acompanhado de uma agricultura quase de subsistência, com destaque para o arroz, o feijão e o milho. Atualmente existe por volta de 15 empresas registradas na Associação dos Ceramistas, uma grande redução no que se refere ao levantamento realizado no ano de 2002, que registrava a presença 35 empresas, cada uma com mais de 100 empregados. Existe, no entanto, baixa informalidade na produção e alta informalidade na extração.

As principais rodovias que servem de acesso a Belo Horizonte são BR-381, BR-262, MG-187, MG-230, BR-365, MG-223, MG-190 e as principais rodovias que servem ao

⁸⁷⁴ Cerâmica: A **cerâmica** (do [grego κέραμος](#) — "argila") é a atividade de produção de artefatos a partir de argilas, que se torna muito plástica e fácil de moldar quando umedecida. Após submetida a uma secagem lenta à sombra para retirar a maior parte da água, a peça moldada é submetida a altas temperaturas que lhe atribuem rigidez e resistência mediante a fusão de certos componentes da massa, fixando os esmaltes das superfícies. A cerâmica pode ser uma atividade artística, em que são produzidos artefatos com valor estético, ou uma atividade industrial, através da qual são produzidos artefatos com valor utilitário. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cer%C3%A2mica>)

⁸⁷⁵ IBGE, 28 de agosto de 2008.

Na figura seguinte, pode-se observar os principais arranjos produtivos de base mineral e demanda mineral significativa no Brasil.

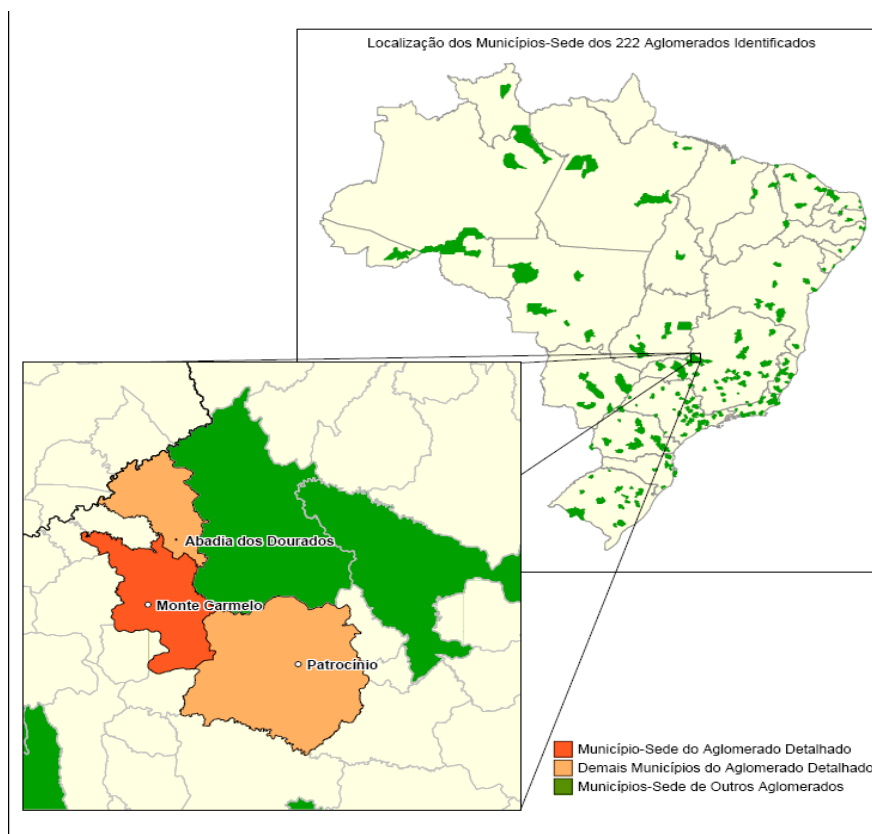


FIG 2: Cerâmica Não-Refratária para Uso Estrutural na Construção Civil na Região de Monte Carmelo, MG. Existe dificuldade em regulamentar a exploração do setor, com relação à preservação do meio ambiente, pois está, segundo a lei, em esfera federal, dificultando as ações na área municipal. O principal Rejeito é o caco de cerâmica, um grande problema que vem sendo objeto de estudo da UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Outro problema são os recursos energéticos utilizados. Os principais insumos energéticos são a lenha e a serragem, hoje originária de reflorestamento num raio de 100 km, mas antigamente era proveniente de madeira do cerrado quando a extração destas não era fiscalizada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para MEYER (2000, Pág. 55), a mineração é um dos setores básicos da economia brasileira, contribuindo de maneira decisiva para o bem estar e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento de uma sociedade

equânime⁸⁷⁷, desde que operada com responsabilidade. A problemática que envolveu a questão da mineração na cidade de Monte Carmelo – MG conduziu à realização desse trabalho, com a finalidade de avaliar os elementos envolvidos nessa atividade e, a partir do diagnóstico, sugeriu algumas medidas simples e baratas que oriente a comunidade sobre atividade, e compense os impactos ambientais diagnosticados, aplicando os princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental deste município.

Realizou um levantamento dos aspectos ambientais do setor de mineração do município de Monte Carmelo – MG, visando propor medidas singulares de gestão ambiental e educação interativa para a comunidade. Levantou uma discussão sócio-ambiental das atividades de extração e processamento de argila não refratária de uso estrutural em Monte Carmelo – MG.

Analysaram os dados coletados correlacionando os impactos ambientais observados com outros previamente estudados e publicados.

Realizou o levantamento documental e bibliográfico sobre aspectos socioambientais e econômicos relacionados ao setor de mineração de Monte Carmelo.

Como visto, em todas as fases de mineração e processamento da argila não refratária de uso estrutural, envolvem atividades degradadoras. Assim, é de responsabilidade da empresa a mitigação desses impactos, o que tem sido orientado por leis pertinentes às quais devem ser obedecidas e cumpridas por meio de órgãos ambientais competentes. (FARIAS, 2009, págs.12 e 13)

Para isso existe a Legislação Ambiental. Em geral, as empresas visitadas já vêem a necessidade de serem internalizados os custos da recuperação ambiental e já reconhecem como legítimas as preocupações com o meio ambiente. Em entrevistas realizadas, detectou-se muita preocupação das pessoas em relação a esta exploração, que segundo as mesmas, leva-se a matéria prima e não tem gerado riquezas para o município. Em contato com a Prefeitura e a Secretaria que cuida do assunto, constatou-se que para a exploração da jazida é necessário um projeto do proprietário para a retirada do barro, incluindo a restauração da área e a sua devida aprovação; fato que vem acontecendo desde 1997.

Segundo YAMAMOTO (2001,págs, 67 a 68), os impactos causados pela mineração podem ser das mais diversas naturezas e dimensões. Em geral, ocorrem um conjunto de efeitos não desejados que são denominados externalidades. São alterações ambientais, conflitos de

⁸⁷⁷ Equânime: adj m+f (lat aequanimu) 1 Que tem equanimidade. 2 V imparcial. Var: equânimo. Dicionário Michaelis.

uso do solo, depreciação de imóveis circunvizinhos, geração de áreas degradadas e transtornos ao tráfego urbano que geram conflitos no município. Além dessas externalidades, existem impactos diretos que são causados no meio físico e biológico de grande relevância. Dentre os quais não se pode deixar de citar:

Impactos associados á competição pelo uso e ocupação do solo, gerando conflitos sócio-ambientais pela falta de metodologias de intervenção, que reconheçam a pluralidade dos agentes envolvidos.

Supressão da vegetação, com a destruição das matas ciliares pelo desmatamento e queimadas para limpar o terreno. Como a extração é realizada nas várzeas dos rios, há um grande comprometimento dessas áreas.

Alteração nos aspectos qualitativos e no regime hidrológico dos cursos de água. Cabe mencionar que as atividades de mineração ocorrem em várzeas dos rios que, efetuada sem a utilização de critérios técnicos e ambientais, tem provocado ações punitivas dos órgãos ambientais e contribuído para uma imagem negativa da indústria cerâmica.

Desencadeamento de processos erosivos. Raramente são realizados estudos geológicos que contemplem toda a dimensão e entorno da obra. A lixiviação dos solos é provocado pela ausência da vegetação e o assoreamento dos rios acontece devido a deposição de rejeitos finos nas drenagens.

Mortalidade da ictiofalna, devido a destruição dos leitos dos rios e das nascentes que também provoca a fuga de animais silvestres, com a destruição de seus habitat.

Além desses impactos, devem-se considerar também os problemas de poluição atmosférica com a produção excessiva de material particulado, gerados durante o transporte e produção de rejeitos que, quando secos, transforma-se em pó e, pela ação dos ventos, esse pó espalha-se pelas ruas e avenidas, poluindo o ar e comprometendo o aspecto visual do local onde a empresa atua.

No entanto, a solução da questão passa por estudos que contemplem os benefícios e problemas gerados pela mineração local versus os benefícios e problemas decorrentes da mineração local.

Torna-se necessário um planejamento efetivo, desde a implantação do projeto da mina, de modo que, quando ocorrer seu fechamento os impactos sociais e ambientais sejam minimizados, possibilitando sempre enquadrar a atividade mineral no conceito do desenvolvimento sustentável.

Em prol da maior efetividade no controle ambiental e da conseqüente melhoria da qualidade de vida, algumas outras medidas poder ser tomadas, tais como:

Treinar e capacitar os funcionários das empresas e empreiteiras sobre a segurança no trabalho e sobre a proteção ambiental, englobando todo o processo de extração e fabricação do produto final.

Criação de um parque com as variadas fisionomias do Cerrado para abrigar os animais remanejados das áreas exploradas e monitoramento dos ecossistemas aquático e terrestre das áreas recuperadas dos PRADs (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas).

Este parque pode ser criado no local onde o município denomina-se de Matinha. É uma área de cerca de 30 ha., onde são realizadas trilhas e atividades educativas, e onde está a área de recarga dos mananciais de água da Bacia do Rio Douradinho, que abastece o município, mas ao qual ainda não foi oficializada a proteção.

Realização de palestras e cartilhas para a conscientização da comunidade que sobrevivem da produção da cerâmica, com atividades nas escolas e nas comemorações e festividades desta.

Adoção, por parte da empresa, de práticas ambientais como o maior aproveitamento da matéria prima.

Realizar a reciclagem dos resíduos (cacos de telha) gerados, utilizando-o para a pavimentação de estradas rurais.

Incluir a elaboração dos PRADs feitos em função os EIAS/RIMAS, onde as medidas de recuperação sejam simultâneas às diferentes fases do processo de lavra do mineral.

Retirar e reservar, para posterior uso, os solos da área lavrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter pioneiro da mineração no município de Monte Carmelo – MG resultou na abertura de novas atividades econômicas, o que possibilitou um desenvolvimento alternativo à pecuária e agricultura e oportunizou o crescimento do município e região. A rigidez locacional possibilitou que Monte Carmelo – MG se tornasse precursora na exploração da argila⁸⁷⁸, um minério não metálico utilizado principalmente na fabricação e tijolos e telhas. A cadeia produtiva do ciclo da argila compreende a extração do mineral até a fabricação de produtos industrializados e o manejo dos resíduos sólidos gerados.

Em virtude dessa atividade, carrega o peso do crime ambiental provocado pela extração descontrolada de argila, a cidade hoje (2009) exhibe um modesto progresso em virtude

878 Argila: Formada pela alteração de certas rochas, como as que têm feldspato, a argila pode ser encontrada próxima de rios, muitas vezes formando barrancos nas margens. Apresenta-se nas cores branca e vermelha. A argila é uma família de minerais filossilicáticos hidratados, aluminosos de baixa cristalinidade e diminutas dimensões (partículas menores do que 1/256 mm ou 4 µm de diâmetro), como a caolinita, Esmectita, montmorillonita, illitas, etc. Apresentam-se geralmente estáveis, nas condições termodinâmicas e geoquímicas da superfície terrestre ou de crosta rasa. Caulinos, bentonitas, argilas refratárias, terra fuller são tipos especiais de argilas que têm definições particulares decorrentes de aplicações tecnológicas, composição químico-mineralógica ou origem geológica.

da sua localização e das atividades econômicas que permanecem com certa estabilidade no mercado.

Até 1996 a extração da argila foi realizada praticamente sem nenhum controle ambiental e não havia restauração das áreas exploradas. O fato desencadeou certa degradação de áreas rurais no município, e atualmente existem muitas ações judiciais contra os ceramistas da cidade de Monte Carmelo de suas cidades vizinhas.

Para mitigar esses impactos, a legislação age de forma a ponderar essas ações impactantes através das leis, que atualmente exigem a elaboração dos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais, nos quais é imprescindível a inclusão dos PRADs (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas).

O grande problema da região é que os produtores de cerâmica locais não conseguem licença para extrair argila, porque as áreas já foram requeridas. Assim, dada à incerteza gerada, a extração é feita de qualquer forma, sem uma preocupação com o impacto ambiental. A Associação dos ceramistas de Monte Carmelo tem um departamento de meio ambiente, com o objetivo de dar suporte técnico a seus associados.

Contudo, apesar da legislação brasileira ser considerada uma das mais avançadas a lentidão da justiça, a fiscalização ineficiente das autoridades e a falta de consciência das empresas mineradoras em adotar práticas de produção mais sustentáveis vêm causando graves impactos nas áreas de mineração por todo o território nacional.

ABSTRACT

This research examined the environmental impacts and clarified issues concerning the mining town of Mount Caramel / Minas Gerais, with the aim of presenting problems of characterizing the mineral sector of clay extraction and propose measures to improve its environmental management process. This work has also offered proposals for an integrated management of environmental and social issues through simple measures of integration of information with the community.

Keywords: Mining, Socio-Environmental Impacts

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC. Associação Brasileira de Cerâmica. Cerâmica no Brasil - Panoramas Setoriais - Acesso em 14 de março de 2009.

ARRANJOS PRODUTIVOS DE BASE MINERAL . Aglomerado: Monte Carmelo – Minas Gerais. Cerâmica não refratária de uso estrutural. DNPM. Setembro de 2002.

BANCO DE DADOS. Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, Minas Gerais. 2009

BARBOZA, Frederico Lopes Meira e Alfredo C. Gurmendi (orgs). Economia Mineral do Brasil. Brasília: DNPM, 1995.

BRASIL. Resolução CONAMA nº. 001 de 23 de janeiro de 1986. Disponível em www.mma.gov/port/conama/res/res86/res0186.html. > Acesso em 22 de maio de 2009.

BRÜSEKE. Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI (org). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA, disponível em <http://www.paranaiba.cbh.gov.br/site/bacia/bacia.htm>. Acesso em 22 de janeiro de 2009.

Cerâmica Artesanal. Disponível em [http:// www.abc.com.br](http://www.abc.com.br) >. Acesso em 05 de Novembro de 2009.

Companhia de Pesquisa de Recursos de Usos Minerai- **CPRM**.2001.

CORREIA FILHO. F. L. Projeto Avaliação de Depósitos Minerai para a Construção Civil Departamento Nacional de Produção Mineral – **DNPM**.Brasilia, 2003.

FARIAS, Carlos Eugênio Gomes. Mineração e Meio Ambiente no Brasil. Disponível em http://www.cgee.org.br/arquivos/estudo011_02.pdf . Acesso em 16 de fevereiro de 2009.

FARIAS, Carlos Eugênio Gomes. Mineração e Meio Ambiente. Relatório Preparado Para o CGEE PNUD, outubro, 2002. Disponível em www.cgee.org.br/arquivos/estudos00102.pdf. > Acesso em 20 de novembro de 2009.

KOPEZINSKI, Isaac. Mineração x Meio ambiente: considerações legais, principais impactos ambientais e seus processos modificadores. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

MEYER, Murilo Machado. Gestão Ambiental no setor mineral: um estudo de caso. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de produção. Florianópolis: UFSC, 2000.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Agenda 21 brasileira: ações prioritárias. v.2. Brasília: MMA/PNUD, 2002. 138p. MME/DNPM, Mineração no Brasil – Informações Básicas para o Investidor. 2ª ed. Setembro de 2000.

Monografia submetida à Pró-Reitoria de pesquisa e pós-graduação da UFPI como requisito para a obtenção do título de agente de inovação e difusão tecnológica. Teresina, 1999.

OLÍMPIO, José Adauto. A Indústria cerâmica na Região Polarizada por Teresina - PIAUÍ.

PI/MA. Teresina: CPRM, 1997. v.1. CRISTOFOLETTI, Antônio e BECKER, Bertha K. e outros (orgs). Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.

PMT – Prefeitura Municipal de Teresina. Secretaria de Planejamento. Documento Síntese do Programa Lagoas do Norte em Teresina, 2004.

POLETTO, Emílio Rafael. **O desenvolvimento territorial e a utilização dos recursos naturais: a mineração de argila no APL de pisos e revestimentos cerâmicos de Santa Gertrudes (SP).**

Disponível em

http://www.amigosdanatureza.org.br/noticias/358/trabalhos/323.mineracao_santa_gertrudes.pdf.

Consulta realizada em 18 de Março de 2009.

RESENDE, Nélio G. M. Argilas nobres e zeolitas na bacia do Parnaíba: relatório final do projeto – Belém: CPRM, 1997. 33p.

YAMAMOTO, Jorge Kazuo. Avaliação e Classificação de Reservas Minerais. São Paulo: Edusp (Editora da Universidade de São Paulo), 2001.

DESASTRES NATURALES EN EL CONO SUR: *UNA PERSPECTIVA GLOBAL Y TEMPORAL DEL RIESGO*

Daniel Esteban Oyarzún Opitz⁸⁷⁹
Universidad de Los Lagos
Programa de Estudios Sociales
Pedagogía en Historia y Geografía
Correo: daniel.oyarzun@ulagos.cl
Celular: 08-4165306 / 09-3872410

RESUMEN

Para la comprensión de la dinámica que evidencia nuestro medio natural, es importante tener en cuenta ciertos conceptos claves, como riesgo y desastre natural, aspectos fuertemente desarrollados en nuestro medio, siendo términos frecuentes y muy aplicables hoy en día, y que perduran de manera radical en el tiempo y espacio. Es por ello, que el rol de la educación es fundamental al momento de establecer ciertos criterios que nos permitan conocer nuestro entorno y ejercer sobre él de forma adecuada.

PALABRAS CLAVES: Riesgo natural, Desastre natural, Educación ambiental, Gestión ambiental, Conciencia colectiva.

INTRODUCCIÓN

Es un hecho que en nuestro diario vivir, frecuentemente nos enfrentamos a ciertas situaciones de riesgo de diversa consideración, índole y origen (a nivel macro, hechos del medio humano y del medio natural); es por ello, que nuestra cotidianeidad de alguna u otra manera se encuentra sumida a estos escenarios y/o realidades que conforman, estructuran y condicionan nuestra existencia. De esta forma, se pueden evidenciar contextos en el cual el ser humano se logra desenvolver tanto de manera individual como de manera colectiva; estos ambientes hacen alusión al espacio físico en sí, el cual se caracteriza por ser aquel medio en el que se desarrolla de manera dinámica y continua la vida, es decir, el contexto de la naturaleza o del medio ambiente.

Evidentemente se puede establecer que en la línea de nuestra existencia, se presenta un dinamismo por parte del entorno natural y físico en el cual coexistimos; en este sentido, se

⁸⁷⁹ Estudiante de Pregrado, VII semestre de la carrera de Pedagogía en Educación Media mención Historia y Geografía de la Universidad de Los Lagos. Gestor y Colaborador del Programa de Estudios Sociales de la Universidad de Los Lagos. Expositor en el congreso “Ciencias, Tecnologías y Culturas. Diálogo entre las disciplinas del conocimiento. Mirando al futuro de América Latina y el Caribe” realizado en la Universidad de Santiago, Santiago de Chile, con la investigación “Inundaciones en el sector urbano de Rahue Bajo. Vulnerabilidad Etárea y Socioeconómica según indicador NBI3”. Ayudante de Cátedra en Geografía y Computación Básica en la carrera de Pedagogía en Historia y Geografía.

produce una dinámica natural de nuestro entorno, es decir, constantes transformaciones físicas o concretas, en conjunto con la presencia de eventos naturales (tanto positivos: procesos naturales, como negativos: desastres naturales) de las cuales somos partícipes aunque no lo deseemos. Esta “participación humana” en aquellos eventos, se condiciona a partir del lugar y posición geográfica en el cual resida la población, y tales eventualidades naturales se ostentarán según los diversos factores y elementos geográficos de aquella región. De esta forma, se obtiene que gran parte de esta dinámica, anteriormente mencionada, es casi imperceptible para la cotidianidad del ser humano, como por ejemplos, los procesos de erosión o de sedimentación, producidas por factores como el viento, los ríos, los glaciares, entre otros, mientras que en otros casos, el comportamiento de los elementos naturales es violento, como los movimientos sísmicos y las erupciones volcánicas; estos últimos, sin duda ponen en riesgo a las sociedades, además de sus bienes y/o sus actividades⁸⁸⁰.

Uno de estos eventos naturales de los cuales se hacía mención, es aquel que hace alusión a los desastres naturales, los cuales son aquellas situaciones o fenómenos que ocurren al interior de las sociedades producto de la materialización de condiciones de riesgo existentes⁸⁸¹; en este sentido, para que se produzca una situación de riesgo, deben existir dos condiciones necesarias para la presencia del evento; por un lado, la existencia de un agente detonante de origen natural que caracterice a una amenaza, mientras que por otro lado, el aspecto de la vulnerabilidad, que se refiere a aquellas condiciones sociales internas las cuales producen una serie de efectos paulatinos y/o graduados sobre el territorio afectado, evidenciándose una vez ocurrida y plasmada la amenaza, o en su defecto, el desastre.

En la naturaleza los tifones, terremotos, erupciones volcánicas o derivas continentales son momentos de una indefinida sucesión de cambios. Permanentes movimientos de material generan la liberación de energía mediante un terremoto; en el clima interactúan procesos de evaporación, vientos, lluvias, sequías y corrientes: no hay intencionalidad en ellos. La aparición, primero del agua, luego de formas de vida elemental, más tarde de vegetales y muy posteriormente de animales, cambió por completo el aspecto y las características de la superficie planetaria y posibilitó el surgimiento de la sociedad.⁸⁸²

⁸⁸⁰ PLANETA SEDNA, *Los Desastres Naturales*. Abril de 2007. Passim.

⁸⁸¹ MÁRQUEZ, Rodrigo. *Desastres Naturales en Osorno: Inundaciones y Anegamientos en el sector urbano de Franke*. Espacio Regional, Revista de Estudios Sociales. Universidad de los Lagos. Vol. 2, (nº5). Año 2008. ISSN: 0718-1604. p.28

⁸⁸² DA CRUZ, José. *Ecología Social de los Desastres*. Editorial Coscoroba. Montevideo, Uruguay. Año 2003. ISBN 9974-7616-6-2. p. 12

No solamente factores naturales causan desastres: la tecnología conlleva riesgos, la urbanización también. La naturaleza es neutral: los desastres se originan en la relación de la sociedad con procesos de origen múltiple, intencionales o no⁸⁸³. Es de esta manera, como es de suma importancia entender el aspecto del riesgo natural como materia clave en el desarrollo de la educación ambiental desde el ámbito pedagógico; de alguna u otra forma, el tema del riesgo debe incidir en la educación, como agente de cambio⁸⁸⁴ ante los diversos problemas de carácter ambiental contemporáneos o actuales, los cuales se han presentado desde tiempos remotos. El aspecto de la instrucción y del conocimiento del espacio en el que se vive y coexiste, es de vital importancia para la obtención de un desarrollo armónico en sociedad.

Desde el punto de vista teórico y con el fin de apreciar de mejor forma las distintas relaciones en la que se encuentra inmerso el ser humano, ya sea tanto en relaciones humanas y/o sociales como en relaciones con el medio ambiente, es que se expondrán distintas conceptualizaciones en torno al tema que nos compete. No cabe duda alguna, que nuestra cotidianeidad, sumida en el espacio-tiempo, sufre constantemente alteraciones o transformaciones, que hacen de aquel atributo, un aspecto dinamizador dentro de la esfera global. Es de esta forma, como se logra evidenciar una determinada relación entre la diversa gama de conceptos en las que se hace partícipe el ser humano; es decir, se logra cierta reciprocidad de elementos (naturales y antrópicos) en función de una condición holística⁸⁸⁵, en otras palabras, se conforma un todo.

Es así, como en primera instancia el ser humano cuenta con un *medio natural*, dentro del cual se desenvuelve, transforma o modifica en relación a sus intereses, creando una atmósfera conceptualizada como *medio humano*; estas dos concepciones nos indican, que dichos eventos naturales, si bien ocurren dentro del ambiente o medio natural, también modifican el accionar humano por medio de los desastres naturales; de esta manera, se da conocer la interacción, o en su defecto, la relación misma entre estos dos ámbitos⁸⁸⁶.

⁸⁸³ DA CRUZ, José. *Ecología Social de los Desastres*. Editorial Coscoroba. Montevideo, Uruguay. Año 2003. ISBN 9974-7616-6-2. p. 12

⁸⁸⁴ LEAL, Patricia. *Educación Ambiental en Chile: Una necesidad ineludible*. Educación y Humanidades. Vol. 1, (nº1). Año 2010. ISSN: 0718-8242. p. 1

⁸⁸⁵ HIGUERAS, Antonio. *Teoría y Métodos de la Geografía*. Editorial Prensas Universitarias de Zaragoza. Zaragoza, España. Año 2003. Colección propia. Passim.

⁸⁸⁶ HAWLEY, Amos. *Ecología Humana*. Madrid, España. 3ra ed. Año 1982. ISBN: 843090557-X. Passim.

OBJETIVOS

OBJETIVO GENERAL

Analizar el comportamiento que ha experimentado el riesgo natural en la historia, logrando establecer una construcción temporal y espacial de ésta última, evidenciando con ello, los hechos más significativos que se hacen parte en este ámbito. Junto con aquello, constituir o estructurar una imagen conceptual y teórica respecto al tema trabajado, observando y desarrollando distintas concepciones y palabras claves en teoría del riesgo; para finalmente, establecer y otorgar el aspecto de la educación como puntal base y guía en la transmisión del conocimiento ambiental, relativo a temas de riesgo y desastres naturales.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar los principales conceptos que engloba a la teoría del riesgo (riesgo, amenaza, vulnerabilidad, etc.), desarrollándolas desde la perspectiva conceptual (teórica), abarcando una revisión bibliográfica y apreciación personal en la materia.

Conocer e identificar las características principales que ostenta el tema del riesgo natural, tanto en la teoría como en la práctica, evidenciando con ello, el comportamiento temporal y espacial que ha manifestado a lo largo de la historia (revisión bibliográfica).

Comprender a la educación como aquel conducto viable e ideal en materia de instrucción ambiental; aspecto base y fundamental en el conocimiento y comprensión del entorno o medio ambiente, necesario para instancias propias de nuestra cotidianidad como la preparación y la mitigación ante un desastre (Riesgo ex ante y Desastre ex post).

RELACIÓN MEDIO NATURAL Y MEDIO HUMANO

Desde tiempos remotos, y más aún, desde su aparición en la esfera global, el hombre ha enfrentado diversos escenarios naturales y/o geográficos, de modo que ha tenido que adaptarse en el tiempo, de tal manera de transformarse en un agente dinamizador en el accionar de este medio natural⁸⁸⁷. Se obtiene, y la experiencia nos avala, que el hombre se ha adaptado, se ha desarrollado, y ha satisfecho (y por lo demás lo sigue haciendo) sus necesidades en desmedro del medio natural. De esta forma, se establece que existe una determinada relación de dependencia, por llamarlo de alguna forma, entre la naturaleza y las diversas actividades del hombre, ya que en la escala de su evolución, ha tenido que lidiar con

⁸⁸⁷ DEMANGEOT, Jean. *Los medios naturales del globo*. Barcelona, España. Editorial Masson. Año 1989. ISBN: 8431104872. Passim.

ciertos riesgos, y de alguna manera la naturaleza le proporciona los elementos necesarios para su subsistencia.

Lo anterior se avala con lo siguiente: “La vida del hombre en la tierra, sin lugar a dudas que se ha complejizado, la mediatización y la dependencia que sufre el hombre hoy en día es abrumadora. Por ejemplo, solo basta con imaginar la cantidad de actividades que se dejan de realizar en sociedad en un día sin electricidad. De este modo, el uso del medio natural y sus elementos es hoy sin lugar a dudas mucho más fuerte que hace cien años, y del mismo modo lo seguirá siendo en los años venideros”⁸⁸⁸. Siguiendo esta lógica, se logra observar la relación del hombre con su medio ambiente o con la biosfera, de acuerdo a los distintos componentes de esta última, en la cual se ubica al hombre como núcleo central. De esta manera, se vislumbra que desde la antigüedad hasta la actualidad, y siguiendo la senda del futuro, el hombre demanda elementos naturales, hace uso del medio natural (ecosfera), explota los recursos naturales – suelo, subsuelo, agua, aire⁸⁸⁹ - satisface sus necesidades y finalmente saca a la luz sus desechos.

Cabe señalar también, que a lo largo de su historia, el hombre ha concentrado sus fuerzas en la adaptación y sobrevivencia en el medio natural, utilizando a aquel instrumento, que sólo nuestro ser posee, a diferencia de los animales y del resto de las especies del globo, como lo es la razón. Con este aspecto, el hombre hace de su vida, una cotidianeidad con altura de miras y expectativas que tenga directa relación con la satisfacción de sus necesidades, desde las más básicas hasta las más complejas.

Sin embargo, a pesar de contar con el raciocinio, se establece el hecho de que muchas veces pareciese que no se aplicase, o en sí, no se toman las medidas necesarias para evitar riesgos, sobre todo desde la perspectiva del asentamiento humano. La ubicación geográfica de una determinada población, está determinada de acuerdo a las características espaciales que presente la misma, y con ello, se logran establecer parámetros de ventaja y desventaja del asentamiento según diversas condiciones; es por esto, que la ubicación de ciertas sociedades humanas, por ejemplo en las riberas o laderas de un río, se transforma en una situación alarmante, y en un peligro constante.

También se cuenta con otros datos; el hombre se ha encargado de alguna u otra forma, en generar peligros naturales en donde no existían antes; por ejemplo, “Los volcanes erupcionan

⁸⁸⁸ MARQUEZ, Rodrigo. *Los desastres naturales en Osorno 1950-1999*. Seminario presentado para optar al título de Licenciado en Educación Media, con mención Historia y Geografía. Osorno, Chile. Universidad de los Lagos. Noviembre de 2004. p.8.

⁸⁸⁹ Idem.

periódicamente, pero sólo pasan a ser clasificados como peligros cuando los ricos suelos formados sobre sus productos de eyección son utilizados para cultivo, o para el establecimiento de asentamientos humanos”⁸⁹⁰.

De esta forma, y volviendo al aspecto de la relación entre medio natural y humano, se obtiene si aceptamos entonces que la naturaleza, a lo largo del transcurso histórico, ha pasado a ser menos “natural” y más “cultural”, se puede hablar de que existe una naturaleza humanizada como resultado de la colonización del ambiente⁸⁹¹. Finalmente, en el mismo proceso de humanización de la naturaleza surgieron también las relaciones sociales, estableciéndose de esa forma, relaciones de poder y de cooperación entre individuos.

RIESGO

La idea de *riesgo* en la vida del hombre, sin duda alguna denota cierta ambigüedad al momento de su aplicación en la realidad, ya que a pesar de que etimológicamente sea en simples palabras una “probabilidad de”, puede ser visto desde distintas perspectivas, ya sea en el ámbito económico, social, político, geográfico, etc. Es por esto, que aquel concepto, será utilizado de acuerdo al tema en cuestión, es decir, desde una perspectiva netamente geográfica, en la cual se revelarán los diversos grados de riesgo que posee un determinado territorio en conjunto con cierta población residente.

Siguiendo esta perspectiva, en primera instancia, se establece que la idea de riesgo hace alusión al “porvenir sin certeza”⁸⁹² presente desde siempre en las sociedades humanas. De acuerdo a su etimología, el término *Riesgo*, proviene del griego *Rhiza*, que hace alusión a los peligros de navegar alrededor de un arrecife⁸⁹³. Sin embargo, desde hace siglos y en la actualidad, se concibe que la idea de riesgo trasciende más allá de una navegación, superponiéndose en todos los escenarios geográficos posibles habidos y por haber en la esfera terrestre. De esta forma, el riesgo, tomado desde distintas aristas, se convierte en un peligro latente y en una constante incertidumbre para la población en un territorio determinado.

Para la ONU (Organización de Naciones Unidas), el riesgo no es sino “el grado de pérdida previsto, debido a un fenómeno natural determinado y en función tanto del peligro natural

⁸⁹⁰ MARTÍNEZ, Carolina. *Riegos Naturales*. Universidad de Concepción. Año 2009. p. 8

⁸⁹¹ DA CRUZ, José. *Ecología Social de los Desastres*. Estocolmo, Suecia. Ediciones Coscoroba. Año 2003. Passim.

⁸⁹² Ídem.

⁸⁹³ Ídem.

como de la vulnerabilidad⁸⁹⁴; mientras que para el ambientalista Gustavo Wilches – Chau, el riesgo sería cualquier fenómeno de origen natural o humano que signifique un cambio en el medio ambiente que ocupa una comunidad determinada, que sea vulnerable a ese fenómeno⁸⁹⁵. Como se logra observar, son varias las semejanzas que se establecen entre toda esta terminología en torno al riesgo; clave es señalar, que una de aquellas semejanzas, es que se exponen enunciados como: *grado de pérdida, fenómeno natural y vulnerabilidad*, esto nos indica que el riesgo en sí no actúa por sí solo en el ambiente, sino que trae consigo demás variables que logran establecer estas relaciones y dinamismo en la naturaleza y en la vida del hombre.

A percepción propia, el riesgo no es sino la probabilidad de ocurrencia de un evento o fenómeno potencialmente peligroso para la población, siendo susceptible de causar cierto daño a las personas y a sus bienes, suscitado en un lugar dado y en un momento determinado.

A partir de lo anterior, se logran definir dos componentes esenciales en todo proceso de riesgo. En primera instancia (y en relación al medio natural), se hablará de una *amenaza* como elemento o condición externa del riesgo; acto seguido, se expondrá una *vulnerabilidad*, como condición interna del riesgo⁸⁹⁶.

De esta forma, los conceptos se relacionarían de la siguiente forma:

$$\text{RIESGO} = \text{AMENAZA} +$$

Fuente: Elaboración propia.

Es así, como una vez desatada la amenaza, el riesgo natural se activa y es inminente, mientras que entra en juego el grado de vulnerabilidad de la población o de los elementos en cuestión, desatándose de esta forma la catástrofe o desastre natural.

AMENAZA

Sin duda alguna, el fenómeno natural es de carácter cotidiano y regular; generalmente coexistirán con él, pues es parte de nuestro medio ambiente, de esa manera encontramos a las

⁸⁹⁴ SCRIPTA Nova, *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Disponible en: <http://www.ub.es/geocrit/nova.htm>

⁸⁹⁵ SECRETARÍA de gobierno municipal. *Atlas de peligros naturales*. Puebla, México. Centro universitarios para la prevención de desastres regionales. Año 2009. p.1

⁸⁹⁶ MARQUEZ, Rodrigo. Los desastres naturales en Osorno 1950-1999. Seminario presentado para optar al título de Licenciado en Educación Media, con mención Historia y Geografía. Osorno, Chile. Universidad de los Lagos. Noviembre de 2004. Passim.

lluvias de temporada, días calurosos, vientos y cambios climatológicos estacionales; también tenemos una infinidad de pequeños sismos a diarios que pasan inadvertidos y que no necesariamente representan una amenaza⁸⁹⁷. Sin embargo algunos fenómenos naturales por su tipo y magnitud, así como por lo sorpresivo de su ocurrencia y su efecto directo a un sistema poblacional - sea grande o pequeño – pueden representar verdaderamente una amenaza.

La amenaza en sí, puede definirse como aquella probabilidad de ocurrencia de un evento, ya sea de origen natural o humano, siendo además un factor externo del riesgo; se representa por la potencial ocurrencia de un fenómeno desencadenante, el cual puede producir un desastre.

El Decenio Internacional para la Reducción de Desastres Naturales (DIRDN – ONU), plantea a la amenaza como “la probabilidad de que un fenómeno, de origen natural o humano se produzca en un determinado espacio y tiempo. Puede ser de tres tipos, según su origen; geológicas (tierra), hidrometeorológicas (agua), y tecnológicas (cultura humana). Es importante tomar en cuenta que las amenazas se encadenan unas con otras, elevando la probabilidad de desastre”⁸⁹⁸.

Según la OEA (Organización de Estados Americanos), una amenaza natural “Hace referencia a todos los fenómenos atmosféricos, hidrológicos y geológicos, que por razón del lugar en que ocurren, su severidad y frecuencia, pueden afectar de manera adversa a los seres humanos, a sus estructuras y actividades”⁸⁹⁹. Es más, el ambientalista Gustavo Wilches – Chaux, nos plantea un ejemplo acerca del tema; nos dice que: un ciudadano ha desentejado su techo para efectuar unas reparaciones, con lo cual su casa se ha vuelto temporalmente vulnerable frente al fenómeno del aguacero (*amenaza*). La probabilidad de que caiga un aguacero durante el tiempo en el cual la casa carece de techo (probabilidad que se manifiesta en negros nubarrones y truenos) constituye una amenaza para el ciudadano. La intensidad del mismo (es decir los daños que produzca) dependerá de la magnitud (cantidad de agua, duración evento) del aguacero y del grado de vulnerabilidad de la casa, además del valor y de los bienes expuestos al riesgo⁹⁰⁰.

Con esto, cabe señalar también, que si bien las amenazas naturales, están asociadas con la posible ocurrencia de fenómenos de la naturaleza, producto de la expresión de su dinamismo y funcionamiento, se debe hacer hincapié en la vinculación que posee la amenaza natural con

⁸⁹⁷ SECRETARÍA de gobierno municipal. Atlas de peligros naturales. (PDF). Puebla, México. Centro universitarios para la prevención de desastres regionales. Año 2009. p.1.

⁸⁹⁸ MOLIN, Helena y VILLALOBOS, Margarita. *Riesgos y Desastres: El papel de los comunicadores sociales para el cambio cultural hacia la prevención*. 6 y 7 mayo de 1999. p.6.

⁸⁹⁹ MARTÍNEZ, Carolina. *Riesgos Naturales*. Universidad de Concepción. Año 2009. p.5.

⁹⁰⁰ MOLIN, Helena y VILLALOBOS, Margarita. *Riesgos y Desastres: El papel de los comunicadores sociales para el cambio cultural hacia la prevención*. 6 y 7 mayo de 1999. p.6.

las esferas físicas presentes en la tierra, y que por ende, componen el medio natural, nos referimos a la atmósfera, litosfera e hidrosfera⁹⁰¹.

VULNERABILIDAD

Siguiendo con los componentes del riesgo, la *Vulnerabilidad* se presenta como un factor interno de riesgo, que no debe relacionarse tan sólo con la exposición del contexto material, o la susceptibilidad física de los elementos que fueron afectados, sino que también con las fragilidades sociales y la falta de resiliencia de la población perturbada (entendida la resiliencia como aquella capacidad para responder o absorber el impacto del desastre)⁹⁰². A juicio propio, el concepto de *vulnerabilidad*, está asociado a la probabilidad de que un sistema o sujeto expuesto, sea afectado por aquel suceso o fenómeno que caracteriza a una determinada amenaza. Sin embargo – y al igual que los conceptos anteriormente mencionados – la concepción de *vulnerabilidad* no tan sólo puede ser aplicable a la variable geográfica o natural, sino que también puede ser vista desde otras perspectivas, como es el caso de la visión socioeconómica de una población, tomado desde la línea de la pobreza; también desde la perspectiva de la vulnerabilidad ambiental, bajo el amparo de la explotación inadecuada y la destrucción de los recursos naturales; o asimismo, sin ir más lejos, desde el ámbito de la educación, en donde por ejemplo, la ausencia de conocimientos sobre las causas, los efectos y las razones por las cuales se presentan desastres, el desconocimientos de la historia y la falta de reparación, sumado la ignorancia e impericia acerca del comportamiento individual y colectivo en caso de desastre, son aspectos que hacen que una población determinada sea más vulnerable⁹⁰³.

La vulnerabilidad es siempre distinta según las circunstancias de cada persona o grupo social; se entiende como el grado con base en el cual los grupos, clases, regiones o países se comportan y sufren de manera distinta entre sí ante el riesgo, en términos de las condiciones sociales, económicas y políticas específicas⁹⁰⁴. Lo anterior, lo avala Omar Darío Cardona (Universidad de Colombia), afirmando que “La Vulnerabilidad entre los desastres es el resultado de la conducta del ser humano. Describe el grado en que un sistema socioeconómico es susceptible al impacto de los fenómenos naturales o provocados por el ser humano. Incluye

⁹⁰¹ MARQUEZ, Rodrigo. *Los desastres naturales en Osorno 1950-1999*. Seminario presentado para optar al título de Licenciado en Educación Media, con mención Historia y Geografía. Osorno, Chile. Universidad de los Lagos. Noviembre de 2004. p.18

⁹⁰² Ídem. p.21

⁹⁰³ Ídem. Tabla adaptación de Gustavo Wilches – chaux.

⁹⁰⁴ SECRETARÍA de gobierno municipal. *Atlas de peligros naturales*. Puebla, México. Centro universitarios para la prevención de desastres regionales. Año 2009. p.1.

aspectos como el estado de los asentamientos humanos, la infraestructura, las políticas y la gestión pública, y la capacidad de organización en todos los campos del manejo de los desastres”⁹⁰⁵. Mientras que Piers Blaikie (Universidad de East Anglia), plantea que “la vulnerabilidad se entiende como las características de una persona o grupo de ellas en relación con su capacidad de anticipar, enfrentar, resistir y recuperarse de un desastre”⁹⁰⁶.

De esta forma, se logra comprender que la vulnerabilidad, en base a su proceso y consiguiente desarrollo en los eventos y/o desastres acaecidos en la realidad, cuenta de tres importantes condiciones. En Primera instancia, el concepto en cuestión, abarca las condiciones físicas peligrosas, en otros términos, el grado de *exposición* a la amenaza. Se trata de aquella condición de susceptibilidad que tiene el asentamiento humano afectado por estar en el área de influencia de los fenómenos peligrosos, y por su fragilidad física. En segunda instancia, se cuanta con las condiciones socioeconómicas, es decir, la *fragilidad social*, predisposición que surge como resultado del nivel de marginalidad y segregación social del asentamiento humano. Y por último, la capacidad de recuperación individual o colectiva ante el desastre, es decir, la *resiliencia*, que hace alusión a la capacidad de respuesta y absorción ante el impacto de la catástrofe⁹⁰⁷.

ANTECEDENTES PRINCIPALES DEL RIESGO (CONSTRUCCIÓN TEMPORAL Y ESPACIAL)

Es de conocimiento general que la idea del riesgo ha estado presente a lo largo del tiempo durante toda la historia de la humanidad. Independiente del contexto histórico o socio-espacial que se suscite, la idea del riesgo se manifiesta de diferentes maneras y formas, las cuales de alguna u otra forma, condicionan el accionar cotidiano del hombre en sociedad. Cabe señalar además, que si bien, en épocas pasadas, la conceptualización propia del término *Riesgo* no era la misma que se concibe hoy en día, si presentaba ciertos rasgos que permiten establecer ciertas semejanzas con los fenómenos actuales. Remontándonos hacia el pasado, quizás el primer indicio de una práctica social en donde se involucraba el tema del riesgo, es aquella aludida a las comunidades de la antigua Babilonia⁹⁰⁸ (año 3200 a.C. aprox.) en el valle de los ríos Tigris y Éufrates. Según se establece, en aquella comunidad existió un grupo

⁹⁰⁵ MOLIN, Helena y VILLALOBOS, Margarita. *Riesgos y Desastres: El papel de los comunicadores sociales para el cambio cultural hacia la prevención*. 6 y 7 mayo de 1999. p.8.

⁹⁰⁶ SECRETARÍA de gobierno municipal. *Atlas de peligros naturales*. Puebla, México. Centro universitarios para la prevención de desastres regionales. Año 2009. p.1.

⁹⁰⁷ INSTITUTO de la Teoría de la Arquitectura y Urbanismo. *Gestión del riesgo en eventos de inundaciones*. Facultad de Arquitectura, Universidad de la República. Santiago de Chile. Noviembre de 2007. Passim.

⁹⁰⁸ CARDONA, Omar. *Teoría del Riesgo y Desastres*. Bogotá, Colombia. Año 2003. p.1

llamado el Asipu. Dentro de sus funciones estaba la de grupo consultor, en caso de la toma de decisiones difíciles, por lo inseguras o inciertas. La interpretación, de alguna forma evidenciaba ciertas características de la “predicción”, en donde se establecía la situación en específico, las alternativas de acción y en algunos términos aspectos como el éxito o el fracaso. Este ejemplo en particular, si bien no permite evidenciar un cabal sentido de la idea de riesgo que se posee hoy en día, si nos accede a pensar en el hecho de que toda acción humana (organización, asentamiento, actividad económica, política, geográfica, entre otros) sobre un determinado territorio, conlleva a un futuro incierto, cuya organización paulatina se verá enfrentada a ciertas situaciones, las cuales determinarán la forma de manifestación del riesgo. Lo que nos queda muy claro en todo esto, es que si en antaño, la idea del riesgo se concebía de forma sobrenatural – por decirlo de alguna manera – en situaciones fuera de lo común, hoy en día estos escenarios son reales y concretos, y sólo basta observar de forma detenida la dinámica que se produce entre las sociedades humanas y la naturaleza para dar cuenta de que la idea del riesgo se encuentra presente de forma ineludible en nuestro entorno. Ya en lo que se denomina “la edad antigua”, se logra establecer de manera concreta la idea del riesgo aplicada y manifestada en la naturaleza; de hecho, se concibe que el origen etimológico de la palabra *Riesgo* proviene del vocablo griego *rhiza*, término que hace alusión a los peligros de navegar alrededor de un arrecife. Sin ir más lejos, se logra establecer que las civilizaciones desarrolladas en América, llámese Mayas, Aztecas e Incas realizaron ciertos sistemas de control⁹⁰⁹ contra las inundaciones o deslizamientos de tierras que se suscitaban en aquella zona geográfica. Sin lugar a dudas, más que la ocurrencia del peligro en aquel sector, lo que se destaca en esta oportunidad es el hecho de presentar ciertos criterios o parámetros en materia de prevención; todo aquello, en función de reducir los impactos de los fenómenos y desastres naturales.

Teniendo como base lo anteriormente descrito, se puede lograr establecer que, durante siglos, la idea del riesgo estaba basada y era concebida, fundamentalmente bajo el alero de la intuición, el sentido común⁹¹⁰, el saber tradicional o ancestral, mediante el ensayo y error, las creencias, etc., distinguiendo tres períodos principales en cuanto a esta temática: la edad de la sangre, la cual se caracterizó porque el hombre tranquilizaba su temor y obtenía su seguridad mediante sacrificios ofrecidos a la divinidad; la edad de las lágrimas, en la cual con el desarrollo del Cristianismo el medio mayor conducía a plegarias y procesiones de diversa

⁹⁰⁹ CARDONA, Omar. *Teoría del Riesgo y Desastres*. Bogotá, Colombia. Año 2003. p.3

⁹¹⁰ Ídem. p.4

índoles; y la edad de las neuronas, a partir del año 1755, con el terremoto de Lisboa, cuando a raíz de este suceso Rousseau afirmó que el hombre es responsable del peligro e indicó que si los efectos del terremotos fueron tan terrible, la culpa es de los habitantes⁹¹¹.

Hoy en día, el avance de la ciencia y de la tecnología, nos ha permitido tener un cierto control sobre el tema del riesgo, básicamente en aspectos como la prevención, la mitigación, la preparación, la alerta, e incluso, estos elementos propios del mundo contemporáneo, nos han permitido desarrollar ciertas capacidades para la segunda etapa del desastre, es decir en el “durante”, en aspectos como la absorción del impacto y la capacidad de respuesta frente al suceso. Todo aquello, en la búsqueda de reducir la cantidad de riesgos en nuestro entorno.

Durante el siglo XX, específicamente en el desarrollo de la segunda mitad, la estadística y la recopilación de datos ha mejorado de manera notable, logrando un gran avance en materia de adquisición y conocimiento en cuanto a los desastres naturales acaecidos en el mundo. Es más, se establece que el aumento de la cantidad de catástrofes naturales registradas desde la década de 1940 hasta comienzos de la década de 1980, se ha debido en gran parte a este mejoramiento en la adquisición de los datos⁹¹². No obstante, si los desastres persisten, los riesgos también, y de hecho, estos últimos tienden a aumentar. Aspectos como la industrialización y la urbanización, en un mundo cada vez más poblado de gente y estructuras⁹¹³, hace que la idea del riesgo se encuentre día a día más arraigada en la sociedad. Desde el año 1960, los desastres naturales se han cuadruplicado, mientras que las pérdidas económicas han aumentado ocho veces en el mismo período⁹¹⁴, lo que nos lleva a pensar en que no tan sólo el aspecto natural incide en los desastres, sino que también aspectos propios de las sociedades humanas, llámese urbanización (generalmente mal organizada o planificada), industrialización, o porque no, ámbitos relacionados con la marginalidad, hacinamiento y pobreza, aspectos claves a la hora de comprender la gran cantidad de pérdidas económicas en un determinado sector ante una debacle de índole natural. Bajo estos términos, se conoce además, que los mayores desastres producidos en el Cono Sur, proviene de inundaciones, ciclones, deslizamientos, terremotos y sequías, siendo estos mismo procesos, agravados por factores antropogénicos, como los es la deforestación, el sobrepastoreo, la

⁹¹¹ CARDONA, Omar. *Teoría del Riesgo y Desastres*. Bogotá, Colombia. Año 2003. p.4

⁹¹² MONDE DIPLOMATIQUE. *Cambios Climáticos; Peligros que acechan al planeta, catástrofes naturales y poco naturales*. Editorial Aun creemos en los sueños. Santiago, Chile. Año 2005. ISBN: 956-8134-42-5. p.18

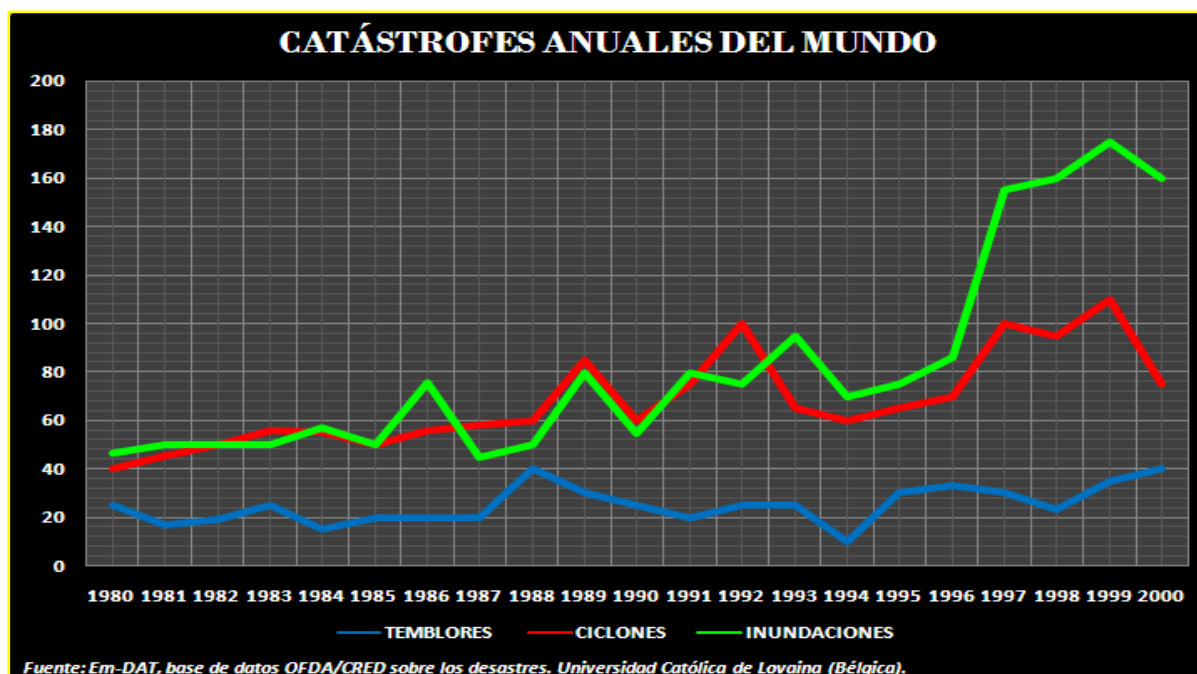
⁹¹³ DA CRUZ, José. *Ecología Social de los Desastres*. Editorial Coscoroba. Montevideo, Uruguay. Año 2003. ISBN 9974-7616-6-2. p. 20

⁹¹⁴ Ídem. p.7

alteración de los lechos fluviales, la agricultura no tecnificada en laderas, la expansión de la planta urbana e infraestructuras caóticas, o la inadecuada utilización del espacio.⁹¹⁵

Para asegurar todo aquello en relación al aumento de los desastres naturales y por ende al crecimiento de riesgos en todo el globo, se cuenta con ciertos instrumentos de análisis los cuales otorgan distintas informaciones acerca del tema que nos compete; en esta lógica, aquel material es el gráfico. Se ostenta de dos gráficos; uno arroja datos acerca de las catástrofes mundiales, mientras que el segundo, determina la relación entre el número de desastres naturales ocurridos y la cantidad de fallecidos en tales sucesos.

Primer gráfico: Catástrofes Anuales del Mundo

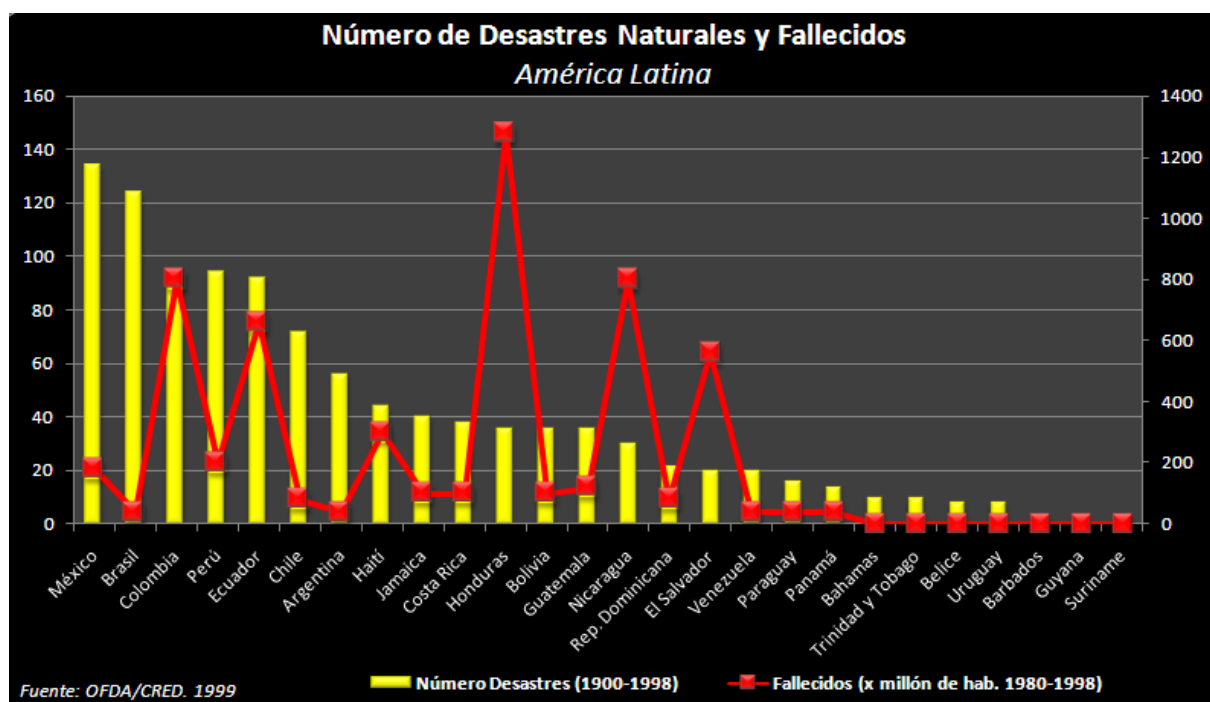


De acuerdo al gráfico, al momento de comparar las curvas de los diferentes tipos de siniestros, se obtienen varias acepciones generales y fundamentales en relación al tema. En primera instancia, se obtiene que la curva de los temblores de tierra, que son fenómenos meramente geológicos, se mantienen más bien estables en veinte años, teniendo ciertas oscilaciones, pero que no contribuyen a una fuerte alza de los fenómenos geológicos. En cambio, las catástrofes naturales como ciclones e inundaciones – las cuales pueden vincularse con el efecto invernadero - están en constante aumento, advirtiéndose una franca aceleración a partir de la década de 1990. De esta forma, no sería ilógico ni descabellado otorgarle cierta seriedad al tema del cambio climático, ya que como se observa, a inicios de la década de 1980, las

⁹¹⁵ KEIPI, Kari. *Gestión de Riesgo de amenazas naturales en proyectos de desarrollo*. Banco Interamericano de Desarrollo. Washington D.C. Año 2005. p.12

catástrofes tienen un mismo punto de partida (en cuanto a cantidad), ya con el correr de los años, se vislumbra un nuevo panorama que tiene a los fenómenos de índole hidrometeorológico como protagonistas, sobre todo el alza en la cantidad de inundaciones, cantidad que en veinte años se triplica.

Segundo gráfico: Número de Desastres Naturales y Fallecidos en América Latina



Este gráfico, propio de América Latina, nos entrega información de orden tanto espacial como temporal, ya que el número de desastres es en casi un siglo – específicamente desde el año 1900 a 1998 – mientras que la cantidad de fallecidos conforma un recuento de 18 años. Una de las primeras conclusiones que se pueden establecer, es que México, es el país con mayor ocurrencia de desastres naturales en este período, el cual abarca casi por completo el siglo XX; sin embargo, el número de fallecidos es menor, estando en los mismo promedios de países como Perú y Guatemala. Ante esta situación, cabe señalar que la dicotomía que se produce entre desastre ocurridos y número de fallecidos, puede ser por las condiciones que exhibe la población Mexicana ante la ocurrencia de la debacle; aspectos como preparación, mitigación, gestión y resiliencia son elementos fundamentales a la hora de desarrollar una vía de escape para sobreponerse a la catástrofe. También puede ocurrir el caso, de que la mayoría o gran parte de los desastres naturales acaecidos ocurran en asentamientos escasamente poblados, lo que se traduce en una cantidad menor en pérdidas humanas. Para el caso de los países como Bahamas, Trinidad y Tobago, Belice, Uruguay, Barbados, Guyana y Suriname, la ocurrencia de desastres naturales – en comparación con los países vecinos – es mínima y en

ocasiones nulas, lo que además permite evidenciar un bajo número de fallecidos a causas de estos hechos. Un caso a destacar, es el de ciertos países de Centroamérica, como Nicaragua, El Salvador, y en especial Honduras, los cuales si bien presentan un bajo y mediano índice de desastres naturales, ostentan en las dos últimas décadas una gran parte de población fallecido, lo que se logra justificar mediante un desastre natural en particular el cual se haya manifestado fuertemente en la población nacional, ocasionando cuantiosas pérdidas, no tan sólo humanas, sino que económicas. Aquel hecho en particular, fue el que se conoce como el Huracán Mitch, el cual dejó a su paso un panorama desolador en aquellos países centroamericanos anteriormente nombrados en el año 1998, siendo quizás, uno de los ciclones tropicales más fuertes y mortales de nuestra era contemporánea.

Esto nos hace entrever, que en América Latina, la frecuencia con que suceden los desastres posee un indudable tendencia al aumento; no obstante, esto no necesariamente quiere decir que se ha aumentado la intensidad y recurrencia de los desastres naturales, sino que más bien que se ha incrementado la vulnerabilidad⁹¹⁶. Según el Banco Interamericano de Desarrollo, “Cada vez se requiere de menor intensidad en los sucesos naturales para alcanzar el umbral de daños, pérdidas y muertes. Entre 1900 y 1998, se registraron 1.069 desastres (36 por año), casi 400.000 muertos y 151 millones de personas afectadas. Prácticamente todos los países de América Latina y el Caribe han sido afectadas”.

Para tales efectos, el ISDR (Estrategia Internacional para la Reducción de los Desastres), creado por la Asamblea General de las Naciones Unidas (ONU), para el siglo XXI, propone como estrategias los siguientes aspectos⁹¹⁷:

Aumentar la conciencia del público acerca del peligro que ciertos riesgos naturales, tecnológicos y ambientales representan para las sociedades modernas.

Lograr que las autoridades públicas se comprometan a reducir los riesgos para las personas, su modo de subsistencia, su infraestructura económica y social, y los recurso ambientales.

Involucrar al público en todos los niveles de la puesta en práctica, a fin de crear comunidades resistentes a los desastres mediante una mayor colaboración y redes más amplias de reducción de los riesgos a todas las escalas.

Reducir las pérdidas económicas y sociales causadas por desastres y medidas, por ejemplo, por el producto interno bruto (PIB).

⁹¹⁶ KEIPI, Kari. *Gestión de Riesgo de amenazas naturales en proyectos de desarrollo*. Banco Interamericano de Desarrollo. Washington D.C. Año 2005. p.9

⁹¹⁷ ARRANZ, Mercedes. *Los efectos de los Desastres Naturales en América Latina: 1900-2000*. Anales de Geografía de la Universidad de Complutense. Año 2005. p.13

Sin lugar a dudas, la reducción de los riesgos naturales en la sociedad, debe ser una materia concreta en nuestros días, y un tema que debe estar en la palestra en todas aquellas autoridades y comunidades, como una prioridad en materia principalmente de educación ambiental.

LA IDEA DEL RIESGO COMO MATERIA AMBIENTAL Y EJE FUNDAMENTAL EN LOS PROGRAMAS DE ESTUDIO DE ENSEÑANZA MEDIA

Uno de los objetivos del Banco Interamericano de Desarrollo, en busca de evitar o reducir los efectos de los desastres naturales (pérdidas de vidas humanas y económicas, sociales y ambientales), es aquel que hace alusión al hecho de “introducir y socializar la prevención dentro de la cultura por medio de la educación formal e informal”.

Es clave, en este sentido, comenzar aquel planteamiento alusivo a la idea del riesgo y desastre natural como materias fundamentales en la educación ambiental y a su vez como ejes primordiales en el marco curricular, bajo el ápice que caracteriza a este objetivo. Así, cabe señalar, y de manera muy elocuente, que la educación es aquel medio que permite un cambio circunstancial ante los problemas ambientales que se subyacen en la actualidad. Como lo señala la literatura, la educación es un “agente de cambio”⁹¹⁸ en las sociedades humanas, esencial para el desarrollo de estas sociedades, ya que permite la transmisión de un sinnúmero de elementos, conocimientos y valores que le permiten al alumnado – de alguna u otra forma – interiorizarse y tener una comprensión cabal del entorno que le rodea. De este modo, las sociedades humanas estarán al tanto de la dinámica que ejerce la naturaleza desde todas las aristas posibles, lo que permite no caer en prejuicios apresurados ni en la ignorancia acerca de estos temas, que hoy en día son muy contingentes y de suma importancia, ya que han estado en la palestra de la mayoría de los problemas sociales. En esta lógica, la educación contribuye a formar sujetos conscientes del ambiente que habitan⁹¹⁹, a través del desarrollo de actividades que fomenten el aprendizaje en torno al aspecto de la educación ambiental.

En el año 1971, la Unión Internacional para la Conservación de la naturaleza y sus Recursos (UICN), entrega una definición clara de educación ambiental: “La Educación Ambiental es el proceso que consiste en reconocer valores y aclarar conceptos con objeto de fomentar las aptitudes y actitudes necesarias para comprender y apreciar las interrelaciones entre el

⁹¹⁸ LEAL, Patricia. *Educación Ambiental en Chile: Una necesidad ineludible*. Educación y Humanidades. Vol. 1, (nº1). Año 2010. ISSN: 0718-8242. p. 1

⁹¹⁹ Ídem. p. 3

hombre, su cultura y su medio físico”⁹²⁰. Tras esta definición, es necesario desglosar una acepción esencial, propia de la conceptualización. En este sentido, nos señala de manera rotunda, la importancia que posee la acción en cuanto a la enseñanza de valores y conceptos que permitan comprender las distintas interrelaciones que se suscitan entre el hombre y su entorno. Esto último, es sin duda alguna, tema de gran importancia en materia de riesgo y desastres naturales; precisamente, aquel tema es uno de los tantos problemas que engloban todo lo relativo a la educación ambiental. En esta lógica, el aprender y comprender al riesgo y al desastre natural por medio de la educación, nos permite adquirir capacidades relativos a la comparación, análisis, crítica, entre otros, los cuales nos admiten establecer determinados juicios y conclusiones acerca de la interrelación que la persona o individuo genera con su medio ambiente.

Ante esto, surge la necesidad de establecer ciertos objetivos en el marco de la educación ambiental⁹²¹, los cuales están en su mayoría ligados al desarrollo de valores y actitudes, los cuales forman puntales básicos y elementales en el desarrollo y aplicabilidad de la educación ambiental en la vida diaria. Estos objetivos son:

Concientización y sensibilización de los estudiantes sobre los factores que afectan el ambiente.

Fomentar el conocimiento de los estudiantes sobre el ambiente, a través de experiencias que faciliten la comprensión de éstos.

Desarrollar en el estudiante valores de respeto y protección del ambiente, que se reflejen en sus comportamientos.

Adquirir aptitudes para reconocer y resolver problemas ambientales.

Generar espacios de participación activa en los estudiantes, para resolver problemas ambientales.

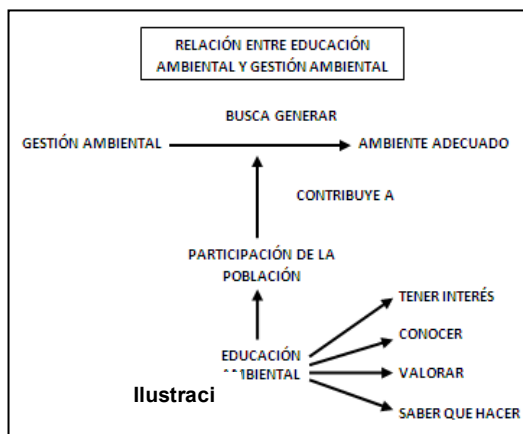
Es de consenso general – y la literatura relacionada al tema de la educación ambiental lo avala – el hecho de que se le atribuye a la educación ambiental, como aquel motor central en asuntos de formación ciudadana y de responsabilidad ambiental. Todo aquello relacionado con nuestro entorno y cuidado de él mismo, es tema clave en la normativa y programa de la educación ambiental. Del mismo modo, es de suma importancia el rol que tome el docente en aquella tarea relacionada con el educar desde una perspectiva ambiental; el desarrollo de metodologías y estrategias de enseñanza- aprendizaje pasan a ser tópicos esenciales en esta

⁹²⁰ LEAL, Patricia. *Educación Ambiental en Chile: Una necesidad ineludible*. Educación y Humanidades. Vol. 1, (nº1). Año 2010. ISSN: 0718-8242. p. 4

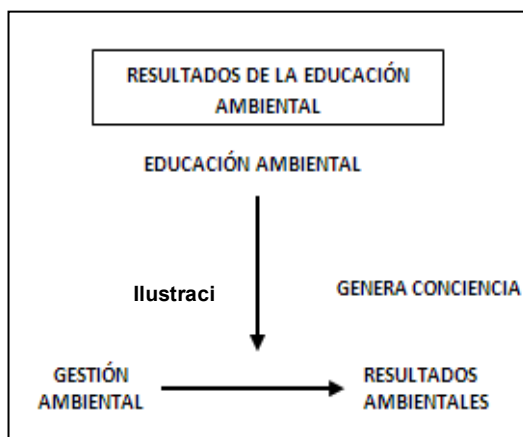
⁹²¹ Ídem. p.13

materia. Todo esto, con el fin de generar cambios en la sociedad actual. Aquello se respalda con lo siguiente: “La educación ambiental es el instrumento a partir del cual se prepara a la población para la participación en la gestión ambiental. A través de la educación Ambiental, se generan las capacidades conceptuales, actitudinales y procedimentales necesarias para participar en estos procesos”⁹²².

Solano (CONAMA), establece dos parámetros al momento de comprender la dinámica que posee el accionar de la educación medioambiental con la práctica cotidiana en sociedad. El primer criterio y/o parámetro (*Ilustración n°1* – adaptación: Solano, CONAMA), plantea la relación que existe entre la gestión ambiental y la educación ambiental; por su parte, la gestión ambiental, comprende planificación, organización, dirección y control del uso de los recursos (financieros, humanos, logísticos, entre otros)⁹²³.



Además, en aquel aspecto, se concluye que la educación ambiental genera, o más bien, busca forjar una participación activa en la población, contribuyendo de esa misma manera a la génesis de un ambiente óptimo, adecuado y seguro – para el caso del ámbito del riesgo - para la vida en sociedad. En este sentido, la idea del riesgo sería concebida desde la perspectiva de un ambiente seguro y propicio ante la alerta y la probabilidad de que se desate una amenaza. Además de aspectos tales como: conocer, valorar, entre otros, en cuanto a temas relacionados con el riesgo y desastres naturales.



El segundo parámetro (*Ilustración n°2* – adaptación: Solano, CONAMA), establece los resultados de la educación ambiental; cuyo efecto, sería principalmente la génesis de una conciencia colectiva en la población, lo que traería como consecuencias, resultados ambientales positivos en nuestro entorno. Todos aquellos resultados, para el caso del riesgo, sería en torno a la capacidad que genere la población en establecer condiciones, tales como:

⁹²² SOLANO, David. CONAMA. *Balances y perspectivas de la educación ambiental en Chile e Iberoamérica*. Gobierno de Chile. Santiago, Chile. Año 2010. p. 75

⁹²³ Ídem.

saber las zonas expuestas; señáleticas *ad hoc* en las ciudades que indiquen zonas de evacuación; y por último, conocimiento colectivo acerca de las amenazas que se pueden manifestar.

CONCLUSIÓN

A modo de conclusión, cabe señalar una serie de aspectos en torno a la temática investigativa. En primera instancia, se obtiene que es de suma importancia para el ser humano, comprender la dinámica del medio natural, para así poder entender los distintos procesos por los cuales se enmarca nuestro entorno, de manera de observar las constantes interrelaciones que se establecen entre los elementos bióticos, abióticos y antrópicos distribuidos en el espacio.

En base a esto último, se concluye que estas dinámicas naturales de los distintos elementos de nuestro entorno, contribuyen un cierto problema o dilema para la población, sobre todo al momento en que se evidencian determinadas amenazas, sumado a factores de riesgo que pueden desencadenar una tragedia representada mediante un desastre de índole natural. Esto ocurre, ya que determinadas comunidades se asientan en lugares con posibles peligros, lo que hace que el factor vulnerabilidad, ya sea desde la perspectiva social o económica, se hace presente en estas instancias.

Se obtiene también, que el riesgo natural o la amenaza en particular se produce no por el hecho de que sea parte de los diferentes procesos naturales acaecidos en el globo, como por ejemplo las crecidas de ríos o las erupciones volcánicas, sino que más bien, los aspectos de amenaza, riesgo y vulnerabilidad, se presentan al momento en que cierta población se ubica y reside espacialmente en un territorio determinado con ciertas probabilidades de peligro, como es el caso de una comunidad emplazada en sectores en donde un volcán deposita periódicamente los desechos y/o material volcánico correspondiente a su actividad en sí, o en aquellos lugares a orillas de ríos, en las que las condiciones del terreno son altamente húmedas, y además topográficamente se encuentran al mismo nivel que el cauce de la esorrentía, por lo que se está expuesto a inundaciones o deslizamientos de tierras.

Por su parte, en términos conceptuales, la idea del riesgo, el desastre, la amenaza y la vulnerabilidad, son puntales claves en el entendimiento de la dinámica que exhibe nuestro entorno natural y socio-cultural. De la misma manera, aquellos conceptos, son fundamentales a la hora de abordar parte de nuestra vida cotidiana, principalmente ligada al tema de la

prevención, la seguridad, la planificación y la alerta, aspectos esenciales en la génesis de mitigación de riesgo.

En relación a la educación ambiental, cabe establecer que el tema del riesgo es materia esencial en este tipo de enseñanza. Más que ingresar dentro de los temas de “problemas ambientales”, se puede señalar que toma un lugar propio en materia medioambiental, ya que constituye una base fundamental en aspectos de seguridad ciudadana y de conocimiento de nuestro entorno.

Además, se concluye que, con una buena práctica de enseñanza medioambiental, se logra una conciencia colectiva ideal en torno al tema del riesgo; es decir, se toma real conciencia del peligro que puede causar por ejemplo, el asentamiento humano en *piedmont* o a orillas de un río. Así, se obtiene una adecuada organización y planificación ciudadana en torno al riesgo, y también, se consigue un conocimiento cabal acerca de la estructura y componentes de nuestro entorno, y de la dinámica que ostenta y desarrolla en el tiempo-espacio.

Asimismo, se considera a la educación – vista desde la perspectiva instrumental – como eje central en materia de transmisión de conocimientos y como gestor de la conciencia colectiva, plasmada por medio de las comunidades humanas. Por último, se puede dar cuenta de la carencia de conocimientos previos en materia de riesgos y desastres naturales por parte del alumnado, en el hecho de que el conocimiento que poseen, sólo se traduce en un conocimiento basado en experiencias personales, más que un conocimiento basado en el proceso de enseñanza-aprendizaje desarrollado en aula.

NATURAL DISASTERS IN THE SOUTH CONE: A GLOBAL AND TEMPORARY PERSPECTIVE OF THE RISK

ABSTRACT

For the comprehension of the dynamics that demonstrates our natural way, it is important bear certain key concepts in mind, as risk and natural disaster, aspects strongly developed in our way, being frequent and very applicable terms nowadays, and that last in a radical way in the time and space. It is for it, that the role of the education is fundamental to the moment to establish certain criteria that allow us to know our environment and to practise on him of suitable form.

KEY WORDS: Natural risk, Natural disaster, Environmental education, Environmental management, Collective conscience.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL COM FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

ELAINE DA SILVA NEVES

elainepipoca@yahoo.com.br

Professora do IF Sul-rio-grandense *Campus* Pelotas-Visconde da Graça

Coordenadora do Curso Técnico em Meio Ambiente do *Campus* Pelotas-Visconde da Graça

Mestre em Educação Ambiental pela FURG

RESUMO

A pesquisa em andamento pretende desvendar se os estudantes participantes do Programa de Educação de Jovens e Adultos em nível de Ensino Fundamental com Formação Inicial e Continuada (PROEJA-FIC), estabeleçam a relação entre os conhecimentos científicos e tecnológicos, além das habilidades técnico-prática de formação profissional, e a construção do conhecimento ambiental e suas práticas.

Palavras-chave: Educação Ambiental PROEJA-FIC

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica instituiu uma política de governo onde é estabelecida a integração da Educação Profissional/Formação inicial e continuada com o ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), originando o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA-FIC).

Esse programa tem como proposta a busca por uma formação que permita uma mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação da sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais. Enfim uma formação plena. Para tanto o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral.

A secretaria salienta que os motivos de evasão são recorrentes: nível socioeconômico; dificuldade para conciliar trabalho, família e estudo, assim como horário de trabalho e horário escolar; não adaptação à vida escolar; tipo de proposta pedagógica da escola; mudança no horário de trabalho; gravidez; novo emprego; mudança de endereço residencial; baixo desempenho e reiteradas repetências; cansaço; problemas de visão; problemas familiares; distância da escola; doenças; transporte; horário; período de safra na zona rural; dupla ou tripla jornada de trabalho; processo avaliativo deficiente e excludente; migração para outras cidades/bairros e baixa auto-estima.

Por isso justifica que a integração da formação inicial e continuada de trabalhadores com o ensino fundamental na modalidade EJA é uma opção que tem a possibilidade real de conferir maior significado a essa formação, pois tem o poder de incidir diretamente na melhoria da qualificação profissional dos sujeitos aos quais se destina.

Foram sugeridas vinte e uma (21) Áreas Profissionais. Dentre elas está a do Meio Ambiente que segundo a secretaria compreende as ações de preservação dos recursos naturais, com controle e avaliação dos fatores que causam impacto nos ciclos de matéria e energia, diminuindo os efeitos causados na natureza (solo, água e ar). Compreende, igualmente, atividades de prevenção da poluição por meio da educação ambiental não escolar, da tecnologia ambiental e da gestão ambiental.

Como forma de sanar alguns dos problemas anteriormente abordados que justifica a evasão escolar, a secretaria faz uma tentativa para manter os alunos em sala de aula, de modo que concluam seus estudos no ensino fundamental, implementando uma política de escolarização mínima aliada a uma formação profissional.

No ano de 2009, baseado no documento base e nas orientações indicadas foi construído o projeto pedagógico do curso PROEJA-FIC, numa parceria com a Secretaria Municipal de Educação e com a instituição, na época Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça- UFPel. Nessa proposta o então IF Sul-rio-grandense *Campus* Pelotas-Visconde da Graça ofertou para a qualificação profissional dos alunos do EJA da Escola Municipal Bibiano de Almeida quatro cursos de formação inicial e continuada: Grãos, Rações, Confeção e Reutilização de Resíduos.

A proposta pretende que o participante possa aliar o conhecimento teórico e prático de modo a compreender a interrelação entre os conhecimentos científicos e tecnológicos. Além das habilidades teórico-prática de formação profissional, são também necessárias estratégias de trabalho que promovam a autonomia intelectual do educando e desenvolvam sua capacidade empreendedora, capacitando-o a detectar e/ou criar oportunidades de trabalho e geração de renda. Nesse sentido o Curso Técnico em Meio Ambiente preocupado com a necessidade de despertar a discussão sobre as questões ambientais no âmbito escolar e fora deste, participa do projeto ofertando curso envolvendo a utilização de materiais reutilizáveis e recicláveis, aliando o conhecimento sobre os fundamentos da Educação Ambiental.

O desafio para quem trabalha com a Educação Ambiental está em não cair no adestramento ambiental, limitando as suas práticas à reutilização e reciclagem de resíduos, numa perspectiva meramente técnica, muitas vezes estimulando o consumismo (Brugger,2004). Decorrente dessa consideração a proposta do curso está impregnada de idéias e conceitos que tratem a questão ambiental com uma visão crítica, visando uma mudança de comportamento e atitudes.

A pesquisa em andamento pretende desvendar se os estudantes participantes do Programa de Educação de Jovens e Adultos em nível de Ensino Fundamental com Formação Inicial e Continuada (PROEJA-FIC) consigam estabelecer a relação entre os conhecimentos científicos e tecnológicos, além das habilidades técnico-práticas de formação profissional, assim como a construção do conhecimento ambiental e suas práticas, abordando os principais temas desde o ponto de vista local, nacional, continental e mundial, de modo que o indivíduo construa uma opinião sobre as condições ambientais, que imperam a sua volta e, também em outras áreas geográficas.

A metodologia de pesquisa será social empírica concebida e realizada em estreita associação com uma ação e/ou resolução de um problema coletivo, com o envolvimento cooperativo entre os atores envolvidos. Para tanto serão utilizando estratégias de pesquisa-ação, aplicando instrumentos de sondagem e entrevista. Os dados coletados sofrerão análise qualitativa. A Pesquisa será social empírica concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo, com o envolvimento cooperativo entre pesquisadores e participantes.

Serão utilizadas algumas técnicas de reutilização e reaproveitamento dos mais variados tipos de resíduos, pois o PROEJA-FIC visa detectar e/ou criar oportunidades de trabalho e geração de renda. No entanto, o curso se propõe, a partir desse projeto, salientar a vinculação entre algumas práticas alternativas e momentâneas e uma postura ambiental crítica e consciente, estimulando a participação das pessoas envolvidas. De acordo com Oliveira(1981, 19) esse tipo de pesquisa estimula “o conhecimento da consciência e também a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem se trabalha”.

Precisamos trabalhar por uma educação que prepare o indivíduo para o convívio em comunidade, respeitando o seu semelhante e o meio onde vive, questionando os outros e a si próprio constantemente, organizando e reorganizando seu modo de vida, sendo atuante, e ao mesmo tempo, consciente de que as transformações acontecem paulatinamente, e levam tempo, mas são urgentes e, mais do que nunca, necessárias, sempre com o enfoque nas questões socioambientais, na concepção de uma visão sistêmica.

A Educação Ambiental tem uma missão que vai além da educação e do conhecimento do meio ambiente em que vivemos. Ela precisa construir um novo conceito de mundo, conceito esse permeado pela coerência nas atitudes, pelo restabelecimento de uma justiça em prol de homens dignos, com uma ética que permita um bem-estar coletivo. Precisa ser uma educação que prepare o indivíduo para o convívio em comunidade, respeitando o seu semelhante e o meio onde vive questionando os outros e a si próprio constantemente, organizando e reorganizando seu modo de vida, sendo atuante e ao mesmo tempo consciente de que as transformações acontecem paulatinamente, e levam tempo, mas que são urgentes e, mais do nunca, necessárias.

Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de instigar ou de despertar a discussão sobre as questões ambientais locais, vendo o problema não de forma simplista, fragmentada ou fora do contexto onde está inserido. Segundo Layargues (1999), existe um programa que se constitui na promoção da Educação Ambiental, através da resolução de problemas ambientais locais, como uma estratégia metodológica privilegiada para a prática educativa.

Com isso, a metodologia adquiriu um crescente papel, como um relevante instrumento para a prática da Educação Ambiental e como estratégia para despertar no aluno e nos indivíduos da comunidade uma consciência ecológica, utilizando alguma questão local e real, como tema gerador de análise de estudo, comprometendo a escola a desenvolver práticas pedagógicas, com a participação efetiva dos alunos em atividades que tenham como princípio a conservação de ambientes naturais ou a recuperação de ambientes prejudicados pelas ações da população. Na formação dos indivíduos, principalmente a criança e o adolescente, a comunidade escolar tem um papel decisivo e fundamental na concepção de valores sociais, na mudança de atitudes, trabalhando com conceitos, prestando informações e esclarecendo sobre as causas e conseqüências que decorrem de algumas posturas ecologicamente incorretas.

O equilíbrio harmônico entre homem e o meio ambiente precisa passar pela reformulação dos conceitos que o homem tem com relação à importância do seu papel no contexto, e do que ele poderá fazer para melhorar o lugar onde vive, e de como isto poderá reverter em benefício da comunidade. Para conhecer o meio ambiente será necessário conhecê-lo em toda a sua dimensão, político e social, num conjunto de partes interligadas, inseridas no dia-a-dia da população. Esta população, muitas vezes, não percebe a necessidade da valorização das causas ambientais e da qualidade de vida, que deveria ser oferecida ao homem, sendo essa um direito inalienável, pelo qual devemos reivindicar e lutar.

Bibliografia

- BRUGGER, Paula. *Educação ou Adestramento Ambiental*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- LAYARGUES, Philippe. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental. In: REIGOTA, M. (org.). *Verde Cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de & OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

La investigación en marcha se prepone desenmascararse si los estudiantes del participante del programa de la educación de jóvenes y de adultos en nivel de la educación básica con la formación inicial y continuada (PROEJA-FIC), establecen la relación entre el conocimiento científico y tecnológico, más allá de las capacidades técnico-prácticas de la formación profesional, y la construcción del conocimiento ambiente y de su práctico.

Palabra-llave: Educación ambiente PROEJA-FIC

EDUCAÇÃO: A JANELA PARA NOVOS OLHARES SOBRE AS INTERFACES DO PATRIMÔNIO.

Hardalla Santos do Valle*

Lisiane Costa Claro**

RESUMO

O presente trabalho discorre acerca da visão da sociedade sobre o patrimônio e seu conceito, propondo a educação como meio para uma nova percepção, levando a práticas as quais acarretem na preservação das manifestações de nossas origens. Cientes de que o patrimônio deve ser disseminado e resguardado, abordamos a comum categorização errônea da definição de patrimônio, salientando duas interfaces: A cultural e a ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Educação - Patrimônio - Transdisciplinaridade

INTRODUÇÃO

Eu acredito possível a convergência entre todas as ciências e a identidade humana. (MORIN, 1999:4)

Complexa. Assim muitos poderiam definir a discussão que nesse artigo almejamos traçar. Contudo, assim como Edgar Morin, acreditamos na riqueza e importância da ação de ensinar a agregar diferentes ciências em favor da percepção da identidade do indivíduo.

Nesse sentido, salientamos aqui alguns aspectos acerca da questão do conceito de patrimônio e o papel da educação, enquanto ferramenta de mudança desse, a partir da transdisciplinaridade. A apropriação de tal tema pauta-se pela constante e errônea visão de que a sociedade possui sobre esse conceito e importância de modificá-lo para formação individual e histórica dos sujeitos.

É interessante mencionar que nossas reflexões sobre a necessidade de estreitar os laços da educação com a formação do ideário de patrimônio surgiram durante nossa primeira

* Bacharel em História e graduanda do curso de História-Licenciatura, pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Mestranda do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL.

** Bacharel em História e graduanda do curso de História-Licenciatura, pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Vinculada ao grupo de estudos “História, Memória e Patrimônio” da FURG.

graduação, quando essas articulistas participaram de grupos de estudos concernentes as áreas da educação, história ambiental e patrimônio. Dessa forma, sendo agora nosso objetivo instigar a reflexão do leitor sobre o assunto já citado, julgamos pertinente discorrer nessas linhas sobre alguns questionamentos e análises constituídas durante nossa trajetória.

As perguntas seriam: Qual o conceito de patrimônio “oficializado”? Quais as especificidades das categorias existentes? Uma mudança desse conceito é pertinente? Qual o papel da educação nesse processo de mudança?

Assim, para embasar algumas possibilidades de respostas, utilizamos nesse artigo a metodologia da análise de conteúdo em algumas cartas que oficializam o conceito de patrimônio, propiciando uma observação minuciosa dessa construção conceitual. Lembramos que tal metodologia parte da mensagem, mas considera as condições contextuais de seus produtores e assenta-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem, objetivando interpretar o sentido que um indivíduo atribui a sua escrita. Fato que permite as articulistas desenvolver algumas concepções críticas pertinentes.

Dado o exposto, para compreensão de quem lê, começamos apresentando o conceito de patrimônio ao longo dos anos e suas interfaces, seguido das errôneas “categorias” mais comuns nos dias atuais, que são a cultural e a ambiental. Logo após discutiremos a importância da educação no processo de mudança de percepção da sociedade para o patrimônio.

Com esse artigo pretendemos contribuir para a agregação de valores e novas idéias para quem lê, estimulando questionamentos e novos olhares. Além disso, buscamos destacar os estudos que vem fomentando a percepção dos sujeitos do elo entre as suas “heranças culturais”⁹²⁴ e sua identidade, aumentando o número indivíduos que não apenas entendem a importância, mas também contribuem dia-após-dia para a preservação e disseminação de nosso passado e suas marcas ainda presentes.

PATRIMÔNIO: QUAL SEU CONCEITO?

O conceito de patrimônio possui uma trajetória a qual é constantemente reformulada e ampliada, na busca por resolver as melhores práticas a serem aplicadas no que tange à

⁹²⁴ Expressão de FUNARI usada em: **O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares**. 2005, p.34.

salvaguada e disseminação dos bens e de sua história. Durante o século XX, o patrimônio ganha espaço de discussão em termos internacionais.

Esse diálogo inicia-se com a Carta de Atenas em 1933, na qual o conceito de patrimônio estava muito ligado à idéia de “patrimônio histórico”, que, definia o termo limitando-o às obras monumentais. Nesse período, eram preconizadas as preservações acerca de elementos que ditavam os considerados “grandes feitos” por “grandes nomes”, assim explanando apenas as histórias dos vitoriosos. Não eram levadas em conta as manifestações imateriais dos grupos, nem as suas peculiaridades intangíveis. No entanto, apesar das preocupações que a carta aponta serem voltadas para os valores arquitetônicos e monumentais, as considerações sobre o legado da natureza e a idéia de que o ambiente influi diretamente na vida dos indivíduos são apontadas.

A geografia e a topografia desempenham um papel considerável no destino dos homens. Não se pode esquecer jamais que o sol comanda, impondo sua lei a todo empreendimento cujo objetivo seja a salvaguarda do ser humano. Planícies, colinas e montanhas, contribuem também para moldar uma sensibilidade e determinar uma mentalidade. Se o montanhês desce voluntariamente para a planície, o homem da planície raramente sobe os vales e dificilmente transpõe os desfiladeiros. Foram os cumes dos montes que delimitaram as áreas de aglomeração onde, pouco a pouco, reunidos por costumes e usos comuns, os homens se constituíram em povoações

(Carta de Atenas, 1933).

Apesar da preocupação com as questões naturais aparecer no texto, verifica-se que é feita de forma um tanto equivocada e despreparada, e, certamente está vinculada à valorização do objeto monumental, concebendo a natureza como alegoria e ornamento.

A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para crias as superfícies verdes. É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços, ao redor de algum monumento de valor histórico, destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. (Carta de Atenas, 1933).

Com o objetivo de re-examinar a Carta de Atenas, ampliando sua abrangência, foi redigida a Carta de Veneza em 1964. A partir do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, entendeu-se que as obras modestas cujos significados e importâncias tinham sido agregados conforme o passar dos tempos, também figuravam destaque cultural.

Ainda sim, foram excluídas as noções referentes aos costumes, as práticas imensuráveis e as manifestações inexequíveis na materialidade da cultura. As questões ambientais também não tiveram atenção nesse documento, a não ser pelo fato de que o espaço onde estava localizada

a obra (grandiosa ou modesta) ser considerado sítio (rural ou urbano). O espaço apareceu em segundo plano, novamente, apenas como assegurador da preservação do objeto materializado. No mesmo intuito que a Carta de Veneza teve a respeito da Carta de Atenas, no sentido de retomar questões completando-as e ampliando-as, é que se elaborou a Carta de Washington em 1986- na tentativa de agregar e abranger maiores campos levados em conta na carta de 1964. Essa última carta abarca questões de salvaguarda das manifestações culturais imateriais. Nesse documento, a preocupação esteve pautada na resolução da tendência de deformação e destruição dos espaços como cidades e sítios históricos que ocorria devido ao modelo de desenvolvimento urbano que afetava o meio ambiente. Assim, a carta aponta a sugestão da aplicabilidade da preservação urbana por meio de uma metodologia embasada na multidisciplinaridade.

O planejamento da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedido de estudos multidisciplinares. O plano de salvaguarda deve compreender uma análise dos dados, particularmente arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos e deve definir as principais orientações e modalidades de ações a serem empreendidas no plano jurídico, administrativo e financeiro. O plano de salvaguarda deverá empenhar-se para definir uma articulação harmoniosa entre os bairros históricos e o conjunto da cidade. O plano de salvaguarda deve determinar as edificações ou grupos de edificações que devam ser particularmente protegidos, os que devam ser conservados em certas condições e os que, em circunstâncias excepcionais, possam ser demolidos. Antes de qualquer intervenção, as condições existentes na área deverão ser rigorosamente documentadas. O plano deveria contar com a adesão dos habitantes (Carta de Washington, 1986).

Entretanto, salientamos que essa carta apesar de explicitar preocupações com o meio ambiente, está muito enfocada nas questões do ambiente das cidades, limitando-se ao espaço urbano. Situação essa, que parece isentar das questões acerca do patrimônio cultural a responsabilidade de educação e de preservação patrimonial ambiental. Além disso, entendemos que as resoluções são elaboradas a partir do contexto no qual estão inseridas as problemáticas- no caso da Carta de Washington, os problemas são voltados aos sítios urbanos históricos e as discussões realizadas nesse período, dirigem-se para o encontro dos problemas preservacionistas na metodologia multidisciplinar.

Todavia, julgamos ser necessária, mais que isso, indispensável a constante busca por maneiras de corrigir as distorções feitas pelo homem no que tange às suas ações perante o mundo. É nesse permeio, que acreditamos que a ampliação do conceito de patrimônio deve ser lançado e reforçado, a fim de abarcar questões até então constantemente marginalizadas e colocadas em plano inferior na hierarquia das discussões.

Como lembra Pedro Paulo Funari, as noções de patrimônio advêm da idéia de “herança paterna”, os legados que nos são deixados têm o propósito de serem perpetuados. Nessa perspectiva, julgamos inexplicável insistir em diferenciar o patrimônio ambiental do cultural, polarizando e categorizando essas heranças que nos foram deixadas. E por isso, insistimos em refutar essas categorias.

Como já foi exposto, o conceito de patrimônio cultural vem sendo ampliado e discutido em termos internacionais, com a colaboração de documentos os quais agregam na discussão acerca desse tema. Mas, como poderíamos perceber a influência exercida desses escritos que proporcionou a análise e definição de patrimônio de forma mais recente no Brasil? Referimo-nos assim, ao Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o qual define patrimônio cultural.

O documento especifica que formam o patrimônio cultural brasileiro, os bens materiais e imateriais, os quais norteiem a identidade, demonstrem participação e representem a memória dos distintos agrupamentos os quais constituem a sociedade desse país. Assim, é possível verificar abaixo:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens (...) dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e **sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico** (Constituição de 1988).

Apesar de esse documento incluir a responsabilidade do resguardo e valorização do patrimônio no que tange ao legado natural e ambiental, nem sempre as ações apresentam a inclusão dos bens naturais de forma efetiva naquilo que constitui o patrimônio cultural. Dessa forma, partimos para o outro pólo que demonstra o desvio das atribuições as quais a preservação cultural deve incumbir-se.

O “DITO” PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Em relação ao patrimônio ambiental enquanto categoria, lembramos que essa definição é oriunda de uma análise que ainda não compreende o elo de ligação da natureza com a sociedade. Ou seja, não percebe a existente impossibilidade de uma deixar de agir sobre a outra e a intensidade desse vínculo.

(...) muitos pesquisadores ainda não percebem o meio natural como uma valiosa fonte. Isso porque, grande parcela da sociedade classifica como categorias distintas o ambiente natural e o social. Enfim, o tempo da "história natural" e os próprios fatos naturais não se misturaram com o tempo da "história social" (DRUMMOND, 1991:4).

Como menciona José Augusto Drummond, muitos sujeitos de nossa sociedade consideram, de forma já costumeira, o meio natural e social como algo sem grandes associações, “categorias distintas” de habitat.

Contudo, é importante lembrar que ao longo dos anos o meio natural também se tornou um espelho de nossa espécie, do modo como vivemos, seja por suas características físicas ou pelos elementos presentes em sua composição que funcionaram como sustentáculos, colaborando para nossa sobrevivência e formação de nossa cultura. Para melhor compreensão de nosso raciocínio podemos citar, por exemplo, o quanto é nítida a diferença que existe entre as características de povos de locais de clima quente e frio. Seus sujeitos possuem hábitos e gostos cotidianos geralmente bem diferenciados.

Nessa perspectiva, será que determinados locais, hoje demarcados, que nos elucidam o que foi no passado a região onde vivemos (como um mangue⁹²⁵) ou funcionam como um abrigo natural para diversas espécies de animais característicos de uma localidade (como o Taim⁹²⁶) não podem ser considerados patrimônios culturais?

A resposta, a nosso ver, é que sim. Consideramos algo inapropriado chamá-los simplesmente de “patrimônio natural” ou “patrimônio ambiental” como algo separado do

⁹²⁵ Mangues ou manguezais são matas que se desenvolvem em solos lodosos ou arenosos cobertos pela água salgada durante as marés cheias. Pelo fato de crescerem e se desenvolverem em locais onde a água doce dos rios e da chuva encontra a água salgada do mar, as árvores dos manguezais tem adaptações muito especiais, que lhes dão um aspecto estranho e muito diferente das árvores terrestres. Local onde se desenvolve uma fauna muito especializada, formada principalmente por caranguejos, camarões e ostras. Muitos desses animais passam toda sua vida no manguezal, como os caranguejos e as ostras. Outros se utilizam dele apenas durante sua fase jovem ou procuram ali refúgio e alimentos, como as tainhas e muitas aves marinhas. Os manguezais são áreas públicas de preservação permanente, protegidas por lei.

⁹²⁶ O Taim é o quarto distrito do município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. O nome do distrito tem origem da alteração da expressão indígena "Tai Moing", que significa "coisa pequena em que penso". Estudos históricos comprovam a ocupação humana no Taim por índios charruas e minuanos, sendo ainda rota migratória de índios guaranis, especialmente do ramo dos arachanes. Isso pode ser constatado através de vestígios materiais nos sítios arqueológicos da região. Lá podem ser encontradas várias espécies de animais, tais como o João-de-barro, tartarugas, tuco-tuco, capivaras, ratão-do-banhado, jacaré-de-papo-amarelo e uma abundante ave-fauna. A flora é igualmente diversa, apresentando: figueiras, corticeiras, quaresmas, orquídeas, bromélias, cactos, juncos e aguapés.

cultural, visto que, tudo que pode ser considerado patrimônio já possui a cultura em suas entranhas. Em suma, patrimônio cultural para nós é tudo que nos representa, identifica. Seja edificações, monumentos, costumes ou um ambiente natural. Afinal, somos a nossa história, somos locais, somos visões de fatos, somos costumes, somos cultura...

EDUCAÇÃO, TRANSDISCIPLINARIDADE E MUDANÇAS CONCEITUAIS

Para mudar a forma de enxergar o conceito até aqui discutido, acreditamos num trabalho educacional que esteja pautado na investigação do patrimônio e nos meios de sua preservação, de forma que contorne a extrema fragmentação curricular e que instigue a preservação de nossas raízes culturais e ambientais.

O problema da extrema especialização dos conhecimentos surge quando as disciplinas passam a exercer suas funções de maneira isolada e sem a troca de experiências e informações. Incluindo a proposta de educação patrimonial nos projetos pedagógicos- por exemplo-, cada disciplina passa a atuar dentro de seu âmbito de sabedoria e trabalha com outras disciplinas de forma mútua. É nesse sentido que a transdisciplinaridade toma espaço nas questões mais recentes.

A interação das diversas áreas científicas, até mesmo das áreas empíricas e embasadas nas crenças, completa a riqueza da construção dos saberes, ao mesmo tempo em que auxilia na interpretação mais rica das manifestações culturais.

Além disso, concordamos com Sandra Pelegrini no que diz respeito ao vínculo que deve ser fortalecido entre o indivíduo e suas origens, para que haja o sentimento de pertencimento, o qual é responsável pelo auxílio da preservação de determinado bem. Julgamos que a partir desse laço emocional a história do objeto, do lugar, do bem a ser preservado é perpetuada e disseminada. Para tanto, concordamos com a idéia proposta por Pelegrini que foi desenvolvida a partir da sugestão de Maria Horta, a qual aponta um trabalho a ser realizado por meio de quatro etapas: observação, registro, exame e apropriação.

A observação consiste na identificação de determinado espaço ou bem, é nesse momento em que é percebida a peculiaridade e a singularidade que determinado grupo ou local possui. Feita essa observação, é realizado o registro desse objeto de estudo. Pode ser registrado por meio de fotografias, documentos, etc. O próximo passo consiste no exame dos bens patrimoniais de forma a interpretar evidências e significados, é preciso então levantar

hipóteses e discutir. Dessa maneira é que instigado o sentido de pertencimento. Quando o indivíduo se sente parte integrante de determinado espaço e responsável por ele os vínculos com as raízes são reforçados, levando a preservação e revalorização desse elemento.

Considerações finais

Dado o exposto, traçamos nesse artigo, uma breve análise da construção do conceito de patrimônio de maneira oficializada e refletimos sobre as mudanças ocorridas nesses documentos ao longo dos anos, a medida que os indivíduos foram inovando, agregando, suas percepções sobre o tema. Sendo nosso intuito fomentar a continuidade da reflexão dos atuais sujeitos históricos sobre os elementos que nos representam e as idiossincrasias comuns ao patrimônio, como a construção categorias errôneas.

Sendo esse o objetivo, começamos pela apresentação da Cartas de Atenas, que ressaltava “os grandes monumentos” e edificações, passando pela Carta de Veneza, que ampliou um pouco o conceito de cultura até a Carta de Washington, que cita o meio ambiente ainda como algo distante, mais numa perspectiva da estrutura urbana. Tal panorama, nos permitiu perceber que um conceito necessita ser constantemente modificado pelo homem, a medida que suas reflexões tomam novos rumos, fato que precisa ser contínuo.

Assim, discutimos para o atual conceito de patrimônio e a comum categorização entre o patrimônio cultural e o patrimônio ambiental. Para refutar a existência dessas categorias tornamos claras o que seria cada uma e os motivos pelos quais elas não devem existir.

Por último, apresentamos ao leitor como um possível meio de instigar a mudança na forma como a sociedade enxerga o seu patrimônio e o conceitua a educação transdisciplinar, com foco na questão patrimonial. Essa, deve ser encarada de maneira a preconizar o resguardo do legado ambiental e cultural.

O conceito de patrimônio, a partir da proposta aqui lançada, deve instigar a concepção de que a natureza e homem agem de forma mútua, e, portanto deve ser trabalhado de forma unificadora de responsabilidades sobre as manifestações culturais- entendendo que a natureza também participa da cultura.

Assim, a troca dos saberes e as inter-relações das memórias conquistam a oportunidade de existência. Na medida em que as especificidades de um grupo social são descobertas, algo fantástico acontece: o homem se reconhece se sente parte integrante de um universo especial e

diverso. É isso que a educação pode proporcionar aos sujeitos os quais esqueceram que tiveram um passado e às gerações que ainda não chegaram para conhecer o ambiente que está sendo morto.

Abstract

This work talks about the vision of society on equity and its concept, proposing education as a means to a new perception, leading to practices which entail the preservation of the manifestations of our origins. Aware that the assets must be safeguarded and disseminated by addressing the common categorization of the erroneous definition of heritage, stressing two interfaces: the cultural and environmental.

Key-words: Education - Heritage - Transdisciplinarity

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa, 1991.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 36.^a ed. 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo e CARVALHO, Aline Vieira de. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. *Diálogos*. Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM, 2005, v. 9, no. 1.
- HORTA, M. L. Fundamentos da Educação Patrimonial. Revista ciências e letras. Porto Alegre. 27. Janeiro 2000.
- LOUREIRO, Carlos Frederico. Educar, Participar e Transformar em Educação Ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental. Brasília, 2004, nº zero.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: UNESCO, Editora Cortez, 1999.
- PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental, Rev. Bras. Hist. vol.26 no.51 São Paulo Jan./June 2006
- SOMMERMAN, Américo. Inter ou Transdisciplinaridade? Da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes. São Paulo. Paulus, 2006.
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. Revista Estudos Históricos.

FONTES:

Carta de Atenas, 1933. Acesso em 06.01.2011. Disponível em:

http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf

Carta de Washington, 1933. Acesso em 06.01.2011. Disponível em:

<http://planbuildmanage.biz/~quintaci/wp-content/uploads/2008/01/cartawashington-1986.pdf>

Carta de Veneza, 1964. Acesso em 06.01.2011. Disponível em:

http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf

Constituição de 1988, revisada e disponível em:

<http://www.soleis.com.br/ebooks/Constituicoes5-90.htm>. Acesso em 02.01.2011.

A VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DOS BENS CULTURAIS NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO: ALGUMAS REFLEXÕES PERTINENTES

MARCELO PANIS

Instituto de Geociências - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Mail: panisgeo@gmail.com

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Atualmente, é Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas – IG/UNICAMP, na área de concentração: Dinâmica Territorial: Sistemas técnicos atuais e novas práticas sócio espaciais. Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior). Membro do Grupo de Pesquisa “Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural”, vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos do Instituto de Geociências – IG/UNICAMP. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Econômica, Geografia Agrária e Geografia e Turismo, atuando nos seguintes temas: Patrimônio Cultural, Turismo, Territorialidade e Imigração Italiana.

Resumo: (5 linhas)

O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns elementos que orientem o debate a respeito da crescente utilização dos bens culturais pela prática turística, no período contemporâneo. Assim, a partir da geografia, tomando as referências materiais e imateriais que compõem a complexidade especial, procura-se compreender a valorização das formas e dos conteúdos culturais enquanto atrativos e distintivos para as práticas turísticas nos lugares.

Palavras-chave: Bens Culturais, Turismo, Refuncionalização, Consumo Cultural

INTRODUZINDO O ASSUNTO: A PERTINÊNCIA DO DEBATE

Que período vivemos? Embora pareça, esta não é uma pergunta fácil de ser respondida. Existem algumas características que marcam o atual período histórico e que impõem-se como desafios para o entendimento da sociedade, dentre as quais podemos destacar a tecnologia de ponta, a

instantaneidade, as informações em nível planetário, a economia globalizada, a fugacidade, a efemeridade, dentre outros aspectos que podem ser destacados.

Para alguns pensadores, como Harvey (1993)⁹²⁷, estamos vivendo um período de uma *condição pós-moderna*, ou seja, ainda não atingimos a pós-modernidade, mas já percebe-se uma transformação no sistema de idéias e de representações da sociedade. Featherstone (1995)⁹²⁸, interpreta que as transformações que se seguem, principalmente após a segunda Guerra Mundial, que marcaria aproximadamente o início da pós-modernidade, estão situadas na esfera da cultura, de forma ampla, e não apenas pela arte, mas sobre a produção cultural e todo seu regime de significações.

Este é um debate que merece um dedicado aprofundamento, o que não seria possível neste trabalho apenas. Entretanto, utilizamos estas idéias para introduzir o assunto, com a finalidade de apresentar como a dinâmica do período contemporâneo que vivemos é complexa e merece atenção dos pesquisadores das distintas áreas da ciência que interpretam a sociedade, pois, pela investigação dos fenômenos fragmentados, pode-se compreender a totalidade.

Neste sentido, este trabalho se propõe a trazer algumas reflexões relacionadas à crescente valorização turística dos bens culturais, materiais e imateriais, no período contemporâneo. Sobretudo, toma-se a ampliação das tipologias e o crescimento do número de turistas em nível planetário que, ancorada nas melhorias das condições técnico-científico-informacionais (SANTOS e SILVEIRA, 2001)⁹²⁹, possibilitaram que a prática turística tenha alcançado a condição de estar presente tanto nos grandes centros urbanos e cidades mundiais, até os mais longínquos recantos da terra, em comunidades rurais que, muitas vezes, parecem ter sido esquecidas pelas imposições da sociedade global.

Para dar conta desta proposta de trabalho, nossa trajetória partirá da valorização dos bens materiais e imateriais pelos grupos sociais no período contemporâneo, resultado da ampliação não apenas da base conceitual do patrimônio cultural como, também, pelo processo de participação da sociedade na valorização cultural dos lugares e de seus bens remanescentes. De outro lado, apresentar-se-á elementos para o debate a respeito da ampliação da prática turística orientada, cada vez mais, pela utilização dos bens distintivos das culturas, processo pelo qual pode ocorrer a incorporação do valor de troca ao valor de uso (CHOAY⁹³⁰, 2001;

⁹²⁷ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, 239 p.

⁹²⁸ FEATHERSTONE, Mike. *Cultura do consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Nobel, 1995, 223 p.

⁹²⁹ SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio De Janeiro: São Paulo: RECOR, 2001, 471 p.

⁹³⁰ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora da UNESP, 2001, 283 p.

MENESES, 1999⁹³¹; CASTRIOTA, 2009⁹³²), ou seja, situação em que os bens materiais e imateriais deixam de ter apenas valor cultural, adquirindo valor econômico, como mercadoria para o consumo cultural e, assim, interpretar a complexa relação de valorização turística dos bens culturais no período contemporâneo.

CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA AO DEBATE

As sociedades, em seu dinâmico movimento espaço-temporal, são responsáveis pela produção de inúmeros objetos e formas (instrumentos de trabalho e de lazer, casas, igrejas e outras construções, etc.), que são preenchidos de conteúdos e representações simbólicas (modos de vida, práticas culturais cotidianas, técnicas e o saber-fazer, etc.), cristalizados nos lugares. Essas *rugosidades* (SANTOS, 1996)⁹³³, categoria usada na geografia para indicar as formas materiais e os conteúdos simbólicos-culturais que permanecem existindo no espaço, neste caso os remanescentes culturais da sociedade nos lugares, constituem uma importante representação do legado cultural dos grupos sociais no tempo e no espaço. São estas materialidades e imaterialidades que expressam a riqueza cultural legada por gerações, as quais, por seu valor estético, artístico, histórico e/ou cultural, podem ser classificadas enquanto patrimônio, ou seja, bens materiais ou imateriais produtos da ação dinâmica dos grupos sociais no tempo e no espaço que representam uma herança das gerações pretéritas.

De acordo com Santos (1996, p. 63), o espaço é formado por um “conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Embora sendo influenciado por variáveis internas, da sociedade que o produz, e externas, por influência dos mercados, do Estado e outras culturas, o espaço só pode ser compreendido se observado em sua totalidade, por isto um sistema indissociável, solidário e contraditório, que sofre e promove influências mútuas, por meio de seus elementos e variáveis constituintes. Dentre estes, além da questão da técnica e da informação, dá-se destaque ao sistema de objetos e de ações que são materialmente produzidos e simbolicamente representados, manifestados por meio da cultura, com funções e atribuições sociais, dentre os quais estão os bens culturais remanescentes.

⁹³¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros”. In: *Seminário Internacional de História da Energia*. Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 1999, p. 30-48.

⁹³² CASTRIOTA, L. B. *Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, 380 p.

⁹³³ SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 392 p.

Mas, falar em bens culturais na escala do território nacional seria um empreendimento demasiadamente complexo. Isto porque o Brasil demorou décadas para ser totalmente ocupado dentro do processo colonial e, além disso, foi ocupado de maneira desigual e com etnias diferentes, entre portugueses, açorianos, espanhóis, africanos, italianos, alemães, poloneses, japoneses, dentre outros, o que propiciou a constituição de territórios, regiões, paisagens e/ou lugares distintos⁹³⁴, com características culturais próprias e influenciadas de maneira distinta por elementos naturais e externos à cultura, principalmente relativos às dimensões políticas e econômicas.

Assim, ainda que se possa teorizar genericamente sobre o arcabouço cultural dos grupos sociais, para conhecer e compreender os bens materiais e imateriais distintivos de uma cultura é preciso direcionar o olhar de maneira mais objetiva aos grupos sociais, de modo a entender sua origem e trajetória no tempo e no espaço. No caso deste trabalho, para evitar falar de bens culturais de maneira genérica, tomaremos como referência para a análise as heranças culturais ítalo-descendentes, partindo do pressuposto de que esta etnia não apenas foi importante para a formação espacial brasileira⁹³⁵, como também constituiu, no período contemporâneo, uma importante expressão cultural nos lugares em que se fixaram⁹³⁶.

A emigração italiana para o Brasil é um capítulo histórico de grande importância e já bem tratado na literatura científica. Além do processo de industrialização do norte da Itália, também contribuíram para este grande movimento emigratório para as terras de cá, de acordo com Costa *et. all.* (1974, p. 19)⁹³⁷, o orgulho ferido pelo domínio Austro-Húngaro que perdurava por décadas, o horror das guerras e do serviço militar, além da propaganda do governo imperial brasileiro, na qual os italianos identificavam a possibilidade de obter a liberdade e a posse da terra própria. Por parte do Brasil, o país necessitava ocupar o solo ocioso para a produção de alimentos para as cidades, além da necessidade de substituição da mão-de-obra escrava que estava ficando escassa, devido, principalmente, às pressões da Inglaterra pelo fim da escravidão.

⁹³⁴ Território, Região, Paisagem e Lugar são categorias analíticas utilizadas para a interpretação do espaço enquanto totalidade, ou seja, a opção por uma ou outra categoria é uma questão de opção teórico-metodológica.

⁹³⁵ A categoria formação socioespacial, ou simplesmente formação espacial, proposta por Milton Santos (1977), representa uma opção de método que contribui na interpretação dos modos de produção que se sucedem e transformam a sociedade em cada período histórico. A sucessão destes modos de produção implica diretamente nas transformações ocorridas na base material e simbólica dos territórios, influenciando nas dimensões política, econômica, cultural e espacial e na diferenciação dos lugares. Consultar em: SANTOS, Milton. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 54, jun. 1977, p. 35-59.

⁹³⁶ A escolha dos ítalo-descendentes como objeto de análise para este trabalho se deve ao fato de que a pesquisa de doutoramento do autor está relacionada aos usos contemporâneos do patrimônio e da identidade cultural ítalo-descendente pelas práticas turísticas.

⁹³⁷ COSTA, Roviho. (*et. all*). *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Sulina, 1974, 134 p.

Grosso modo, tais fatores convergiram para a vinda de aproximadamente 1,4 milhão de italianos para o país (FRANZINA, 1998⁹³⁸; ITIENES, 2003⁹³⁹).

Já em solo brasileiro, os italianos eram destinados às colônias de imigração nos estados das regiões Sul e Sudeste onde teriam duas funções estratégicas: fixaram-se à terra dedicando-se a agricultura e a suinocultura para produzir e abastecer as cidades próximas (DE BONNI e COSTA, 1984)⁹⁴⁰, e, no caso de São Paulo, uma significativa parcela dos imigrantes constituíram a mão-de-obra assalariada para o trabalho nas lavouras de café, economia esta que estava em ascensão (HUTTER, 1987)⁹⁴¹.

Quando chegavam às regiões destinadas à implantação das colônias, os imigrantes encontravam uma paisagem completamente desprovida de infra-estrutura. Havia, portanto, a necessidade da aplicação de diversas técnicas e a utilização de variados instrumentos de trabalho, ainda que rústica e precariamente, de maneira a transformar as formas espaciais e criar condições mínimas de sobrevivência e de reprodução social, desde a derrubada da mata para obtenção de lenha, de madeira para as primeiras construções até a criação de espaço para a formação das lavouras e de lugares para o criadouro dos animais. Por conta deste processo, pode-se encontrar, atualmente, numerosas construções, instrumentos de trabalho, além das práticas cotidianas, de saberes e modos de fazer peculiares, que denotam a presença e o legado dos primeiros imigrantes italianos e, em alguns lugares, reproduzidas ainda hoje por seus descendentes, aspectos que constituem uma *italianidade* típica no Brasil.

No período atual, os lugares onde inicialmente foram implantadas as colônias de imigração italianas são diferenciados em suas características sócioespaciais, pelo seu vínculo com o passado e origem histórica, por sua singularidade e importância, podendo ser consideradas detentoras de bens representativos e distintivos de sua tradição e cultura, entre os quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; até os objetos materiais produzidos pela cultura e pela técnica, dotados de valor histórico e paisagístico.

Contudo, no atual contexto da globalização, os bens representativos das culturas constituem recursos estratégicos a serem convertidos em atrativos turísticos e consumidos enquanto mercadoria. Isto porque os grupos sociais, estando atrelados à complexidade das imposições

⁹³⁸ FRANZINA, E. *La storia altrove: casi nazionali e casi regionali nelle moderne migrazioni di massa*. Verona: CIERRE Edizione, 1998, 360 p.

⁹³⁹ ITIENETS, International Training and Employment Networks. *Gli Italiani in Brasile*. (S/L), 2003, 150 p.

⁹⁴⁰ DE BONI, L. A.; COSTA, R. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EST – Correio Riograndense – EDUCS, 1984, 244 p.

⁹⁴¹ HUTTER, L. M. “A imigração italiana no Brasil (século XIX e XX): Dados para a compreensão desse processo”. In: De Boni, L. A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1987, p. 74-101.

econômicas globais de aceleração e dinamização dos fluxos, muitas vezes, necessitam inserir novos conteúdos produtivos nos lugares, redefinindo ou ampliando o uso das formas culturais pretéritas por meio de novas funções, ou seja, por meio da refuncionalização de suas formas-conteúdos. Tal processo de refuncionalização diz respeito à determinação de novos conteúdos, de natureza variada, às formas e às dinâmicas socioespaciais, reflexo da complexa intensificação dos fluxos de mercadorias, serviços, capitais, pessoas e informações na sociedade contemporânea, de maneira especial, pela conversão dos bens culturais em mercadorias, em outras palavras, a incorporação do valor de troca, econômico e mercadológico substituição de seu valor de uso, histórico e cultural⁹⁴².

Dessa maneira, estes bens culturais passam a constituir potenciais atrativos e distintivos na promoção de práticas turísticas. Isto porque o turismo, desde sua ascensão com a sociedade industrial, é uma atividade que não apenas ampliou sua abrangência territorial, mas, sobretudo, multiplicou as possibilidades usufruto dos lugares, inclusive, as práticas relacionadas ao consumo cultural. Por um lado, o uso dos bens materiais e imateriais pelo turismo pode representar a manutenção dos elementos constituintes das culturas, possibilitando sua continuidade no tempo e no espaço.

O USO TURÍSTICO DOS BENS CULTURAIS NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO

O crescimento da oferta turística e sua diversificação, no período contemporâneo, se deve a uma complexa gama de acontecimentos que vai desde a melhoria das condições de transporte e circulação até a expansão do campo patrimonial, que permitiu à sociedade renovar seus vínculos de pertencimento ou mesmo o processo de valorização dos elementos das distintas culturas, ainda que seja na forma de consumo turístico.

Em termos conceituais o turismo, segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (2001)⁹⁴³, “compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

⁹⁴²Para maior aprofundamento ver, também, EVASO, A. S. “A refuncionalização do espaço”. In: *Revista Experimental* – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, FFLCH – Departamento de Geografia da USP. São Paulo: Humanitas, p. 33-54, 1999; PAES-LUCHIARI, M. T. D. “Turismo e patrimônio natural no uso do território”. In: PAES-LUCHIARI, BRUHNS e SERRANO (ORGS.) *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas: Papyrus, 2007 p. 25-46.

⁹⁴³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Rocca, 2001. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Corner.

Entretanto, Cruz (2007)⁹⁴⁴ analisa que há, hoje, uma ambigüidade no conceito de turismo. Isto porque na sua gênese a atividade turística era considerada àquelas relacionadas ao conceito de lazer, ou seja, às viagens espontâneas.

Historicamente, o turismo é uma atividade que tem sua ascensão relacionada à sociedade industrial. A revolução industrial foi responsável pela melhoria das condições de transporte, possibilitada pelos motores a vapor, que promoveu uma revolução nos transportes, permitindo o deslocamento de pessoas entre os lugares mais rapidamente. Em tal processo há a consolidação da burguesia, classe que ascende como dominante no período, e que detinha os recursos e o tempo livre para sair em viagem (CRUZ, 2001)⁹⁴⁵. De outro lado, a classe trabalhadora, organizada em torno da melhoria das condições de trabalho, conquista uma série de benefícios, dentre os quais estava o direito às férias. Marilena Chaui (2000)⁹⁴⁶, na introdução de *O direito à preguiça*, de Paul Lafarge, analisa como o sistema capitalista transforma o ócio em lazer, fazendo com que os trabalhadores utilizassem o seu tempo livre, de não-trabalho, no caso de seu período de férias, em tempo de consumo, saindo em viagens de turismo de massa. É neste processo em que a então ascendente sociedade capitalista, responsável pelas mudanças no mundo do trabalho, transforma a opção de uso do tempo livre em mercadoria. Para Rodrigues (1997, p. 26)⁹⁴⁷, “A necessidade imperiosa de viajar é fabricada, sendo incorporada mercadologicamente ao rol das necessidades básicas do homem”. Esta leitura histórica do turismo está relacionada à idéia de que para haver ócio para alguns deve haver trabalho para outros, em tal processo, segundo Hiernaux-Nicola (1996, p. 47)⁹⁴⁸:

(...) las das lógicas se contraponem, entre otros e matéria de producción espacial. Existe una lucha constante, tenaz y feroz entre el mundo del turismo y el mundo de la producción, que se debe a la oposición irreconciliable entre la lógica de ganancia que sostiene el segundo, y la lógica del ocio que sostiene el primero.

Com o passar dos anos, crescem os tipos de oferta turística que, cada vez mais, tendem a abranger os mais variados públicos consumidores. Mas, o aumento da oferta e dos destinos turísticos não representa apenas números, sendo necessário compreender os efeitos que a atividade pode causar nos lugares, entre impactos ao ambiente e às culturas. Isto porque,

⁹⁴⁴ CRUZ, R. de C. A. *Geografia do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Rocca, 2007, 140 p.

⁹⁴⁵ CRUZ, R. de C. A. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2001, 167 p.

⁹⁴⁶ CHAUI, M. (2000). “Introdução”. In P. Lafarge, *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec, p. 9-56.

⁹⁴⁷ RODRIGUES, Adir B. “Turismo local: oportunidades para a inserção”. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 17-22.

⁹⁴⁸ HIERNAUX-NICOLA, D. “Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo”. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 39-54.

segundo indica CRUZ (2007), o turismo, enquanto produtor e consumidor do espaço, pode mercantilizar as culturas locais, convertendo-as em objetos de consumo.

Para continuar o debate, é necessário antes definir dentro de quais parâmetros conceituais estamos abordando a cultura para, então, poder falar em turismo cultural. Mas, como o conceito de cultura é polissêmico, possuindo distintas definições e interpretações, tomaremos como referência aqueles que se aproximem das propostas deste trabalho, ou seja, que considerem a existência dos bens materiais e imateriais como constituintes da cultura.

Concordamos com Santos (2005)⁹⁴⁹ de que a cultura não é apenas acumulação de tradições sociais, o que significa que a cultura é dinâmica e está em constante processo de (re)constituição. Isto não quer dizer que a cultura de um grupo social não possua características marcantes que lhes representam e os distingue dos demais, sobretudo, quer dizer que cultura é viva e que além da tradição herdada, esta também se renova continuamente.

Assim, para Geertz (1989)⁹⁵⁰, a cultura é constituída por um conjunto de signos e significados criados e reproduzidos por um grupo social, nesta medida, interpretar as culturas significaria interpretar os símbolos, mitos e ritos, portanto, identificá-los como representantes culturais, ainda que na construção cotidiana da identidade existam mudanças sociais.

Em sua trajetória no tempo e no espaço, muitas práticas e conhecimentos que constituem as marcas culturais, características dos grupos sociais, são substituídas por outras, por meio deste dinâmico processo de renovação das culturas tradicionais. Contudo, em termos de prática turística, *o olhar do turista* do qual fala Urry (1996)⁹⁵¹, também é direcionado aos bens culturais remanescentes, ou seja, materialidades e imaterialidades que permanecem existindo no espaço através do tempo.

Por este motivo, dentre as modalidades turísticas conhecidas no período contemporâneo, é o turismo cultural que ganha destaque nas práticas que utilizam o patrimônio como atrativo. Segundo Talavera (2003, p. 34)⁹⁵², “O turismo cultural é concebido como uma forma de turismo alternativo que se baseia no consumo e comercialização de culturas. Elementos

⁹⁴⁹ SANTOS, A. P. “Trajetórias da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho”. *IX SIMPÓSIO NACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO*. Ponta Grossa: Paraná: CEFET, 24-26 de novembro de 2005.

⁹⁵⁰ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978, 323 p.

⁹⁵¹ URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Nobel, 1996, 231 p.

⁹⁵² TALAVERA, Augustin S. “Patrimonios culturales y turistas: Unos leen lo que otros miran”. *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Tenerife: España: Universidad de la Laguna, vol. 1, nº 1, 2003, p. 1-12.

escolhidos de qualquer cultura passam a ser produtos ofertados ao mercado turístico”. Para ANDRADE (1997, p. 71)⁹⁵³:

O turismo cultural pode ser definido como aquele tipo de turismo que possui conotação restritiva e abrange exclusivamente as atividades que se efetuam através de deslocamentos para a satisfação de objetivos de encontro com emoções artísticas, científicas, de formação e informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e da criatividade do homem.

Assim, é esta modalidade turística que está intrinsecamente ligada ao uso de bens culturais dos grupos sociais e suas expressões cotidianas (técnicas, artísticas, históricas, mas sobretudo, culturais), expressas por materialidades e imaterialidades remanescentes, no período atual, legalmente denominadas de patrimônio cultural. Para Getino (2000)⁹⁵⁴,

Las actividades turísticas de nuestro tiempo existen a partir de la existencia previa, en cualquier nación o comunidad, de un patrimonio sociocultural y ambiental que ha sido preservado o construido por la misma a lo largo de su propia historia y que se manifiesta en atractivos naturales y culturales, tangibles e intangibles, eventos programados, etcétera. (GETINO, 2000, p. 48) (grifo do autor)

Para a Organização Mundial do Turismo – OMT (1998 *apud* GETINO, 2000, p. 48-49), este patrimônio é definido como “El conjunto potencial (conocido o desconocido) de los bienes materiales e inmateriales a disposición del hombre y que pueden utilizarse, mediante un proceso de transformación, para satisfacer sus necesidades turísticas”.

Contudo, o uso dos bens culturais pela prática turística foi possível, em muito, devido ao processo de valorização e ampliação do debate relacionado à preservação e conservação do patrimônio cultural, de maneira mais intensa, durante o século XX. De acordo com Castriota (2009, p. 11), “O patrimônio constitui hoje um campo em rápida expansão e mudança”, isto porque, segundo ele, “nunca se falou tanto sobre a preservação do patrimônio e da memória, nunca tantos estiveram envolvidos em atividades ligadas a ele”, bem como “nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com as preexistências culturais”.

Outro aspecto apontado pelo autor, no caso do Brasil, foi a notável expansão do campo patrimonial, inclusive no que diz respeito à constituição de 1988, na qual superou a mera idéia consolidada de “monumentos históricos e artísticos”, para bens culturais. Segundo Castriota (2009, p. 12), “(...) não apenas os monumentos já consagrados, mas diversas paisagens, tradições, expressões de arte, saberes populares e documentos passaram a ser reconhecidos

⁹⁵³ ANDRADE, J.V. de. *Turismo - fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1997.

⁹⁵⁴ GETINO, Octavio. *Turismo entre el ocio y el neg-ocio: Identidad cultural y desarrollo económico en América Latina y el Mercosur*. 2ª ed. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS, 2009, 280 p.

como patrimônio nacional, acompanhando a tendência mundial de expansão do conceito”⁹⁵⁵. Mais adiante o autor analisa que a ampliação da base conceitual do patrimônio exige, também, novas posturas por parte daqueles responsáveis por sua perpetuação. Segundo ele:

Se antes, quando se lidava com o conceito tradicional de patrimônio, não parecia haver muita dúvida quanto aos critérios para a classificação de um bem como patrimônio cultural – sua excepcionalidade estética ou sua ligação a um fato memorável da história, hoje, com essa ampliação, toda a atribuição de valor tem que ser explicitada, já que lidamos com uma matriz muito mais complexa de valores. (CASTRIOTA, 2009, p. 95)

Isto significa que a declaração de valor patrimonial por parte dos órgãos competentes, hoje, exige uma avaliação mais profunda do bem material e/ou imaterial, ou do conjunto de bens componentes de uma paisagem culturalmente constituída, de maneira que fique claro qual o critério utilizado para que se declare a necessidade de preservação, conservação ou, mesmo, a restauração de um patrimônio. Além disso, não se pode deixar de observar que a mudança no campo patrimonial, também, significou a maior participação dos grupos sociais diretamente interessados na patrimonialização dos bens culturais. Assim, a ampliação do conceito de patrimônio representou, inclusive, uma mudança direta sobre a declaração de valor dos objetos materiais e das práticas e saberes culturais remanescentes.

Para Canclini (1994, p. 96)⁹⁵⁶, o patrimônio “expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social”. Isto significa que, de acordo com o autor, o patrimônio cultural não é representado apenas pelos grandes monumentos como, por exemplo, as pirâmides, a grande muralha da China, dentre outros que, enquanto expressão material e herança, representam a opulência dos que estavam no poder. Em termos de cumplicidade social, é preciso voltar a atenção para as práticas sociais e os bens que representam a cultura dos lugares, enquanto expressão de um processo social, histórico e atual, no caso dos ítalo-descendentes, podemos destacar, por exemplo, a culinária, baseada numa alimentação rica em massas, carnes e outros produtos de origem agrícola; as conservas e os embutidos caseiros; o cultivo da uva e a produção do vinho, geralmente por meio de técnicas herdadas de gerações pretéritas; as práticas religiosas, tal como a adoração à Maria e aos santos; as práticas de lazer,

⁹⁵⁵ Choay (2001) usa o termo “inflamação patrimonial”. Tal terminologia usada por Choay, tem relação com que Castriota aponta, no sentido de que no atual período histórico da sociedade vivemos um sentido paradoxal, pois, de um lado, há uma certa tendência de padronização do mundo, com a uniformização de valores, comportamentos e estilos de vida, mas, por outro lado, vê-se quase que um ‘contra-movimento’, no sentido de que as culturas reemergem, reaparecem fortalecidas.

⁹⁵⁶ CANCLINI, Nestor G. “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN*, Brasília, n° 23, 1994, p. 95-111.

dentre os quais pode-se destacar os jogos de baralho e a bocha; dentre outros aspectos que constituem a expressão de uma solidariedade e uma identidade local (Figuras 01 à 13). Canclini (1994), sintetiza estas idéias sobre a valorização dos elementos mais próximos da experiência cotidiana dos grupos sociais, enquanto representações autênticas da cultura, quando afirma que:

O patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos. (CANCLINI, 1994, p. 99)

Nesta medida, Canclini (1994) adiciona outros ingredientes na discussão e no entendimento do que deve ser considerado patrimônio, em relação à representatividade das sociedades locais.

Tamãna importância na expansão do campo patrimonial está atrelada à constituição da idéia de patrimônio imaterial ou intangível, porque, até então, a declaração de valor sobre o patrimônio estava baseada nas idéias de monumentalidade e autenticidade (FONSECA, 1997)⁹⁵⁷. Tal expansão, na verdade, também foi uma necessidade de entrelaçamento com outras áreas do conhecimento para dar conta da complexidade da sociedade contemporânea (CASTRIOTA, 2009).

Este patrimônio cultural é representado no conjunto destes bens móveis e imóveis, formas construídas e perpetuadas na paisagem, dotadas de valor simbólico, tais como as construções e a arquitetura, os instrumentos de trabalho e de lazer. São representantes do patrimônio, também, os bens imateriais, representado nas técnicas de trabalho, na religiosidade, na culinária, na musicalidade, no conhecimento acumulado e reproduzido, traços da cultura que transmitidos por gerações⁹⁵⁸, além do patrimônio natural que se soma a este conjunto. Segundo Panis (2009, p. 47)⁹⁵⁹, “Todos estes aspectos reunidos constituem o patrimônio cultural e sintetizam na paisagem, além dos objetos materiais, a memória da sociedade local, e as identifica enquanto pertencentes a um grupo, uma etnia, uma cultura”.

⁹⁵⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. 316 p.

⁹⁵⁸ Concordamos com Paes-Luchiani (2007), para quem o patrimônio cultural é material, imaterial e natural. Este último, porque mesmo que as paisagens possam expressar elementos mais próximos da natureza original, estas expressões são, sobretudo, produto da intervenção ou proteção do poder político, econômico ou social, como é o caso, por exemplo, dos parques e reservas naturais espalhados pelo território nacional.

⁹⁵⁹ PANIS, M. *Turismo, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Local – O caso do Distrito de Rincão da Cruz no Município de Pelotas/RS*. 2009. 254 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.

Para Bertoncello (2004, p. 2)⁹⁶⁰:

(...) el patrimonio puede ser entendido como el acervo de una sociedad, este es, el conjunto de bienes acumulados por tradición o herencia, común al conjunto de los individuos que constituyen esa sociedad. El vínculo con la identidad es una característica distintiva, en la medida en que el patrimonio expresaría, de modo sintético, los valores que la sociedad reconoce como propios. El vínculo con la cultura es también central, en la medida en que el patrimonio es parte de una cultura, en muchos casos visto como aquella parte de la cultura que se ha podido conservar.

Isto significa que a valorização de bens culturais, mesmo que não tenham proteção jurídica, alcança uma condição de reconhecimento social, na qual os grupos sociais locais, ou mesmo pessoas não pertencentes ao lugar, reconhecem a importância que estes bens possuem por sua representação histórica e cultural⁹⁶¹. É neste processo que estão inseridos os bens culturais remanescentes ítalo-descendentes, no qual, nos últimos anos, verifica-se a intensificação do resgate da memória e da identidade cultural, de forma a manter viva sua cultura material e imaterial. Além disso, as pessoas se identificam com este “conjunto de bens”, de maneira que este vínculo, esta herança, venha a reforçar a identidade da sociedade local, como um sentimento de pertença ao lugar. Assim, o patrimônio cultural é carregado de valor simbólico, permitindo às pessoas a identificarem nele aspectos próprios de sua cultura (PANIS, 2009).

Visto dessa forma, o patrimônio cultural não é apenas um produto do tempo, revelado em sua antiguidade, mas é, também, um produto do espaço, uma vez que seu sentido está atrelado ao reconhecimento do conjunto das formas e das vivências cotidianas que preenchem o lugar, ou seja, este conjunto de bens que são acumulados e transmitidos por tradição e herança, uma bagagem cultural que os caracteriza e identifica, neste caso, com sua *italianidade*.

O lugar, não apenas enquanto categoria analítica na geografia, como também uma localização na escala grande da cartografia, é onde as relações sociais são percebidas mais intensamente. Para Castriota (2009, p. 103), “O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edificações, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.)”. Isto significa que o autor está incluindo não apenas os elementos físicos, mas também os elementos espirituais que dão significado, valor emoção e mistério para o lugar, justamente onde a relação dos grupos sociais com o patrimônio se dá de maneira mais intensa, tem o sentido de pertencimento.

⁹⁶⁰ BERTONCELLO, Rodolfo. “Patrimonio y territorio. Claves a partir de la valorización turística”. *Terceras Jornadas Interdepartamentales de Geografía*. Tucuman, octubre, Buenos Aires: Mimeio, 2004.

⁹⁶¹ A Carta de Burra, de 1980, é o resultado de um importante e aprofundado debate sobre o reconhecimento do patrimônio, por sua importância histórica cultural, sem que para isso seja necessário haver o tombamento.

Se, por um lado, a ampliação do conceito de patrimônio contribuiu em uma maior proteção sobre os bens culturais, tangíveis e intangíveis, não apenas em quantidade como também em variedade de expressões culturais, inclusive, àqueles pertencentes às classes populares da sociedade, por outro, o próprio ato de proteção coloca o patrimônio em evidência para a sociedade e para o mercado. Este é o ponto em que os bens culturais passam a ser objeto de uso do mercado, processo pelo qual há a mercantilização do patrimônio e das paisagens culturalmente constituídas, em que se pode verificar a incorporação do valor econômico ao valor histórico-cultural. Para Meneses (1999, p. 31):

(...) conceito de valor expressa a capacidade de alguma coisa (bem material ou imaterial, atitude, idéia, comportamento) responder a uma necessidade humana. Daí sua associação a conceitos como utilidade, bem, aspirações, interesses, desejabilidade, ou, por derivação, critérios, padrões, orientação seletiva.

Isto significa que o patrimônio cultural fica propenso a ser apenas um instrumento de uso para a exploração econômica, no qual há a subversão da ordem de valor destes bens para o uso do mercado, correndo o risco de que sua preservação e conservação estejam atreladas à capacidade de gerar lucros, ou seja, a ordem econômica sobrepondo o valor cultural dos objetos materiais e práticas sociais.

Também, sobre este processo de substituição do valor cultural pelo valor mercadológico, Paes-Luchiari (2005, p. 95) analisa que “o patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar - tendência global que reflete a mundialização das relações, dos valores e das manifestações”. Mais adiante, a autora afirma que:

A apropriação dos bens culturais vem seguindo a conduta de transformação do patrimônio histórico em mercadoria, assim como a sua refuncionalização vem servindo agora à ideologia do consumo e não mais às práticas culturais representativas do sentimento de pertencimento das culturas e populações locais. (PAES-LUCHIARI, 2005, p. 96)

Neste sentido, o patrimônio cultural está diretamente associado ao consumo cultural. Isso faz com que o sentido da preservação esteja atrelado ao mercado ou a capacidade deste em negociar a cultura, de modo especial, por meio das atividades de turismo.

É deste processo que se dá o que Machado (2004)⁹⁶² denominou de “produção de culturas objetivadas”. Tal processo estaria relacionado à produção de artefatos culturais, referenciados na tradição e riqueza cultural dos grupos sociais, contudo, produzidos pelo mercado, para o

⁹⁶² MACHADO, J.R. IGOR. “Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação”. *Revista de antropologia*. São Paulo, USP, v. 47 n° 1. p. 207-234, 2004.

mercado, geratriz de um processo de mercantilização da identidade cultural mediada pelo mercado, convertendo os bens culturais em bens econômicos.

Walter Benjamin (apud CASTRIOTA, 2009, p. 58), em *Experiência e pobreza*, perguntava “(...) qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”. Este é o risco que se corre quando estamos falando no aspecto da mercantilização dos bens culturais tangíveis e intangíveis e, também, das paisagens culturalmente constituídas, a perda do sentido de pertencimento dos grupos sociais em relação ao seu patrimônio, em especial, pelas práticas turísticas que, cada vez mais, buscam bens representativos da cultura como atrativos e distintivos turísticos.

É nesta relação entre patrimônio e turismo que Barretto (2000)⁹⁶³ e Costa Beber e Barreto (2007)⁹⁶⁴ tecem a análise de que o uso do legado cultural enquanto atrativo turístico representa duas possibilidades distintas. De um lado, atrair um público diferenciado, interessado em um consumo cultural, contribui na recuperação e conservação da memória e da identidade local. De outro lado, adverte, corre-se o risco de que o turismo acabe por banalizar e interferir na cultura local. Nesta medida, segundo Barretto (2000, p. 32) “o patrimônio deixa de ser valioso por sua significação na história ou na identidade local e passa a ser valioso porque pode ser ‘vendido’ como atrativo turístico”.

Ainda, sobre esta relação, Troncoso e Almirón (2005)⁹⁶⁵, compreendem que as práticas turísticas que utilizam o patrimônio como atrativo estão direcionadas a um novo tipo de turista preocupado em se aproximar e conhecer as diferentes expressões culturais, além de buscarem consumir produtos mais sofisticados, diferente do turismo de massa. Afirmam ainda que:

De esta manera, se resalta que (a diferencia del turismo tradicional) la práctica del turismo de patrimonio permite a los turistas acercarse y contactarse con él, valorándolo, disfrutándolo y conociéndolo permite informarnos y aprender sobre el pasado. El turismo aparece, así, como un medio efectivo para la promoción social del patrimonio; en otras palabras, se destacan los efectos positivos que tiene el conocimiento del patrimonio sobre el turista (como, por ejemplo, la conciencia sobre la importancia y necesidad de su protección y conservación). (TRONCOSO e ALMIRÓN, 2005, p. 62)

Isto significa que deve haver o cuidado para que o patrimônio não se torne apenas um produto para ser explorado pelo turismo. De fato, o turismo deveria ser uma prática que, ao mesmo tempo, permitisse a conservação e preservação do patrimônio, aspecto que permitira renovar

⁹⁶³ BARRETTO, M. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. São Paulo: Papius, 2000, 98 p.

⁹⁶⁴ COSTA BEBER, A. M.; BARRETTO, Margarita. “Los cambios socioculturales y el turismo rural”. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (Online)*, v. 5, p. 45-52, 2007.

⁹⁶⁵ TRONCOSO, Claudia A.; ALMIRÓN, Analía V. “Turismo y patrimonio – Hacia una relectura de sus relaciones”. *Aportes y transferencias*, Mar del Plata: Univerisad Nacional de Mar del Plata – Argentina, año/vol., 1 n° 09, 2005, p. 56–74.

cotidianamente o sentido de pertencimento, o vínculo histórico-cultural dos bens culturais com seus possuidores e, ainda, contribuisse na geração de renda para a comunidade local.

Deve-se compreender, portanto, que o patrimônio cultural não é apenas representado por objetos individuais. O patrimônio, enquanto expressão dos grupos sociais, está atrelado ao território, é parte constituinte da expressão territorial, uma vez que a sociedade sempre necessita de uma base material (territorial) para existir. Este aspecto, aliás, já havia sido ressaltado na Carta de Veneza, em Maio de 1964, que no seu Artigo 7º estabelece que “El monumento es inseparable de la historia de que es testigo y del lugar em el que está ubicado” ([1964] FUNARI e DOMÍNGUEZ, 2005, p. 10)⁹⁶⁶.

Neste sentido, compreendemos que as práticas turísticas podem representar uma das maneiras de preservar os bens culturais, dando a estes novos sentidos de existência para continuarem existindo no tempo e no espaço, permanecendo acessíveis às gerações futuras. Por outro lado, compreendendo que os grupos sociais são dinâmicos e transformam suas práticas, conhecimentos e heranças pelo contato com outras culturas, deve-se evitar que o turismo simplesmente crie cenários artificializados, no sentido de representar expressões culturais que não existem mais, mas que são recriados para serem vendidos enquanto produtos turísticos. Tal processo pode levar à criação de simulacros (Baudrillard, 1991)⁹⁶⁷, relacionados à criação de representações e símbolos culturais, encenações de características culturais que não condizem com a realidade dos grupos culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate a respeito da relação de uso dos bens culturais, materiais e imateriais, pelas práticas turísticas no período contemporâneo é um tema atual e necessário. De maneira nenhuma este trabalho teve a intenção de esgotar o assunto, muito ao contrário, o principal objetivo está situado na contribuição ao debate e aprofundamento da relação de uso dos bens culturais, materiais e imateriais, pela prática turística no período contemporâneo.

Nos tempos atuais, de obsolescência programada, em que se intensificam os fluxos de mercadorias, serviços, pessoas e capitais, e o modelo globalizante da economia, tendem a propor a hegemonização dos lugares e, neste cenário, emerge a cultura do diferente, uma vez

⁹⁶⁶ FUNARI, Pedro Paulo; DOMÍNGUEZ, Lourdes. *As cartas internacionais sobre o patrimônio*. Textos Didáticos, Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 57, novembro, 2005, 144 p.

⁹⁶⁷ BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

que os lugares se contrapõem a esta lógica global e fortalecem seus laços de pertencimento com suas materialidades e conteúdos simbólicos que lhes mantém conectados à cultura sem, com isso, isolarem-se do mundo.

É neste contexto que o turismo passa a compor o cenário de lugares que possuem remanescentes culturais, como lugares em que se pode verificar a existência de bens culturais ítalo-descendentes, que, no contexto da ampliação da oferta turística para sua dimensão cultural, converte patrimônio cultural em atrativo e distintivo da prática turística.

Contudo, a ampliação da oferta turística deve ser acompanhada de um bom planejamento. Isto porque, o turismo representa a manifestação do mundo no lugar e do lugar para o mundo, ou seja, a possibilidade de uma homogeneização dos padrões culturais e a descaracterização local da cultura é um risco que se corre, ou, mesmo, a possibilidade da artificialização da cultura por meio da cenarização. Evidentemente que o planejamento turístico deve prever a distribuição de renda, senão, acabará exacerbando os problemas sociais e suas implicações sobre a atividade turísticas.

Além disso, a prática turística deve levar em conta a totalidade do patrimônio cultural, entre as formas construídas e perpetuadas na paisagem, as práticas e os conhecimentos acumulados e reproduzidos, produto intelectual dos grupos sociais transmitidos das gerações pretéritas aos seus descendentes. Todas as materialidade e imaterialidades representam fragmentos que, vistos no seu conjunto, expressão uma paisagem culturalmente constituída.

Neste sentido, é importante que cada vez mais surjam reflexões que investiguem estes fenômenos, a fim de compreender as transformações que ocorrem nos diferentes lugares devido a valorização turística dos bens culturais.

Abstract:

The present work has for objective to present some elements that guide the debate regarding the increasing use of the practical cultural goods for the tourist one, in the period contemporary. Thus, from geography, taking the material and incorporeal references that compose the special complexity, are looked to understand the valuation of the forms and practical the attractive and distinctive contents cultural while for the tourist ones in the places.

Key-Words: Cultural Heritage, Tourism, refunctionalization, Cultural Consumption



Figura 1: Entrada da Cidade de Bento Gonçalves

Figura 2: Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves

Fonte: Zamek Hotel Boutique (2009)



Figura 3: Paisagem Serrana

Figura 4: Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves

Fonte: Zamek Hotel Boutique (2009)



Figura 5: Antiga Casa Italiana em Faxinal do Soturno - Região da Quarta Colônia

Figura 6: Conjunto Arquitetônico - Região da Quarta Colônia

Fonte: <http://quartacoloniaitaliana.vilabol.uol.com.br> (2010)



Figura 7: Casa de Pedra Italiana na Colônia Maciel/Pelotas – Região da Quinta Colônia

Figura 8: Vista da Região Colonial de Pelotas – Região da Quinta Colônia

Fonte: PANIS, Marcelo (2008)



Figura 9: Família de Imigrantes na Colônia Maciel em Pelotas/RS
Figura 10: Família de Imigrantes na Colônia Maciel em Pelotas/RS
Fonte: Museu Etnográfico da Colônia Maciel - MECOM



Figura 11: Cantina temática italiana em Garibaldi/RS
Figura 12: Produtos Coloniais em Garibaldi/RS
Fonte: Secretaria de Turismo de Garibaldi/RS

OS IMPRESSOS COMO FONTES A SEREM UTILIZADAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O CASO DOS PERIÓDICOS DE PELOTAS, ENTRE AS DÉCADAS DE 1910 E 1930

Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS/Campus

Osório

Estudante de Doutorado da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Rua Machado de Assis, 1456 - Bairro Sulbrasileiro – Osório – RS

Telefone: 51 91847062

maria.oliveira@osorio.ifrs.edu.br

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Pelotas (2001), Pós-graduação em Artes - especialização em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos (2003) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2005). Atualmente cursa o Doutorado em Educação da FaE/UFPel, linha de pesquisa Filosofia e História da Educação. É pesquisadora do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul/Campus Osório. Tem experiência na área de Educação, História e Artes, com ênfase em História da Educação.

Giana Lange do Amaral

Universidade Federal de Pelotas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – Pelotas – RS

giana@ufpel.edu.br

Possui graduação em Estudos Sociais/História pela Universidade Federal de Pelotas (1986) , especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa pela Universidade Católica de Pelotas (1994) , mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (1998) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003) . Atualmente é Professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas e Membro de corpo editorial da Revista Pedagógica (Chapecó). Tem experiência na área de Educação , com ênfase em Fundamentos da Educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação, instituições educacionais, educação católica, educação laica, Cultura escolar e práticas discentes.

OS IMPRESSOS COMO FONTES A SEREM UTILIZADAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O CASO DOS PERIÓDICOS DE PELOTAS, ENTRE AS DÉCADAS DE 1910 E 1930

Maria Augusta Martiarena de Oliveira

Giana Lange do Amaral

Resumo: O presente trabalho refere-se aos periódicos difundidos na cidade de Pelotas, entre as décadas de 1910 e 1930, e sua utilização como fonte de pesquisa para a História da Educação, notadamente para a história das instituições e das práticas escolares. Para a realização desta pesquisa, formou-se um referencial teórico-metodológico capaz de embasar o uso da referida fonte.

Palavras-chave: imprensa, História da Educação, fontes de pesquisa

Introdução

A imprensa consiste em uma fonte inestimável para a História da Educação, tendo em vista a diversidade de temas abordados em suas páginas e as possibilidades de análise decorrentes desse fato. No entanto, a utilização dessa fonte requer uma análise sistemática e ordenada, além do conhecimento das intencionalidades envolvidas no ato jornalístico.

Para a realização deste trabalho, optou-se por formar referenciais teórico-metodológicos para a utilização da imprensa como fonte de pesquisa, o que possibilitou a posterior análise da condição doutrinária e ideológica dos periódicos difundidos em Pelotas na Primeira República.

O presente artigo dedica-se, portanto, a uma análise da utilização da imprensa como fonte de pesquisa para a História da Educação, bem como a um estudo da imprensa Pelotense entre as décadas de 1910 e 1930. Serão tratados não só os jornais, mas outras categorias de periódicos, como o Almanach de Pelotas e a Revista Ilustração Pelotense.

A imprensa como fonte de pesquisa em História da Educação

Como mencionado anteriormente, a imprensa é uma fonte riquíssima de pesquisa para os historiadores da educação, tendo em vista o seu papel de difusor e formador de informações, opiniões e ideologias. Era tamanha a importância dessa mídia, que, no Brasil colonial não se produzia palavra impressa. De acordo com Lustosa (2004)⁹⁶⁸, até 1808, data da chegada de d.

⁹⁶⁸ LUSTOSA, Isabel. "O nascimento da imprensa brasileira". – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004 il. – (Descobrimo o Brasil).

João VI, as letras impressas eram proibidas aqui. Além disso, as poucas tentativas de se estabelecerem tipografias esbarraram na intransigência das autoridades portuguesas.

Deve-se ter em conta, que houve certa relutância na utilização da imprensa como fonte histórica, embora a sua importância fosse reconhecida. Os fatores que explicam tal situação encontram-se na tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, da busca da verdade dos fatos, atingida por intermédio de documentos oficiais. Nesse contexto os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, já que se constituíam em “enciclopédias do cotidiano”, contendo registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. No entanto, segundo a autora: “*O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica*”, (LUCA, 2005, p.118)⁹⁶⁹.

A utilização dos jornais como fonte de pesquisa permite a análise de discursos e ideologias, de características da vida cotidiana, entre tantas outras informações passíveis de serem extraídas da imprensa. Para Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002):

Entendemos que a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um “*corpus documental*” de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicos de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discurso educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era a sua ressonância no contexto social (CARVALHO, ARAÚJO, GONÇALVES NETO, 2002, p.72)⁹⁷⁰.

A imprensa mostra-se como um instrumento de pesquisa relevante, pois é por meio de suas páginas que se divulgam e consolidam as principais representações sociais (Gonçalves Neto, 2002)⁹⁷¹, ao mesmo tempo em que cria um espaço público através do seu discurso – social e

⁹⁶⁹ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). “Fontes Históricas”. São Paulo: Contexto, 2005.

⁹⁷⁰ CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAÚJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (orgs.). “Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa”. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.67-89.

⁹⁷¹ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (orgs.). “Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa”. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.197-225.

simbólico (Bastos, 2002)⁹⁷². Logo, os jornais, são capazes de formar opiniões, disciplinar, encontrando-se muito longe de sua pretendida imparcialidade.

Pode-se dizer que os jornais têm sido uma fonte muito profícua para a coleta de dados, possibilitando a leitura das manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Dessa forma, como já foi dito, devemos ter em conta que os documentos não são textos inocentes e transparentes, mas foram escritos por pessoas com diferentes intenções e estratégias. Para Lopes e Galvão (2005)⁹⁷³: “No trabalho com o material escrito, mas não só, é preciso levar em conta tanto os silêncios dos documentos quanto a sua ausência”, (LOPES; GALVÃO, 2005, p.92). E, além disso, segundo Le Goff (2003)⁹⁷⁴:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa, (LE GOFF, 2003, p.545).

Com relação à História da Educação nos jornais, Nóvoa, Teixeira e Bandeira (2002)⁹⁷⁵ afirmam que a imprensa revela as múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc.), mas também no que diz respeito ao papel desempenhados pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens. Dessa forma, é admissível dizer que a imprensa propicia o contato com uma série de informações, as quais organizadas de forma adequada constituem-se em uma rica fonte de pesquisa.

⁹⁷² BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (orgs.). “Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa”. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.151-174.

⁹⁷³ LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. “História da Educação” – Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 2.ed.

⁹⁷⁴ LE GOFF, Jacques. “História e Memória”. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

⁹⁷⁵ NÓVOA, António; BANDEIRA, Filomena; PAULO, João Carlos; TEIXEIRA, Vera. A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. “Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação”. – São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p.11 a 32.

No entanto, ao propor-se a análise dos referidos textos, é importante dizer que todo tipo de fonte deve passar por uma crítica com a finalidade de que o emaranhado de ideologias que as permeiam, seja desvelado. A presente pesquisa utiliza jornais como fonte. Deve-se ter em conta que foi feita a opção de abordar o jornal como documento, no sentido proposto por Le Goff⁹⁷⁶. Para esse autor, “*o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias*”, (LE GOFF, 2003, p. 548). Dessa maneira, deve-se tomar a imprensa como veiculadora de interesses sociais e recusar a idéia de que essa seja apenas uma veiculadora de informações, questionando a sua imparcialidade e neutralidade. Essa última palavra não pode ser relacionada às fontes de pesquisas históricas. Tendo em vista as características acima citadas, ao utilizar-se a imprensa como fonte, deve-se ter em consideração certa metodologia. De acordo com Carvalho, Araujo e Gonçalves Neto⁹⁷⁷:

Cabe ao historiador promover uma aglutinação dos fatos que ele localiza, procurando retirar desse seu caleidoscópio uma dada racionalidade, visando a identificar, na medida do possível, as diferentes histórias que compõem o todo histórico, com o objetivo de construir uma história menos excludente. Nesta perspectiva, percebe-se que a imprensa se transformou em objeto de referência para apreensão e compreensão do processo histórico-educacional, (CARVALHO, ARAUJO; GONÇALVES NETO, 2002, p.74).

Além disso, como afirma Bastos⁹⁷⁸:

“[...] Cabe ao pesquisador fazer uma desmontagem do texto – da imprensa – a fim de desvelar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz. Essa desmontagem significa análise do processo e das condições de sua produção/construção, a partir dos discursos disponíveis [...]”, (BASTOS, 2002, p.153).

O pesquisador deve conhecer a sua fonte de forma a conseguir realizar a desconstrução do texto e analisar o processo e as condições de produção. Dessa forma, buscou-se conhecer os

⁹⁷⁶ LE GOFF, Jacques. “História e Memória”. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

⁹⁷⁷ CARVALHO, Carlos Henrique de; ARAUJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (orgs.). “Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa”. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.67-89.

⁹⁷⁸ BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (orgs.). “Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa”. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.151-174.

periódicos em circulação, percebendo quais eram as suas vinculações partidárias e doutrinárias de forma a desvelar os interesses que se encontravam por trás de suas notícias.

A Imprensa em Pelotas entre as décadas de 1910 e 1930

A imprensa teve uma forte atuação na cidade de Pelotas desde o Império. No entanto, as primeiras décadas do século XX ficaram marcadas como um momento de forte desenvolvimento, apresentando-se em diversos formatos, tais como revistas e jornais, os quais se apresentam como fontes ricas de informações prontas a serem desvendadas pelos pesquisadores que folheiam as suas páginas.

De acordo Loner (1998)⁹⁷⁹, na República Velha, Pelotas configurou-se, juntamente com Rio Grande, no segundo pólo industrial do estado, e sua riqueza alicerçava-se, sobretudo, nas atividades agro-pecuárias, possuindo uma elite extremamente culta e sofisticada, cuja ilustração e o permanente desejo de conhecer todas as novidades, não só industriais, mas também artísticas e culturais, pode ser sentida através do extraordinário florescimento de sua imprensa, durante o período imperial e republicano. Além dos jornais diários, vários outros surgiram, a partir da segunda metade do século XIX, especialmente jornais de pequeno porte, extremamente diferenciados quanto ao seu conteúdo, tiragem e periodicidade.

Segundo Barbosa (2007)⁹⁸⁰, o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, o linotipo, as Marinonis são algumas das tecnologias que invadiram a cena urbana na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos que circulam na cidade. Segundo a autora, os periódicos transformaram gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se auto-referenciavam, passando a ser cada vez mais ícones de modernidade em que queriam ser o símbolo de um novo tempo. Segundo a autora: “As tecnologias capazes de fornecer uma dimensão à concepção temporal e espacial são decisivas na conformação do novo mundo simbólico que

⁹⁷⁹ LONER, Beatriz Ana. “Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930)”. Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho: Pelotas, 2001.

⁹⁸⁰ BARBOSA, Marialva. “História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000”. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

emerge naquele final de século. O mundo se torna próximo e visível”, (BARBOSA, 2007, p.23)⁹⁸¹ e continua:

Os periódicos, sobretudo aqueles que querem consolidar sua força junto ao público e, conseqüentemente, sua força política, devem implantar de maneira compulsória novos artefatos tecnológicos, permitindo maior tiragem, maior qualidade e rapidez na impressão, (Ibidem, 2007, p.23).

E justamente em Pelotas, praticamente todo periódico era político, manifestamente ou não. Nessa pesquisa não se tem por objetivo focar no desenvolvimento tecnológico dos jornais da época, mas no seu conteúdo e na sua vinculação, especialmente político-partidária, a qual permite o entendimento dos meandros e das tendências as quais norteavam os discursos que se pretende analisar. Barbosa (2007)⁹⁸² entende o discurso como evento ou proposição, onde a função predicativa e de identificação convivem numa mesma frase, insere na sua discussão a idéia de abstração, inerente à noção de discurso, e, portanto, dependente da unidade dialética de evento e significação.

Inicia-se, então, abordando o jornal Diário Popular, que foi fundado em 27 de agosto de 1890 e foi o órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense durante toda a Primeira República, tendo apresentado uma grande estabilidade, inclusive em sua linha editorial ao longo desses anos, visto que sempre representou os interesses da situação na cidade, que foi governada praticamente sem interrupção pelo PRR. Justamente por ser o “*organ official do Partido Republicano Rio-grandense*”, os editores de tal periódico mantiveram a sua postura política. Em 1914, quando do aniversário de sua fundação, foi publicado em matéria intitulada “O aniversario do “Diario”:

Nosso apreciável collega “A Semana” do Herval, noticiou nos seguintes gentis termos o recente aniversario do “Diário”:

Nas pugnas jornalísticas em prol do regimen republicano, completou no dia 27 do corrente mais um anno de brilhante existência o nosso distincto collega “O Diario Popular”, conceituado organ do partido republicano pelotense.

Jornal essencialmente político, “O Diário Popular” tem-se mantido em uma esphera superior, attrahindo com sua attitude criteriosa, que transparece em seus luminosos artigos de verdadeira doutrina republicana, as mais vivas sympathias dos meus correligionarios e o mais profundo acatamento dos adversários.

A redacção da “Semana”, movida por uma sincera sympathia pelos valentes confrades que o redigem, apresenta-lhes effusivos parabéns pelo motivo auspicioso de festejar mais um marco no cyclo de sua utilíssima existência”, (DIÁRIO Popular, 3 de setembro de 1914).

⁹⁸¹ BARBOSA, Marialva. “História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000”. Rio de janeiro: Mauad X, 2007.

⁹⁸² BARBOSA, Marialva. “História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000”. Rio de janeiro: Mauad X, 2007.

Deve-se levar em consideração que: “Qualquer empresa jornalística é possuidora de uma mercadoria, e ela tem um preço – qual é a razão de ser da assinatura, do anúncio comercial, senão servir como mecanismo de troca?”, (ARAUJO, 2002, p.96)⁹⁸³. De acordo com o autor, a troca de informações, anúncios, idéias, concepções, lazer através da leitura é realizada por dividendos políticos e econômicos.

Outro jornal de renome e grande circulação na época foi a Opinião Pública, a qual começou a circular dia 5 de maio de 1896, definindo-se como órgão republicano. Porém, devido a afastamentos e falecimentos, o jornal, completamente desfalcado em sua equipe, foi arrendado em 1.º de julho de 1913, para os senhores Damião Alves de Moura e Antonio Gomes da Silva, que, de acordo com Loner (1998)⁹⁸⁴, imprimiram ao jornal uma feição mais dinâmica, mas ao mesmo tempo mais polêmica, principalmente devido às idéias de Antonio Gomes da Silva. Em 1916, o jornal foi arrendado por José Julio de Albuquerque Barros; em 1917, por Álvaro Eston; em 1924, por Vicente Russomano e outros e, em 1929, por Mário Santos; somente voltando ao controle da família em 1931, com gerência de Mário Dias de Moura e direção de José Luiz Pinto da Silva, respectivamente filho e genro da proprietária.

É plausível afirmar que a nomenclatura “Opinião Pública” encontra-se relacionada com a perspectiva ética na qual a informação foi elevada à direito público: “*O cidadão tem o direito à informação e à discussão pública de concepções e idéias. Porém, tais informações e concepções não são mercadorias isentas de ideologização política e econômica, mesmo que a atividade jornalística seja pública*”, (ARAUJO, 2002, p.96)⁹⁸⁵. Esse autor relaciona a imprensa pública a dividendos políticos, enquanto a particular, está necessariamente afeita a dividendos econômicos, mas também políticos.

⁹⁸³ ARAUJO, José Carlos Souza. Um capítulo da vaiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920 – 1921). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (orgs.). “Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa”. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.91-132.

⁹⁸⁴ LONER, Beatriz Ana. “Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930)”. Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho: Pelotas, 2001.

⁹⁸⁵ ARAUJO, José Carlos Souza. Um capítulo da vaiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920 – 1921). In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JR., D. (orgs.). “Novos temas em história da educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa”. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p.91-132.

O jornal “o Rebate” colocava-se como um órgão independente. Entre os comentários de jornais contemporâneos, encontram-se algumas informações que se mostram algumas vezes concordantes, outras vezes antagônicas. O Correio Mercantil, conforme publicação do jornal o Rebate, afirma que: “Nem amigos, nem inimigos. A verdade por principio e a justiça por fim”, (O REBATE, 11 de agosto de 1914). Que segue a mesma idéia da afirmação publicada no mesmo jornal, baseada em matéria da Opinião Pública: “*“O Rebate” promete defender os interesses geraes de Pelotas, sem preocupações políticas*”, (O REBATE, 11 de agosto de 1914). E “Do Arauto”: “O Rebate, que está sendo publicado em formato pequeno provisoriamente, se apresenta como organ independente, sem crenças partidárias”, (O REBATE, 11 de agosto de 1914).

No entanto, o jornal “Do Momento”, de Rio Grande, conforme publicação do “Rebate”, afirma, de forma bastante veemente, que: “Viva a vitima do Ideal – sonhado por Gaspar Martins e que vae realizando pelos que não se vendem por um prato de lentilhas!”, (O REBATE, 11 de agosto de 1914). Embora dentre os vários que escreveram sobre o surgimento do Rebate, apenas um tenha apontado uma vinculação ideológica forte, deve-se ter em conta o papel que o editor, Frediano Trebbi, possuía dentro de seu antigo jornal, “a Reacção”, abertamente federalista, publicado na cidade de Rio Grande. É possível que os editores “Do Momento” conhecessem de forma mais aprofundada o trabalho e a vinculação doutrinária do editor do “Rebate”.

Em 30 de setembro de 1914, Frediano Trebbi publicou uma dramática notícia sobre o aniversário da “Reacção”. Segundo o editor:

Marcará amanhã o seu segundo e ultimo anno de existência o ex-orgam federalista local “A Reacção”. Fundado pelo nosso director que, para esse fim, não poupou os mais penosos sacrificios, o referido jornal conseguiu impor-se ao acatamento geral, firmando opinião em nosso meio social e fora d'elle e tornando-se ao mesmo tempo o porta-voz autorizado das idéias de um partido glorioso, cheio de tradições bizarras, que há um quarto de século vem se batendo pela causa da Liberdade.

Quando, após porfiadas luctas, a estabilidade d’”A Reacção” era um facto incontestável, deram-se os desagradáveis acontecimentos que estão no domínio publico e mercê dos quaes o orgam federalista foi ter ás mãos de conhecidos adversários políticos, que lhe abriram, como era de esperar, a sepultura, onde, em breve mergulhará para sempre!

Tão clamorosa injustiça encontrou a formal condenação de todas as consciências dignas, revoltadas contra o iníquo assalto aos direitos de um companheiro dedicado, de todos os tempos e occasiões, que não trepidou transferir do Rio Grande a sua tenda de trabalho, para convertel-a em tribuna de defesa dos idéaes de Gaspar Martins, trazendo como titulo de recomendação a publica forma dos serviços ininterruptamente prestados, enquanto os traidores viviam ás sôpas do governo ou mendigavam empregos públicos, (O REBATE, 30 de setembro de 1914).

Além disso, Trebbi afirma que: “*O que preocupa, entretanto, é o destino cruel, reservado ao jornal que, tão auspiciosamente, veiu á luz da publicidade para sustentar o lábaro que as*

hostes federalistas empunham denodadamente”, (O REBATE, 30 de setembro de 1914). As palavras do editor deixam transparecer sua vinculação partidária e a sua estreita relação com o partido federalista. Em poucos meses, a figura de Gaspar Silveira Martins, um dos responsáveis pela reorganização do Partido Liberal durante o Império e ícone federalista, foi citada no referido jornal.

Pode-se dizer que as páginas dos primeiros meses da publicação do jornal “o Rebate”, embora tentando demonstrar a sua independência a ideais políticos e partidários, tal periódico permite vislumbrar a sua forte vinculação doutrinária, seja pela exaltação do líder Gaspar Silveira Martins, seja pela intensa crítica ao governo estadual e municipal. Trebbi poderia, como propõe Loner⁹⁸⁶, almejar a liberdade de expressão, no entanto, o editor do “Rebate” possuía uma filiação partidária muito expressiva que esteve presente em seu posicionamento com relação aos diversos assuntos abordados em sua publicação, notadamente ao que se referia ao governo de Cypriano Barcellos e de Borges de Medeiros, chamado de “Borges Feijão”.

O então intendente filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense, Cypriano Barcellos, foi alvo de críticas entusiasmadas de Trebbi, especialmente com relação à urbanização de Pelotas e à instalação dos esgotos. Reclamações eram publicadas diariamente. Tampouco Júlio de Castilhos deixou de ser objeto de crítica do editor que caracterizou-o como: *“homem que agitou o Estado durante longo tempo, ensanguentando-o e dominando-o”*, (O REBATE, 27 de outubro de 1914).

Já o jornal o Libertador iniciou as suas publicações em 2 de fevereiro de 1924, como órgão dos opositores, reunidos na Aliança Libertadora. Muito mais comedido e conservador em suas matérias e reportagens que outros jornais opositores como “O Rebate”, o Libertador ficou sempre sob a tutela direta do partido e conheceu, bem como a Opinião Pública, na década de 1920, a ação da censura aqui manejada pelos membros do Partido Republicano contra seus oponentes. Em 1934 sofreu empastelamento pelos adversários. Segundo a autora, como todos os jornais opositores, buscou uma maior aproximação com o movimento operário e popular na cidade, mas, diferentemente dos demais, esse era um jornal com uma forte aproximação com a Igreja Católica. Foi, para os parâmetros de um órgão opositor, um jornal de vida longa, tendo durado até 1937, fechado apenas quando o Estado Novo aboliu os partidos e concomitantemente decretou o fechamento de vários jornais partidários, entre

⁹⁸⁶ LONER, Beatriz Ana. “Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930)”. Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho: Pelotas, 2001.

eles O Libertador e o Diário Liberal de Pelotas. Nesse período, o jornal Diário Popular já não possuía o mesmo caráter partidarista que o caracterizou nas suas primeiras décadas de existência.

A imprensa, portanto, oferece um vasto campo para o pesquisador, que, atento aos meandros ideológicos que permeiam as páginas dessas publicações, pode encontrar documentos de grande valor histórico, capazes de permitir a compreensão das formas em que se davam as relações entre os diferentes partidos. A análise de um discurso, notadamente quando se refere ao discurso vigente, torna-se melhor fundamentada quando utiliza de artifícios de comparação com outros discursos, como os oposicionistas. Abordar-se-á, a seguir, dois órgãos da imprensa Pelotense, os quais, embora possuíssem características semelhantes aos jornais e fizessem parte da imprensa Pelotense entre as décadas de 1910 e 1930, merecem uma análise específica, tendo em vista o fato de não serem jornais, mas um almanaque e uma revista.

A Revista Ilustração Pelotense e o Almanach de Pelotas

Além dos jornais diários, a Revista Ilustração Pelotense teve muita importância e renome. Seu estilo publicitário utilizava tanto textos como imagens. Essa revista foi publicada entre 1919 e 1927, com a proposta de manter-se um quinzenário e abranger um mercado maior do que o da cidade. Em sua primeira edição, a Revista já se propunha a arquivar pela fotografia os mais importantes acontecimentos sociais, como festas públicas, cívicas, religiosas, carnavalescas, literárias, kermesses, bailes, concertos, exposições, reuniões elegantes, entre outros. Em suas páginas, tem-se registrado, por exemplo, várias fotografias de exposições de trabalhos manuais, de formandos, tanto do ensino elementar como do ensino superior, de inaugurações de escolas e das próprias escolas, sejam elas públicas ou particulares.

De acordo com Herzog (2008)⁹⁸⁷, a Revista Ilustração Pelotense se propunha a divulgar a sociedade de Pelotas e região para as demais localidades do estado. Nela eram apresentadas crônicas, fotografias e matérias que mostravam a produção intelectual, econômico e apregoava a cidade de Pelotas e região segundo os preceitos desejáveis que estavam ligados a idéia de modernidade e progresso. Tais preceitos ao mesmo tempo em que eram elaborados eram seguidos e demonstrados, explicitando não só a boa forma do indivíduo (moda, tipos de

⁹⁸⁷ HERZOG, Vivian. Objetos biográficos: Um estudo sobre a fotografia na Revista Ilustração Pelotense. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (orgs.). "Fotografia e Memória: ensaios". Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2008, p.89-108.

beleza e saúde), como o seu comportamento: o que poderia e deveria ser feito, ou o que competia ser usufruído e apresentado e, sobretudo, os valores a serem adotados por homens e mulheres.

Segundo a autora, o período no qual a Revista foi publicada apresenta algumas características marcantes que conforma uma espécie de “espírito da época”. Esse espírito da época do início do século XX traz os traços de uma estrutura social influenciada pela idéia de modernidade, de progresso e de moralização da sociedade. Tais preceitos estavam impregnados naquele contexto e forma incorporados através da interpretação de pensamentos positivistas. Independente da corrente política, o que se nota através da revista é que seus editores pareciam estar em sintonia com esse espírito, que tinha como propósito incorporar a modernidade e torná-la possível.

A Revista Ilustração Pelotense caracterizava-se por ser uma publicação do modo de vida moderno, ou seja, do modo de vida da elite. Entre as fotografias encontradas em suas páginas, poucas representações de prédios, de arquitetura. A Ilustração era uma revista que se dedicava a retratar, principalmente, as pessoas, o seu modo de vida, as suas práticas, ao contrário do Almanach de Pelotas, que será abordado a seguir, que apresentava um discurso em imagens de propaganda da cidade, dos prédios, das instituições.

Entre as imagens que serão analisadas da referida revista, encontram-se, notadamente, as fotografias de alunos, do corpo docente, de quadros de formandos e de práticas escolares. Não são apenas fotografias, constituem-se em retratos, pois tratam da auto-imagem da elite, publicada como auto-imagem da própria cidade. Não se trata de uma violência simbólica, como alguns poderiam dizer, mas de um uso do poder simbólico como instrumento de formação de um senso comum e da manutenção de uma classe dominante e de seu modo de vida.

Por tratar-se de retratos, deve-se levar em conta o que afirma Moura (1994)⁹⁸⁸ quando diz que pouco se pode desconfiar dos retratos só do busto para cima – eram fotografias, também retocáveis, é claro, mas que claramente estavam desejando somente mostrar a fisionomia, sem o desejo de perpetuar mensagens ou alusões à “personalidade” a ser documentada. Eram mais honestas, digamos. Era na fotografia de corpo inteiro que a imaginação se expandia – a imaginação do fotógrafo atendendo às expectativas do fotografado e à imaginação do

⁹⁸⁸ MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.); AMARAL, Aracy A.; LEMOS, Carlos A. C.; BERNADET, Jean-Claude. “Retratos quase inocentes”. São Paulo: Nobel, 1983.

observador distante, que sempre estaria embevecido com a felicidade serena e bem comportada do retratado.

Segundo o autor, a forma “artista-pintor”, com que freqüentemente o fotógrafo se assinava, por sua vez, define bem o “documento artístico” representado pela fotografia, imagem “moderna” (num tempo em que os tentos da ciência se impunham rapidamente) que não raro era reelaborada pelo fotógrafo como pintor, conferindo maior artisticidade ao documento.

Com relação ao “Almanach de Pelotas”, pode-se dizer que também foi outra importante publicação do período a ser pesquisado. Suas primeiras edições foram realizadas por Ferreira & Cia. Mas, de acordo com Michelin e Schwonke (2008)⁹⁸⁹, é quando Florentino Paradedda assume a organização do Almanach de 1917, que fica explicitado o principal objetivo da publicação, a repetir-se até o último número utilizado como fonte, fazer propaganda, registrar o progresso de Pelotas e enaltecer e premiar o esforço de seus operosos filhos. Entre similaridades e diferenças, o traço singular do Almanach de Pelotas é o assumido propósito de divulgar a cidade.

Esse periódico mesclava textos e imagens de uma forma bastante interessante. Vários temas referentes à cidade de Pelotas eram abordados, dedicando-se matérias inteiras ao Patronato Agrícola Visconde da Graça, à Faculdade de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel e ao Asilo de Órfãos. Além disso, existia uma seção inteira sobre as realizações dos intendentess, na qual eram tratadas, também, as questões educacionais. Sobre o próprio Almanach, escreveu-se em suas páginas:

Annualmente, e devotado á propaganda de Pelotas e exaltação dos dedicados obreiros do seu progresso, aparece o “Almanach de Pelotas!, fundado pelo mallogrado e saudoso conterrâneo dr. Antonio Gomes da Silva, Ignácio Alves Ferreira e capitão Florentino Paradedda, este há muitos annos já seu único director e proprietário, (ALMANACH de Pelotas, 1928).

No editorial de 30 e no de 32, não há qualquer menção a um fim prognosticado, segundo Michelin e Schwonke (2008)⁹⁹⁰, embora o capitão Paradedda repetisse nos seus editoriais uma breve lamentação que enunciava as dificuldades em manter a periodicidade do Almanach num panorama financeiramente desfavorável, mas que se faziam vencidas pelo desejo de ver a publicação no mercado.

⁹⁸⁹ MICHELON, Francisca Ferreira; SCHWONKE, Raquel Santos. “Retratos de uma cidade & catálogo de fotografias impressas 1913/1930”. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária, UFPel, 2008.

⁹⁹⁰ MICHELON, Francisca Ferreira; SCHWONKE, Raquel Santos. “Retratos de uma cidade & catálogo de fotografias impressas 1913/1930”. Pelotas: Ed. e Gráfica Universitária, UFPel, 2008.

Como mencionado anteriormente, o início e o fim das atividades do Almanach de Pelotas definem o recorte temporal desta pesquisa. Pode-se dizer que tanto o início como o fim desta publicação representam a situação financeira da cidade. Em 1913, à beira da Primeira Guerra Mundial, a cidade ainda vivia um momento de euforia, especialmente nos primeiros anos de publicação do Almanach de Pelotas, quando a cidade exportava charque para os países em guerra e o Coronel Pedro Osório tentava incrementar a produção de arroz, iniciada uma década antes. Enquanto a década de 1930 marca o período de crise que a cidade viveu notadamente após a quebra da bolsa em 1929 e o posterior fechamento do Banco Pelotense, em 1931. Por motivos financeiros, assim como vários outros negócios de Pelotas, o Almanach fechou as suas portas.

A parte de recortes temporais, início e fim de atividades, deve-se deixar claro que, tanto o Almanach de Pelotas como a Revista Ilustração Pelotense, possuíam, em sua direção, membros ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense e, dessa forma, as suas matérias estavam envolvidas por um grande comprometimento ideológico e político.

Considerações finais

Independentemente da fonte escolhida pelo historiador da educação, faz-se necessária uma análise aprofundada dos meandros que envolveram a produção dos documentos. A parcialidade e a intencionalidade das fontes têm sido mencionadas insistentemente, logo, faz-se necessário duvidar e criticar os motivos e os interesses que permearam a produção das fontes a serem utilizadas. A imprensa insere-se nesse contexto, especialmente por suas características de formadora de opinião e de difusora ideológica.

Ao analisar-se o caso específico de Pelotas na Primeira República, é possível afirmar que a imprensa reproduzia o debate político existente na cidade, notadamente a disputa entre o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que visava a sua manutenção no poder, e o federalismo, ora representado pelo Partido Federalista, ora pelo Partido Libertador. Percebe-se um predomínio do PRR na imprensa local, no entanto, os seus opositores não deixaram de se fazer presentes e manter órgãos que propagassem o seu ideário.

Deve-se, ainda, ter em conta que mesmo o Almanach de Pelotas e a Revista Ilustração Pelotense, que não se constituíram em órgãos de imprensa oficiais de partidos políticos, possuíam uma filiação doutrinária. Sendo assim, a imprensa deve ser considerada um espaço de difusão doutrinária e ideológica, que visa à formação de opiniões e imaginários.

Resumen: El presente trabajo se refiere a las publicaciones periódicas circuló en la ciudad de Pelotas, entre los años 1910 y 1930, y su uso como recurso de investigación para la historia de la educación, especialmente para la historia de las instituciones y las prácticas escolares. Para esta investigación, se graduó de un marco teórico y metodológico capaz de sostener el uso de esa fuente.

Palabras clave: prensa, Historia de la Educación, fuentes de pesquisa

Simposio 6

Integração na América Latina Nações e Regiões. Visões desde a História, a Economia e o Direito

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO MEIO AMBIENTE NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Bianca Pazzini

Aluna do curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Monitora da disciplina de Direito Constitucional. Estagiária do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, atuante na 1ª Vara de Família do Foro da Comarca de Pelotas.

Endereço: Rua Gonçalves Chaves, 3396 – Apto. 31 – Centro – Pelotas/ RS – Brasil – CEP: 96015-560.

Telefones: (53)3027-3433 e (53)9955-0928

E-mail: biancapazzini@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo estudar os meios pelos quais os países integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) têm tratado a questão ambiental no âmbito de sua política interna constitucional. Nesse sentido, trabalhar-se-á com informações constitucionais acerca da matéria em cada um desses quatro países, bem como com os principais documentos produzidos pelo bloco econômico.

Palavras-chave: Meio ambiente, proteção constitucional, MERCOSUL.

INTRODUÇÃO

Preservar o meio ambiente tem se mostrado, cada vez mais, uma grande preocupação mundial, considerando a iminência de colapso dos recursos naturais. Não é para menos. O consumo desenfreado, a industrialização sem limites e o aumento considerável da população

mundial não poderiam gerar outro resultado que não a proximidade de falência dos recursos naturais.

Diante dessa nova realidade, coube a cada um dos países e organismos internacionais agir no sentido de criar novos meios de se desenvolver economicamente de forma sustentável, realizando acordos, assinando tratados, e especialmente, alterando sua legislação constitucional.

Os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) não fugiram à regra. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai trouxeram, em seus respectivos textos constitucionais, a preocupação ambiental.

Esse trabalho objetiva, assim, demonstrar de que forma as constituições desses quatro países prognosticam a questão ambiental. Acredita-se que a partir desses mandamentos constitucionais se possam extrair diretrizes para o crescimento econômico sustentável e responsável dos países do bloco.

Utilizou-se, nessa pesquisa, o método fenomenológico, por intermédio de técnicas de pesquisa documental e bibliográfica.

Assim, o trabalho restou organizado de forma a apresentar, em seu Capítulo 1, a questão acerca do conceito de meio ambiente e os aspectos que o envolvem. O Capítulo 2, por sua vez, traz informações a respeito da discussão ambiental no âmbito do direito internacional. No Capítulo 3, elementos sobre formação, histórico e objetivos do MERCOSUL. O Capítulo 4 adentra no tópico da preocupação dos países de tal bloco econômico com o meio ambiente, trazendo dados a respeito de acordos e outros textos relevantes sobre a matéria. Por fim, de forma mais específica, o Capítulo 5 mostrará o tratamento constitucional dado à questão do meio ambiente em cada um dos quatro países do bloco, começando por Argentina, passando por Brasil e culminando nas constituições Uruguia e Paraguaia.

1 SOBRE O MEIO AMBIENTE

Conceituar meio ambiente é tarefa árdua, que poucos têm se atrevido a fazer. No entanto, a legislação infraconstitucional brasileira, através da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), em seu art. 3º, inciso I, definiu o seguinte:

Art. 3º Para os fins previsto nesta Lei, entende-se por:

I – meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas⁹⁹¹

Extraí-se daí um amplo conceito de meio ambiente, mas se considerarmos a quádrupla classificação estabelecida pela doutrina⁹⁹², chegaremos à conclusão que, ao que parece, tal legislação protege pura e simplesmente o meio ambiente natural. Ademais, tal assertiva é corroborada pelos incisos do art. 2º da mesma lei, posto que define o seguinte:

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na **manutenção do equilíbrio ecológico**, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - **racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar**;

III - **planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais**;

IV - **proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas**;

V - **controle e zoneamento das atividades** potencial ou efetivamente **poluidoras**;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a **proteção dos recursos ambientais**;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - **recuperação de áreas degradadas**;

IX - **proteção de áreas ameaçadas de degradação**;

⁹⁹¹ BRASIL. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, artigo 3º, inciso I. Brasília: Senado Federal, 1981. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6938compilada.htm>, em 06/03/2011.

⁹⁹² Conforme a lição de Celso Antonio Pacheco Fiorillo, em seu *Curso de Direito Ambiental, a divisão do meio ambiente em aspectos que o compõem busca facilitar a identificação da atividade degradante e o bem imediatamente agredido* [...]. E com isso encontramos pelo menos quatro significativos aspectos: meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 20.

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.⁹⁹³[grifos do autor]

Como se vê, o meio ambiente natural é o alvo da tutela legal, uma vez que, conforme se depreende do dispositivo acima, temos proteção apenas aos recursos naturais, conforme segue: equilíbrio ecológico; solo, subsolo, água e ar; ecossistemas e áreas representativas; controle de atividades poluidoras; áreas degradadas; áreas ameaçadas de degradação; entre outros.

Assim, em que pese o conceito do art. 3º, inciso I, pareça amplo, é limitado a disciplinar o meio ambiente natural, conforme se viu nos incisos do art. 2º da mesma lei, acima explicitados.

Frise-se, afinal, que o ambiente natural é o alvo específico de estudo do presente trabalho.

2 DO MEIO AMBIENTE NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A preocupação ambiental, em níveis globais, é um fenômeno recente, e deu origem a alegorias sociais e segmentos científicos tais como o direito ambiental, direito internacional ambiental (ou direito internacional público ambiental) e meio ambiente internacional, dentre outros.

Husek, em seu Curso de Direito Internacional Público, leciona que

[...] o que denominamos meio ambiente internacional tem suas ligações com os aspectos internacionais do Homem [...] e com as relações econômicas internacionais, [...] na sua compreensão maior do Direito Internacional do Desenvolvimento, na responsabilidade dos países ricos e pobres pela erradicação da pobreza, aproveitamento inteligente dos recursos naturais e conseqüente proteção ao meio ambiente.⁹⁹⁴

Sabemos, no entanto, que essa nova “onda verde” não se trata de um desejo de proteção do meio ambiente como um fim em si mesmo, mas, na verdade, de uma necessidade premente face à iminência do colapso dos recursos naturais.

Independente de tal, a iniciativa é louvável, e diante da necessidade de se pensar sobre a sustentabilidade do planeta é que a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida

⁹⁹³ BRASIL. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, artigo 2º. Brasília: Senado Federal, 1981. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6938compilada.htm>, em 06/03/2011.

⁹⁹⁴ HUSEK, Carlos Roberto. *Curso de Direito Internacional Público*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000, p. 216.

também por Rio 92, Eco 92 ou Cúpula da Terra. Tal evento foi realizado entre os dias 03 a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, e teve como objetivo introduzir um modelo econômico menos consumista através de um sistema de desenvolvimento sustentável⁹⁹⁵.

Saliente-se, para fins de localização temporal, que o MERCOSUL era, ainda, um organismo muito recente (uma vez que, conforme explicitado anteriormente, havia sido criado em 26 de março do ano anterior) e não tinha, até então, nenhuma movimentação oficial em prol da sustentabilidade.

Já em 1993, foi realizada, em Viena, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, evento esse que culminou, em nível nacional, na Declaração e Programa de Ação de Viena⁹⁹⁶.

Nas sábias palavras de Carlos Roberto Husek, *as ideologias e os interesses econômicos e estratégicos têm uma barreira que não pode ser ultrapassada, sagrada e inviolável: os direitos humanos e o meio ambiente, bem como a agressão à natureza contraria a implementação de qualquer política*⁹⁹⁷.

Ademais, não se pode deixar de referir outras ações importantes relativas ao meio ambiente como direito fundamental humano, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados das Nações Unidas de 1974, bem como a proclamação da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a responsabilidade histórica dos Estados pela preservação da natureza em benefício das gerações presentes e futuras, de 1980⁹⁹⁸.

Há de se destacar, ademais, a existência de diversas organizações mundiais não governamentais que visam tutelar o meio ambiente. Dentre elas, destacam-se: o Greenpeace, a Organização Meteorológica Mundial (OMM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização de Cooperação e

⁹⁹⁵ “Entenda o que foi a Rio-92”. Estadão. <http://www.estadao.com.br/especiais/entenda-o-que-foi-a-rio-92,3827.htm>, 06/03/2011.

⁹⁹⁶ ESTADO DE SÃO PAULO. Declaração e Programa de Ação de Viena. São Paulo: Procuradoria Geral do Estado (PGE), 1993. <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>, 06/03/2011.

⁹⁹⁷ HUSEK, op. cit., p. 217.

⁹⁹⁸ HUSEK, op. cit., p. 217.

Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), entre outras.

3 SOBRE O MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. Trata-se de acordo (*lato sensu*) internacional, cujos países signatários são a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

Os Estados membros do MERCOSUL têm em comum (ainda que de forma recente nas suas respectivas histórias) a democracia, o pluralismo, a defesa das liberdades individuais e dos direitos humanos, lutam pela consolidação da democracia plena, bem como pela segurança jurídica, pelo combate à pobreza e pelo desenvolvimento econômico-social com equidade⁹⁹⁹.

Portanto, o objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos quatro Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.¹⁰⁰⁰

Criado a fim de fortalecer a economia local, decidiu-se constituí-lo um mercado comum, com a livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente¹⁰⁰¹.

Há que se salientar, todavia, que o esforço em fazer da América Latina um continente integrado data de bastante tempo, mas no caso específico da criação do MERCOSUL, começou na década de 80 do século XX, especificamente em 1986, com o Programa de Interação Econômica Brasil e Argentina.

Após, na lição de Husek, temos que

⁹⁹⁹ MERCOSUL. Sobre o Mercosul. Montevideu: Secretaria do Mercosul, [199?]. http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=661&site=1&channel=secretaria&seccion=2,divulgacion@mercosur.org.uy, 07.03.2011.

¹⁰⁰⁰ MERCOSUL, op. cit.

¹⁰⁰¹ MERCOSUL. Tratado para a Constituição de um Mercado Comum Entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Tratado de Assunção, artigo 1º. Montevideu: Secretaria do Mercosul, 1991. http://www.mercosur.int/innovaportal/file/106/1/Tratado%20Asunci%F3n_PT.pdf, 07/03/2011.

Em 1988 é assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento para um espaço econômico comum entre esses dois países. Em 1990, Argentina e Brasil anteciparam o mercado comum bilateral com a livre circulação de bens e serviços e fatores de produção para dezembro de 1994.

Diante desses fatos, o Uruguai, para não ficar para trás, começou a aproximar-se e se inseriu no novo contexto sub-regional, acontecendo o mesmo, logo depois, com o Paraguai.

Em consequência dessa união de propósitos entre os países acima, diversos outros grupos formaram-se na região, buscando o estabelecimento de Zonas de Livre Comércio - o Mercado Comum do Sul; o da Colômbia, México e Venezuela; acordos bilaterais entre Chile e Argentina, México e Venezuela e outros.¹⁰⁰²

Quanto à vigência internacional e internalização do Tratado de Assunção na legislação nacional, tal fora aprovado pelo Congresso Nacional em 25 de maio de 1991, tendo a carta de ratificação sido depositada pelo Brasil em 30 de outubro de 1991. Por fim, o Presidente da República, na época Fernando Collor de Melo, promulgou o Tratado em 21 de novembro de 1991, entrando o mesmo em vigor internacionalmente em 29 de novembro do mesmo ano¹⁰⁰³.

Lembre-se, ainda, que a implantação do MERCOSUL restou datada para 31 de dezembro de 1994, consoante art. 1º, parte inicial, do Tratado de Assunção.

Mais tarde, com o que ficou conhecido como “Protocolo de Ouro Preto”, ficou estabelecido, em uma legítima atuação de união aduaneira, a alíquota zero no comércio de 85% dos itens tarifários (que giravam em cerca de nove mil) do MERCOSUL, sendo os outros 15% também zerados a partir do ano de 1999¹⁰⁰⁴.

Por fim, no que diz respeito à questão ambiental, tema que interessa ao presente trabalho, o Tratado de Assunção abordou tal de forma explícita no seu texto, quando, ainda em seu preâmbulo, versou que:

o objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis a preservação do meio ambiente, melhoramento das interconexões físicas a coordenação de políticas macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios da gradualidade, flexibilidade e equilíbrio¹⁰⁰⁵.

4 DA PREOCUPAÇÃO DOS PAÍSES DO MERCOSUL COM O MEIO AMBIENTE

¹⁰⁰² HUSEK, op. cit., p. 151.

¹⁰⁰³ HUSEK, op. cit., p. 154.

¹⁰⁰⁴ HUSEK, op. cit., p. 156.

¹⁰⁰⁵ MERCOSUL. op. cit., preâmbulo.

Em que pese o MERCOSUL se trate de uma união aduaneira, com objetivos especialmente econômicos e mercantilistas, apresenta também um forte cunho ambiental, decorrente da responsabilidade sustentável que lhe é inerente.

Assim, tratar-se-á neste capítulo de demonstrar essa preocupação, trazendo a lume informações a respeito dos principais documentos internacionais em matéria ambiental, elaborados pelos Estados-membros do MERCOSUL.

Frise-se, todavia, que a preocupação ambiental do bloco econômico já está marcada no próprio Tratado de Assunção, questão essa já abordada em capítulo anterior.

4.1 DECRETO Nº 03/91 DO CONSELHO DO MERCADO COMUM (CMC)

Realizado em 17 de dezembro de 1991, na cidade de Brasília, não é um documento destinado a, especificamente, tutelar o meio ambiente, posto que seu objetivo era regulamentar a aplicação dos acordos setoriais. No entanto, traz em seu artigo 2º o seguinte texto:

Artigo 2 - Os Acordos Setoriais devem contemplar a preservação o **melhoramento do meio ambiente**, a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de produtos e processos, aumento da competitividade externa, bem como programas de capacitação de recursos humanos e fomento da educação. [grifo do autor]¹⁰⁰⁶

4.2 DECLARAÇÃO DE CANELA

A Declaração de Canela, firmada em 21 de fevereiro de 1992, trata-se do primeiro documento sobre matéria ambiental produzido pelos Estados-membros do MERCOSUL¹⁰⁰⁷. Realizado em parceria com a República do Chile, traz no item 1 (um) de seu texto a preocupação com o meio ambiente:

La crisis ambiental amenaza la sobrevivencia en la Tierra. Vivimos en un ecosistema cuyo equilibrio es esencial para toda la humanidad. La protección del ambiente y la conservación racional de los recursos naturales requiere

¹⁰⁰⁶ MERCOSUL. Decreto nº 03/91 do Conselho do Mercado Comum (CMC), artigo 2º. Brasília: CMC, 1991. <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec391p.asp>, 08/03/2011.

¹⁰⁰⁷ LOPES, Fernando Augusto Montai y; BELINCANTA, Fernando César. “Estudo da evolução do tratamento ambiental no MERCOSUL: do Tratado de Assunção até o Acordo Quadro sobre Meio Ambiente”. *Jus Navigandi*, ano 7, n. 59, Teresina, 01/10/2002. <http://jus.uol.com.br/revista/texto/3305>, 06/03/2011.

el firme compromiso de todos los Estados del mundo en la realización de una tarea concertada, que asegure a las generaciones futuras la subsistencia de las condiciones que hacen posible la vida en nuestro planeta¹⁰⁰⁸

4.3 REUNIÃO ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE E O SUBGRUPO N° 6

Criado pela Resolução nº 22/92 do GMC, as Reuniões Especializadas em Meio Ambiente resultaram em poucos encontros e, conforme Lopes e Belincanta, *dentre as recomendações produzidas destaca-se aquela que se tornou a Resolução 10/94 que indica as ‘Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental’ que viria a ser a semente do Protocolo Adicional sobre o Meio Ambiente*¹⁰⁰⁹.

Tais Reuniões Especializadas em Meio Ambiente, considerando a modificação institucional trazida pelo Tratado de Ouro Preto, foram transformadas no Subgrupo nº 6¹⁰¹⁰, que dentre outros atos, entabulou o Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente, explicitado a seguir.

4.4 ACORDO-QUADRO SOBRE MEIO AMBIENTE

Firmado em Assunção, na data de 22 de junho de 2001, reafirmava o compromisso dos membros do MERCOSUL com os princípios enunciados na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁰¹¹.

Tinha por objetivo *o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente mediante a articulação entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, contribuindo para uma melhor qualidade do meio ambiente e de vida das populações*¹⁰¹².

4.5 DECLARAÇÃO DE TARANCO

¹⁰⁰⁸ FREITAS JÚNIOR, Antonio de Jesus da Rocha. Considerações acerca do Direito Ambiental do MERCOSUL. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 136, 19 nov. 2003. <http://jus.uol.com.br/revista/texto/4448>, 07/03/2011.

¹⁰⁰⁹ LOPES, Fernando Augusto Montai y; BELINCANTA, Fernando César. op. cit.

¹⁰¹⁰ LOPES, Fernando Augusto Montai y; BELINCANTA, Fernando César. op. cit.

¹⁰¹¹ MERCOSUL. “Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente no Mercosul”, Decreto nº 01/02 do Conselho do Mercado Comum (CMC), artigo 1º, Assunção: CMC, 2001. http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas_web/Decisiones/PT/Dec_002_001_Acordo%20Meio%20Ambiente_MCS_At%2001_01.PDF, 08/03/2011.

¹⁰¹² MERCOSUL. op. cit., art. 4º.

A Declaração de Taranco, realizada em junho de 1995 na cidade de Montevidéu, se tratou de mais um marco no que diz respeito à temática ambiental no MERCOSUL. Serviu, em especial para que se reconhecesse a necessidade de reforçar o marco institucional para o tratamento da temática ambiental no MERCOSUL¹⁰¹³.

5 DO TRATAMENTO CONSTITUCIONAL AO MEIO AMBIENTE NOS PAÍSES DO MERCOSUL

Em que pese o MERCOSUL, como vimos acima, tenha envidado esforços no sentido de proteger o meio ambiente, nada disso seria útil se os quatro países que o compõem não internalizassem essas boas intenções. Assim, faz-se necessário analisar o texto constitucional de cada uma dessas nações a fim de apreender o que cada uma realizou em suas respectivas Cartas Magnas. Vejamos:

5.1 ARGENTINA

A Carta Magna Argentina, datada de 22 de agosto de 1994, trata da questão ambiental no capítulo segundo da primeira parte de seu texto, em seu art. 41, conforme segue:

Art. 41.- Todos los habitantes gozan del derecho a un ambiente sano, equilibrado, apto para el desarrollo humano y para que las actividades productivas satisfagan las necesidades presentes sin comprometer las de las generaciones futuras; y tienen el deber de preservarlo. El daño ambiental generará prioritariamente la obligación de recomponer, según lo establezca la ley.

Las autoridades proveerán a la protección de este derecho, a la utilización racional de los recursos naturales, a la preservación del patrimonio natural y cultural y de la diversidad biológica, y a la información y educación ambientales.

Corresponde a la Nación dictar las normas que contengan los presupuestos mínimos de protección, y a las provincias, las necesarias para complementarlas, sin que aquéllas alteren las jurisdicciones locales.

Se prohíbe el ingreso al territorio nacional de residuos actual o potencialmente peligrosos, y de los radiactivos.¹⁰¹⁴

¹⁰¹³ MERCOSUL. “Declaración de Taranco”, Assunção: 1995. <http://www.medioambiente.gov.ar/archivos/web/MERCOSUR/File/DECLARACION%20DE%20TARANCO.pdf>, 09/03/2011.

¹⁰¹⁴ ARGENTINA. Constitución Nacional, art. 41. Santa Fe: Senado, 1994. <http://www.senado.gov.ar/web/interes/constitucion/cuerpol.php>, em 09/03/2011.

Percebe-se que temos, aqui, uma norma de esplendoroso cunho protecionista ao meio ambiente, faltando, no entanto, uma lei infraconstitucional que dê respaldo e eficácia ao texto acima colacionado¹⁰¹⁵.

5.2 BRASIL

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, traz uma grande preocupação com o meio ambiente seu texto, começando por seu art. 23, que incumbe os entes federativos da responsabilidade de *proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas*¹⁰¹⁶.

Relevante mencionar que no capítulo destinado à ordem econômica e financeira, demonstra uma preocupação relevante em relação à matéria ambiental, conforme texto que segue:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação¹⁰¹⁷

Ademais, frise-se que tal Carta Magna traz, pela primeira vez na história das constituições brasileiras, um capítulo destinado exclusivamente ao meio ambiente, conforme se verifica no trecho que segue:

CAPÍTULO VI – DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

¹⁰¹⁵ CIZESKI, Cirlene Alexandre y; PREVIATI, Renata Vilela. “A Política do Meio Ambiente nos Países do Mercosul e sua Previsão Constitucional”, p. 7. http://www.fiscolex.com.br/doc_6221984_A_POLITICA_MEIO_AMBIENTE_PAISES_MERCOSUL_SUA_PREVISAO_CONSTITUCIONAL.aspx em 06/03/2011 - p. 7

¹⁰¹⁶ BRASIL. Constituição Federal, artigo 23, inciso VI. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

¹⁰¹⁷ BRASIL. Constituição Federal, artigo 170, inciso VI. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.¹⁰¹⁸

Por fim, impende destacar que, com o advento de tal constituição cidadã, o direito a um meio ambiente saudável ganhou o *status* de direito humano fundamental.

5.3 URUGUAI

A constituição uruguaia tutela o meio ambiente em único artigo de seu texto. Vigente desde o ano de 1997, determina que a proteção do meio ambiente como de interesse geral, cabendo aos cidadãos a responsabilidade de não realizar quaisquer atos que causem prejuízos ambientais. Ademais, informa que o estado criará lei prevendo sanções para os poluidores. Esse é o teor do dispositivo que segue:

¹⁰¹⁸ BRASIL. Constituição Federal, artigo 226. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

Artículo 47. La protección del medio ambiente es de interés general. Las personas deberán abstenerse de cualquier acto que cause depredación, destrucción o contaminación graves al medio ambiente. La Ley reglamentará esta disposición y podrá prever sanciones para los transgresores.¹⁰¹⁹

5.4 PARAGUAI

A constituição paraguaia, de junho de 1992, também traz em seu texto maior a preocupação com o meio ambiente, demonstrando alto senso de responsabilidade e cuidado, especialmente em seus artigos 6º, 7º, 8º e 38. Segue:

ARTICULO 6 - DE LA CALIDAD DE VIDA - La calidad de vida será promovida por el Estado mediante planes y políticas que reconozcan factores condicionantes, tales como la extrema pobreza y los impedimentos de la discapacidad o de la edad.

El Estado también fomentará la investigación sobre los factores de población y sus vínculos con el desarrollo económico social, con la preservación del ambiente y con la calidad de vida de los habitantes.

ARTICULO 7 - DEL DERECHO A UN AMBIENTE SALUDABLE – Toda persona tiene derecho a habitar en un ambiente saludable y ecológicamente equilibrado.

Constituyen objetivos prioritarios de interés social la preservación, la conservación, la recomposición y el mejoramiento del ambiente, así como su conciliación con el desarrollo humano integral. Estos propósitos orientarán la legislación y la política gubernamental pertinente.

ARTICULO 8 - DE LA PROTECCION AMBIENTAL – Las actividades susceptibles de producir alteración ambiental serán reguladas por la ley. Asimismo, ésta podrá restringir o prohibir aquellas que califique peligrosas.

Se prohíbe la fabricación, el montaje, la importación, la comercialización, la posesión o el uso de armas nucleares, químicas y biológicas, así como la introducción al país de residuos tóxicos. La ley podrá extender ésta prohibición a otros elementos peligrosos; asimismo, regulará el tráfico de recursos genéticos y de su tecnología, precautelando los intereses nacionales.

El delito ecológico será definido y sancionado por la ley. Todo daño al ambiente importará la obligación de recomponer e indemnizar.

ARTICULO 38 - DEL DERECHO A LA DEFENSA DE LOS INTERESES DIFUSOS – Toda persona tiene derecho, individual o colectivamente, a reclamar a las autoridades públicas medidas para la defensa del ambiente, de la integridad del hábitat, de la salubridad pública, del acervo cultural nacional, de los intereses del consumidor y de otros que, por su naturaleza jurídica, pertenezcan a la comunidad y hagan relación con la calidad de vida y con el patrimonio colectivo.¹⁰²⁰

CONCLUSÃO

¹⁰¹⁹ URUGUAY. Constitución de la Republica Oriental del Uruguay, art. 47. Montevideo: Poder Legislativo, 1997. <http://www.rau.edu.uy/uruguay/const97-1.6.htm>, 09.03.2011

¹⁰²⁰ PARAGUAY. Constitución de la Republica del Paraguay, artigos 6º, 7º, 8º e 38. Asunción: Poder Legislativo, 1992. <http://www.constitution.org/cons/paraguay.htm> 09.03.2011

Verificou-se neste estudo que a criação do MERCOSUL, com a assinatura do Tratado de Assunção por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, significou grande avanço para o fortalecimento econômico destes países. Mais do que isso, representou o início de uma era de tutela ambiental, representada pela criação de acordos e grupos de trabalho específicos para cuidado desses interesses difusos.

Dentre os atos mais importantes realizados pelo MERCOSUL, foram identificados os seguintes: o decreto nº 03/91 do Conselho do Mercado Comum, a Declaração de Canela, as Reuniões Especializadas em Meio Ambiente, o Subgrupo nº 6, o Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente e, finalmente, a Declaração de Taranco.

Posteriormente, com o estudo do texto constitucional de cada um desses países, observou-se que tais Cartas Magnas são contemporâneas à criação do Mercado Comum do Sul, o que tornou naturalmente mais fácil a adaptação de cada nação à realidade vivenciada pelo bloco.

Mostra-se bastante relevante a questão ambiental em nível constitucional nessas quatro nações, especialmente no Brasil, uma vez que mostra tal zelo em vários pontos distintos de seu prolixo texto constitucional.

É de se ressaltar, finalmente, que, em que pese ainda haja muito por fazer, é importante que se reconheça o esforço realizado por estes Estados, individual ou coletivamente, haja vista o empenho demonstrado na criação de inúmeros documentos de grande valia no cenário internacional.

DEMAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa/ Antonio Carlos Gil. – 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação. Explicitação das Normas da ABNT. – 4. ed. – Porto Alegre: 2008.

HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público/ Carlos Roberto Husek. – 3. ed. – São Paulo: LTr, 2000.

MERCOSUL. “Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a Republica Argentina, a Republica Federativa do Brasil, a Republica do Paraguai e a Republica Oriental do Uruguai” ou “Tratado de Assunção”, Assunção: 1991. http://www.mercosur.int/innovaportal/file/106/1/Tratado%20Asunci%F3n_PT.pdf, 07/03/2011.

Resumen: este artículo tiene como objetivo estudiar los medios por los cuales los países integrantes del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) han tratado el tema ambiental en contexto de su política interna constitucional. En este sentido, se trabajará con la información acerca de las cuestiones constitucionales en cada uno de estos cuatro países, así como con los principales documentos producidos por bloque económico.

Palabras Clave: medio ambiente, protección constitucional, MERCOSUR.

DESAPARECIMENTO DOS ÍNDIOS PURIS DE CAMPO ALEGRE DA PARAÍBA NOVA: UMA NOVA PERSPECTIVA DE ANÁLISE EM DIÁLOGO COM SÉCULO XIX.

Enio Sebastião Cardoso de Oliveira¹⁰²¹

Mestrando - Universidade Severino Sombra - USS

MINI-CURRÍCULO

Graduado em História pelo Centro Universitário Augusto em 1990; Especialização em Docência Superior pela Universidade Cândido Mendes em 2000; Extensão em História da Arte , História do Brasil. Universidade Estácio de Sá; História Indígena da Baixada Fluminense CEDUC. Tutoria Educacional UFJF; Informática Educativa CEDERJ; Empreendedorismo UFF. Mestrando Universidade Severino Sombra – USS. Linha de Pesquisa, História dos índios e Indigenismo no Brasil.

INTRODUÇÃO

A região Sul da então capitania do Rio de Janeiro, e especificamente a do Médio Vale do Paraíba, nos setecentos, era ocupada pelos índios da etnia Puri. Considerados os dos sertões, essa etnia pertencia ao tronco lingüístico Macro-Jê¹⁰²², bem diferente dos outros ameríndios que ocuparam as áreas litorâneas da Província. Parte do Vale do Paraíba, ocupada por esses ameríndios, no século XVIII, tornou-se conhecida por Campo Alegre da Paraíba Nova, uma vasta região que cobria grande parte do atual Estado do Rio de Janeiro. Segundo vários autores, datado do século XIX, a presença, dos índios Puris nessa região de sertões, foram detectadas antes mesmo da chegada dos colonizadores em Campo Alegre da Paraíba Nova, hoje a cidade de Resende¹⁰²³. Esse artigo pretende questionar o

¹⁰²¹ Email – enioprof@gmail.com – Endereço: Rua Almirante Tamandaré 127, N. Liberdade, Resende, Rj, Cep: 27510-220. Tel: (24) 92423612 – Fixo: (24) 3360-5421.

¹⁰²² A Família Puri foi vinculada pelo pesquisador Aryon Rodrigues ao tronco Macro-Jê. Dividida em 23 línguas, espalhava-se também por regiões que atualmente fazem parte dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Doze delas eram faladas no Rio de Janeiro. FREIRE e MALHEIROS. Op. Cit. p. 8 e 9.

¹⁰²³ Maia cita em seu livro, que a Região de Campo Alegre “Pertencia à numerosa tribo dos Puris os índios talvez já encontrados na Paraíba Nova do Campo Alegre, ao tempo de sua descoberta por Simão Cunha Gago. MAIA João Azevedo Carneiro, Do Descobrimento de Campo Alegre até a Criação da Vila de Resende, CCMM, Resende, 1998, 2º edição, p. 14”.

desaparecimento dos índios puris me Campo Alegre pautada em diálogo com as fontes primárias e historiadores datados do século XIX, e suas diferentes visões sobre o contexto de uma política indigenista Pombalina aplicada no período.

Palavras Chaves: Índios Puris, Política Indigenista, Campo Alegre, São Luis Beltrão

INTRODUCCIÓN

La región sur de la entonces Capitanía de Río de Janeiro, y específicamente para el Valle Medio del Paraíba, en el setecientos, fue ocupada por indios étnicos Puri. Considerado el interior del país, que pertenecían a minorías étnicas Macro-Ge madre lingüística, muy diferente de otros indios americanos que ocuparon las zonas costeras de la provincia. Parte del Valle de Paraíba, que ocupan estos amerindios en el siglo XVIII, llegó a ser conocido como Paraíba Nuevo Campo Alegre, una vasta región que abarca gran parte del actual estado de Río de Janeiro. Según muchos autores, que data del siglo XIX, la presencia de indios en esta región Puris zonas de influencia, se han detectado incluso antes de la llegada de los colonos en Nueva Paraíba Campo Alegre, hoy la ciudad de Resende. Este artículo tiene la intención de cuestionar la desaparición de los indios Puri Campo Alegre me basado en el diálogo con los historiadores y fuentes primarias que data del siglo XIX, y sus puntos de vista diferentes sobre el contexto de una política indigenista Pombalina aplicada en el período.

OS ÍNDIOS PURIS: NA REGIÃO DE CAMPO ALEGRE DA PARAÍBA NOVA

No ano de 1747, em que a primitiva capela de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre foi promovida em curato, seu território, assim como toda a zona de “serra acima” nesta província até os seus limites com São Paulo e Minas Gerais, (...) ocupada em grande parte por índios estanciados em (...) ¹⁰²⁴

Nesse fragmento da obra de João Maia, em seu trabalho datado do século XIX, tenta confirma a presença dos Puris na região de Campo Alegre no período da

¹⁰²⁴ MAIA. Op. Cit. p. 1

chegada dos colonizadores portugueses, onde os Puris fustigados pelos Botocudos, segundo Joaquim Norberto de Souza Silva, deixaram a “Serra da Mantiqueira”¹⁰²⁵.

Os registros históricos que detectam a presença dos índios Puris no Médio Vale do Paraíba na Região de Campo Alegre, datam ainda do século XVI. Nesses registros aparece a figura do Corsário Inglês Antonio Knivet, informando que contactou grupos de índios conhecidos como “Porie” nas florestas marginais ao rio Paraíba do Sul, no lugar denominado “Parahyba-Wereob”. O encontro foi a consequência de uma missão ordenada por Martim de Sá, que segundo o relato de Knivet:

“Vendo Martim de Sá que eu o servia com solicitude, ordenou-me que com oito dos seus escravos, carregados de machados e facas, fosse buscar um outro gênero de selvagens chamados Pories (Puris), que haviam igualmente assentado pazes com os portugueses; desde muito, porém, os portugueses os não procuravam”.¹⁰²⁶

O que faz com que a existência de índios Puris na região do Médio Vale do Paraíba, no Sul e Centro-Sul do atual Estado do Rio de Janeiro, seja de conhecimento por parte do colonizador, e bem mais antigas que os apontamentos de alguns autores. Já que parte da região por onde percorreram os naturalistas citados nesse texto no final do século XVIII e começo do XIX, fora a mesma percorrida por Knivet, explicitada em minúcia no relato de sua viagem ao Vale do Paraíba com objetivo de arregimentar por escambo com os “Porie”.¹⁰²⁷

Sobre a questão da sua origem, o nome “Puri”¹⁰²⁸, ocorre segundo Freire e Malheiros, a partir de uma designação pejorativa, dada pelos seus vizinhos Coroados. Sampaio, segundo verbete de Métraux, no qual analisa etimologicamente a palavra Puri, para designar: povo miúdo, gatinha, fraco, de pequena estatura¹⁰²⁹. Os Puri possuía o mesmo tronco lingüístico, dos Coroados e Coropós e diferenciavam de outras etnias como os Tupis. Segundo Reis: Von Martins verificou

¹⁰²⁵ SOUSA SILVA, Joaquim Norberto, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil. Memória Histórica das Aldeias do Rio de Janeiro, 3ª Série, Nº 14 – IHGB, 1852. p. 243.

¹⁰²⁶ KNIVET, Antonio. Narração da viagem que, nos annos de 1591 e seguintes, fez Antonio Knivet da Inglaterra ao mar do sul, em companhia de Thomaz Candish. RIHGB, Tomo XLI parte 1ª. Typ. De Pinheiro & C. Rio de Janeiro, 1878, p 211.

¹⁰²⁷ KNIVET. p Op. Cit. p. 211, 214.

¹⁰²⁸ FREIRE e MALHEIROS. p. 17.

¹⁰²⁹ SAMPAIO, Teodoro Fernandes, O Tupi na Geografia Nacional, Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, Bahia, 3ª edição, 1928. Verbetes Purys. Segundo Métraux, “ O Puri era um nome pejorativo Concedido a eles pela Coroado”. p. 534.

que os índios brasileiros apresentavam uma diversidade muito grande de caracteres físicos: (...) alguns altos e baixos, esbeltos e corpulentos, vermelhos acobreados amarellados e até brancos, com pouca barba ou se constantemente não a depilam, apresentam-na regulamente basta”¹⁰³⁰.

Muitos naturalistas que percorreram os sertões do Brasil no século XIX, como Von Spix e Von Martius, que tiveram contato com os Puris, Coropós e Coroados, generalizaram suas descrições antropológicas, tornando-as abrangente¹⁰³¹. Assim, os ditos naturalistas em suas viagens pelo Brasil fazem uma descrição detalhada sobre essas etnias:

“Os índios são baixos ou de estatura mediana; os homens tem quatro a cinco pés de altura, as mulheres em geral, pouco mais de quatro pés; todos têm corpos robustos, largos e acaçapados. Só raramente, se acha entre eles alguns de estatura alta, esbelta. Têm espáduas largas, pescoço curto e grosso. (...) as extremidades são pequenas, as inferiores não são polpudas; são sobretudo, franzinas as barrigas e pernas e as nádegas; as superiores são arredondadas e musculosas.”¹⁰³²

Segundo o que afirma Reis, ao comparar vários pesquisadores como Freireyss, Toledo Piza, Alfred Métraux e Paulo Ehrenreich, a origem dos Índios Puris era comum aos “Goitacás” de Campos, aos Coroados e Coropós.

A região por onde percorreu esses naturalistas do começo XIX, era uma Macro-Região geográfica Rio Paraíba, que vai do sul do atual Estado do Rio até o Norte. Já a Região da Paraíba Nova era praticamente toda a região do Médio Paraíba, uma extensa área que ia de Campo Alegre, Sagrada Família e Paraíba do Sul. Mesmo no século XVIII essa área ainda não esta totalmente ocupada. Pode ser caracterizada como uma fronteira aberta, ainda considerado alto sertão, ou sertão dos Índios bravos. Como tal, apresenta tensão entre colonos em processo de expansão e índios de várias etnias e de variada situação geopolítica: deslocados, destribalizados, “estanciados”. As descrições mostram uma aplicação da expressão Puri de forma genérica, isso é, em geral posteriores ao processo de ocupação, caracterizam-se pelos aspectos físicos e generalizantes e os aspectos culturais

¹⁰³⁰ REIS, Paulo Pereira dos. O Indígena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para os estudos indígenas do Vale do Paraíba Paulista e regiões circunvizinhas. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979. p. 61.

¹⁰³¹ Esses naturalistas generalizaram essas etnias “pelo menos em seus traços predominantes aos indivíduos dos subgrupos acima apontados. Von Spix e Von Martius escreveram: Todos os índios que chegaram a conhecer aqui (M. G.), das tribus dos Puris, Coropós e Coroados pouco se diferenciavam entre si na conformação do corpo e nas feições. IDEM.

¹⁰³² SPIX, J. B. Von, e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938. Vol I, p. 345 a 347.

diferentes entre si são homogeneizados pela denominação de Purí. Mas, apesar dessa generalização, existem diversas descrições físicas para os índios Puris, mas a citada acima é a que acabou tornando-se a dominante.

Entretanto, o príncipe Maximiliano muda o contexto em sua observação sobre a questão da pequena estatura dos Puris, afirmando: “Devo confessar que nenhuma diferença nesse particular observei entre os Puris e as outras tribus”.¹⁰³³ O que difere dos registros de outros pesquisadores da época, os qualificando como frágil e de pequena estatura¹⁰³⁴. Essa descrição era reflexo de fato as grandes heterogeneidades em vários aspectos em relação às populações indígenas. Claro que algumas dessa diferenças estavam presas no próprio imaginário do conquistador, chegando até ser fantasioso em relação aos índios ainda pouco contactados, a outras que entravam em contradição analítica dos diversos pesquisadores que viajaram o Brasil e relataram a vida dessas etnias, inclusive confundido-as no momento de classificá-las, como por exemplo ocorrera com os Coroados, que segundo Norberto, passou a designar toda a tribo que utilizasse um corte de cabelo característico que lembrava uma coroa – “No Rio de Janeiro o nome de Coroados foi generalizado a todos os selvagens que se distinguem pela maneira de cortar o cabelo”¹⁰³⁵.

Sobre essas divergências, veremos os apontamentos de Manuel Martins do Couto Reys, engenheiro militar que percorreu várias regiões dos Sertões da Capitania do Rio de Janeiro. Reys descreve os Puris da seguinte forma: “São estes índios assas corpulentos, audazes, destemidos, vigilantes, e de máximas muito atraídoas, inclinados a toda a deshumanidade, dando morte a qualquer vivente que encontrão, seja ou não irracional, ainda que os não offendão.”¹⁰³⁶. Couto Reys vai de encontro à descrição de outros observadores ao relatar, a condição física corpulenta dos Puris, demonstrando que, como nesse ponto existem divergências e

¹⁰³³ WIED-NEUWIED, Maximiliano Alexandre Philipp: Viagem ao Brasil. Tradução de Edgar Süsskind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Coleção Brasileira, Ed. Nacional, São Paulo, 1940. p 108

¹⁰³⁴ REIS. Op. Cit. 69.

¹⁰³⁵ SILVA. Op. Cit p. 88.

¹⁰³⁶ Manuscritos de Manuel Martins do Couto Reys, 1785. Rio de Janeiro: Arquivo Publico do Rio de Janeiro. p. 72.

que uma conclusão seria prematura nessa pesquisa. Poderíamos acorrer na possibilidade de erro, já que devido a tanta controvérsia, e da carência de fontes, não poderíamos então afirmar que os chamados Puris de Campo Alegre, seriam os mesmos, apesar de pertencerem ao tronco macro-jê de outras regiões que margeavam o Rio Paraíba ou ainda poderíamos conjecturar que o termo puri poderia ser uma forma geral aplicada aos índios que viviam nessa região, que não tinham as características dos Coroados e Coropós, mas falavam a língua do tronco macro-jê, nos setecentos e oitocentos.

O DIRETÓRIO COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA INDIGENISTA DE POMBAL

A outra questão que tentaremos abordar aqui nesse trabalho utilizando fontes da época e uma historiografia ligada ao século XIX, seriam quais os contextos que influenciaram na relação dos índios com os colonizadores, na segunda metade dos setecentos na Região de Campo Alegre da Paraíba Nova? E o que isso pode ter sido como uma conseqüência no desaparecimento dessa etnia na região.

Primeiro vamos elucidar que esse período estava em plena vigência do Diretório Pombalino. A Promulgação, segundo a análise das fontes Primárias, ocorreu no dia 7 de julho de 1755¹⁰³⁷, em cujo documento o Rei D. José I aprovou a Liberdade dos índios no Norte do Brasil¹⁰³⁸. Portanto, a política implantada pelo Diretório, visava a princípio a Amazônia, fato que pode ser bem compreendido pela maior concentração de índios nessa região, sendo um elemento básico para o projeto colonial português.

O Diretório Pombalino, além de organizar a Política indigenista, a princípio no norte da colônia a partir do meado do século XVIII, era também uma nova diretriz da administração portuguesa colonial em um quadro em que era reformulado dispositivo de poder. Com o Diretório Pombalino com base na Ilustração, era um dispositivo da reforma Pombalina que nada mais era uma tentativa de fortalecer o poder do Estado Absolutista de Portugal, dentro de Despotismo Esclarecido. Assim, Pombal passou a

¹⁰³⁷ Alvará de 7 de junho de 1755, mandando renovar a inteira observância da Lei de 12 de setembro de 1653, que os Índios do Grão do Pará e Maranhão, sejam governados no temporal pelos Governadores com a inibição das administração dos regulares. Secretária do Estado do Brasil, códice 80, documentos em armário e mostruário, ARM 1, LIV. 6 folha 3 – Arquivo Nacional

¹⁰³⁸ A data da Promulgação do Diretório observada nas fontes entra em desacordo com alguns autores, como por exemplo: Ângela Domingues, cita a sua promulgação para o dia 6 de junho, já só cita o ano 1750. Porém a fonte encontrada no Arquivo Nacional e clara no que diz respeito à data da Promulgação da Carta (dia 7 de Junho de 1755). Moreira Neto, em seu livro os Índios na Ordem Imperial, confirma o que diz as fontes do arquivo nacional. P. 233.

enfrentar os principais setores da sociedade que poderia ameaçar ou até mesmo desafiar as pretensões da Reforma Pombalina, principalmente aquela ligada às antigas instituições feudais e o clero. Logo os Jesuítas foram vistos como a principal força eclesiástica a ser extirpada¹⁰³⁹. Considerados os únicos capazes de se oporem aos desígnios governamentais, pelo menos com mais veemência, pois o poder que essa ordem adquiriu nos anos de colonização os colocava como a principal força religiosa, que poderia contrariar as determinações de sua Majestade. E realmente, na região da província do Grão-Pará, os inicianos se opuseram há possibilidade de conceder o poder temporal das aldeias a uma administração laica, fruto da burocracia do Estado e não aceitando a tutela dos Bispos sobre as suas atividades religiosas. Após um complexo processo, os Jesuítas foram expulsos do Pará e Rio Negro em Junho de 1757, no ano seguinte em que o Diretório Pombalino passou a ser estendido a toda Colônia brasileira¹⁰⁴⁰.

A necessidade de uma política favorável à civilização dos índios, tinha sido levada em conta para definir limites do Império Luso-brasileiro, por isso a busca da lealdade de grupos fronteiriços indígenas, principalmente do Norte da colônia¹⁰⁴¹,

¹⁰³⁹ Almeida pontua que as acusações contra os Jesuítas ocorreram com uma certa dose de exagero, desde o início da década de 1750, é indícios que eles constituíam, no ultramar, a principal força eclesiástica. ALMEIDA, Maria Regina Celestino, *Metamorfose Indígenas – Identidade e Cultural nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro, administração das aldeias*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001. p. 168.

¹⁰⁴⁰ A Carta Régia de 1758 estendeu a Lei das liberdades do Maranhão para todo o Brasil. “Restituindo os índios de todas as aldeias desse estado à inteira liberdade de suas pessoas, bens e comércio (...) fazendo-lhes repartir as terras competentes por novas cartas de sesmarias, para a sua lavoura, e comércio nos distritos nas vilas e lugares, que de novo erigires nas aldeias que hoje têm, e no futuro tiveram os referidos índios; as quais denominareis com os nomes dos lugares e vilas destes reinos, que bem vos parecer, sem atenção aos nomes bárbaros que têm atualmente. ALMEIDA. Op. Cit. p. 169. Moreira Neto, também afirma que a “Política pombalina em relação ao Brasil é marcada por dois atos essenciais: a aprovação do *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão (1757)*, que impõe novos princípios à política indigenista, após a abolição da administração temporal das aldeias indígenas por missionários (Alvará de 7 de junho de 1755), e a expulsão final dos Jesuítas. Op. Cit. p. 233.

¹⁰⁴¹ Há outra evidência do invulgar relevo atribuído pelas metrópoles européias à política indigenista aqui desenvolvida por essa época. O simples fato de que Pombal tenha nomeado para o governo da região amazônica seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, (Estado do

passou a ser fundamental para atender os objetivos territoriais da posse da terra no projeto colonizador Pombalino. Nessas regiões de fronteira do império, onde os índios eram o principal elemento ocupante, deveriam se transformar em súditos fiéis, no qual seriam alvos da tutela da coroa, sendo assim, cristianizados, educados, e civilizados, integrando a sociedade colonial. O que fez Ângela Domingues sintetizar o Diretório num processo de tentativa de transformar os índios em um vassalo do Rei, elemento fidelíssimo de sua Majestade.

Mas como ficou a condição do índio a partir do Diretório Pombalino? Para elucidar esse questionamento podemos observar a fonte abaixo:

Domináveis povos, q' pobremente vivem naqueles certos na conceção e faculdade de tirar Ouro resultará grandes lavras nos Reais Quintos de S. Magestade, principalmente não sendo necessário, q' a Real Fazenda sedetrimente alguma, pois não só os habitantes das duas freguesias S. João Marcos, Campo Alegre se oferecem contentes e voluntários p^a. este exercicios, como tão bem muitos dos moradores das Capitánias vizinhas só esperão esta faculdade para concorrerem com suas escravaturas: e finalmente. Só p. Este meio se poderão afungentar a multidão de índios bárbaros que ostilizão com freqüentes irrupções aos mordores , devastando as suas agriculturas, cujos os repetidos clamores tem alagado p. muitas vezes a presença dos Ex. mo Antecessores de V. Ex. Rio de Janeiro a 19 de junho de 1791

Simplicio de Castro Vitorino – Comandante da Costa

Ao analisarmos essa fonte da região de Campo Alegre e circunvizinhanças da Capitania, podemos notar que os índios não atingiram a condição de vassalo, ou pelo menos não foram reconhecidos como tal. A fonte é clara ao demonstrar que os índios eram povos domináveis, ou bravo que causava hostilidades e que eram escravizados pelo colonizador, o que mostra como o Diretório era aplicado de forma diferenciada. Apesar da Carta Régia de 1758, ter estendido a lei de liberdade do Maranhão para o Brasil e reafirma o clima de hostilidade que existia na região de Campo Alegre, e a liberdade do índio nessa região era questionável.

Além disso, o Diretório transformou as aldeias em freguesias e vilas, isso é, lugares que passam a ser uma extensão do Reino, utilizando nomes de Língua Portuguesa, substituindo à língua geral, ou pelo menos as línguas faladas pelos grupos étnicos, pela portuguesa.

Maranhão e Grão-Pará), é prova suficiente da ênfase posta na solução desse problema. MOREIRA NETO. Op. Cit. p. 233.

Apesar da lei ter sido estendida para toda a colônia¹⁰⁴² e que Pombal não pretendia transformar todos os índios das colônias em Vassalo. Em face da diversidade das condições da ocupação colonialista e dos diversos tipos de contato com as populações nativas, condições concretas da colonização dificilmente poderiam ser igualadas as condições da região norte colonial questões, na qual a prática se vê ligada há inúmeras contradições, e mais precisamente, imensos ajustamento¹⁰⁴³.

Sobre esse ponto, Celestina Almeida¹⁰⁴⁴ afirma que a Carta foi aplicada de forma diferenciada em cada região da colônia. Assim podemos afirmar que o Diretório jamais foi aplicado ou imposto diretamente às outras áreas e sim foi adaptado ao contexto local. Além disso, notamos que vários autores pontuam essa aplicação diferenciada mas, nenhum deles fala sobre a questão da liberdade do índio e a imposição da Coroa em transformá-lo em vassalo em outras regiões fora das Capitanias do Grão-Pará e Maranhão.

CONFLITOS EM CAMPO ALEGRE DA PARAIBA NOVA E A INFLUÊNCIA DO DIRETÓRIO POMBALINO.

Analisando a região de Campo Alegre da Paraíba Nova, pertencente a Macro-região do Médio Vale do Paraíba podemos concluir que a área em questão foi palco de conflitos entre colonizadores e índios. Conflitos entre índios e colonizadores não era um fato restrito a esse momento histórico e muito menos a Campo Alegre, pois ocorreu em outros momentos da história colonial do Brasil, e em outras regiões. Claro que isso não é nenhuma novidade, mas o fato é que esses conflitos não cessam com a promulgação do Diretório. A grande alteração é que os fatores que fizeram eclodir esses conflitos e que o projeto colonial sofreu mudança de foco, principalmente em Campo Alegre, que passando a ser uma disputa pela posse da terra, antecipando o que disse Manuela Carneiro Cunha em relação ao século XIX, “que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de

¹⁰⁴² Um documento (incompleto), de 28 de setembro de 1758, do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), trazia a Instrução para a diligência de se erigirem em Villas as Aldeyas dos Índios. Esse documento mandava que a diligência principiasse depois de publicadas as Leis, de 6 e 7 de junho de 1755, que dava liberdade aos índios do Grão-Pará e Maranhão, e o Alvará de 8 de maio de 1758, que estendia essa medida para todo o Brasil. APEB, Carta Régia, 1757-1758, L° 60, fl 474rv. AHU. Catálogo Eduardo Castro e Almeida, doc. 3.633.

¹⁰⁴³ DOMINGUES. Op. Cit. p. 42.

¹⁰⁴⁴ Relação dos novos estabelecimentos das vilas e lugares dos índios do governo de Pernambuco, da parte do sul; relação do que obrou o juiz na união de 18 aldeias e várias malocas e índios diversos (capitania do Rio Grande) 1763. Ms, AHU RJA, cx. 76, doc. 27. ALMEIDA. Op. Cit. p 169.

mão-de-obra para se tornar uma questão de terras”¹⁰⁴⁵. Apesar de estarmos falando da segunda metade do século XVIII, na vigência do Diretório e do governo de Pombal, o plano colonizador já possuía outras perspectivas que era a posse da terra, fruto da expansão das fronteiras agrícolas em direção aos “sertões”.

Analisando as fontes e comparando com a historiografia, podemos perceber que ocorreram hostilidades entre o homem branco e índio nesse período. Isso fica claro com o Ofício do Capitão Comandante Henrique Vicente Lousada Magalhães, comandante do Distrito segundo Sousa e Silva¹⁰⁴⁶, ao (Conde de Resende), narrando as hostilidades do gentios do Rio Paraíba datado de 19 de Janeiro de 1798.

[...] costumão os gentios Brabos a fazerem suas ostilidady a esses povos e agora estamos atacados de duas nações Brabos. Como Vs. Excelentíssimo, constatação primeira nunca declará-los. Como agora tem cometido por trez vezes a fazendo do outro lado do Rio Paraíba, muito principalmente a do Capitão Mathias de Carvalho, que se tem cercado sua casa por três vezes, e feito grande destruição nos seus gados, e fazem ronda flexarão um soldado que fica a morte onde sei condito capitão que os seguia com gente este chegou o aldeamento que achou lá grande contenda frente, e pelo que força que da companhia a tirava perdeu sua vigia, cuja remeto para V. Ex^om que hostilidade de gentios. [...] V. Ex a parte que me da o Capelão da Aldeia de S. Luis Beltram que dis sequer se lembrança por falia de não a ver duro for para as poder saqueia-los, o diretor que ser a estes tenta e a um gentio das ordenanças maior a um vidente de aldeia. [...] V. Ex. nesta aldeia, doze e catorse índios já V. Ex. Sem querer em ter obediência andem por onde querem. Campo Alegre 19 de Janeiro 1798.¹⁰⁴⁷

Nesse ofício, observamos o quanto era difícil à relação entre os colonos luso-brasileiros na micro-região de Campo Alegre da Paraíba Nova, ainda na vigência do Diretório Pombalino, o que nos remete que durante os tempos de Correrias¹⁰⁴⁸, em que o conquistador procura dominar a região dos “Sertões” habitados pelos dos “índios brabos”¹⁰⁴⁹, a influência do Diretório era levado segundo os interesses locais,

¹⁰⁴⁵ CARNEIRO DA CUNHA, História Dos Índios No Brasil - Política Indigenista No Século XIX, São Paulo, Companhia Das Letras, 2º edição, 2006. p. 133.

¹⁰⁴⁶ SOUSA SILVA. Op. Cit. p.246

¹⁰⁴⁷ Códice 7,4,45 nº 1 – Ofício do Capitão Comandante Henrique Vicente Lousada Magalhães (Conde de Resende), Narrando as hostilidades dos Gentios do Rio Paraíba. Campo Alegre, 19 de janeiro, 1798.

¹⁰⁴⁸ Lemos em sua dissertação de mestrado define que “Correria” como uma expressão dada pelos portugueses aos confrontos com as sociedades indígenas. LEMOS, Marcelo SANT’ANA. O Índio Virou Pó de Café? A Resistência Dos Índios Coroados de Valença Frente à Expansão Cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836), Dissertação de Mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2004. p. 20

¹⁰⁴⁹ índio “brabo” é qualquer índio não subordinado, desde os que fugiram àqueles que nunca tinham tido contato. Sobre essa temática MALHEIROS afirma que “Em relação às aldeias

fato que podemos concluir após com a análise dessas fontes ligadas às questões indígenas e à política indigenista aplicada na região dos Sertões de Campo Alegre.

No século XVIII, a palavra Sertão, que entra nessa discussão, aparece em vários documentos do colonizado com certa freqüência. No período colonial era vista como uma região de isolamento, ou afastada da civilização. Malheiros¹⁰⁵⁰ em sua obra. Seria o indicativo de um espaço vasto, de baixa densidade demográfica e geralmente habitada por “índios brabos”, isso é, não civilizados, ou índios autônomos¹⁰⁵¹, uma área fora do controle das autoridades colônias. Ainda podemos caracterizar os “Sertões e Índios Brabos”, uma região que representa de forma simbólica de uma fronteira¹⁰⁵².

Os sertões de Campo Alegre, ocupadas pelos índios brabos da etnia Puri, tiveram outra representação em relação à fronteira, em comparação com os índios do Norte do Brasil na Província do Grão-Pará e Maranhão já que lá na condição de vassalos do Rei, se tornavam peças fundamentais na garantia da posse da terra da Coroa portuguesa no projeto colonial construída pelo Diretório. Capitania do Rio de Janeiro, a situação não era muito diferente, pois o índio também era visto como um obstáculo à expansão luso-brasileira em direção ao sertão, e conseqüentemente na garantia da posse dessas terras, ocorrendo conflitos entre os chamados gentios e os luso-brasileiros.

Os conflitos se acentuaram no século XVIII, no que Lemos pontua como “serra acima”, fazendo uma referência às regiões litorâneas já ocupadas pelos luso-brasileiros com grande parte dos índios mergulhados em um processo de

criadas ao longo do litoral desde XVI, o mote, sobretudo no século XIX, era classificar os índios que ali viviam como civilizados, caboclos aculturados que dispensavam qualquer tratamento especial ainda garantido por lei aos índios, os direitos sobre suas terras. De outro lado, a detecção de “índios brabos” e soltos pelo sertão instigava um discurso sobre a necessária intervenção da mão “civilizadora” da “sociedade civil” sobre eles, instituindo-se, a partir de então, religiosos, militares e particulares na tarefa de contratá-los e “civilizá-los”. (...) Quando em 1767 o militar Manoel Vieyra Leão classifica os índios “soltos” do Rio de Janeiro como “brabos” e seu promissor território como “sertão”. MALHEIROS, op. cit., p. 39.

¹⁰⁵⁰ MALHEIROS, Op. Cit. p. 33 e 69.

¹⁰⁵¹ Malheiros em seu verbete afirma que o uso da expressão “autônoma” tem aqui o sentido de sublinhar que estes grupos indígenas organizavam-se do ponto de vista territorial, social e cultural sem interferência sistemática da sociedade envolvente, não estando aldeados em reduções ou estabelecimento organizados por religiosos ou particulares. MALHEIROS, Id. P. 36.

¹⁰⁵² Varemos uma breve discussão sobre os termos “sertões”, “índios brabos” é fronteira no próximo capítulo desse trabalho.

destribalização e cabocismo (caboclo, mestiços, índio tido como civilizado)¹⁰⁵³ portanto, misturados, na sociedade “civilizada” do colonizador. “O aumento de conflitos ‘serra acima’, revela um choque de fronteira, onde o sertão não é mais um espaço vazio e desconhecido a ser conquistado”¹⁰⁵⁴. Um choque de fronteiras entre diferentes sociedades, um ligado ao mundo “civilizado” e luso-brasileiro e outro ao sertão dos “índios bravos”. Na história colonial brasileira as fronteiras foram disputadas entre a sociedade indígena e a sociedades luso-brasileira, tornando-se, não só uma fronteira agrícola econômica, ou comercial, mas também, uma fronteira social, estabelecida a partir de culturas com modos diferentes de vida¹⁰⁵⁵.

O que podemos afirmar sem medo de errar é que, os conflitos não cessaram em Campo Alegre, e isso se deve pela presença constante de sociedades indígenas no interior do Vale do Paraíba, no século XVIII, que reagem ao colonizador de diversas formas: Ora os grupos fazendo “correrias”; outros grupos aceitando o aldeamento imposto, ora recuando para a floresta, ora expulsando os colonos de suas fazendas¹⁰⁵⁶. Nesse panorama de conflitos dá-se a fundação do aldeamento de São Luis Beltrão, conforme apontado por autores como Joaquim Norberto Sousa Silva. mostra em sua obra que a fundação de São Luis Beltrão foi fruto de um conflito entre os Puris e colonos que se expandiram em direção aos sertões dos índios brabos.

Na busca pela posse da terra e a expansão das fronteiras agrícolas, Campo Alegre fica praticamente loteada por essas sesmarias que com a desculpa de serem terras devolutas são solicitadas por inúmeras pessoas como Francisco Manuel da Silva melo, que pleiteia uma sesmaria em 1798, em Rio Negro na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição Campo Alegre: Informe da Câmara do Rio 3 de Julho de 1798

(...)Informe a Sr. Chanceler ouvido por escripto ao Sr Procurador da Câmara.Diz Francisco Manoel da Silva de Melo, Cap.^a do Regimento de Estr.^a. desta Praça, q lhe tem possibilidade e força para poder estabelecer uma fazenda de creações e cultura, e por que tem a certeza q no Distrito de

¹⁰⁵³ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Guerra e paz no Espírito Santo: cabocismo, vadiagem e recrutamento militar das populações indígenas provinciais (1822-1875), Simpósio Temático Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdisciplinares, [XXIII Simpósio Nacional de História](#) (ANPUH), Londrina Paraná, 2005, p. 4.

¹⁰⁵⁴ LEMOS. Op. Cit. p. 25.

¹⁰⁵⁵ Idem.

¹⁰⁵⁶ LEMOS. Op. Cit. 33.

Campo Alegre se achão terras devolutas no novo caminho que se abriu para Minas, nas margens do rio Negro entre as terras dos índios da Aldeia de São Luis, (...) Vs Ex^a lhe faça a mercé de conceder a Sesmarias duas legos de terras completas com os seus respectivos Sertons. Para Vs Ex^a seja conceder lhe a dita Sesmaria. E R M.¹⁰⁵⁷

Esse documento trata-se de um pedido de sesmaria a sua majestade feita por um militar. Que é muito comum, a partir dos estudos realizados nos arquivos de sesmarias na região no período. Outra coisa que merece destaque e a proximidade com o Aldeamento de São Luis Beltrão, o que mostra o avanço das fronteiras agrícolas em direção as áreas de sertões em Campo Alegre, fato que ocorreu em todas as áreas de sertões dos índios brabo da Capitania do Rio de Janeiro.

Campo Alegre era uma região de rota em direção as Minas Gerais¹⁰⁵⁸, onde nesse período, foi criado um novo acesso á essa área, que conseqüentemente aumentou a circulação de pessoas em direção as regiões. No começo do século XVIII, era utilizada como passagem de bandeirantes paulista, que passavam por aqui a procura de ouro, e na apreensão de índios.¹⁰⁵⁹

Com a abertura de novos caminhos, no começo do século XVII, são solicitados sesmarias pelos seus desbravadores. Garcia Rodrigo Paes Leme, e Bernardo Proença, ocupam algumas áreas na região da Paraíba Nova¹⁰⁶⁰. Porém o processo de ocupação da região começa no século XVII, segundo Monsenhor Pizarro, iniciou-se com a chegada da Capitania de São Paulo Simão da Cunha Gago, com uma expedição que se estabeleceu na região, no qual pretendia procurar ouro e conquistar os ameríndios que povoavam os sertões da a inda desconhecida Campo Alegre¹⁰⁶¹.

Dentro o que relata Pizarro, Simão foi o fundador de Campo Alegre, onde através de uma expedição, no estilo dos bandeirantes, procuravam riquezas e buscavam apreensão de índios. A idéia de povoar o Sertão já demonstra no livro de Pizarro, que utilizamos como uma fonte, a expansão luso-brasileira em direção aos

¹⁰⁵⁷ PEDIDO DE SESMARIAS. Francisco Manoel da Silva Melo, notação: BI 15. 144, Estado do Rio de Janeiro. Códice BI, Microfilme NA 031-2005.

¹⁰⁵⁸ Das Minas Gerais se faziam extravios immensos do ouro, e dod diamantes por dentro do Sertão da Mantiqueira para o Rio de Janeiro, que era oculto de ambos os Generais de ambas as Capitanias. ARAÚJO E PIZARRO, José de Souza Azevedo. Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias annexas a' jurisdição do Estado do Brasil, Tomo V, Livro.V. Imprensa Régia. 1820. p.48

¹⁰⁵⁹ Idem. p. 37.

¹⁰⁶⁰ LEMOS. Op. Cit. p. 34.

¹⁰⁶¹ Idem. p. 37- 38.

sertões dos índios brabos. Saint-Adolphe ¹⁰⁶² Em seu Dicionário Geográfico, em que, Simão da Cunha obtivera a competente autorização do governador de São Paulo, para descobrir minas de ouro, ao mesmo tempo em que foi licenciado para conquistar índios”.

Todo essa discussão nos leva a constatação que já nos tempos imemoriais da chegada do conquistador a Campo Alegre, e a fundação da Freguesia, a relação entre o colonizador e o índio da etnia puri não era tranqüila, o que não era diferente em outras regiões da colônia. Com a elevação de Campo Alegre a condição de freguesia em 1756, já estava em plena era Pombalina. E naturalmente as suas influências do Diretório Pombalino, mesmo de forma discreta passaram a serem notadas, como a maior presença das autoridades da Coroa em Campo Alegre. Imbuídas no pensamento de fortalecer a máquina burocrática e reduzido o poder da igreja, muito embora ela ainda continue influente na região, já que segundo o que afirma Saint-Adolphe: Até o anno de 1782, os moradores de Campo-Alegre, como os de São-João-Marcos, não conhecêrão outras pessoas a quem devessem obediencia, senão os padres que lhes dizião a missa e os governavão conforme lhes parecia.¹⁰⁶³ Coube ao vice-rei Luiz Vasconcellos e Souza, mudar esse quadro e aumentar a ascendência do Estado na Região, estabelecendo nela as companhias de milícias, em que os oficiais acabaram se impondo frente ao poder que os padres possuíam em relação aos habitantes na região¹⁰⁶⁴. A melhoria da máquina administrativa do estado fazia parte da administração Pombalina, que queria de formar reformista, aumentar o poder absolutista do Rei, e reduzir o poder clerical, termo que já foi discutido nesse capítulo.

O que podemos pontuar sobre a Influência do Diretório na região de Campo Alegre da Paraíba Nova, nesse momento sem dúvida se resume a submeter á igreja e o índio ao controle do Estado português como parte desse projeto colonial e de uma política indigenista planejada para fortalecer o poder da Coroa, mesmo ficando claro que a submissão do índio sempre fez parte do contexto de outras políticas indigenistas, portanto não é uma inovação Pombalina.

CONFLITO EM CAMPO ALEGRE: FUNDAÇÃO DO ALDEAMENTO DE SÃO LUIS BELTRÃO

¹⁰⁶² IDEM.

¹⁰⁶³ Idem.

¹⁰⁶⁴ Idem.

Joaquim Norberto¹⁰⁶⁵ deixa claro que ocorreu um processo de hostilidade entre Puris e Colonos da região de Campo Alegre. Como o registro é do século XIX, nesse primeiro momento coloca os índios na posição de agressores aos fazendeiros, como vítimas dessa agressão. Segundo Maia, repetindo Norberto mantêm o relato dos Puris ao serem obrigados a deixar os sertões da Mantiqueira, vieram se estabelecer na margem setentrional do Paraíba, a cinco léguas do Campo Alegre em um sítio chamado de Minhocal, nas margens do Ribeirão São Luis¹⁰⁶⁶, afluente do Rio Preto, onde por volta de 1780, começaram aos ataques às fazendas¹⁰⁶⁷.

Dentro nesse momento dos setecentos, o que se estabeleceu na Região de Campo Alegre foi uma Guerra Justa, do tipo ofensiva, que foi mantida pelo Diretório apesar, das documentações e das autoridades da época como veremos a seguir, não citarem a expressão “Guerra Justa”.

Nesse contexto utilizaremos a Carta do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Sousa ao seu sucessor, que é relatado como era a relação dos índios na região de Campo Alegre:

“foi necessário praticar-se outra diferente providencia pelas irrupções que faziam n’aquelles districtos, assolando as fazendas circuvizinhas, furtando os seus effeitos, apresentando-se armados em figura de guerra, atacando ematando a todos os que lhe cahiam infelizmente nas mãos, de modo que a maior parte dos fazendeiros que tinham os seus estabelecimentos do lado (...). Foi necessário reprimi-las com maior vigor, antes que se fizessem mais prejudiciaes: e nesta consideração espedi d’aqui o Sargento-mor Joaquim Xavier Curado, (...) , recommendando-lhe a prudência e moderação com que se fazia necessário rechachar estes bábaros, no caso de se não sujeitarem. Comportou-se muito bem este official (...) precticaram aquellas irrupções; e sem fazer estrago, por ter reconhecido aos meios capazes de os *aterrar*¹⁰⁶⁸, (...) formar uma nova aldeã no logar da antiga habitação, chamado Minhocal, em que presentemente se tem conservado debaixo da direção e ensino do Vigário d’aquella freguesia o Padre Henrique Joze de Carvalho, (...). Presentemente não tem rendimentos próprios para a substância dos Índios, por serem estes soccorridos a exprensa dos moradores, em quanto se não estabelecem melhor nos terrenos que lhe foram marcados para fazer e

¹⁰⁶⁵ SOUSA SILVA. Op. Cit. p 243

¹⁰⁶⁶ MAIA. Op. Cit. p. 14

¹⁰⁶⁷ REIS. Op. Cit. p. 102.

¹⁰⁶⁸ Capazes, é também, citada no trabalho de Norberto, que é pontuado em um verbete de Lemos Op. Cit. 21. afugentar os índios na região, e os meios foi utilizar a guerra bacteriológica, deixando roupas contaminadas com a varíola, nas áreas onde a freqüência dos Puris eram grande. O que vai de encontro a tese de Bento, que coloca a palavra aterrar com base em um dicionário atual, citando ele o Aurélio, e não um dicionário do Século XIX, como era o de Moraes Silva.

adiantarem as suas plantações ficando com tudo a segurança d'quelle districto entregue ao capitão de ordenança, (...) a todos aqueles moradores de Parahyba Nova.¹⁰⁶⁹

Nesse texto, podemos observar como o Luiz de Vasconcellos organizou o processo de Guerra Justa para afugentar e aprisionar na aldeia os índios Puris da Região, não só de Campo Alegre como também das circunvizinhas. Naquele período, segundo as referencias ¹⁰⁷⁰cartográficas da época, a região da Paraíba Nova era muito abrangente que se estendia desde Campo Alegre a até a Paraíba do Sul, incluindo as áreas do norte da Freguesia de Conceição do Alferes e Sacra Família do Tinguá, atual Município de Paulo de Frontin¹⁰⁷¹ até Paraíba do Sul.

A fonte indica processo de fundação do Aldeamento de São Luis Beltrão partiu de um processo de eclosão de um conflito, onde segundo Vasconcellos, os índios em situação beligerante, passaram a ser uma ameaça e a intervenção do poder do Estado Português se fazia necessário, isso mostra como era complicada a relação entre colonos e índios, a fim de rechaçar, esses gentios, isso mostra como era complicada a relação entre colonos e índios. Para isso, sob a liderança do Sargento-mor Joaquim Xavier Curado, com apoio da população local de colonos, conseguiram aterrar os nativos.

Utilizando o dicionário de Antonio Moraes Silva, dicionário do começo do século XIX, a palavra Aterrar, significa: “*causar terror, derrocar, lançar a terra*. A palavra por sua vez “*derrocar*”, significa *Assolar, abater, arruinar*, o que mostra que o objetivo dos Luiz de Vasconcellos. Podemos afirmar que houve uma intervenção militar, com ajuda dos colonos. O que quer dizer que ocorreu uma guerra aos moldes tradicionais da colônia nos conflitos indígenas, porém o texto na fala de Guerra Justa, apesar de se apresentar dessa forma, a expressão não é utilizada pela fonte. Norberto sobre os conflitos com os índios Puris relata:

Ainda hoje relata a tradição as maiores atrocidades commettidas em vingança contra os attentados dos indios, e accusa a peste das bexigas levada ao seio das tabas dos Puris como um meio efficaz para reduzi-los; o horror de tão negra scenas presenciaram os moradores do Parahyba. Cujá torrente

¹⁰⁶⁹ VASCONCELOS, Luis de . Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para o uso do vice-rei de Vasconcellos. Por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 47, 1884.

¹⁰⁷⁰ Mapa do Sargento-Mor Vieira Leão, de 1767, redesenhado em 1801, O Mapa Mostra em detalhes, o Sertão da Paraíba Nova. Original Biblioteca Nacional.

¹⁰⁷¹ Informação retirado do Site <http://www.maplandia.com/brazil/rio-de-janeiro/engenheiro-paulo/sacra-familia-do-tingua/>. Acesso: 08/01/2011.

caudalosa arrastava quotidianamente os hediondos cadáveres das miseráveis vítimas, e bem se revela nas expressões do vice-rei quando diz que este valente oficial conseguiu afugentar os rebeldes fora do sertão circumvizinho por ter recorrido aos meios só capazes de os atterrar¹⁰⁷². [...]

No texto acima Norberto indica que índios foram contaminados peste da bexiga nome dada à varíola nessa época, nas áreas onde a frequência dos Puris era grande, uso que não era incomum na relação conflituosa entre índios e colonos. Apesar dessa constatação, Norberto em seu livro “Memória Histórica das Aldeias do Rio de Janeiro”, recebem hoje pesadas críticas de Cláudio Moreira Bento, no seu artigo: *Uma Controvérsia - O Massacre dos Índios Puris de Resende, Itatiaia, Porto Real, Quatis, Barra Mansa E Volta Redonda etc.*, que contesta a versão de que não ocorreu massacre dos índios puris na região e muito menos contágio proposital da peste da bexiga, (a Varíola), na interpretação de Norberto, da Memória de D. Luís de Vasconcelos, Vice-rei do Brasil na época e também da do uso da “tradição”, ou seja, na memória local, sobre os feitos de Sargento-mor Joaquim Xavier Curado, que depois passou ser conhecido como Conde de Duas Barras.

Segundo Cláudio Moreira Bento¹⁰⁷³, a falta de outras fontes documentais para o fato deixa dúvidas, nos escritos de Norberto. Mas se existe alguma razão na sua argumentação, não significa que não possa ter ocorrido um processo de genocídio por contaminação como afirma Joaquim Norberto, pois ela não era uma prática incomum no Brasil colônia¹⁰⁷⁴. Além disso, não se pode deixar de levar em conta a memória local como fonte histórica não escrita¹⁰⁷⁵. A memória histórica¹⁰⁷⁶. Lemos,

¹⁰⁷² SOUSA SILVA. Op. Cit. p. 244

¹⁰⁷³ BENTO, Cláudio Moreira. Uma controvérsia o massacre dos índios Puris de Resende, Itatiaia, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, etc. http://www.ihp.org.br/colecoes/lib_ihp/docs/cmb20011215.htm. acesso. 07/01/11.

¹⁰⁷⁴ Georg Wilhelm FREIREYSS, relata em seu trabalho a ocorrência destas práticas de contágios proposital, quando viajou pela então Capitania de Minas Gerais nos anos de 1813 e 1814. FREIREYSS. Georg Wilhelm. Viagem ao Interior do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. p. 105.

¹⁰⁷⁵ BLUTEAU, Raphael. 96

¹⁰⁷⁶ A memória histórica é um conceito [historiográfico](#) de desenvolvimento relativamente recente, que pode se atribuir em sua formulação mais comum a Pierre Nora,^[1] e que vem a designar o esforço consciente dos grupos humanos por entroncar com seu passado, seja este real ou imaginado, o valorizando e o tratando com especial respeito. http://pt.encydia.com/es/Mem%c3%b3ria_hist%c3%b3rica. Acesso dia 08/01/2011. O debate sobre a relação entre história e memória é uma das grandes discussões teóricas que têm se imposto a várias gerações de historiadores, pois estrutura os fundamentos e objetivos do fazer histórico. ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.) Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. pp. 15-34.

também em um verbete de sobre essa palavra pontua: que “Entre os meios usados ‘capazes de os *aterrar*¹⁰⁷⁷’, o de maior estrago foi, sem dúvida, deixar roupas contaminadas com varíolas nas áreas por onde passavam os Puris, o que resultou em cadáveres boiando, cotidianamente pelo rio Paraíba”¹⁰⁷⁸ Lemos em seu trabalho afirma que ocorreu uma verdadeira guerra bacteriológica¹⁰⁷⁹, em que os índios puris entraram em um processo de extermínio. Claro que essa expressão, não era utilizada nessa época, mas, mesmo se tratando de uma expressão contemporânea foram uma das muitas estratégias utilizadas pelo colonizador para exterminar o índio, e “desinfestar” os sertões. Não foi detectada claramente na carta a influência do Diretório na fundação do aldeamento. O que ficou claro que a direção e ensino do ‘Vigário d’aquella freguesia o Padre Henrique Joze de Carvalho’, e que esse passa a exercer o Cargo de Diretor do Aldeamento, função que tinha sido entregues a uma administração laica, com a promulgação do Diretório. Porém, Pizarro, em relata: S. Luiz Beltrão, por Ordem do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza, cuja catequese foi incumbida à um Sacerdote privativo, sustentado pela Fazenda Real com a simples e diminuta Cômgrua de 100\$ réis:[...]”¹⁰⁸⁰. Apesar de ter sido entregue a Direção do aldeamento ao Padre Henrique José de Carvalho, notamos uma subordinação do Vigário ao Estado, na fonte Pizarro. A utilização da expressão que para a catequese dos índios do aldeamento de São Luis Beltrão foi incumbido um capelão (sacerdote) privado, isso é, contratado e sustentado pela Fazenda Real, exclusivamente para exerce suas funções sacerdotais e diretor dentro do Aldeamento, muito embora Pizarro não afirme que ele tivesse em uma posição de Diretor da Aldeia com o Vice-rei Luiz de Vasconcellos declara. Com tudo, nos remete um certo controle do Estado em relação ao Aldeamento de São Luis Beltrão, já que a Coroa era a financiadora do sustento do sacerdote, que em tese ocorria redução da autonomia clerical, longe da autoridade de uma ordem religiosa. A redução do poder da igreja e maior poder do Estado, aí sim demonstra uma influência do Diretório, e do pensamento Ilustrado. Porém, seria concluir de forma leviana duas coisas: que realmente o Estado reduzindo o poder da igreja na fundação de São Luis Beltrão e que a Coroa portuguesa nunca financiou a formação de um

¹⁰⁷⁷ LEMOS. Op. Cit. 21.

¹⁰⁷⁸ SILVA e SOUZA. Op. Cit. p. 244

¹⁰⁷⁹ Idem.

¹⁰⁸⁰ PIZARRO. Op. Cit. p. 42.

aldeamento, o que seria negar a aliança que existiu durante séculos entre igreja e Estado através Padroado Real¹⁰⁸¹. Cairíamos dessa forma em uma mera conjectura ao identificar a fundação do aldeamento a partir de diretrizes do Diretório Pombalino, não levando em conta a possibilidade manutenção e uma prática multissecular¹⁰⁸².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não temos com constatar que o Aldeamento de São Luis Beltrão, fora fundado dentro das diretrizes do Diretório Pombalino, Temos subsídios para pontuarmos com certeza que São Luis Beltrão, foi fundada em 1788, a partir de um grande conflito que atingiu uma grande parte da Paraíba Nova, e mais especificamente Campo Alegre, onde os índios Puris foram em parte afugentados da região, outros sofreram baixas nos combates, outros mortos contaminados pela varíola, e outros aceitaram serem reduzidos em uma região, que era o seu antigo refúgio, chamada Minhocal.

Esse conflito, nada mais foi que uma Guerra Justa, em que o colonizador utilizou a desculpa de hostilidades dos Puris na região de Campo Alegre para justificar a eclosão do conflito. Porém se ocorreu hostilidade dos Puris, ou se ela foi provocada pelo colonizador nunca teremos certeza. Mas, partindo de uma premissa que na prática todas as Guerras Justas eram Ofensivas, embora a lei só permitia a Guerra Justa defensiva, isso é, aquela decretada com intuito de defesa, após uma hostilidade do gentio. Normalmente os colonizadores forjavam provas de agressões dos povos a quem pretendiam mover guerra. Estratégia sempre utilizada pelos colonizadores, que muitas vezes construíram os inimigos, “cobiçosos de obterem braços escravos para suas fazendas e indústrias”¹⁰⁸³ ou pela posse da terra dos gentios. Como em Campo Alegre o que aparece nas fontes oficiais é uma descrição das crueldades e barbaridades, na tentativa de se provar a existência de um inimigo real e não existem fontes de origem indígena ou de ordem religiosas, até então, para dialogar com elas, essa dúvida ainda vai pairar, até encontrarmos uma fonte que nos

¹⁰⁸¹ MOURA, Ana Maria da Silva, Guerra Justa e Padroado : O poder do Príncipe, USS, Vassouras, Rj. 2011. p. 11. ALMEIDA. Op. Cit. p. 81

¹⁰⁸² Vice-rei mostra a permanência de um clérigo na administração do aldeamento, mesmo essa sendo fundada no qual afirma Joaquim Norberto partiu de uma ação militar. De certo, a fundação de um aldeamento por mãos militares não é novidade na história colonial brasileira, porém, sempre esteve atrelado a uma ordem religiosa, seja ela capucha, beneditina, e claro a Jesuíta, que acompanhava essas “entradas”, aos aldeamentos. SOUSA SILVA. Op. Cit. 243.

¹⁰⁸³ PERRONE-MOISÉS. Op. Cit. p.125.

elucide a questão. Mas, o que parece óbvio, que em Campo Alegre, a meta era garantir a ocupação das terras pelos colonos através da “desinfestação” da presença do indígena e reduzi-los ao aldeamento, Confirmando que o grande interesse do colonizador no final do século XVIII, era a posse da terra e não a mão de obra dos gentios. .

O que concluímos que São Luis Beltrão fora fundada abaixo de uma situação de conflito, a sua ereção dar-se-á partir de um processo militar, ordenado pelo próprio Vice-Rei Luis de Vasconcellos. Isso, por sua vez torna-se outro indício da permanência da política Pombalina, já que a declaração e manutenção da guerra justa fazem-se em moldes militares, não mais pela reunião e aceitação de missionários mas exclusivamente como uma questão da administração colonial. Depois de tanta hostilidade e dizimação¹⁰⁸⁴, uma cabilda¹⁰⁸⁵ mais pacífica e dócil que tinha por cabeça Mariquita, um dos principais dos Puris, “já avezado¹⁰⁸⁶ (habitado) aos tratos com aqueles moradores - e que depondo as armas , prestou, em nome de todos os que dirigia, preito e homenagem ao governo Português¹⁰⁸⁷. O processo de fundação se seguiu, segundo Souza, da seguinte forma:

Mariquita, o principal dos Puris, que se sujeitaram , patenteou ardente desejo, e até insistiu em permanecer no lugar de sua antiga habitação chamada o *Minhocal*, (...) fundação da nova aldeia, levantando rústica e ligeira capella que teve por orago S. Luiz Beltrão.¹⁰⁸⁸

Com o fragmento retirado do livro de Sousa, podemos observar que após a um conflito e o uso de estratégia de infecção dessas populações, além daquelas que fugiram, podemos pensar que apenas uma pequena parcela da população de índio Puris aceitara a sujeição imposta pela Coroa portuguesa, na administração do vice-rei Luiz de Vasconcellos, Apesar de Saint-Adolphe declarar: “forão collocadas na aldeia de São-Luiz-Beltrão varias familias d'Indios da tribu Puris”¹⁰⁸⁹. Diante das poucas alternativas que restavam, já que a outra era fugir em direção a Serra da Mantiqueira e deparar-se com outros inimigos, os Botocudos - Antigos Aimores¹⁰⁹⁰.

¹⁰⁸⁴ REIS. Op. Cit. 103.

¹⁰⁸⁵ Palavra de Origem Arábica, que significa:ajuntamento de gente morisca, Antiga e aparentada, que vive no mesmo lugar. BLUTEAU, Raphael. Vocabulario Portuguez & Latino. Letra C, Letra Elementar Portugueza e Scientifica, Coimbra. 1712 a 1728.

¹⁰⁸⁶ Segundo Silva, essa expressão no começo do século XIX, significava: Habitado, acostumado. Dicionario da Língua Portugueza

¹⁰⁸⁷ MAIA. Op. Cit. p. 16.

¹⁰⁸⁸ SILVA E SOUSA. Op. Cit. p. 244 e 245.

¹⁰⁸⁹ SAINT-ADOLPHE. Op. Cit. P. 639.

¹⁰⁹⁰ MAIA. Op. Cit. p. 16.

Como única alternativa de garantir a posse de uma reduzida área, era ter a sua liberdade garantida, na condição de Aldeado de São Luis Beltrão, Mariquita, o principal dos Puris, jurou fidelidade ao Rei de Portugal. Após a constatação de que o processo de formação de São Luiz Beltrão foi fruto de intensa “correria” e hostilidade, fez com que as autoridades militares fossem as responsáveis pela sua fundação com uma administração religiosa¹⁰⁹¹.

O cerco aos índios Puris, na freguesia de Campo Alegre, também é um resultado de uma política de estímulos à formação de aldeamentos que ocorre a partir do meado do século XVIII, visando diminuir e controlar os conflitos e reduzir a mobilidade do índio para favorecer a posse da terra dos sertões aos colonizadores, frente à expansão das fronteiras em direção a região de sertões. Instituída a uma distância da 5 léguas da margem esquerda do rio Parahiba, entre os nascentes do Preto. Foi fundada em 1785¹⁰⁹² segundo Saint-Adolphe, na sua obra conhecida como Dicionario geographico, histórico e descritivo, do império do Brasil, também uma fonte do século XIX, por ordem do vice-rei Luiz de Vasconcellos., por tanto três anos após a data apresentada por Saint-Adolphe. A fundação desse aldeamento, ocorre ainda dentro do período do Diretório Pombalino que só foi refogado com a Carta Régia de 1798.

Embora o período Pombalino tenha sido encerrado em 1777, com a sua queda, no Brasil colonial, principalmente o que diz respeito à Política Indigenista, a ordem Pombalina continuou a vigorar até a promulgação do Diretório, o que faz com que os aldeamentos que surgem nesse período, mesmo após a sua queda permaneçam sob a sua legislação, passando a serem conhecidos como aldeamentos tardios¹⁰⁹³, que não cabe aqui essa discussão podendo ser debatido em trabalhos futuros.

Porém, a etnia Puri no decorrer do século XIX, praticamente desapareceu da região, e o antigo aldeamento de São Luís Beltrão, se transformou em Freguesia em meados do século XIX, com o nome de São Vicente Ferrér, no qual, em um documento datado de 1855, classificava o número de pessoas consideradas

¹⁰⁹¹ MALHEIRO. Op. Cit. p 166.

¹⁰⁹² Saint-Adolphe, J. C. R. Milliet de. Dicionario geographico, histórico e descritivo, do império do Brasil. Tomo II. Editora Casa de J. P. Aillaud. Paris, 1945. p. 586.

¹⁰⁹³ ALMEIDA.

indígenas na freguesia eram de apenas 43¹⁰⁹⁴, em que notamos uma diminuição drástica da população indígena na região até o desaparecimento da etnia na região se misturando a população geral¹⁰⁹⁵ ou sendo reconhecidos como cablocos, ou pardo já miscigenados. Os livro de batismo da matriz de São Vicente Ferrer, reconhece varias pessoas como pardos¹⁰⁹⁶, que segundo João Maia seriam pardos pegos no mato¹⁰⁹⁷. Mesmo com a possibilidade da existência de índios Puris vivos, no terceiro quarto do século XIX, os índios da etnia Puri, de forma oficial, foi considerados extintos na região de Campo Alegre da Paraíba Nova.

¹⁰⁹⁴ APERJ. Fundo – PP, notação 0126, maço 7, caixa 0044.

¹⁰⁹⁵ MAIA. Op. Cit. p. 21.

¹⁰⁹⁶ Livro de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima – Antiga São Vicente Ferrer. Livro de Batismo. 1884. Livro I, Página 2.

¹⁰⁹⁷ O último puri vivo segundo as fontes épocas ou pelo menos sendo reconhecido com tal se chamou de Victoriano Bori Santará (nome de batismo) segundo João Maia. “Nos assentamentos de batismos do Vigário Henrique José de Carvalho encontram-se algumas notas de batizados de menores com essa declaração singular: *apanhado no mato* – o que faz presumir que era de costume irem moradores ao sertão à caça de crianças para sujeitá-las ao serviço, fazendo muito favor de mandá-los batizar. MAIA. Op. Cit. 21.

EL PENSAMIENTO DE MUHAMMAD YUNUS EN LATINOAMERICA

Fredy I. Jaque Montesino

Estudiante de pregrado, Universidad de Los Lagos, Osorno, Chile

Correo: chidori_20@hotmail.com Celular: (09)97175925.

Fredy I Jaque Montesino, estudió un año de arquitectura (2005) y un semestre de auditoria (2006) en la misma institución académica. Actualmente cursa el cuarto año (VII semestre) de la carrera de pedagogía en Historia y Geografía. También se desenvuelve como alumno participe del programa de Estudios Sociales (<http://www.estudiosociales.cl>), portal que contribuye al saber de la comunidad osornina. Participo como coordinador y expositor del congreso realizado en Santiago de Chile en octubre de 2010 con su trabajo “*Condiciones de Marginalidad y Exclusión en Rahue*”.

Resumen

A partir de las definiciones de pobreza, este trabajo se propone revisar los mecanismos, por medio de los cuales, se extiende el pensamiento de Muhammad Yunus en Latinoamérica ya sean estas en la Publicación de informes anuales, presencia del propio Yunus en el continente, Prensa diaria local en formato electrónico, portales electrónicos, entrevistas a Yunus, iniciativas de instituciones financieras, iniciativas de ONG’s, políticas públicas, entre las más relevantes.

Palabras claves: *Pobreza, Microcrédito, la mujer, Exclusión Financiera, Negocios Sociales, Política de gobierno.*

INTRODUCCION

Para el programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) la pobreza humana se define como un “empobrecimiento en múltiples dimensiones. La privación en cuanto a una vida larga y larga, en cuanto al acceso al conocimiento, en cuanto a un nivel discente de vida, en cuanto a participación”. Esto nos lleva a comprender que la pobreza no se remite solo a la falta de ingresos como actualmente se entiende, sino más bien en la insuficiencia de más de una de las dimensiones descritas. En resumidas cuentas el dinero no es la suma total de la vida humana, ni la falta de él la suma total de la privación humana. Por lo mismo, La pobreza, no

solo se refiere a la falta de ingresos, sino que tiene que ver con el respeto a los derechos humanos.

A partir de ello es necesario plantearse la pregunta como la humanidad, en la actualidad, ha podido mitigar y hacer frente a la pobreza. Esto enmarcado en un contexto en el que la pobreza resultaría inaceptable, pues no debería tener cabida en una sociedad civilizada del siglo XXI en la que los progresos económicos, culturales y tecnológicos entran en contradicción con el bienestar de gran parte del globo. Por ende, surge la interrogante sobre las políticas que Habrían de crearse para alcanzar un mundo sin pobreza.

Dentro de lo mismo, las obras benéficas no pueden ser concebidas como la solución a la pobreza. Pueden ayudar a paliar el proceso de empobrecimiento pero no solucionar el problema de raíz; es más, la beneficencia hace que se desvíe la real atención del problema de la pobreza, que tiene que ver con una falta de oportunidad y desarrollo de habilidades de las personas.

La preocupación por el tema de la pobreza ha dado origen a diversas iniciativas, en algunos casos, son los propios Estados los que coordinan estos programas; en otros, es la voluntad y la perseverancia de las personas que confían en que este problema se puede superar en conjunto con los principales afectados: los pobres. Es en razón de esto último, que el presente trabajo tiene por objeto comprender y analizar las ideas del economista y premio nobel de la paz Muhammad Yunus, reflejado en los programas de microcrédito para el financiamiento y la influencia que ha tenido su pensamiento en Latinoamérica, ya sea en políticas publicas como en iniciativas de privados, para palear la pobreza.

I.- UNA EXPERIENCIA DIFERENTE: EL BANCO DE LOS POBRES

Muhammad Yunus, nacido en Bangladesh, era un joven economista que en 1974 estaba impactado por la pobreza extrema que asolaba a su país. Durante ese año, murieron debido al hambre un millón y medio de sus compatriotas. Esto queda de manifiesto cuando relata:

“La prensa publicaba reportajes horripilantes, con recuentos de muertos y de hambrunas en aldeas alejadas y en las capitales regionales del norte. (...) hombres y mujeres esqueléticos

comenzaron a aparecer en las estaciones de Dhaka. Pronto vinieron los muertos. De casos aislados se paso a un flujo ininterrumpido de hambrientos que afluían a Dhaka”¹⁰⁹⁸

Hasta que un día, Yunus se cruzo con Sufia Begum, una mujer analfabeta con 22 años de edad y tres hijos que alimentar. Ella trabajaba toda la jornada fabricando sillas de bambú, que luego vendía. Se pregunto Yunus entonces ¿Cómo era posible que alguien que hacia una artesanía tan linda tuviera apenas dinero para subsistir? Sufia le contó el problema: no tenía los 22 centavos diarios para comprar el bambú, por lo que debía pedirlo a un prestamista, que en la mañana le daba el dinero y en la tarde se llevaba los taburetes. A cambio, le entregaba a sufia solo 2 centavos.

Este economista entendió que esta situación era la de cientos de personas que sufrían porque no podían obtener pequeñas cantidades de dinero. En eso consistía su principal drama. A partir de análisis, Yunus se puso en acción.

Decidido a prestar dinero exclusivamente a los pobres, y mas a un a las mujeres. Empezó prestando pequeñas cantidades entre las personas de una aldea. El 98% de las personas que le pedían prestado, le devolvían el dinero en el plazo acordado. Al tener buenos resultados decidió ampliar su proyecto a más y más aldeas. Al ver que la situación era positiva para la gente, fue entonces necesario que los préstamos fueran realizados por una institución. Así es como en 1982, y sorteando la desconfianza de los bancos, los políticos y las autoridades gubernamentales de su país, Yunus fundo el *Gramen Bank* o “banco de los pobres”.

El Grameen Bank instituyo el *microcrédito* o préstamo de pequeñas sumas de dinero, cuyas devoluciones se hacían también en cantidades muy reducidas, semanal o diariamente.

Esta institución financiera, como todo banco tiene sus reglas. Si se quiere acceder al microcrédito se debe demostrar que se es pobre. Los créditos nunca son individuales: se otorgan a grupos de cinco personas. Dos son las primeras en recibir el préstamo. Si lo devuelven correctamente, permitirá que las otras tres lo obtengan. Si no, automáticamente los otros miembros del grupo no recibirán el crédito, aunque tampoco deben responder por los compañeros que no pagaron. El mismo Yunus explica el porque de esto: “*así se refuerza la responsabilidad individual y la solidaridad del grupo*”.

¹⁰⁹⁸ Muhammad Yunus. Hacia un mundo sin pobreza, Primera parte: Los inicios, capitulo I, la aldea de Jobra: los manuales y la realidad, tercera edición 2001 Santiago de Chile, editorial Andrés Bello 1998, pp. 17. ISBN 956-13-1724-9.

Esta iniciativa permitió que los pobres se responsabilizaran e hicieran cargo de su propio destino, recobrando todo el sentido de una verdadera justicia social.

Para Yunus *“la pobreza no pertenece a los pobres, ha sido impuesta desde fuera por las circunstancias. Afirma, de hecho, que es necesario cambiar todo el sistema económico, pues ha sido creado para contribuir a la creación de la pobreza y por ende contiene la enfermedad de la pobreza”*.¹⁰⁹⁹

1.1.- ¿De que se dio cuenta Yunus?

Para Yunus el problema de la pobreza siempre se ha eludido y a partir de ello ha podido establecer dos cosas en la creación del Banco de Gramen:

que los conocimientos que tenemos sobre los individuos y las interacciones que existen entre ellos son todavía imperfectos.

que cada individuo es importante, pues posee un potencial enorme para influir en la vida de otras comunidades y naciones a lo largo de su existencia. Pero mientras no se proporcione un ambiente favorable nunca podrá desarrollarse tal capacidad de transformación. (una economía que permita oportunidades equitativas para todos)

Muhammad Yunus admite que los microcréditos juegan un papel limitado en la erradicación de la pobreza, esto queda explícitamente reflejado cuando menciona:

*“El crédito, por si solo, no va a acabar con la pobreza. Es solo una de las vías que permiten salir de la miseria. Se puede abrir otras vías para facilitar esta salida (...) pero para hacerlo hay que ver a la gente de un modo distinto”*¹¹⁰⁰

Además hace un cuestionamiento a las teorías económicas encargadas de resolver todo tipo de problemas y que en este caso todavía no era posible encontrar una salida digna al drama de la pobreza. La cuestión es ir mas allá de la teoría, desaprendiéndola, en consecuencia, extraer lecciones de la realidad.

Por otro lado, Yunus advierte que se requiere acercar las nuevas tecnologías a los mas pobres, para ir de iniciativa en iniciativa, por ejemplo: al ingresar la telefonía móvil a un pueblo sin acceso a la electricidad, mediante un crédito una de las mujeres mas pobres adquirirían un móvil y el resto de los pobladores tenía que pagar para empearlo, así de

¹⁰⁹⁹ Portal: [webislam . http://www.webislam.com](http://www.webislam.com) , entrevista Muhammad Yunus, 05/06/2008

¹¹⁰⁰ Muhammad Yunus. Hacia un mundo sin pobreza, Prefacio Dos, tercera edición 2001 Santiago de Chile, editorial Andrés Bello 1998, pp. 13. ISBN 956-13-1724-9.

inmediato, aquella mujer se convertía en una persona imprescindible. Esta acción desencadenaría otras más.

Yunus también hizo desaparecer algunos dogmas y patrones tradicionales que se tenía respecto de los pobres y su proceso de superación:

la certeza que se tenía respecto a que los pobres no pueden salir adelante y superar su estado por sí mismos. Como un pájaro que rehúsa a escapar cuando le han abierto la jaula si ha pasado toda su vida encerrada.

Los pobres no saben economizar, tienen la costumbre de consumir todo lo que les cae en las manos porque sus necesidades de consumo son imperiosas.

la certeza que se tiene de que las mujeres son menos capaces que los hombres.

La certeza de que los pobres no saben trabajar en equipos, hacer previsiones, decidir por ellos mismos y administrar un préstamo.

El crédito por sí solo no sirve para nada, debe ir acompañado de proyectos de formación, marketing, transporte, tecnología y educación.

La certeza que se tiene al vincular el desarrollo de las personas a proyectos centralizados de gobierno.

En suma, el micro crédito transforma a las personas en estado de pobreza, en personas independientes, activas, concientes y creativas.

1.2.- Se trata de seres humanos y no con papeles: “La exclusión financiera”

El éxito del banco de los pobres, según su creador, se encuentra en el tipo de relaciones que se establecen: “se trata de seres humanos y no con papeles”. El fundamento del crédito es la confianza que se da entre quien da y quien recibe. Por lo tanto es menester desenrollar o hacer del sistema financiero bancario mucho más flexible, libre de la burocratización de un sistema que margina – con sus leyes mercantiles- a los más pobres y favorece, progresivamente, a quienes cumplen “los requisitos bancarios”. Lo anterior queda de manifiesto cuando Yunus plantea:

“...los más acomodados no temen a la ley, pues la saben utilizar en beneficio propio. En cambio los que están más abajo en la escala social temen a todo; se afanan por salir adelante

porque deben hacerlo. No tienen alternativa. Así pues los pobres están excluidos en todas partes, viven rodeados de barreras y obstáculos” ¹¹⁰¹

En definitiva el profesor Yunus dio cuenta de una situación que hoy queda recogido con el nombre de “exclusión financiera”. La exclusión financiera es aquella condición que presentan determinados individuos o colectivos desfavorecidos para los que su situación económica o social, les genera una incapacidad o dificultad para poder acceder a la adquisición y contratación de los productos y servicios comercializados por los diferentes intermediarios financieros.

Los factores que originan la exclusión financiera van desde la aparición de barreras de acceso – una focalización discriminatoria y una burocratización del sistema financiero-, derivadas de las restricciones que aparecen en los procesos de gestión de riesgo, diseño de productos orientados a usuarios con perfiles concretos, fijación de precios por encima de un determinado umbral, etc.

En cualquier caso, una parte apreciable de la moderna extensión de la exclusión financiera es consecuencia de los cambios que está experimentando la industria de los servicios financieros, la cual está llevando a cabo una reorientación del mercado de las entidades financieras hacia las “inversiones más seguras”- de ahí que la construcción del crédito bancario se fundamente en la desconfianza-, dando lugar a un estrechamiento de la base de potenciales agentes susceptibles de formar parte de sus carteras de clientes. El fenómeno de la exclusión financiera tiene su expresión, aunque de diferente manera y grado, tanto en los países menos desarrollados como entre los que se denominan o enmarcan en el primer mundo.

En general, en el mundo desarrollado los servicios financieros funcionan prácticamente sin que nosotros nos percatemos de ello. Así, la mayor parte de la población posee cuentas corrientes, préstamos a tipos de interés razonables, tanto para consumo como para realizar inversiones, existen diversas líneas e instrumentos de crédito y posibilidad de movilidad del dinero con facilidad, etc. El mundo financiero forma parte de nuestra vida cotidiana y estamos tan acostumbrados a su normal funcionamiento que no somos conscientes de los problemas que entraña.

¹¹⁰¹ Muhammad Yunus. Hacia un mundo sin pobreza, Primera parte: los inicios, capítulo IX, Escapar de la prisión de la garantía, tercera edición 2001 Santiago de Chile, editorial Andrés Bello 1998, pp. 123. ISBN 956-13-1724-9.

En contraparte al mundo desarrollado, lo anterior explicaría que en países industrializados o menos desarrollados estos servicios financieros no existan o en definitiva sean inalcanzables para la mayor parte de la población, en donde los préstamos son dirigidos por usureros que cobran altas tasas de interés. En definitiva, los pobres no merecerían créditos financieros porque no son clientes solventes, y mucho menos rentables para las entidades tradicionales, que los marginan de dicho sistema.

En definitiva La incapacidad de llegar a los pobres es lo que desestabiliza la mayor parte de los programas de lucha contra la pobreza. Tal y como explica el profesor Yunus, la ley de Gresham nos recuerda que “en un mundo en desarrollo, si se combina a pobres y ricos en un único plan, éstos últimos siempre acaban por expulsar a los pobres”. Para que el circuito de intermediación financiera tenga otro resultado, debe ser diseñado y aplicado exclusivamente para los pobres.

1.3.- ¿Por qué hacer negocios con las mujeres?

Las mujeres son protagonistas indispensables en la tarea de auto subsistencia que imparte la iniciativa del microcrédito, siendo ellas – principalmente- las encargadas de asumir la tarea de gestionar y administrar el empréstito.

Ya Yunus había descubierto estas razones para concentrar el crédito en las mujeres, las cuales las catalogo como actores privilegiados del desarrollo. Si el crédito se otorga a las mujeres se producen cambios más rápidos que si se otorgan a los hombres. Para Yunus: *...”el hambre y la pobreza son asuntos de mujeres que de hombres. Estos flagelos les afectan mas directamente, se admite tácticamente, que debe ser la madre. (...) ser pobre... es duro para todo el mundo, pero aun mas cuando se es mujer”*.¹¹⁰²

Yunus fundamenta esta idea en modo de accionar de las mujeres frente a la problemática de la pobreza. Pues cuando ellas se les ofrece una posibilidad de salir adelante, por modesta que sea la iniciativa, resultan ser mas luchadoras que los hombres. Mas aun, argumenta que “ser pobre en nuestra sociedad deja a la mujer en una situación de inseguridad

¹¹⁰² Muhammad Yunus. *Hacia un mundo sin pobreza*, segunda parte: la fase experimental 1976 - 1979, capítulo X, ¿Por qué prestar a las mujeres en lugar de los hombres?, tercera edición 2001 Santiago de Chile, editorial Andrés Bello 1998, pp. 129. ISBN 956-13-1724-9.

permanente”¹¹⁰³. Esto viene a develar la situación de muchas mujeres, que en muchas sociedades, no tienen las competencias y habilidades que poseen las que gozan del desarrollo. Muchas de ellas no saben leer ni escribir, y en muchos hogares pobres los jefes de familia esperan que se marchen, para tener una boca menos que alimentar.

En suma, se ha comprobado en la práctica de muchos programas de financiamiento que las mujeres que viven en la miseria – es el caso específico de la experiencia del Gramen Bank- se adaptan mejor y más rápido que los hombres al proceso de auto- asistencia. Asimismo, son más atentas, intentan asegurar el porvenir de sus hijos con más eficacia y demuestran mayor constancia en el trabajo. Por otro lado, cuando el dinero es administrado por la mujer, es eficientemente utilizado en beneficio de la familia a diferencia del hombre. En definitiva, para pretender resolver el drama de la pobreza, es natural empezar con las mujeres

II.- LA IDEA DEL GRAMEN EN LATINOAMERICA Y LA PROPUESTA DE YUNUS PARA LA REGION

La idea del *Gramen Bank* se ha implantado en varios países de América. Hasta finales de la década del noventa se pronosticaron programas de microcrédito en Canadá, Estados Unidos, México, El Salvador, Jamaica, Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Guatemala, Perú, República Dominicana.

Si lo llevamos al Conosur existen muchos organismos de microcrédito, sin embargo, no todos los programas están enfocados a los más pobres, generalmente están abocados a las PYMES. Existe una red de veinticinco organismos asociados al Gramen Bank que operan en trece países de la región, siendo el socio más antiguo el banco sol de Bolivia que comenzó en 1983 y que para el año 1997 ya tenía 73.432 prestamistas, de los cuales el 69% de ellos eran mujeres. Ese mismo año se estableció en Washington la *Gramen Foundation* USA destinada a promover más replicas del Gramen apuntando a las personas más pobres de América Latina.

Yunus asistió a la cumbre regional de microcréditos en Cartagena el pasado 9 y 10 de junio del año 2009, que reunió a todos los practicantes de microcrédito en América latina. Para la

¹¹⁰³ Muhammad Yunus. *Hacia un mundo sin pobreza*, segunda parte: la fase experimental 1976 - 1979, capítulo X, ¿Por qué prestar a las mujeres en lugar de los hombres?, tercera edición 2001 Santiago de Chile, editorial Andrés Bello 1998, pp. 130. ISBN 956-13-1724-9.

fecha había en total cerca de 150 millones de destinatarios de préstamos de microcrédito alrededor del mundo. De estos 150 millones, casi el 80% de los receptores de préstamos, están en Asia, por lo que no deja mucho para África, América latina y otras regiones.

Lo que tiene que entender Sudamérica para promover el financiamiento de los más pobres es que para que los programas de microcrédito trabajen como bancos de microcrédito independientes, como funciona el Banco Gramen, debe existir un marco legal que sustente su funcionamiento sin necesidad de una dependencia de aportes del extranjero. De esta forma el microcrédito como iniciativa para eliminar la pobreza sería mayormente aceptado.

Hoy en día, las ONG manejan todos los microcréditos. Esto es un problema, ya que las ONG no tienen base legal para el microcrédito. Por lo tanto, tienen que traer dinero desde el exterior, ya que no pueden tomar y generar dinero desde adentro de cada país. Si tuvieran una licencia para operar como un banco –no como un gran banco, pero al menos como un banco pequeño con una licencia de banca independiente, sólo entonces podrán depender de sí mismos y bajo el alero cíclico de sus mismos prestamistas. Un ejemplo claro es el Banco Gramen que tiene más de 8 millones de prestatarios en Bangladesh, que en su gran mayoría, el 95%, son mujeres. El Banco de Gramen presta más de 100 millones de dólares al mes, el préstamo promedio es de menos de doscientos dólares. Todo este dinero proviene de depósitos en las sucursales del Banco Gramen y tienen un excedente de depósitos; se puede solicitar un aumento de depósitos pero no hay necesidad. Esto le permite funcionar y depender autónomamente pues el dinero no viene de fuera, ni del gobierno, ni de las organizaciones internacionales.

Cada país tiene la capacidad de generar una cantidad de dinero dentro de sus bancos para poder prestar dinero a los pobres. Éste es un elemento que sería bueno examinar y negociar con los ministerios de Finanzas. Si el Ministerio de Finanzas dice que no se puede crear otra ley bancaria, entonces hay que probar con una experimental. Yunus sugiere a los países latinoamericanos que prueben facilitar una licencia a dos, tres o cuatro sucursales bancarias de microcrédito, para que se puedan dedicar específicamente a una tarea: prestar dinero a los pobres y tomar depósitos para hacer esto, sin tener otra función.

2.1.- Hacer negocios sociales: “no se trata de de lo que se vende sino de lo que se enseña”

A las personas pobres no les gusta ser definidas como tal, sino que aspiran en ser tratados como consumidores, obteniendo con ello beneficios de autoestima, respeto y capacidad de elección, más la posibilidad de escalar y salir de la trampa de la pobreza. Convertir la pobreza en un mercado requiere innovación. El resto está en buscar nuevas metodologías para lograrlo.

Para desarrollar este inmenso mercado de 80% de la población mundial, no sirven los enfoques tradicionales que atienden el Tope de la Pirámide. Hace falta un nuevo enfoque orientado a la innovación y que reconozca las verdaderas necesidades de las clases pobres del mundo.

Una forma innovadora de mitigar el problema de la pobreza podría ser la transformación de cada problema social en un negocio social. Yunus plantea la pregunta de ¿por qué no crear un negocio independiente sobre la base del altruismo, donde en ese negocio todo es para otros y nada es para mí? Él cree que Ambos negocios se pueden llevar a cabo, el negocio egoísta, para ganar dinero para sí mismo y el negocio desinteresado, para cambiar el mundo al mismo tiempo. esta idea queda clara cuando argumenta:

“No nos gusta la pobreza, no nos gusta que la gente tenga mala salud, no nos gusta que la gente muera durante el parto, no nos gusta que la gente viva en la miseria, en guetos, en barrios bajos, no nos gusta eso – a nadie le gusta eso, pero no podemos hacer nada al respecto si estamos demasiado ocupados haciendo dinero para nosotros mismos”¹¹⁰⁴.

Otra alternativa puede estar vinculada con la de crear Empresas Sociales como Política Social. El desempleo siempre ha sido un problema y, para Yunus, es muy fácil de solucionar creando empresas sociales. Por ejemplo: Si se establece un comercio en una esquina y se contrata a diez personas - obviamente desempleadas-, entonces se habrá creado puestos de trabajo para diez personas. Pero una empresa con fines de lucro no haría esto, porque espera un retorno de su inversión del 25%, y si no hay un retorno del 25% entonces no hay interés en establecer la tienda.

¹¹⁰⁴ Larry R. Reed, Informe del estado de la campaña de la cumbre de Microcredito 2011, el negocio social es un negocio desinteresado, Yunus Muhammad. Pp 28-29

Sin embargo, como inversionista social, como persona de negocios sociales, el propósito es crear 10 puestos de trabajo no sólo para hacer dinero. Ya que no hay interés en generar el 25, 10 o 5% de retorno, todo lo que tiene que hacer es cubrir sus costos y crear 10 puestos de trabajo. Así que cualquiera puede crear 10 puestos de trabajo, siempre y cuando uno esté interesado en crear puestos de trabajo como una empresa social.

El Gobierno debe alentar a otros a desarrollar el trabajo, crear el entorno; las empresas sociales desarrollan esta tarea. Pues una vez que se crea, se creó un ejemplo, una semilla que resuelve un problema y una solución para el problema de diez personas. Si uno sabe cómo resolver un problema de diez personas, la tarea mas importante del gobierno es multiplicar la iniciativa, cien veces, mil veces, un millón de veces. El desarrollo de la semilla es el elemento más importante en todo el concepto.

2.2.- Algunas propuestas de microcrédito de financiamiento y alternativas de mitigación de pobreza en Chile.

En Chile existe una serie de programas para superar la pobreza. Estas soluciones pueden ser inmediatas, e imprescindibles, como los subsidios en dinero, por ejemplo, que permiten cubrir necesidades de alimentación, vivienda o educación; pero también pueden consistir en la entrega de herramientas de más larga duración, para que las propias personas afectadas por la pobreza realicen acciones para salir de ese estado. entre estas ultimas se encuentran las alternativas de formación profesional, la capacitación laboral y la concesión de créditos para la gestión de pequeñas empresas y cooperativas. Estos programas son desarrollados tanto por las entidades estatales (Ministerios, municipalidades, etcétera) como por organizaciones no gubernamentales (ONG) o por empresas privadas.

Entre los muchos programas sociales que se realizan en Chile, existen algunos que buscan responder a necesidades específicas. Entre ellas están la construcción de viviendas y la intervención profesional en comunas pobres.

A continuación algunos programas alternativos para mitigar la pobreza en Chile:

Fondo esperanza (FE).

El Fondo Esperanza (FE) es una institución sin fines de lucro, cuyo objetivo es promover el mejoramiento de la calidad de vida de personas de los sectores más pobres de Chile, a través del financiamiento de actividades comerciales y productivas - servicios financieros, capacitación y redes-, sin importar su credo religioso o posición política.

Jurídicamente, Fondo Esperanza es un programa de la Fundación Ayuda y Esperanza, la cual opera desde 1966 como Fundación de Beneficencia. Actualmente su obra se concentra en dos programas, Fondo Esperanza y Súmate, cuya misión es entregar oportunidades reales y una formación integral a jóvenes emprendedores de escasos recursos, con el fin de que puedan mejorar su calidad de vida a través de la concreción de estudios Técnico Superiores, en instituciones educacionales de excelencia. Lo anterior se realiza a través de la entrega de becas, el apoyo académico y desarrollo personal de los jóvenes.

Capital semilla

Surge como una respuesta del Gobierno de la Presidenta Michele Bachelet (2006- 2009) para hacer frente a la crisis derivada de un entorno económico mundial más complejo. Es un financiamiento no reembolsable, destinado a un apoyo concreto para el fortalecimiento y consolidación de las empresas de menos tamaño formales.

En este programa no pueden postular Ganadores(as) de llamados anteriores de Capital Semilla, como también, personas que pertenecen o son empleadas de reparticiones o instituciones públicas, Municipios, ni su cónyuge, parientes directos, colaterales o por afinidad que trabajen en ellas.

Fondo de solidaridad e Inversión Social (Fosis)

Es un Servicio Público nacional, nace con la recuperación de la democracia en Chile durante la década del 90, depende del Ministerio de Planificación, MIDEPLAN. Su misión, al igual que los demás programas, es contribuir a superar pobreza en forma innovativa y complementaria a la labor de otras instituciones.

Es Innovadora en política social. Busca nuevos nichos de pobreza y promueve la coordinación y articulación de las acciones del Estado en territorios pobres.

El FOSIS no ejecuta directamente su accionar, sino que establece una red de relaciones que colaboran en la ejecución: Organismos públicos, Organismos privados, Organizaciones sociales, a través de Concursos, licitaciones y convenios de colaboración. Para ello utiliza una

metodología de focalización territorial (focaliza su accionar mirando el desarrollo integral de la población a la cual se orienta su acción) y se nutre de una fuerte participación de la gente (en la definición de sus propios problemas y proyectos sociales. FOSIS posibilita que los usuarios de sus programas, sean "sujetos de su propio desarrollo").

Programa servicio país: un techo para Chile

Desde 1995 funciona en Chile el programa servicio país. Esta es una estrategia innovadora, generada por la fundación para la superación de la pobreza, que ha dado buenos resultados. Se trata de un programa que busca hacer un aporte a las comunas más pobres, destinando a jóvenes profesionales para que echen a andar proyectos locales. También es misión de este programa fomentar el compromiso y la responsabilidad social de los profesionales jóvenes en tareas destinadas a dejar atrás la pobreza.

Los que participan en este proyecto firman un contrato a honorarios por un año, con el fin de trabajar directamente con las comunidades involucradas en los proyectos. Según la fundación, los servicios de estos jóvenes se insertan en las estrategias de desarrollo que cada región o comuna se plantea. Los profesionales aportan los conocimientos y coordinan los proyectos particulares. Estos pueden ser, por ejemplo, la construcción de viviendas, la formulación de iniciativas sociales o el mejoramiento de medios de producción.

Programa Adopta un hermano menor

La fundación servicio país coordina el programa adopta un hermano menor, un proyecto que se desarrolla también en Israel y que fue introducido en Chile en 1998, en la comuna de Quilicura, en la región metropolitana. Consiste en una beca en dinero para estudiantes universitarios que necesitan trabajar a cambio de que ayuden en su formación a estudiantes pobres de enseñanza básica. En general, se trata de niños cuyas madres trabajan y no pueden dedicarles demasiado tiempo en este caso, tanto los universitarios como los escolares pueden optar a este beneficio a través de concursos anuales

CONCLUSIONES

Primero que todo, y referente al problema de la pobreza, hay que entender que la pobreza puede ser eliminada, erradicada y/o extirpada de la humanidad. Es solo una cuestión de voluntad. Y de hecho la pobreza es en tanto un invento del hombre y, por ende, una construcción cultural, siendo posible un mundo sin pobreza cuando se construye lo imaginado.

Por otro lado, como señala Muhammad Yunus en su libro “Hacia un mundo sin pobreza”, hay que tener muy en claro que ésta no ha sido creada por los pobres, no se debe a ninguna deficiencia suya, sino a la errónea comprensión de las capacidades humanas y al fracaso de la economía a la hora de crear el marco teórico, los conceptos, las instituciones y las políticas que deben apoyar estas capacidades.

Otro aspecto a tener en cuenta es que Hoy existe un solo tipo de negocio en todo el mundo. En el marco teórico de los economistas, negocio significa hacer dinero y no existe ningún otro tipo de negocio. Sin embargo, si vemos a los seres humanos, los seres humanos no son máquinas productoras de dinero, a pesar de que la teoría económica lo vea así. Ésta es una muy mala interpretación de lo que es un ser humano. En primer lugar, los hombres no son seres de una dimensión; al contrario, los seres humanos son seres de múltiples dimensiones. El deseo de producir dinero es sólo una dimensión, por lo que hay muchas otras dimensiones que quedan fuera de la estructura económica. En el diseño arquitectónico de los marcos económicos y sociales, debemos incluir seres humanos completos, no una pieza de los seres humanos.

Los seres humanos son egoístas por la necesidad de autoprotección y, por lo tanto, ésa es una parte de los seres humanos. Pero los economistas escogieron el único punto del orden del día, el egoísmo, y construyeron toda la teoría de negocios sobre la base del egoísmo. En los negocios todo es para mí, y nada es para los otros, así que me enfoco de tal manera que todo viene a mí. La cuestión esta en reconceptualizar a las personas como seres que piensan y, sobre todo, que sienten.

En otro plano, es importante de destacar, que La pobreza es muy distinta en los países desarrollados que en los países en vías de desarrollo. Sin embargo los pobres tienen más cosas en común que diferencias y todos parten de un mismo problema: el rechazo de las instituciones financieras.

Pareciera ser que el tema de la pobreza- o mas bien la pobreza actual- y su pronta solución estaría abocada en solucionar los problemas propios de cada país. Así pues, dicha ayuda puede aparecer en forma de permutación, tecnología agrícola, educación, capital humano y salud. Para ello es necesario que las instituciones gubernamentales internacionales velen por la eficacia de la ayuda. En otras palabras, el banco mundial y sus organismos derivados deben asegurar que el dinero llegue realmente a las manos de los más necesitados, y que las instituciones responsables implementen nuevas formas mas eficientes de canalizar la ayuda económica.

Un aspecto importante, y respecto de los créditos, es hacer que las instituciones financieras flexibilicen su actuar, es decir, teóricamente hay que integrar a la población excluida de las posibilidades de progreso. Para ello es necesario una teoría económica que involucre a los “excluidos” dentro de un marco de integración global, que derribe cada vez mas la burocracia financiera que busca y focaliza a los prestamistas, producto de la especulación del riesgo.

Por ultimo, Si nos vamos a Latinoamérica, Yunus aconseja –para que las instituciones y programas de microcrédito o micro emprendimiento- se formalicen de manera independiente para que pueden depender de si mismas, es decir hacer de estas propuestas verdaderas entidades bancarias específicas de microcrédito que apoyen a la población mas pobre de cada país, lo cual le permitirá una gestión de sus propios fondos, derivados de los reembolsos de sus prestamista. Con ello, no necesitarían de prestamos o circulante desde el exterior.

Dentro de lo anterior, la otra idea de Yunus es desarrollar negocios sociales enfocados a resolver problemas sociales, ya sean estos en educación, vivienda, salud, desempleo, etc. Para ello es necesario desarrollar, en los diversos estados americanos y del resto del mundo, empresas sociales como política de gobierno que multipliquen y que respalden esta iniciativa.

THE MUHAMMAD YUNUS THOUGHT IN LATINAMERICA

Abstract

Since the definition of poverty, this research intends to check the devices, which present the Muhammad Yunus thought in LatinAmerica through reports of anual publication, the presence of Yunus in the continent, the local daily press in websites, interviews to Mr.

Muhammad, initiatives of financial institutions, ONG's initiatives, public policies, among the most relevant resources.

Keywords:

Poverty, microcredit, the women, financial exclusion, social businesses, government politic.

BIBLIOGRAFIA

ARTICULOS WEB:

FERRARO, Emilia. "Reseña de trueque intercambio y valor: un acercamiento antropológico", revista. *iconos: revista de ciencias sociales*, 014: 150-152, quito ecuador 2002. <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/509/50901414.pdf>. 14/12/2010

WALLERSTEIN, Immanuel "¿nos ponemos a discutir la pobreza?", portal: Rebelión, <http://www.rebelion.org/mostrar.php?tipo=5&id=Immanuel%20Wallerstein&inicio=0>. 15/02/2011

YUNUS, Muhammad. "Discurso de aceptación con motivo de la aceptación del título doctor honoris causa por la universitat jaume i, la universitat de valència y la universitat d'alacant, con la adhesión de la universitat politécnica de valència y la universidad miguel hernández de elche", <http://www.ua.es/es/congresos/protocolo/eventos/honoris/yunus06/discursoyunus.pdf>. 23/09/2010

LOZANO, Andrés, "Análisis a la industria del Microcrédito", Consejo asesor presidencial, <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/UN-DPADM/UNPAN039864.pdf>. 28/10/2010

REED, Larry R. "Informe del estado de la campaña de la cumbre de microcrédito 2011", *Microcrédito Summit Campaign*, Publicado en 2011 por la Campaña de la Cumbre de Microcrédito (MCS), 750 First Street, NE, Suite 1040 Washington, DC, 20002 Estados Unidos de América.

<http://globalmicrocreditsummit2011.org/userfiles/file/Embargoed/SOCR%202011%20SP%20-%20EMBARGOED.pdf>. 25/02/2011.

LAUDATIO, parte tercera: "exclusión social y financiera" <http://www.ua.es/es/congresos/protocolo/eventos/honoris/yunus06/laudatiocastellon.pdf>. 02/01/2011.

IRANZO, Juan Manuel, Reseña: Jeffrey D. Sachs, "El fin de la pobreza ¿Cómo lograrlo en nuestro tiempo?" Universidad Pública de Navarra. www.fes-web.org/publicaciones/res/archivos/res07/24.pdf. 23/11/2010.

EL PERIODISTA, Portal Web, Kanya D'Almeida (IPS/ Nueva York), "Microcrédito: salvador o verdugo", <http://www.periodistas-es.org/economia/microcredito-salvador-o-verdugo>, 24/03/2011.

ESTEFANIA, Maria Teresa y TARAZONA, Davis: *“Psicología y pobreza: ¿hay algo psicológico en la pobreza o es la pobreza algo psicológico?”*, www.ipside.org/documentos/001psipob.doc, 10/01/2011.

VENOSA PEÑA, Nicolás Edmundo, “Reseñas: Muhammad Yunus, Hacia un mundo sin pobreza”, www.pa.gob.mx/.../Hacia%20un%20mundo%20sin%20pobreza.pdf. 18/12/2010.

MONTOYA, Ana María, Ingeniero Comercial Mención Economía, U. De Chile. LARENAS, Juan Pablo, Ingeniero Comercial Mención Administración, U. de Chile. CONTRERAS Dante, Ingeniero Comercial, PHD Economía U. California: *¿Qué impacto posee el programa de microcréditos de un techo para chile en el ingreso de los habitantes de campamentos?*, *Revista cis 5 un techo para Chile*.

www.untechoparachile.cl/.../impacto%20del%20programa%20de%20microcréditos%20de%20Outpch. 27/02/2011.

GIRALDO MEJÍA, Sebastian: *“Análisis de los alcances y limitaciones de los programas de microcrédito como instrumentos mundiales para superar la condición de pobreza. caso de estudio: aplicación de la metodología del Banco Grameen en Colombia”*. BOGOTÁ D.C 2009

<http://www.portalmicrofinanzas.org/gm/document-1.9.45650/1032412344.pdf> 30/03/2010

LIBROS:

MUHAMMAD YUNUS, “Hacia un mundo sin Pobreza”, tercera edición (2001) editorial Andrés Bello, Impreso en Chile. ISBN 9561317249.

J. FABOZZI, Frank. MODIGLIANI, Franco. FERRI, Michael G. Mercados e Instituciones Financieras, Primera Edición 1996. Editorial Prentice-Hall Inc. ISBN 968880679X

MARTIN Amez Fernando, Coordinador General y recopilador de *“Diccionario de Contabilidad y Finanzas”*, Edición 1999, impreso en Madrid- España, editorial Cultural S.A. ISBN 8480552549.

EL PODER ESPIRITUAL, MORAL Y POLÍTICO DE LA “RACIONALIDAD SAPIENCIAL” LATINOAMERICANA EN TIEMPOS DE GLOBALIZACIÓN¹¹⁰⁵

Lic. Guillermo Carlos Recanati
guillermorecanati7@hotmail.com

Guillermo Carlos Recanati. Es Lic. en Ciencias Religiosas por la Universidad Católica de Córdoba; Tesista de la Licenciatura en Filosofía en la Universidad Católica de Córdoba; Prof. Superior de Ciencias Sagradas y Filosofía. Ha sido profesor invitado de la Universidad Nacional de Villa María (Argentina). Actualmente participa como profesor adscripto de un Proyecto de investigación de carácter filosófico en la Universidad Católica de Córdoba y ejerce la docencia en diferentes Instituciones Educativas de la misma provincia. Algunas de sus publicaciones son: *La predilección por los más pobres en el ministerio sacerdotal del Cura Brochero*, “Las preguntas del ‘hombre’ acerca del ‘hombre’ en la historia de la filosofía occidental”, “El ‘rostro del otro’ de Emmanuel Levinas y su influencia en Latinoamérica”, “La cuestión de la colonialidad en la historia del pensamiento latinoamericano”.

RESUMEN

El pueblo latinoamericano, a pesar de su marcada diversidad religiosa, cultural, y política, goza de una unidad básica, que se manifiesta a nivel religioso a través de la religiosidad popular, a nivel moral por su solidaridad y a nivel político en su tendencia a la integración. En la base de estos aspectos subyace una “racionalidad sapiencial”, la cual es englobante y no parcial, es comunitaria y no individual y busca la construcción de la “patria grande”.

PALABRAS CLAVES:

- Poder - pueblo - unidad - racionalidad sapiencial – integración

¹¹⁰⁵ Entiéndase el concepto “poder” de manera ambigua: poder para oprimir o poder para liberarse de dicha opresión. De ambos modos estará expresado en el presente trabajo.

INTRODUCCIÓN

En los países que conforman América Latina –además de la conciencia de identidad nacional– existe una clara conciencia de identidad latinoamericana. Consecuencia de una misma historia: donde se comparten alrededor de tres siglos de dominación europea, las guerras por la independencia en las que muchos criollos de diferentes regiones se vieron hermanados en la lucha, el mismo idioma (en la mayoría de los países), la religión y determinadas experiencias sociales, culturales y económicas comunes.¹¹⁰⁶ Ya lo decía Simón Bolívar en su *Carta de Jamaica* en 1818, cuando afirmaba que era una idea brillante pretender formar del Nuevo Mundo una única nación, ya que cuenta con un mismo origen, una lengua en común, costumbres similares y una religión.¹¹⁰⁷

En el presente trabajo intentaremos exponer nuestro análisis sobre diversos ámbitos de la vida de los latinoamericanos (y los valores que conllevan), cuya toma de conciencia consideramos crucial para la construcción de un futuro mejor. Hemos descubierto, gracias al aporte de numerosos filósofos –que desde hace décadas trabajan en este campo de investigación–, que dichos ámbitos esconden, pero a la vez manifiestan, en sus símbolos, gestos, actitudes e intenciones, su verdad más profunda: una racionalidad propia y particular, producto de la fusión de razas y culturas. Racionalidad que se expresa religiosa, moral y políticamente más humana que otras racionalidades y que contiene el poder de cambiar la situación de división, pobreza y opresión por una realidad más integradora y liberadora de los pueblos latinoamericanos.

Tomaremos como base de nuestro análisis el pensamiento del filósofo argentino Juan Carlos Scannone en relación con otros filósofos del “Nuevo Continente” quienes vienen reflexionando *de y desde* Latinoamérica hace ya mucho tiempo.

¹¹⁰⁶ Cf. J. Larrain. *Identidad y modernidad en América Latina*. México: Ed. Océano. 2004. 17.

¹¹⁰⁷ Cf. S. Bolívar. “Carta de Jamaica” (1818). en *Escritos políticos*. Ed. Alianza. 1975, citado en A. A. Roig. *Teoría y crítica del pensamiento latinoamericano*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica. 1981. 56-57. No obstante, el mismo Bolívar consideraba casi imposible la concreción de tal idea en su época, debido a las circunstancias diversas de cada pueblo, al clima diferente y a los intereses opuestos de los habitantes de estas tierras. La religión a la que se refiere Bolívar es la católica (ya que ella ha ocupado un lugar preponderante en la historia de Latinoamérica). En la actualidad la pluralidad religiosa presenta nuevos desafíos y nuevas reflexiones. Abordaremos este tema en el primer apartado.

PODER ESPIRITUAL

En América Latina experimentamos a nivel religioso un fenómeno denominado por muchos como “religiosidad popular”; lo entendemos como un concepto que abarca una realidad amplia la cual engloba a diferentes religiones o, incluso, a manifestaciones religiosas que no pertenecen de manera específica a ninguna religión en particular ni son exclusivas de Latinoamérica, aunque aquí se den de un modo determinado. Dicha “religiosidad popular” se manifiesta en numerosas expresiones de fe de los pueblos latinoamericanos. Algunos pensadores –como Cristián Parker– resaltan la “otra lógica”, en relación con la cartesiana o positivista, de la “religiosidad popular”, la cual es más bien seminal, sapiencial simbólica, emocional.¹¹⁰⁸ Además, la revalorización histórica y teológica del sincretismo como hecho y como categoría de interpretación es también característico de esta religiosidad. Y es posible observar que en su mística o espiritualidad casi siempre el sujeto es colectivo, donde los carismas o dones particulares son parte enriquecedora de la vida de la comunidad.

Según Scannone, la “religiosidad popular” resistió y superó los embates de la Ilustración y su consiguiente secularismo. En muchos casos logró una verdadera “fusión cultural” con aportes de la Modernidad. En la “religiosidad popular” encontramos una unidad entre el sentido de la trascendencia y la cercanía divina, de la fiesta y los dones gratuitos de Dios, de las devociones a los santos y la sapiencialidad de nuestras tradiciones junto con elementos modernos: una mayor responsabilidad y participación de los fieles (que no sólo se queda en el ámbito de lo religioso, sino también en lo histórico y social), la búsqueda de mediaciones eficaces, el aprecio por nuevas organizaciones religiosas del pueblo, la interpretación popular de la Palabra de Dios escrita (no sólo transmitida oralmente), nuevos estilos más participativos de ejercicio de la autoridad en las iglesias, etc. A ello se añaden componentes posmodernos: un mayor protagonismo de la mujer, formas flexibles y no piramidales de organización en red, la importancia otorgada a la experiencia y al testimonio religioso personal, la revalorización de lo místico, lo mágico y lo milagroso, el nuevo arraigo en las relaciones inmediatas de grupo, etc.¹¹⁰⁹

Existen, además, algunas notas características de la “religiosidad popular” que son comunes a las diferentes religiones: a) su cosmovisión, la cual acentúa la importancia de la

¹¹⁰⁸ C. Parker. *Otra lógica en América Latina: religión popular y modernización capitalista*. Santiago de Chile: Ed. Fondo de Cultura Económica. 1993. 192.

¹¹⁰⁹ Cf. J. C. Scannone, “Situación religiosa actual en América Latina”. en *Cias. Revista del Centro de Investigación y Acción Social* 54: 165. Buenos Aires. 2006.

tierra. Es entendida como “Pacha Mama” en las culturas andinas, como “tierra sin mal” en los pueblos guaraníes, como “terreiro” sagrado en las expresiones culturales y religiosas afroamericanas, o como el barrio o la villa en los sectores suburbanos de las grandes ciudades.

b) Su capacidad de síntesis vital de los diferentes ámbitos de la existencia. c) La relación que establece entre la vida cotidiana, lo sobrenatural, lo social y lo familiar, donde se incluyen a los difuntos. En dicha “religiosidad popular” subyace, también, el valor otorgado a lo “nuestro” (más que a lo “propio”) y a la solidaridad, junto con los instrumentos de manifestación del sentido comunitario: la música, la danza, el aplauso, el abrazo, etc.

En la Iglesia católica estas vivencias se han expresado de diversas maneras: en un comienzo, en las *comunidades de base*, en la catequesis familiar, en diversas organizaciones barriales, etc.; y en los últimos tiempos (aunque no exclusivamente), en el “movimiento de renovación carismática”,¹¹¹⁰ movimiento que para algunos supone la “pentecostalización”¹¹¹¹ de la Iglesia católica. Este comparte con los pentecostales algunos elementos propios de la “religiosidad popular” (como los ya mencionados) y el fácil acceso a lo sagrado, la creencia en la acción del Espíritu Santo en la persona de cada cristiano sin una exclusiva mediación eclesial o sacramental, la pertenencia a un grupo que acoge y acompaña, la “sanación” tanto espiritual como corporal,¹¹¹² etc.

Las creencias religiosas nativas y las denominadas afroamericanas –ya sea por necesidad o por esencia– han asimilado determinadas creencias externas pero sin abandonar lo propio. El nexo de unión que sobresale entre dichas religiones y las anteriores es el *símbolo*. Jesús Guanache –refiriéndose a las religiones afroamericanas– afirma lo siguiente:

“...son portadoras de un acervo cultural que forma parte, seamos conscientes o no, de la inmensa mayoría de los pueblos de América Latina y el Caribe; no constituyen un coto exclusivo para iniciados ni practicantes y mucho menos un gueto para los afrodescendientes. Las implicaciones que tienen estas prácticas en la lengua, las artes escénicas (danzas y teatralizaciones), la música, los instrumentos musicales, las fiestas, el arte culinario, la medicina tradicional, la tradición oral,

¹¹¹⁰ “Es un movimiento de la Iglesia católica, e incorporado a su estructura. La renovación carismática suele tener como vehículo difusor los “grupos de oración”, donde las personas se reúnen periódicamente para orar al Espíritu Santo, leer las Escrituras, ser catequizadas y compartir su testimonio de conversión. Se organizan congresos carismáticos de alabanza (...) En estos congresos (...) se enfatiza la predicación, la oración, la glosolalia, la música, la alabanza, los testimonios de conversión de vida y las sanaciones milagrosas”. http://es.wikipedia.org/wiki/Renovaci%C3%B3n_carism%C3%A1tica_cat%C3%B3lica, 12/12/2010.

¹¹¹¹ Tal denominación se debe a la similitud que presenta en algunos aspectos con los pentecostales.

¹¹¹² Por falta de acceso a la medicación –a causa de la pobreza– muchos recurren a soluciones milagrosas para curar sus enfermedades. La sanación interior y exterior (corporal) está muy presente tanto en la espiritualidad del “movimiento pentecostal” como en la Renovación Carismática. Cabe aclarar que dicho movimiento no es del todo aceptado por numerosos miembros del episcopado y del clero latinoamericanos.

la distribución y uso de los espacios, los *valores simbólicos* y otros componentes de la vida cotidiana serán –tarde o temprano– reconocidas como patrimonio cultural de la humanidad”.¹¹¹³

La importancia otorgada a lo *simbólico* es fundamental para entender el fenómeno de la religiosidad latinoamericana. Además, si reconocemos el valor que lo “afroamericano” –con toda la amplitud y diversidad del término– conlleva para nuestra búsqueda permanente de integración, comprenderemos que la riqueza de las religiones aportadas por los africanos, sus descendientes y otras poblaciones en América, son parte esencial de la memoria colectiva y un claro ejemplo de la unidad en la diversidad.¹¹¹⁴

El fenómeno de la *globalización* (que implica riesgos y dificultades para el hombre de hoy, y también aporta connotaciones positivas a nuestras culturas) no sólo favorece el conocimiento de las diferentes religiones –por ejemplo a través de Internet–,¹¹¹⁵ sino que permite la práctica generalizada de la “religiosidad popular”. Surgen así nuevos desafíos en Latinoamérica que, en favor de una mayor integración de los pueblos, culturas y religiones debemos asumir. La “religiosidad popular”, característica que trasciende las fronteras que tales determinaciones imponen de manera inconsciente a nuestro imaginario, puede ser (desde nuestro punto de vista) un valor a considerar en la reflexión acerca de la propia identidad y en la búsqueda de consensos para una mayor integración de América Latina, otorgando importancia a lo nuestro, a lo propio, a lo que nos caracteriza y nos une.

Por tales motivos, la “religiosidad popular” –que incluye en sí misma una gran diversidad de creencias y expresiones religiosas– no debe ser un factor de desunión sino de integración de los pueblos latinoamericanos. Para lograr esto es necesario asumir que “identidad común” no significa homogeneidad, sino aceptación de la diversidad. La identidad implica un conjunto de rasgos propios de un individuo o de una colectividad, que los caracteriza frente a los demás; pero *ad intra* de dicha colectividad es lógico que existan diferencias.

Scannone, citando a expertos en temáticas religiosas, afirma que la religión es un elemento simbólico indispensable en la vida del ser humano, sobre todo en momentos de crisis, y que hoy el fenómeno religioso, en permanente reorganización, puede seguir dando esperanzas al hombre sumido en la desesperación de las crisis y sin sentido de la vida.¹¹¹⁶ Esto

¹¹¹³ J. Guanche. “Las religiones afroamericanas en América Latina y el Caribe ante los desafíos de Internet”. en A. Alonso. (comp.). *América Latina y el Caribe. Territorios religiosos y desafíos para el diálogo*. Buenos Aires: Ed. CLACSO. 2008. 290. La cursiva es nuestra.

¹¹¹⁴ Cf. *ibid.*, 280.

¹¹¹⁵ Cf. *ibid.*, 285.

¹¹¹⁶ Cf. J. C. Scannone. “Situación religiosa actual en América Latina”. 167.

es válido y aplicable en Latinoamérica: aquí lo que en apariencia puede presentarse como negativo, es en el fondo positivo; lo que algunos, interesados en la desintegración de nuestros pueblos podrían utilizar como herramienta de división, debemos usarlo nosotros como herramienta de unión. Para esto, en el proceso de construcción de la propia identidad se hace necesario rescatar la historia compartida y mirar hacia el futuro. La integración es una tarea ardua pero no irrealizable. En la medida que reconozcamos los valores comunes –como la “religiosidad popular”– que enriquecen nuestra historia (nuestra historia en común), y el poder que los mismos encierran, podremos seguir avanzando en la construcción de la propia identidad y en el proceso de integración de los pueblos latinoamericanos.

PODER MORAL

Tal como hemos afirmado antes, para algunos filósofos existe en América Latina una lógica propia, que podríamos caracterizar como lógica de la gratuidad. El planteo a partir de la óptica de dicha lógica comenzó a desarrollarse con el análisis de las actitudes, la simbología cultural, literaria y las instituciones populares latinoamericanas –ya sean indígenas, tradicionales o modernas– que conllevan valores, tales como: libertad, reciprocidad, gratuidad y solidaridad.¹¹¹⁷

IMPORTANCIA DE LA SOLIDARIDAD PARA LA IDENTIDAD LATINOAMERICANA EN TIEMPOS DE GLOBALIZACIÓN

Dentro de las características fundamentales de la modernidad latinoamericana podemos encontrar la amplia extensión de la marginalidad social y de la economía informal. Más allá del evidente progreso de los procesos de modernización y el dinamismo del capitalismo en América Latina, los mismos jamás han alcanzado a la mayor parte de la comunidad. Una gran proporción de la población no tiene la posibilidad de acceder a un trabajo formal y por tal motivo se ven obligados a sobrevivir con tareas comerciales insignificantes o casuales y como consecuencia quedan relegados en un contexto de exclusión y marginalidad. Cerca de un tercio de la población de las principales urbes latinoamericanas no tiene empleos apropiados,

¹¹¹⁷ Cf. J. C. Scannone. “Institución, Libertad, Gratuidad”. en *Stromata* 49: 239-240. Buenos Aires. 1993.

carece de ingresos regulares y vive en “villas miserias” ubicadas (la mayoría de ellas) en la periferia de las grandes ciudades, en condiciones de absoluta pobreza, constituyendo de esa manera una subclase social.

Las subclases surgieron en Latinoamérica junto al proceso de urbanización que tuvo su génesis en la década de 1930 y se aceleró a partir de 1960. En los últimos años, de hecho, la población urbana aumentó de manera extraordinaria. Este fenómeno difiere radicalmente de la urbanización europea, ya que mientras en el “Viejo Continente” la misma se produjo por la atracción de la industrialización interna, por el contrario, en América Latina fue –y es– resultado del atraso y el aumento de la pobreza en las zonas más despobladas y en el campo. Por tal motivo el sector que mayor crecimiento numérico ha experimentado últimamente en las ciudades es el llamado sector terciario junto con el sector informal. La economía se presenta incapaz de absorber a la enorme multitud de desempleados, cuyo número aumenta año tras año. Por lo general muchos gobiernos de turno mienten a través de estadísticas falsas sobre el desempleo tomando como referencia incluso a quienes han trabajado sólo unas pocas horas durante el mes anterior.

Existe en América Latina un agravante que complica aún más la situación, y es (en varias naciones) la ausencia de un Estado de bienestar eficaz y universal como en los países desarrollados. La carencia de la seguridad social o del seguro de desempleo es una realidad en casi toda Latinoamérica, y los beneficios que ofrecen esos Estados son inadecuados y a veces irrisorios. Esto se debe mayormente a los sucesivos recortes en el gasto público que conlleva una degradación cada vez mayor en el nivel de vida de la gente.

Ahora bien, en medio de tanta desazón producto de la marginalidad y la falta de seguridad social, nos encontramos con actitudes propias de los que padecen la pobreza y la exclusión social, que si bien son consecuencia de la situación en la que viven, reflejan valores humanos dignos de admiración. Dichas actitudes son: el surgimiento de la economía informal (trueque), de organismo privados, ya sean cocinas populares (ollas populares), cooperativas de trabajo, etc., como también prácticas de solidaridad, reciprocidad, gratuidad y ayuda mutua.

Jorge Larraín asegura que tanto el fenómeno de la exclusión como el de la solidaridad provocan consecuencias importantes en el proceso de construcción de identidad en diferentes sectores de la población latinoamericana. Mientras que el primero es causa de pasividad y conformismo frente a un mundo hostil, injusto e inevitable, el segundo es una salida posible a tal situación, ya que a través de la solidaridad y ayuda mutua los individuos se sienten

acompañados y con mayor fortaleza en la lucha por sobrevivir. Estaríamos en definitiva frente a dos caras de la misma moneda.¹¹¹⁸

Sin caer en el esencialismo (por entender la identidad como un proceso en construcción) diferimos de Larrain ya que consideramos que tanto la pasividad, producto de la exclusión, como la solidaridad, gratuidad y reciprocidad son actitudes que han estado presentes en la cultura latinoamericana desde hace mucho tiempo y no sólo un producto de las circunstancias actuales. La idea del “destino” más cercana a la Moira griega que a la religión cristiana (que está aún presente en la conciencia de los latinoamericanos), tiene como antecedente remoto al pensamiento mítico de los pueblos originarios de América. Muchas de las comunidades nativas, al menos aquellas que han dejado como legado expresiones artísticas o mitológicas, (o artístico-mitológicas) coincidían en una concepción de la historia como catástrofe y destino, manifestada precisamente en tales expresiones. Entendían que todo había sido preordenado y predeterminado. La actitud que dicha visión de la vida y de los acontecimientos históricos conlleva es de pasividad y conformismo. Aunque tal actitud no mitiga el dolor, permite al menos enfrentarlo con resignación y estoicismo, y eso es lo que se manifiesta en canciones y poemas de algunas culturas nativas. El mundo mítico que caracteriza a estos pueblos está muy lejos de la lógica de progreso de los europeos. Creemos importante resaltar que aún hoy perduran en muchos latinoamericanos actitudes de pasividad y conformismo frente a la invasión cultural, económica, política, etc., de los países desarrollados.

Por su parte, la solidaridad –valor que comparten muchos latinoamericanos y que es consecuencia de la lógica de la gratuidad– también hunde sus raíces –como causa remota– en la idiosincrasia de los pueblos indígenas, de las culturas afroamericanas y en los principios evangélicos del cristianismo. La racionalidad que conduce a vastos sectores de la sociedad latinoamericana a tener las actitudes mencionadas es más respetuosa de los derechos humanos y de la dignidad de las personas que la racionalidad instrumental propia de la modernidad europea, y puede ser un importante aporte a un mundo globalizado donde suelen prevalecer más bien gestos individualistas y mezquinos.

FUNDAMENTACIÓN DEL VALOR DE LA SOLIDARIDAD EN LA “OTRA RACIONALIDAD” A PARTIR DE LA HISTORIA DE AMÉRICA LATINA

¹¹¹⁸ Cf. J. Larrain. 245.

Según Aníbal Quijano en América Latina se puede observar una razón histórica diferente de la razón instrumental europea, dicha razón latinoamericana tiene en cuenta los fines más que los medios, la liberación más que la dominación. En las raíces mismas de la cultura latinoamericana existía un concepto diferente de lo público y lo privado. “Las comunidades indias representaban ‘un entorno único, caracterizado por la reciprocidad, solidaridad, democracia y sus correspondientes libertades’, y éstas eran privadas. Aunque de manera explícita Quijano expresa que no aboga por un regreso a ‘una vida agraria comunal’, de todos modos sostiene que ‘el sector privado socialmente orientado y su esfera pública no estatal’, que se encuentran en las comunidades primitivas andinas, pueden servir como base para una razón no instrumental y ‘mostrarnos la puerta del callejón sin salida en el cual nos metieron los ideólogos del capital y del poder’”.¹¹¹⁹

Para Quijano es posible hacer realidad el sueño de una razón alternativa, la cual proviene del pasado y tiene su origen en las comunidades indígenas pero sigue vigente en el presente. El pasado latinoamericano es, o puede ser, una vivencia del presente, no su nostalgia. El mismo conlleva una racionalidad alternativa frente a la racionalidad instrumental que intenta imponerse.¹¹²⁰ “Esta racionalidad diferente, basada en la solidaridad, el esfuerzo colectivo y la reciprocidad, permanece viva en la masa de los pobres urbanos, en sus cocinas populares, en sus cooperativas y en sus formas de organización para sobrevivir”.¹¹²¹

Por su parte Cristián Parker encuentra en América Latina una cultura popular con contenido religioso (religiosidad popular) que se expresa como una auténtica contracultura de la modernidad. Dicha contracultura tiene una actitud ambivalente frente a la modernidad: por un lado, es antimoderna, ya que se opone a lo que la modernidad y su racionalidad instrumental conllevan de alienante y deshumanizante, por otro, es promoderna porque acepta y acoge lo que la modernidad contrajo como avance para una mejor calidad de vida y como posibilidad de satisfacer las necesidades básicas del hombre.¹¹²²

De todas maneras Parker entiende esta contracultura como una forma diferente de sentir, pensar y obrar con respecto a la racionalidad ilustrada, la entiende, también, como “otra lógica”. La estructura de pensamiento que subyace en este nuevo paradigma no es moderna, aunque tampoco mítico-tradicional, sino que resulta “sincrética”. Tal sincretismo es –para

¹¹¹⁹ *Ibid.* 181-182.

¹¹²⁰ Cf. A. Quijano. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima: Ed. Sociedad Política. 1988. 62.

¹¹²¹ J. Larrain. 182.

¹¹²² Cf. C. Parker. 198-199.

Parker– un proceso simbólico que construye y reconstruye representaciones colectivas, tomando elementos viejos y nuevos y estableciendo con ellos una nueva síntesis.¹¹²³

De este modo es como Parker replantea la identidad latinoamericana, e incluye como base de dicha identidad al cristianismo. Defiende que en el núcleo de la cultura popular latinoamericana se puede encontrar el dinamismo de la fe cristiana, no de manera exclusiva pero si decisiva. Es ese núcleo el que desea proyectar hacia el futuro. En América Latina los intentos de imposición de la racionalidad instrumental han fracasado dando paso al cristianismo popular, a una antropología vitalista cuyo objeto es el hombre integral fundado en una praxis de “amor-solidaridad”. De esa manera el cristianismo plantaría los cimientos para una nueva civilización latinoamericana de los tiempos futuros.

Al planteo de Parker se puede agregar el de Scannone, para quien también es válido hablar de “otra lógica”, haciendo referencia a la “racionalidad sapiencial latinoamericana”, aunque Scannone no considera que la “racionalidad sapiencial” sea propiedad exclusiva de los latinoamericanos.

La hipótesis de Scannone consiste en que la cultura latinoamericana es capaz de reubicar de manera sapiencial la racionalidad instrumental, respetando su autonomía y especificidad. Tal capacidad se funda en que esa cultura es fruto de un fecundo mestizaje cultural y consecuentemente abierta a ulteriores mestizajes. De hecho, la misma se ha mostrado ya capaz de crear verdaderas síntesis vitales en la unidad de las diferencias.

Dicha reubicación de la racionalidad instrumental es posible ya que la sabiduría popular latinoamericana es también una racionalidad. Aunque implica una racionalidad más englobante “arraigada en el suelo cultural, éticamente orientada a la justicia (...), pero que no por ello deja de ser verdadera racionalidad humana”.¹¹²⁴

Porque el “logos sapiencial” es racional, puede pensarse con sus características de identidad, inteligibilidad, necesidad y universalidad, las cuales también caracterizaron al “logos” griego e hicieron posible el nacimiento en occidente de la racionalidad científica instrumental. Cuando hablamos del “logos sapiencial” nos referimos a una universalidad situada, y no descontextuada neocultural y éticamente. Dicho logos está abierto a las diferencias de espacios culturales y a la libertad y novedad históricas, y no a una necesidad totalmente formalizable en funciones matemáticas o dialectizable en leyes dialécticas. “Se trata de una inteligibilidad determinada, pero cuya determinación no es solamente negativa,

¹¹²³ Cf. *ibid.* 192.

¹¹²⁴ J. C. Scannone. “La racionalidad científico-tecnológica y la racionalidad sapiencial de la cultura latinoamericana”. en *Stromata* 43: 157. Buenos Aires. 1981.

como la de un mero caso de una ley general o como la negación dialéctica de la negación, sino de una determinación positiva; se trata –en fin– de una identidad no abstracta ni dialéctica, sino de una identidad plural, que vive en el respeto de las diferencias. Aunque es un ‘logos sapiencial’ no es ingenuo, sino crítico, pues es principio de discernimiento”¹¹²⁵

Para Scannone es posible reubicar sapiencialmente la filosofía otorgándole tanto arraigo cultural como orientación ética a partir de la sabiduría popular, sin necesidad de la pérdida de racionalidad científica. Incluso “debe ser posible reubicar sapiencialmente la racionalidad científico-tecnológica en el proceso concreto histórico-cultural”.¹¹²⁶ No obstante, el filósofo argentino aclara el carácter hipotético de su teoría y la falta de elaboración de conceptos suficientes para el desarrollo de esta idea.

A diferencia de muchos autores latinoamericanos contemporáneos que defienden la idea de que el futuro de América Latina depende de la fidelidad a determinadas actitudes o principios indígenas, que han sido olvidados o rechazados (tanto por la razón instrumental como por las elites ilustradas o los intentos modernizantes del neoliberalismo), porque los mismos constituyen un tipo de verdad diferente de racionalidad; consideramos que hablar de identidad es hablar de un constructo, y que por ende, no todo está dicho. Es cierto que buena parte de dicha identidad deriva de las comunidades indígenas precolombinas pero no se puede obviar a la historia de Latinoamérica en su conjunto. Tampoco adherimos al “esencialismo cristiano”, si así se lo entiende (de hecho Larrain acusa a Parker y a Scannone de esencialistas), pero estamos de acuerdo en que el cristianismo tiene mucho que ver con la “lógica de la gratuidad” de donde se deriva el “ser solidario”.

Por eso valoramos el legado de las culturas tanto indígenas como afroamericanas y valoramos también la herencia cristiana y la fusión de ambas en la construcción histórica de la identidad de América Latina. Reconocemos, por lo tanto, la “otra racionalidad” (que se expresa en las actitudes de numerosos sectores de la población) como base para la construcción de un futuro mejor. Estos valores dignifican a los hombres y a los pueblos latinoamericanos y otorgan dignidad a toda la humanidad, por ser parte de la misma.

La globalización –en la que estamos inmersos y de la que somos partícipes– no es un obstáculo para el desarrollo de dicha racionalidad, sino todo lo contrario, la fluida interculturalidad puede convertirse en la vía de transmisión para el mundo entero (gran parte

¹¹²⁵ *Ibid.* 157.

¹¹²⁶ *Ibid.* 157.

del cual se ha visto defraudado por la racionalidad tecnico-instrumental) de los valores que dicha racionalidad conlleva, como lo es el valor de la solidaridad.

PODER POLÍTICO

Según Scannone el fenómeno de la globalización es un hecho y una ideología. Hecho en apariencia irreversible que ha sido provocado especialmente por las nuevas tecnologías de la información y comunicación, junto a otras causas menos relevantes. Tales tecnologías influyen de tal manera en la concepción del tiempo y del espacio, que posibilitan un intercambio (incluso económico) simultáneo y sin las barreras de la distancia. Ideología que pretende ser el único modo de pensar y llevar a cabo la globalización basada en los principios neoliberales cuya praxis e interpretación conduce a la llamada nueva cuestión social que tiene como característica fundamental la exclusión social, e incluso la exclusión de naciones o continentes enteros.¹¹²⁷

Uno de los modos de respuesta a la globalización ha sido la creación de *comunidades regionales de naciones* –experiencia que se viene llevando a cabo tanto en Europa como en América Latina desde hace tiempo– que no sólo ha sido posible (cómo lo ha demostrado la experiencia), sino aconsejable. Scannone fundamenta dicho consejo presuponiendo que “...en general, ante la globalización, es más concorde con la ética un escenario de *integración y solidaridad* que uno de fragmentación y conflicto, porque es más *humano*, más *social* y más de acuerdo a la dignidad de pueblos y personas.”¹¹²⁸

La fragmentación conduce muchas veces a consecuencias nefastas como: el enfrentamiento de “todos contra todos”, donde, por supuesto, prima la fuerza del más fuerte por sobre los derechos del débil; o bien, la aceptación de la hegemonía, donde esa lógica permanece intacta. En tal caso las naciones no hegemónicas tendrían que resignarse a mantenerse dentro del marco de relaciones sumisas y acatar las órdenes de quienes tienen en sus manos el poder –sobre todo económico– y el dominio del mundo. Recurrir a algún tipo de reacción individual frente a tal opresión significaría quedar sumidos aún más en la pobreza y

¹¹²⁷ Cf. J. C. Scannone. “Desafíos éticos-sociales de la regionalización en el marco de la globalización”. en *Cias*. 539: 582-583. Buenos Aires. 2004.

¹¹²⁸ *Ibid.* 584.

exclusión, como la experiencia de algunos países lo atestigua. Ahora bien, parece que existe alguna salida, ésta se puede expresar en aquél antiguo refrán “la unión hace la fuerza”. Ciertamente (y la experiencia aquí también es testigo), cuando los países se agrupan tienen mayores posibilidades, dicha unión permite que sean mejor respetados los derechos de los pueblos y sobre todo de los más vulnerables.¹¹²⁹

En América Latina son muchas las razones que aconsejan una regionalización entre los pueblos: la vecindad y el espacio compartido, el valor común de la solidaridad, las mismas raíces culturales, una historia análoga, la religiosidad popular, etc. La vecindad no sólo entendida como espacio físico sino también geopolítico compartido, que, aunque muchas veces ha sido –y es– causa de conflictos, también lo es de unión y solidaridad. Esa solidaridad de la que hablamos se encuentra presente en toda Latinoamérica¹¹³⁰ y es un valor (aunque no exclusivo) propio de nuestros pueblos aplicable también a las relaciones internacionales. “Estamos en vías de aceptar las diferencias entre vecinos no como oposición entre adversarios sino como alteridad que puede enriquecernos a todos en el reconocimiento mutuo y la colaboración hacia un *proyecto comunitario de naciones libres y hermanas*”.¹¹³¹ Nuestro substrato cultural que “desde el punto de vista de la filosofía, es un escenario futuro ética, social y políticamente deseable y realmente posible”,¹¹³² es además una real posibilidad en el momento histórico actual. Desaprovechar tal oportunidad supondría un irracional retroceso de nuestros pueblos. Según Helio Jaguaribe, en esta ocasión la historia está siendo permisiva con nosotros (Argentina, Brasil e incluso América del sur); no obstante, dicha permisibilidad no durará para siempre y tal vez no vuelva a repetirse. Scannone amplía la permisibilidad histórica a toda América Latina, y considera que estamos viviendo un tiempo donde se dan las condiciones y posibilidades de construcción de un futuro mejor en común a partir de la

¹¹²⁹ Cf. *ibid.* 584

¹¹³⁰ Para algunos filósofos existe en América Latina una lógica propia, que se puede caracterizar como lógica de la gratuidad. La solidaridad -valor que comparten muchos latinoamericanos y que es consecuencia de dicha lógica- hunde sus raíces -como causa remota- en la idiosincrasia de los pueblos indígenas y en los principios evangélicos del cristianismo. La racionalidad que conduce a vastos sectores de la sociedad latinoamericana a tener actitudes de solidaridad, reciprocidad y ayuda mutua, es más respetuosa de los derechos humanos y de la dignidad de las personas que la racionalidad instrumental propia de la modernidad europea, y puede ser un importante aporte a un mundo globalizado donde suelen prevalecer más bien gestos individualistas y mezquinos.

¹¹³¹ *Ibid.* 585.

¹¹³² *Ibid.* 585.

creación de una verdadera “Comunidad de naciones”. “Por ello mismo, no se trataría solamente de una unión aduanera o de un mercado común, sino de una comunidad política y cultural, además de económica, jurídicamente institucionalizada, en el mutuo respeto de la autonomía relativa a cada país.”¹¹³³

Ahora bien, aunque el espacio geográfico, la génesis cultural o la historia en común (entre otras cosas) impliquen cierta cercanía, es necesario profundizar en una visión compartida de la historia y en una misma voluntad política. Tales factores darán lugar a un proceso de integración con objetivos definidos en forma comunitaria e instituciones y normas que permitan el alcance de esos objetivos.¹¹³⁴ Es, entonces, necesario e inminente promover –en ocasiones recrear– un imaginario común latinoamericano desde los ámbitos educativos (formales e informales), e incluso por medio de la historia, el arte, la literatura, la religión, los medios de comunicación social, etc. Ese imaginario que de alguna manera ya está presente en la cultura latinoamericana debe ser promovido igualmente en el imaginario político.¹¹³⁵

“Es más obvio el momento ético cuando se habla de la *voluntad política* (de los gobernantes y los pueblos) para llevar a cabo esa ‘visión’, la cual, junto con ésta, dan base para una idea *fuerza estratégica*. Pues dicha voluntad puede ser movida por meros intereses privados, sectoriales, inmediatos, egoístas, o por el bien común nacional y regional, considerado en el mediano y largo plazo”¹¹³⁶

El mismo proceso se constituirá por continuas opciones ético-políticas de acuerdo con las diferentes alternativas, ya que los objetivos se pueden definir democráticamente, o bien, a través de presiones de los más poderosos (personas, empresas, naciones, etc.), o sea, de acuerdo con intereses particulares, o bien, comunitarios. Por eso es necesario prestar especial atención a la ética de las instituciones, ya que las mismas tienen el poder de generar estructuras de interacción basadas en la solidaridad, la mutua cooperación y el bien común, pero también, relaciones anti-éticas de injusticia, violencia y opresión.¹¹³⁷

El deseo de integración es una realidad en numerosos gobernantes de las naciones latinoamericanas. Existe un largo camino recorrido de esfuerzo político mutuo entre los países para lograr dicha integración, pero aún queda mucho por hacer. El diálogo fraterno y la búsqueda del bien común internacional-subcontinental por encima de los intereses

¹¹³³ *Ibid.* 585.

¹¹³⁴ *Cf. Ibid.* 586

¹¹³⁵ *Cf. ibid.* 586.

¹¹³⁶ *Ibid.* 586.

¹¹³⁷ *Cf. ibid.* 586-587.

particulares, resulta indispensable para *poder* lograr el mayor bienestar posible de los pueblos de América Latina.

A MODO DE CONCLUSIÓN

En síntesis, el pueblo latinoamericano, a pesar de su marcada diversidad religiosa, cultural, y política, goza de una unidad básica, la cual se manifiesta a nivel religioso a través de la religiosidad popular, a nivel moral por su solidaridad y a nivel político en su tendencia a la integración. En la base de estos aspectos subyace la “racionalidad sapiencial”, la cual es englobante y no parcial, es comunitaria y no individual, busca la construcción de la patria grande y no la división o la mera unión por intereses económicos como en otras partes del mundo. Aquí la unidad e integración de los pueblos es una necesidad que viene expresándose a través del grito desgarrador de los mártires de nuestra tierra que soñaron con “Nuestra América”. La unidad de nuestros pueblos es una unidad integral por su racionalidad. Es una unidad que, como su racionalidad, tiene incluso la capacidad de incluir a otros pueblos y alcanzar la “quinta raza” o la “Patria grandísima” con la que soñó Vasconcelos.

El poder generado a partir de la toma de conciencia de estos valores que nos unen es imprescindible en nuestra época globalizada, marcada por la amenaza *plurifacética* y *sistemática* de poderes opresores que provienen de intereses extranjeros.¹¹³⁸

BIBLIOGRAFÍA

Bolívar, S., “Carta de Jamaica” (1818). en *Escritos políticos*: Ed. Alianza. 1975. citado en A. A. Roig. *Teoría y crítica del pensamiento latinoamericano*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica. 1981.

Devés Valdés, E., *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Tomo II: Desde el CEPAL al neoliberalismo (1950-1990). 2da edición*. Buenos Aires: Ed. Biblos Politeia. 2009.

Guanche, J., “Las religiones afroamericanas en América Latina y el Caribe ante los desafíos de Internet”. en A. Alonso. (comp.). *América Latina y el Caribe. Territorios religiosos y desafíos para el diálogo*. Buenos Aires: Ed. CLACSO. 2008.

Larrain, J., *Identidad y modernidad en América Latina*. México: Ed. Océano. 2004.

Parker, C., *Otra lógica en América Latina: religión popular y modernización capitalista*. Santiago de Chile: Ed. Fondo de Cultura Económica. 1993.

¹¹³⁸ E. Devés Valdés. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX, Tomo II: Desde el CEPAL al neoliberalismo (1950-1990). 2da edición*. Buenos Aires: Ed. Biblos Politeia. 2009. 123.

Quijano, A., *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima: Ed. Sociedad Política. 1988.

Roig, A. A., *Teoría y crítica del pensamiento latinoamericano*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica. 1981.

Scannone, J. C., “La racionalidad científico-tecnológica y la racionalidad sapiencial de la cultura latinoamericana”. en *Stromata* 43. Buenos Aires. 1981.

Scannone, J. C., “Institución, Libertad, Gratuidad”. en *Stromata* 49. Buenos Aires. 1993.

Scannone, J. C., “Desafíos éticos-sociales de la regionalización en el marco de la globalización”. en *Cias. Revista del Centro de Investigación y Acción Social* 539. Buenos Aires. 2004.

Scannone, J. C., “Situación religiosa actual en América Latina”. en *Cias. Revista del Centro de Investigación y Acción Social* 54. Buenos Aires. 2006.

http://es.wikipedia.org/wiki/Renovaci%C3%B3n_carism%C3%A1tica_cat%C3%B3lica.

12/12/2010.

ABSTRACT

Although its strong and marked religious, cultural and political diversity, Latin-American people enjoys a basic unity that is shown at a religious level through popular religiousness, at a moral level by its solidarity, and at a political level through its tendency to integration. Based on these aspects, it underlies a “sapiencial rationality”, which is inclusive and not partial, communitary and not individual, and looks for the building up of a “great nation”.

KEY WORDS:

Power - People - Unity - Sapiencial Rationality - Integration

MERCADOS PÚBLICOS DO PAMPA: A permanência no lugar do consumo

Guilherme Rodrigues Bruno

Instituição de origem: Programa de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da
Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: guilhermebruno514@hotmail.com

O autor: Guilherme Rodrigues Bruno é arquiteto e urbanista, graduado (2003) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Possui também curso técnico em Desenho Industrial (1995) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IF-Sul); graduação em Formação Docente (2009), pelo IF-Sul; especializações em História do Brasil (2006) e Gráfica Digital (2006), bem como mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, todos pela UFPEL. Trabalhou como Assessor Técnico da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Pelotas (2001-2004); Professor Substituto do IF-Sul (2007-2008) e, atualmente, ocupa o cargo de Arquiteto da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Bagé, desde 2009.

MERCADOS PÚBLICOS DO PAMPA: A permanência no lugar do consumo

Resumo:

O presente artigo se constitui num estudo interpretativo sobre os mercados públicos tradicionais da região do Pampa, usando como caso piloto os mercados públicos de Buenos Aires, na Argentina. A partir desse recorte, se propõe realizar uma interpretação dos fenômenos de consumo urbano, especialmente no tocante à construção, percepção e uso do espaço, utilizando uma abordagem transdisciplinar e transparadigmática. Palavras-chave: mercados públicos, comércio, consumo, evolução urbana.

INTRODUÇÃO

Nem só de pragmatismo político ou financeiro de ocasião são feitos os projetos de ambientes comerciais. Sonhos e utopias também acompanham o pensamento de seus idealizadores ao longo da história, como foi o caso do arquiteto florentino Antonio di Pietro Averlino, o *Filarete*, que, no século XIII, projetou o mercado de sua cidade ideal, *Sforzinda*. Com sistema completo de serviços, do abate de animais para a venda da carne à saciedade dos prazeres carnis, o mercado ideal de Filarete contaria com espaços para abatedouro, açougue, prostíbulo, tabernas e banhos. Ao redor do pátio interno, onde ocorreria a venda de frutas e verduras, além do tradicional peristilo de colunas, um canal com água corrente ajudaria a fazer a limpeza “automática” dos dejetos e, ao centro, haveria uma Igreja. Os planos de *Sforzinda* fazem parte do *Trattato di Architettura*, de Filarete, e nunca chegaram a ser executados, embora talvez tenha inspirado intervenções em cidades italianas em expansão na época, como Milão e Veneza.

Na virada do século XIX para o XX foi a vez de Ebenezer Howard sonhar com um modelo ideal de espaço comercial, em sua utópica “cidade jardim”. Suas ideias de controle comunitário sobre esses espaços seriam o pesadelo dos economistas iberais da atualidade, pois Howard chegava a sugerir que os comerciantes atuassem como “funcionários públicos” da municipalidade. Portanto, não só sua *arcada* comercial pública seria o único espaço possível de mercadejar, como os próprios comerciantes também seriam “públicos”. Seu direito à exploração da atividade seria regulado pela aprovação ou rejeição comunitária, e não exatamente pela burocracia, nas palavras do autor, esses comerciantes “não estariam ligados à rotina oficial e teriam os direitos e poderes totais da iniciativa”¹¹³⁹.

Por fim, na década de 1930 se proliferaram por todos os Estados Unidos as chamadas *Market*

¹¹³⁹ CHOAY, Françoise. O Urbanismo. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 225.

Farmers, sendo a de Los Angeles a pioneira. Como reação à crise de 1929, esses equipamentos, armazéns coletivos de venda a varejo, ajudaram a reduzir os custos com deslocamentos e controlar a especulação monetária dos demais estabelecimentos, intermediários entre a fazenda e o consumidor. Entretanto, o modelo das *Market Farmers* só se sustentaria plenamente em pequenas povoações. Como disse Paul Claval¹¹⁴⁰ “nas sociedades amplas e numerosas a situação é outra: o equilíbrio só é possível pela criação de instituições que autorizam a troca ampliada, limitam as tensões que dela resultam, mas levam em si a tentação do poder e necessitam a definição de arquiteturas complexas.”

No entanto tal definição normalmente não ocorre atualmente, em especial nos países da América Latina. Dentro do ambiente urbano, complexidade arquitetônica e pragmatismo econômico disputam uma queda de braço onde normalmente a primeira sai derrotada. As consequências desse jogo são conhecidas:

Embora (...) o projeto do estabelecimento seja um fator importante na otimização dos negócios, a ênfase na administração e operação (que inclui publicidade e propaganda) ocorre em detrimento da qualidade arquitetônica e da sua inserção na cidade. Parece que mercado, aqui usado como população com poder de compra, e mercado como espaço físico perdem a sua relação umbilical. A cidade, como espaço físico, parece pouco se importar com o avanço do grande capital imobiliário e às vezes mercantil.

Esse capital, por sua vez, pode prescindir da cidade, pois as novas tecnologias e os meios sofisticados de comunicação e transporte podem criar e recriar as localizações necessárias ao seu pleno desenvolvimento. O espaço público do comércio torna-se privado. Reforçam-se os códigos de comportamento e indiretamente seleciona-se o público-alvo.¹¹⁴¹

O advento dos modernos equipamentos de consumo urbano teve efeito tão avassalador sobre as cidades tradicionais, iniciando o caos urbano que compromete a qualidade de vida na maioria das grandes cidades mundiais. A concentração dos equipamentos fornecedores dos recursos básicos de provimento à vida, obriga as populações a realizarem deslocamentos diários para os quais não foram previstas vias nem meios de transporte. Por outro lado, grandes extensões de terra ficaram restritas quase que totalmente ao uso residencial, sem equipamentos comerciais capazes de congrega a comunidade local, como faziam os mercados públicos e comunitários:

O comércio desde muito convive com a idéia da diversidade, que é fundamental para a vida das cidades. Bairros inteiros construídos de uma só vez, com uma só função, como *dos shopping center* ou supermercados, impõem uma simplicidade sufocante, como um discurso unívoco, autoritário. Erroneamente, devido à frequência com que

¹¹⁴⁰ CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores S.A., 1979, p. 15.

¹¹⁴¹ VARGAS, Heliana Comin. Espaço terciário: O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001, p. 269-270.

estes estabelecimentos comerciais vêm surgindo nas cidades de todo o mundo, define-se toda forma de comércio a partir desses valores. Na verdade, estes modelos surgiram muito depois de outras formas tradicionais de troca, que se mesclavam com a própria história da cidade.¹¹⁴²

Acompanha o resgate memorial dessas noções primordiais o princípio geral de que cada cidade é constituída por um delicado processo de acomodações, sociais e econômicas, que não podem ser inventadas da noite para o dia. Por outro lado, também não se deve imaginar que as cidades possam se resolver ao acaso, sem que hajam intervenções para fazê-las funcionar. Em Buenos Aires, por exemplo, é significativa a diferença entre a pobreza da metade sul, desprovida de mercados públicos desde sempre, e a pujança da metade norte, estrategicamente atendida por esses e outros equipamentos públicos, desde o século XIX, quando ainda não se sabia qual seria sua sorte futura. Na realidade, desde a Roma antiga a história comprova que não há mão invisível do mercado pronta para fazer a cidade luzir como se fosse encantada¹¹⁴³, ao contrário, se as comunidades não se autodeterminarem serão esmagadas pelo “coturno invisível” do mercado.

A administração do espaço e sua divisão em domínios oferece assim uma via para limitar, na escala de cada cidade, (...) as coações que pesam sobre o indivíduo na nação moderna. A ordenação do espaço não é fundamentalmente um problema de estética, de proteção dos locais e de harmonia das paisagens. Sua significação é mais profunda: ao limitar estritamente as empresas sobre as quais as organizações exercem seu poder, ao oferecer espaços públicos onde são possíveis a vida e os encontros fora dos quadros institucionalizados, ao dar às famílias alojamentos onde podem escapar à pressão coletiva e às exigências do trabalho, restaura-se, na vida moderna, a parte de liberdade real que a proliferação das grandes organizações ameaça.¹¹⁴⁴

O planejamento participativo, sempre lembrado como solução para muitos males da cidade atual, já não pode oferecer as mesmas garantias de outrora. Os especuladores imobiliários, com ajuda da mídia, transferem seus mecanismos de *lobby* de dentro dos gabinetes governamentais para as ruas, e seduzem a opinião pública com simulacros digitais de amplos estacionamentos, fachadas monumentais e fluxos controlados:

Modelo de antecipação dirigida, o hipermercado (sobretudo nos Estados Unidos) preexiste à aglomeração; é ele que provoca a aglomeração enquanto que o mercado tradicional estava no coração de uma cidade, local onde o campo e a cidade vinham conviver em conjunto. O hipermercado é a expressão de todo um modo de vida do qual

¹¹⁴² RENNÖ, Raquel. Do mármore ao vidro: Mercados públicos e supermercados, curva e reta sobre a cidade. São Paulo: Annablume, 2006, p. 23.

¹¹⁴³ Numa dupla referência, às célebres frases de Adam Smith, em *A Riqueza das Nações* e de Karl Marx, em *O Manifesto Comunista*.

¹¹⁴⁴ CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores S.A., 1979, p. 66.

desapareceram não apenas o campo mas também a cidade, para dar lugar à aglomeração.¹¹⁴⁵

Essa última dimensão conflituosa, entre as utopias urbanas e os simulacros comerciais, entre o mercado público e o hipermercado, que apresenta-se com ainda maior crueza nos países da América Latina é o problema da pesquisa que deu origem a esse artigo. Sua hipótese original é a de que não há redenção da autonomia humana que seja possível dentro dos lugares de comércio sem que os valores originais da atividade comercial sejam recuperados. Em âmbito urbano-espacial isso significa planejar e projetar fora da lógica segundo a qual a melhor cidade é aquela que mais facilmente se consome. Ao invés disso, ambicionar a cidade que mais facilmente se reproduz, como um organismo vivo em busca da sua sobrevivência.

Assim como a melhor população biológica não surge da pura e simples eliminação (consumo) dos espécimes inadaptados a um dado momento, a preservação da mais ampla diversidade de células originais – sequências de *DNA urbano*, como são os mercados públicos – é, também para as cidades, a melhor garantia de sobrevivência. Dessa metáfora biológica parte a reflexão do próximo capítulo, com a qual se pretende sugerir que os mercados públicos preservam consigo não apenas uma antiga e ultrapassada forma de consumir *na cidade*, mas, sobretudo, uma promissora e sustentável forma de produzir e consumir *a cidade*.

2. O MERCADO E A CIDADE

O arquiteto Lineu Castello, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com base em seus mais de 20 anos de leitura e investigação científica sobre a percepção de lugar, problematiza a ideia de “não-lugar”, elaborada pelo antropólogo francês Marc Augé. Para Castello¹¹⁴⁶ “os novos lugares criados nas cidades da virada do milênio (aos quais me refiro como ‘lugares de clonagem’) podem se tornar lugares detentores da qualidade entendida como ‘urbanidade’”. Ao contrário do autor francês, que destaca, dentro do mesmo processo, a constituição de ambientes desfavoráveis à produção de experiências existenciais gratificantes, aos quais ele denomina “não lugares”.

¹¹⁴⁵ BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Trad. Maria João da Costa pereira. Lisboa: Relógio d’Água, 1991, p. 99.

¹¹⁴⁶ CASTELLO, Lineu. A percepção de lugar: Repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007, p. 7.

Lineu Castello cunha a expressão “lugar de clonagem” para designar as criações urbanístico-arquitetônicas (*placemakings*) mais bem aceitas pela opinião dos mais amplos espectros da sociedade onde estão inseridas. Por isso mesmo esses “lugares criados” merecem ser reproduzidos (semeados ou, na expressão do próprio autor, “clonados”) mundo afora, qual produtos comerciais, inclusive acompanhados de estratégias de divulgação comercial, chamadas *placemarketing*. O trabalho de Lineu Castello traz uma série de dados e reflexões importantes para uma análise fecunda dos lugares de comércio, dentre o quais os mercados públicos. Não é possível, porém, compartilhar o conhecimento acumulado e exposto em seu livro *A percepção de lugar*, sem antes problematizar suas categorias de análise.

Inicialmente, a idéia de “clonagem”, como metáfora biotecnológica aplicada ao campo da arquitetura-urbanismo, conforme proposto pelo autor, apesar da boa intenção demonstrada em argumentos como “A clonagem biotecnológica pode criar vida; a clonagem arquitetônico-urbanística pode criar lugares onde viver a vida”, o próprio autor adverte que “como no seu correspondente do mundo bio-tecnológico, também a clonagem no reino da arquitetura-urbanismo ganharia conotações de natureza ética, além de técnica.”¹¹⁴⁷. De fato, assim como na biotecnologia, o termo “clonagem”, aplicado à arquitetura-urbanismo, traz consigo a proposta de fazer um “melhoramento genético” das cidades, clonando os melhores “espécimes” de lugares. Porém, assim como na biologia, a clonagem pode reduzir a “biodiversidade” urbana, tornando as cidades mais vulneráveis ao ataque dos “agentes nocivos” que, invariavelmente, atacam os tecidos urbanos.

Mesmo no campo da biologia a clonagem só é admitida no caso de melhoramento da produtividade animal, para aprimorar o controle da rentabilidade comercial dos rebanhos: uma analogia pouco atraente aos princípios de *heterotopia* defendidos por Castello. De fato, seu par oposto, a *privatopia*, muitas vezes se confunde com uma verdadeira eugenia racial, como no caso dos *NIMBYs* estadunidenses, que são movimentos sociais destinados a “defender” o domínio de uma porção territorial, contra a entrada de pessoas e comportamentos desaprovados pela comunidade local.

No extremo, pode-se dizer que toda *privatopia*, assim como no caso dos *NIMBYs*, resguarda um princípio ideológico xenófobo, fascista, eugenista. Se para Pierre Jeudy os relatos de ficção científica sugerem que “a preservação patrimonial teria como finalidade secreta

¹¹⁴⁷ CASTELLO, Lineu. *A percepção de lugar: Repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo*. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007, p. 199.

preparar-nos para situações pós-catastróficas”¹¹⁴⁸, o filme *Os meninos do Brasil*¹¹⁴⁹, em que clones do ditador alemão Adolf Hitler são produzidos pelo médico nazista Josef Mengele, revelam o quanto a preservação sob um princípio eugenista pode ser, ela mesma, catastrófica. Nesse sentido caberia se perguntar até que ponto a clonagem pode ser entendida como uma técnica de preservação, afinal, que outros monstros podem ser criados ao se tentar ajudar a natureza?

2.1 O CASO ARGENTINO

Uma *topoeugenia* traz consigo os mesmos riscos do fenômeno representado pela ficção cinematográfica, com a diferença de ser tentada com frequência no mundo real. Buenos Aires, por exemplo, clonou um “cromossomo” de *shopping center* no DNA de seu *Mercado de Abasto Provedor*, a fim de salvar sua “genética” mal adaptada ao clima econômico de um mundo globalizado, que despontava no início dos anos 1990. A criatura mutante que nasceu daí, no coração do até então pitoresco Bairro de Almagro, espantou alguns dos habitantes tradicionais, num processo de gentrificação urbana criticado até os dias atuais.

Além disso, algumas anomalias físicas podem ser registradas, como uma roda-gigante que se encaixa à curvatura do imenso teto abobadado do antigo Mercado de Abasto, verdadeira jóia arquitetônica da década de 1920, projetada pelo engenheiro José Luis Delpini. O “implante” da roda gigante segue mais um impulso “erótico” *kitsch* do que uma sensibilidade estética, algo como a mulher de três seios (Figura 1) do filme *O Vingador do Futuro*¹¹⁵⁰. Ambos os casos, o da representação cinematográfica e o da intervenção urbanístico-arquitetônica, são representações dos riscos latentes aos abusos de “manipulação genética”, ou seja, o impulso erótico do primeiro é tão inconsequente e imaturo quanto as razões estéticas do segundo.

¹¹⁴⁸ JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2005, p. 17.

¹¹⁴⁹ OS MENINOS DO BRASIL. Direção: Franklin J. Schaffner. Intérpretes: Gregory Peck; Laurence Olivier e James Mason, Roteiro: Heywood Gould. [S.I.]: LWE, 2005. 1 DVD (125 min.), widescreen 16:9 anamórfico, color. Baseado no romance “The boys from Brazil” de Ira Levin.

¹¹⁵⁰ O VINGADOR do Futuro. Direção: Paul Verhoeven. Intérpretes: Arnold Schwarzenegger; Sharon Stone; Rachel Ticotin e Ronny Cox. Roteiro: Dann O’ Bannon, Ronald Shusett e Gary Goldman. [S.I.]: Universal Pictures, 1990. 1 DVD (108 min.), widescreen 16:9 anamórfico, color. Baseado no conto “We can remember it for you wholesale”, de Philip K. Dick.



FIGURA 1: *Pornocenografia* arquitetônica *kitsch* no interior do

Por outro lado, a preservação biológica de células-tronco embrionárias para a recuperação de tecidos danificados na vida adulta oferece uma analogia muito mais interessante, tanto para a medicina, como para a arquitetura urbanística e, ainda mais, para o patrimônio cultural das cidades. É claro que a conservação *criogênica* de *células-tronco urbanas*, como os parques temáticos de Disney, conforme descritos por Diane Ghirardo¹¹⁵¹, também não são a melhor alternativa para os centros históricos, ao menos nos casos em que a vitalidade desses lugares possa ser mantida animada, sem comprometer a integridade física do *material genético*.

Um bom exemplo podem ser as feiras francas de Buenos Aires. Entre 1999 e 2002 a Argentina enfrentou uma verdadeira catástrofe econômica e política que abalou as instituições do país. Descapitalizada, após a malfadada política econômica do presidente Fernando de la Rúa, a população teve que, em muitos casos, se organizar e “reinventar” o sistema produtivo do país. Naquele momento, a reativação dos tradicionais mecanismos de produção e circulação de mercadorias, bem como a reapropriação dos lugares necessários ao seu funcionamento, foi a estratégia traçada nas *asambleas populares*¹¹⁵².

Este movimento político comunitário, de matiz anarco-socialista, germinou em praticamente todos os bairros da capital argentina, sobretudo a partir de 2001, e logo em seguida foi “clonado” nas principais cidades do interior do país. Organizou e ampliou as tradicionais feiras de artesãos e manualistas, nas praças e parques públicos de Buenos Aires, garantindo o sustento de diversas famílias, mesmo após transcorrida a pior fase da crise argentina, permanecendo até os dias atuais. As tentativas de regularizá-las sempre resultam em novas

¹¹⁵¹ GHIRARDO, Diane. *Arquitetura contemporânea: Uma história concisa*. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 48-70. (Coleção Mundo da Arte).

¹¹⁵² OUVIÑA, Hernán. *Las asambleas barriales y la construcción de lo “público no estatal”*: La experiencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Cuadernos del Sur, Buenos Aires, 2004, p. 90. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/levy/05ouvi.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

transgressões, de modo que a relação entre artesãos e manualistas com o poder público é definida por pactos de tolerância, freqüentemente desrespeitados por ambas as partes¹¹⁵³. À revelia do sucesso que fazem junto a turistas e moradores locais, não é incomum presenciar cenas de truculência policial, por exemplo, no desarme da Feira de San Telmo, ao final das tardes de domingo.

Da mesma forma a reapropriação comunitária do Mercado Bonpland segue também um histórico de resistência e organização popular. Até ser ocupado pela população local e servir como sede das reuniões da *Asamblea Popular de Palermo Viejo*, em 2001, o mercado construído pelo Intendente Torcuato de Alvear, em 1914 (Figura 2), estava passando por um processo de abandono e iminente privatização, por parte do seu proprietário e controlador, a Intendência da *Ciudad Autónoma* de Buenos Aires. Liderados, dentre outros, pela arquiteta e moradora local Ines Fernandez, a *Comunidad Vecinal de Palermo Viejo* reivindicou a manutenção e administração comunitária de seu tradicional Mercado.



FIGURA 2: Inauguração do Mercado Bonpland,
em 1914

Além de servir como base para a organização de marchas até a Praça de Maio, para juntar a comunidade do bairro aos demais “piqueteiros” de cada reivindicação em comum, o Mercado Bonpland também serve como instrumento de defesa da economia popular solidária. Em seu

¹¹⁵³ ROTMAN, Mónica. Practicas artesanales en Buenos Aires: La vigencia de las producciones no industriales en las ciudades contemporaneas. *In: Artesanías de América. Revista do Centro Interamericano de Artesanías Populares*. Buenos Aires, N. 51, 2001, p. 64-65.

interior vendem-se produtos originários de outros elos da cadeia produtiva insurgente, como as “fábricas recuperadas” e os assentamentos agrícolas, além de cooperativas igualmente engajadas em projetos sociais, desde ecoagricultores imigrantes até tecelãs ex-detentas.

Bonpland é o único antigo mercado público reconhecido como patrimônio histórico de Buenos Aires, que já teve mais de 40 e hoje ainda possui pelo menos outros 10 necessitando o mesmo reconhecimento. Em Palermo o tombamento não veio à toa, nem de graça: de acordo com relatos dos líderes do movimento, em todas as fases do processo a reivindicação enfrentou objeções e ingerências do poder municipal. Em 2004 finalmente o prédio recebe o reconhecimento histórico das autoridades locais, registrada com a fixação de uma placa de bronze na fachada. Apenas quatro anos depois, a pretexto de executar as obras de reforma do prédio, o governo retira a placa e, alguns meses depois, após remover revestimentos, detalhes ornamentais e todo o mobiliário do interior do prédio a obra é dada como encerrada, sem a reposição da placa. Para a *Asamblea Popular de Palermo Viejo* a intenção da municipalidade era clara: preparar o mercado para uma nova tentativa de privatização. A seqüência é uma nova ocupação e pressão sobre as autoridades, mobilização que provavelmente ninguém esperava, pois em 2008 o Bonpland já não era mais o centro comunitário de resistência à crise do *Corralito*, de alguns anos antes.

Pressionada, a Intendência retoma as obras no interior do prédio, construindo novas instalações para as bancas e, em 2009 finalmente recoloca a placa de bronze que registra o tombamento do Mercado. Na cerimônia de descerramento a polícia se faz presente, tentando executar ordens de inibir o evento (Figura 3), no que foi entendido pelos moradores como uma última tentativa de impedir a apropriação comunitária do lugar.



FIGURA 3: Cerimônia de descerramento da placa alusiva ao tombamento do

Por detrás da trajetória de disputas em torno do Mercado Bonpland transparecem interesses de redes supermercadistas; a divisão dos moradores do bairro após o pior período da crise

argentina, com a conseqüente aversão da burguesia local ao núcleo *anarco-cooperativista* que se formava. Em contraposição, havia uma expectativa negativa quanto à privatização do lugar, alimentada pelo efeito causado sobre outros mercados, como o próprio Abasto, já comentado anteriormente, e o *Ciudad de Buenos Aires*, vendido para a rede de supermercados *Coto* (Figura 4).



FIGURA 4: Antigo Mercado Ciudad de Buenos Aires. Ex-Shopping Spinetto e atual Além disso, os fenômenos político-sociais da nação vizinha reconhecidamente se revestem de um teor passional incomum no Brasil¹¹⁵⁴ (FAUSTO e DEVOTO, 2005, p. 26), o que pode ser usado a favor de análises comparativas, pois os casos estudados lá expõem texturas que, apesar de se repetirem aqui, muitas vezes são “anistiadas” da memória local. Dessa forma, a Praça de Maio, pequeno ponto para onde parecem convergir todas as rotas, não só de Buenos Aires, como de toda nação Argentina, serve de observatório microscópico sobre muitas tensões sociais comuns ao restante da América Latina.

Diante de crises de sub-aproveitamento dos meios de produção, com excesso de mão de obra parada, terras improdutivas, indústrias abandonadas e/ou comércio inoperante a Argentina demonstrou que é sempre bom ter “células-tronco” embrionárias à disposição, para recuperar, por “clonagem”, como sugere Castello, as frágeis tessituras danificadas do organismo econômico global. Os mercados públicos e as feiras livres formam boas amostras desse “material genético” original, ainda preservados no meio urbano.

Conforme pode ser constatado, apesar da economia formal argentina caber dentro da economia subterrânea brasileira, a mendicância por lá é rara, justamente porque na ausência

¹¹⁵⁴ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: 34, 2004, p. 26.

de oportunidades “formais” há mercado para muitas atividades francas¹¹⁵⁵, que por isso mesmo nem sempre se somam ao PIB do país. Há, além disso, bloqueios comunitários à instalação de grandes centros comerciais, como o atual movimento de resistência à construção de um Shopping Center no Bairro de Caballito. O urbanista francês André-Marie Bourlon, responsável por muitas experiências de revitalização urbana em diferentes países, diagnosticou, em seminário proferido na FADU¹¹⁵⁶, que se Buenos Aires tivesse o padrão de abastecimento das grandes cidades brasileiras o sistema de tráfego da capital argentina já teria entrado em colapso.

Mesmo tendo sido fechados a força, na passagem das décadas de 1970 para 1980, os mercados públicos portenhos deixaram o legado do pequeno comércio local, que hoje predomina na cidade. Da mesma forma, alguns daqueles pequenos mercados vão sendo reabertos, como o *Centenera*, no bairro de mesmo nome, e *Uriarte*, em *Villa Crespo* (Figura 5), além do já mencionado Bonpland e muitos outros. Já no Brasil os mercados públicos foram se deteriorando a partir do momento em que passaram a competir com os supermercados, sendo o incêndio do Mercado Central de Salvador (BA), na década de 1960, um caso emblemático. Talvez por não ter sido oficialmente truculenta, a substituição dos mercados públicos por super e hipermercados no Brasil não sofreu resistências comunitárias como na Argentina, onde até hoje exercem importante papel no sistema de abastecimento alimentar urbano.



FIGURA 5: Mercados *Uriarte* (à esquerda) e *Centenera* (à direita), em Buenos Aires.

Em oposição, no fronteiro município de Bagé (RS), por exemplo, é evidente o arrependimento quanto à destruição do Mercado Público da cidade (Figura 6), ocorrida na década de 1950, para dar lugar a um complexo comercial e hoteleiro de vários pavimentos.

¹¹⁵⁵ Atente-se para o fato de que não se tratam de atividades “informais”. No Brasil, a escassez de atividades isentas de tributação não permite a geração de um ramo regular de mercado “franco”, ficando, jogando tanto pequenas manufaturas quanto piratas na mesma vala comum da informalidade.

¹¹⁵⁶ Seminário *Proyecto y Gestión Urbana en Buenos Aires*, promovido pela *Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo* da *Universidad de Buenos Aires*, em agosto de 2009.

Ocorre que, em contraposição ao edifício modernista que fora prometido (Figura 7), a população da cidade rememora o seu antigo mercado, não só em exposições e pinturas murais espalhadas pela Praça Silveira Martins, no Centro da cidade, como também em outras manifestações, individuais e espontâneas. Mais de meio século após a destruição do Mercado Público de Bagé, sua imagem, em fotos, desenhos e até logotipos, decoram as paredes de repartições públicas, estabelecimentos comerciais e até mesmo as residências de alguns moradores, além de ser tema de pinturas e *souvenirs* de “recordação” da cidade. O que chega a ser hilário, pois trata-se de um raro fenômeno, onde o turista pode levar para casa uma “recordação” de algo que ele não viu, nem poderia ter visto. O Mercado Público de Bagé tornou-se uma espécie de “patrimônio imaterial” da cidade.



FIGURA 6: Antigo Mercado de Bagé, em meados de 1940

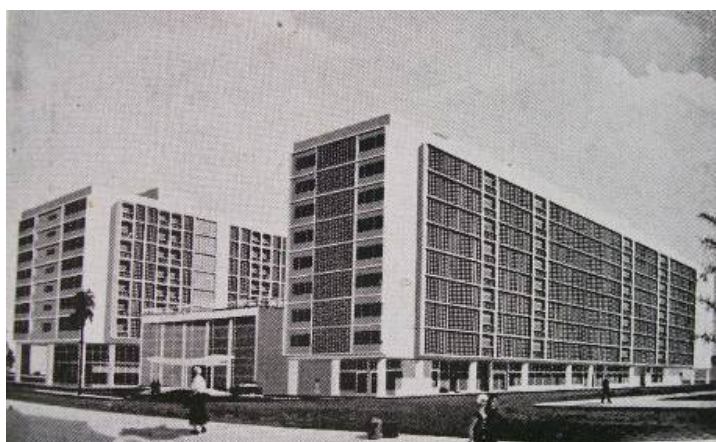


FIGURA 7: Projeto anunciado para o *Cine-Hotel Consórcio de Bagé*

3. PELO LEGADO ORIGINAL DOS LUGARES DE COMÉRCIO

Por sua vez, para o filósofo francês Jean Baudrillard, o conflito entre consumo e autodeterminação humana, que enfim solapou os mercados públicos ao resultar na vitória do primeiro sobre o segundo, não passa de uma transferência das esquerdas por sobre o mundo capitalista. Sua superação não seria necessariamente revolucionária, bastaria que o capitalismo se submetesse à “fórmula tradicional da troca”:

E toda a recriminação que é considerada como pensamento revolucionário volta hoje a incriminar o capital por não respeitar as regras do jogo. (...) como se o capital estivesse ligado por um contrato à sociedade que rege. É a esquerda que estende ao capital o espelho da equivalência, esperando que ele vá virar-se contra este, mas (...) ao mesmo tempo não há necessidade de revolução: basta que o capital se submeta à fórmula tradicional da troca. O capital, esse, nunca esteve ligado por contrato a esta sociedade que domina. É uma feitiçaria da relação social, é um desafio à sociedade e deve ser-lhe dada uma resposta em conformidade. Não é um escândalo a denunciar segundo a racionalidade moral ou econômica, é um desafio a aceitar segundo a regra simbólica.¹¹⁵⁷

Essa “fórmula tradicional da troca” com certeza se faz presente na maioria dos mercados públicos, feiras livres e similares, e suas raízes são profundas. A antropologia econômica demonstra que, mais do que angustiar as pessoas em busca dos últimos lançamentos, a troca, substituição e renovação permanente de objetos acompanha o homo-sapiens desde suas origens como ser social, por isso o comércio se constitui num dos mais valiosos legados da humanidade. Ao contrário do que prega o economista estadunidense Walter Williams¹¹⁵⁸, ferrenho defensor do liberalismo econômico mais ortodoxo, a troca, e não a propriedade, possuiria “valor sagrado” para a humanidade. Essa mudança de enfoque antropológico, do valor estático para o dinâmico, ademais, está de acordo com a percepção e concepção contemporâneas do espaço construído, vide Bruno Zevi¹¹⁵⁹ e Gordon Cullen¹¹⁶⁰, dentre vários outros teóricos da arquitetura, sobretudo no pós-guerra. Essencialmente, pode-se dizer que as propostas arquitetônicas que focam o valor da propriedade privada se chocam com aquelas onde a troca (material ou feérica) é a tônica do partido conceitual.

Segundo Marcel Mauss¹¹⁶¹, foi com os deuses que os seres humanos primeiro estabeleceram relações de troca, uma vez que eles eram “os verdadeiros proprietários das coisas e dos bens

¹¹⁵⁷ BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Trad. Maria João da Costa pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991, p. 24.

¹¹⁵⁸ Em entrevista concedida ao jornalista Luis Fernando Souza Pinto, na Universidade George Mason, para o Programa Milênio, do canal de televisão por assinatura Globo News, transmitido em 21 de março de 2011.

¹¹⁵⁹ ZEVI, B. Saber ver a arquitetura. Trad. Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 50-52. (Mundo da arte)

¹¹⁶⁰ CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Trad. Isabel Correa e Carlos de Macedo. Lisboa: Edições 70, [1983], p. 20-22.

¹¹⁶¹ MAUSS, M. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Edusp, p. 63.

do mundo”. A adoção do tabu do incesto, e a conseqüente fundação da vida em sociedade, teriam feito surgir o culto aos rituais de reciprocidade entre os homens, intermediados por objetos, conforme relata o antropólogo argentino Alejandro Balazote, professor da Universidade de Buenos Aires, com base no trabalho do etnólogo francês:

*La reciprocidad [expresa na troca de “regalos” entre as pessoas] es pues la explicación última de la cohesión comunitaria y es debido a ella que la “antisociedad” se convierte en sociedad (se civiliza?). El “estado de naturaleza” entendido como el aislamiento y como la individuación se supera a partir del reconocimiento del otro (el pacto de Hobes), a partir del establecimiento de vínculos recíprocos.*¹¹⁶²

Naquele momento, Marcel Mauss indica que havia uma *economia do dom*, em oposição à economia de mercado, predominante hoje no mundo ocidental. Esse modelo primitivo de economia, também traduzido como *economia da dádiva* ou *da doação*, seria uma forma de organização social na qual os membros fazem doações de bens e serviços valiosos, uns aos outros, sem que haja, formal ou explicitamente, expectativa de reciprocidade imediata ou futura, como no escambo, numa praça de mercado. Todavia, a obrigação de reciprocidade existe, não necessariamente envolvendo as mesmas pessoas, mas como uma corrente contínua de doações.

Dessa forma, o princípio de urbanidade (convívio cordial, tolerante e respeitoso entre as pessoas), segundo a análise de observações etnográficas, seria criado e *co-memorado* em rituais de trocas de presentes, originados em práticas comuns a diferentes sistemas civilizacionais. Ou seja, em suas origens, o comércio teria sido uma prática essencialmente cooperativa, que substituiu, desde o nascimento da civilização, a subjugação física do outro e a pilhagem dos seus recursos como meios de garantir a sobrevivência. Isso teria viabilizado a trégua necessária para a fixação de assentamentos humanos e praças de mercado, ou, melhor, para a fixação de praças de mercado e, conseqüentemente, assentamentos humanos. Daí o porque de, ainda hoje, o termo “praça” ser usado para se referir a toda uma cidade, especialmente no jargão das instituições monetárias, como lembra o arquiteto taiwanês Sun Alex¹¹⁶³.

4. ORIGENS COMERCIAIS DAS CIDADES

Apreciável também é a definição segundo a qual *co-mércio* significaria “mercê

¹¹⁶² BALAZOTE, Alejandro. Antropología económica y economía política. Córdoba: Centro de estudios Avanzados, 2007, p. 53.

¹¹⁶³ ALEX, Sun. Projeto da praça: Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: SENAC, 2008, p. 25.

compartilhada”, isto é, uma relação entre sujeitos que, devido sua dependência mútua, vêm-se *à mercê* uns dos outros. De acordo com essa ideia a atividade comercial dependeria, até mesmo em termos etimológicos, dos valores de respeito, tolerância, solidariedade, etc. Em outras palavras, dos valores inerentes à urbanidade – ou, por paralaxe, não será a urbanidade quem prescindir de alguma forma de *co-mércio*? Segundo a indicação do geógrafo francês Paul Claval, professor da *Université Paris IV (Sorbonne)*, é possível que sim:

...os pastos dos criadores nômades serviam para pastagens dos rebanhos e para a circulação das caravanas; as praças dos países mediterrâneos podiam ser utilizadas para reuniões políticas e para as feiras e favoreciam todas as formas de interação informal. Em geral, porém, as coisas são menos simples e uma utilização impede outras; entre a sementeira e a colheita, as terras agrícolas devem estar fechadas aos rebanhos e aos caminhantes. A valorização e a utilização do solo implicam, portanto, um mínimo de ordem.¹¹⁶⁴

Os processos etnológicos sugeridos por Mauss baseiam-se em observações etnográficas de aldeias primitivas ou arcaicas, da Melanésia, Polinésia e nordeste dos Estados Unidos, e seriam referências para a compreensão da formação dos aldeamentos pré-mesopotâmicos, ou seja, anteriores ao IV milênio a.C., os mais antigos construídas pelo homem¹¹⁶⁵. Já o ciclo urbanizatório da era moderna, que se iniciou na Idade Média, mais precisamente entre os séculos IX e XIV d.C., na chamada *Revolução Comunal*, obedeceria ao nascente paradigma da economia de mercado capitalista, conforme descreve Claude Jessua:

A economia dos domínios fechados, que caracterizava o mundo feudal, alcançou seus limites quando alguns dos habitantes dos domínios feudais começaram a sentir desejo de melhorar sua condição de vida passando a morar nas antigas cidades romanas ou em burgos fortificados, a fim de lucrar com as possibilidades de trocas abertas por essas aglomerações. Uma aglomeração urbana ou quase urbana se encontra de fato nas encruzilhadas, à beira-mar ou à margem de um rio e é constituída por pessoas que exercem profissões diversas, de tal modo que enfim se torna possível sair da situação de bloqueio, de autoconsumo e de autarquia a qual as pessoas estão efetivamente condenadas a se submeter quando pertencem a um domínio.¹¹⁶⁶ (Jessua, 2009, p.18)

A ideia de aglomeração urbana formada no lugar geométrico definido pelo cruzamento de diferentes rotas comerciais é cara também à definição de “lugar antropológico”, em oposição à de “não lugar”, categorias espaciais definidas pelo antropólogo francês Marc Augé, professor da *l'École des Hautes Études en Science Sociale de Paris*:

Se nos detivermos, por um instante, na definição de lugar antropológico, constataremos que ele é, antes de mais nada, geométrico (...), trata-se da linha [caminhos que eram o itinerário do homem nômade], da intersecção das linhas e do ponto de intersecção, (...) cruzamentos e praças onde os homens se cruzam, se encontram e se reúnem, que desenharam conferindo-lhes, às vezes, vastas proporções para satisfazer principalmente, nos

¹¹⁶⁴ CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Rio de Janeiro: Zahar editores S.A., 1979, p. 15.

¹¹⁶⁵ BENEVOLO, Leonardo. História da cidade. Trad. Silvia Mazza. São paulo: Perspectiva, 2009, p. 27.

¹¹⁶⁶ JESSUA, Claude. Capitalismo. Trad. William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009, p. 18. (L&PM Pocket)

mercados, necessidades do intercâmbio econômico, e, enfim, centros mais ou menos monumentais, sejam eles religiosos ou políticos, construídos por certos homens e que definem, em troca, um espaço e fronteiras além das quais outros homens se definem como outros, em relação a outros centros e outros espaços.¹¹⁶⁷

Da proposição de Augé surge a compreensão de que não só as encruzilhadas definem praças comerciais que serão as futuras aglomerações urbanas, como cada aglomeração dessas desenvolve suas próprias fronteiras identitárias ou, até mesmo, institucionais, formando uma cidade-estado, berço de processos políticos e econômicos mais complexos:

(...) Uma dessas especulações é que a cidade surgiu ao redor do mercado enquanto sítio (*market-place*), em função do desenvolvimento do comércio, e assim pode ter sido em numerosos lugares. (...) A cidade comercial é fruto, portanto, de uma cidade-estado, que domina um certo território, dele extraindo um mais-produto que possa ser trocado pelo mais-produto de outros territórios. A cidade não inventa o comércio, mas muda-lhe o caráter, transformando-o de mero escambo irregular de excedentes agrícolas em intercâmbio regular de bens de luxo, em geral manufaturados. Com a cidade surge a produção regular e especializada de bens mais sofisticados (amuletos, jóias, armas) de cujo intercâmbio generalizado se destaca uma mercadoria que, pouco a pouco, se transforma em equivalente geral de todas as outras, tornando-se moeda, e é a troca monetária que finalmente torna possível a ampliação da divisão social do trabalho.¹¹⁶⁸

É claro que nem todas comunidades arcaicas evoluíram a esse ponto ou nesse sentido, o que não significa que o comércio realizado, por exemplo, por povos indígenas da América do Sul, seja desprovido de interesses, por assim dizer, *econômicos*. As observações etnográficas de Mauss já se ocupavam de desconstituir esse mito, como observa o arquiteto Fernando Garrefa, professor da Universidade Federal de Uberlândia:

Para Mauss, as sociedades primitivas e arcaicas não são destituídas de mercados econômicos, embora seu regime de troca possa ser diferente do nosso. Considera que o mercado é um fenômeno humano presente em todas as sociedades, sendo sua existência anterior ao surgimento dos mercados e da moeda. Mauss acredita que jamais tenha existido algo que se aproxime de uma economia natural. Ou seja, nunca aconteceram simples trocas de bens, de riquezas ou de produtos no decurso de um mercado entre indivíduos. Mesmo porque, não eram indivíduos que se relacionavam, a princípio, e sim coletividades (clãs, tribos, famílias) que se obrigavam mutuamente, trocavam e contratavam. Além disso, as trocas não se restringiam apenas a bens materiais mas, também, incluíam toda uma gama de ações e serviços: desde gentilezas e ritos até a oferta de crianças e mulheres, onde o mercado é apenas um momento.¹¹⁶⁹

Tampouco se deve subestimar a influência que os processos de troca exerceram sobre a configuração do espaço pré-colombiano. O historiador chileno Miguel Rojas Mix, professor da Universidade de La Plata (Argentina), levanta considerações antieurocêntricas sobre as influências que o espaço pré-colombiano poderiam ter exercido na configuração das cidades

¹¹⁶⁷ AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994, p. 55.

¹¹⁶⁸ SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 14.

¹¹⁶⁹ GARREFA, F. Shopping centers: de centro de abastecimento a produto de consumo. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, p. 23.

européias, sobretudo espanholas. Para o autor é possível que a Plaza Mayor, espaço que acolheu a atividade comercial espanhola durante muito tempo, seja, na verdade, de origem pré-colombiana, até porque a primeira dessas estruturas, “*la Plaza Mayor de Madrid, sólo fue comenzada durante Felipe III, a partir de 1617*”¹¹⁷⁰, ou seja, muito depois da descoberta do Novo Mundo.

Como é possível notar, traçar um itinerário unívoco para as memórias definidoras dos espaços comerciais, bem como dos espaços comerciais definidores de memórias sociais, seria uma atitude imprudente, no mínimo. Dos longínquos mercados *sino-lusitanos* do século XV aos vizinhos mercados *hispano-pampeanos* de Uruguai e Argentina; dos distantes bazares mesopotâmicos às *Market Farmers* estadunidenses, muitas são as referências, mais puras ou hibridizadas, que podem ajudar a compreender e interpretar os mercados públicos enquanto fenômeno urbano transdisciplinar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de não serem bem vistos pela academia de uma forma geral, por definição, os fenômenos de consumo não possuem uma relação produtora com os estudos da memória social. *A priori*, consumo exige esquecimento e efemeridade, enquanto memória e permanência seriam o seu par oposto, a ser defendido pelos patrimonialistas. No entanto, a memória reaviva sua razão de ser frente à ameaça da perda, enquanto, por outro lado, essa “razão de ser” pode ser convertida em mais valia nas operações de mercado.

Ambientalistas acusam as corporações de estarem poluindo o ar para que logo ele possa ser vendido, como já ocorre com a água. Da mesma forma a má arquitetura estaria sendo incentivada para que as poucas belas paisagens possam ser comercializadas. Nesse mundo, onde talvez seja mais lucrativo produzir a escassez do que a fartura, a memória também está se tornando um artigo de luxo, com alto valor agregado.

Não há espaço dentro da academia que não esteja a serviço das melhores formas de reprodução social encontradas pela humanidade, nem poderia ser diferente. Os estudos em memória social e patrimônio cultural não estão, assim, alheios às demandas de consumo. A comunidade de consumidores clama por valores simbólicos, assim como por chocolates ou pares de tênis. É necessário que se diga que publicitários, arquitetos e *designers* pensaram que

¹¹⁷⁰ MIX, M. R. La plaza mayor: El urbanismo, instrumento de dominio colonial. La Plata: Edulp, 2006, p. 49.

esses valores simbólicos poderiam ser inventados, reificando o gosto dos consumidores a cada nova tendência de moda.

No entanto, pelo que se defendeu nesse artigo, é necessário apostar que a humanidade está entrando numa nova era, ou que o processo de acumulação capitalista está entrando em uma nova fase, onde as pessoas têm acesso direto às referências simbólicas que querem agregar a si, não necessitando mais de intermediários mas sim de intérpretes das suas vontades. O recente fracasso de governos totalitários em manipular a opinião pública sob seu domínio, em diversas partes do mundo, são uma demonstração de que nas últimas décadas o comportamento das pessoas frente aos estímulos midiáticos vem se alterando aceleradamente. Se as pessoas não quiserem acreditar numa dada doutrina, mais do que nunca dispõem de acesso a canais alternativos, com outras versões dos fatos. Da mesma forma, no ocidente capitalista, não é de hoje que a sabedoria popular desconfia dos produtos oferecidos pelas indústria, especialmente as farmacêutica e alimentícia, mas só recentemente as instituições se viram forçadas a abordar o assunto, e hoje o mercado de produtos “saudáveis” é o nicho de mercado que mais cresce no mundo, demandado por diferentes classes sociais.

Há cerca de quinze anos atrás qualquer acontecimento político veiculado como “escândalo” era entendido como tal, assim como qualquer argumento militar justificava uma guerra e qualquer anúncio exaltando as qualidades de um produto fidelizava sua clientela. Hoje, segundo dados da Associação Brasileira de Supermercados, pelo menos 80% dos produtos colocados à venda saem de linha no ano seguinte, simplesmente porque não correspondem ao anunciado.

Ao longo da recente história moderna, verifica-se que quanto mais precários eram os meios de comunicação, mais simplórios foram os meios de seduzir a opinião pública. De modo que a crescente *lucidez opinativa* está estreitamente ligada ao avanço dos meios de comunicação, produtores e veiculadores de informação digital, literalmente ao alcance de cada pessoa. Nesse cenário as informações realmente úteis a cada indivíduo ou comunidade fatalmente acabam chegando ao público interessado. As pessoas demandam alternativas, soluções e referências de vida, e elas serão tanto mais valiosas quanto mais duradouras forem, e é por isso que a memória social e o patrimônio cultural são tão valorizados.

Portanto, com esse artigo espera-se ter apresentado boas razões para a preservação dos mercados públicos tradicionais. Espera-se ter suscitado dúvidas suficientes quanto ao modelo supermercadista, em oposição à alternativa forçosamente desgastada dos mercados públicos e comunitários. Certamente nenhum dos dois sistemas é perfeito, e talvez o apetite dos

mercados realmente coloque em xeque a ética e a estética das cidades, inevitavelmente. Todos os crimes por dinheiro, da pirataria à encomenda de morte, envolvem algum tipo de comércio, e, mais surpreendente ainda, é o número de “crimes” cometidos em nome do comércio regular, da sonegação de impostos ao estelionato publicitário.

Entre crimes morais legalmente aceitos e ilegalidades moralmente toleradas forma-se uma ética contingente, forjada desde as tendas dos primeiros caixeiros nômades, na semente original de cada aldeia, povoado e cidade. Essas conurbações não se formaram para viabilizar um ideal de vida, e sim a produção e o comércio. Na maioria dos casos em que, por razões de outra ordem se formaram cidades é provável que os desvios à regra padrão, bem como as tiranias impostas aos cidadãos, tenham cobrado custos ainda piores¹¹⁷¹. A virtude das cidades comerciais não foi a pactuação de uma relação justa entre os concidadãos, e sim de uma relação possível. O urbanismo não surgiu como uma técnica de adaptação das cidades aos moradores, mas de controle social a serviço da atividade econômica. Por isso mesmo não surpreende a convergência entre tratados de arquitetura e tratados de guerra, entre fortificações e mercados públicos.

Sobretudo ao longo de toda região *triplo-fronteiriça*, por onde se estende a formação geográfica hoje conhecida como *bioma pampa*, a provisão alimentar exigiu a construção de equipamentos com características específicas, que protegessem os gêneros alimentícios tanto do clima adverso quanto das guerras e saques. A oferta de alimentos prejudicada pelo clima frio justificava os investimentos em grandes praças de mercado, fechadas, fortificadas e cobertas, projetadas por engenheiros e arquitetos militares que, muitas vezes, atuaram simultaneamente nos três países (Brasil, Uruguai e Argentina).

No entanto, a conjuntura atual, seja pelo enfraquecimento do Estado, pela vilania das corporações ou pela crescente autonomia dos indivíduos, a cidade pode, e deve, ser apropriada pela comuna. Atualmente não há uma tirania que obrigue, por exemplo, cada cidadão brasileiro a consumir quase quatro quilos de agrotóxicos por ano¹¹⁷², ou que justifique a terra devoluta, o colono favelizado, a fome e o desemprego urbanos.

Não se trata da retórica populista, que os políticos reatualizam a cada eleição, mas de uma interpretação final dos caminhos percorridos por essa pesquisa. A facilidade com que ainda hoje se compram alimentos frescos numa metrópole do tamanho de Buenos Aires, em contraste com as dificuldades encontradas em cidades como Porto Alegre, Pelotas e Bagé, no

¹¹⁷¹ Como em cidadelas das dinastias chinesas, missões jesuíticas latinoamericanas ou nas comunidades puritanas do interior estadunidense.

¹¹⁷² Conforme dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), disponíveis no site da instituição.